



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**



BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DO CARIRI CEARENSE

FATOS E DADOS

Célio Augusto Alves Batista e Halley Guimarães Batista

**EDIÇÕES
INESP**



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS
DO CARIRI CEARENSE:
fatos e dados**

Célio Augusto Alves Batista
Halley Guimarães Batista

**BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS
DO CARIRI CEARENSE:
fatos e dados**

INESP

Fortaleza - Ceará
2020

Copyright © 2020 by INESP
Coordenação Editorial
João Milton Cunha de Miranda
Assistente Editorial
Rachel Garcia, Valquiria Moreira
Diagramação
Mario Giffoni
Capa
José Gotardo Filho
Revisão
Lúcia Jacó Rocha
Coordenação de impressão
Ernandes do Carmo
Impressão e Acabamento
Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

B333b Batista, Célio Augusto Alves.

Breve historia dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados [livro eletrônico] / Célio Augusto Alves Batista, Halley Guimarães Batista. - Fortaleza: INESP, 2020.
2750Kb ; PDF

ISBN: 978-65-88252-07-9

1. Cariri (CE) - História. 2. Municípios - Ceará - historia.
I. Batista, Halley Guimarães. II Ceará. Assembleia Legislativa.
Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. III. Título.

CDD 981.31

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp
Av. Desembargador Moreira, 2807
Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar
Dionísio Torres
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707
al.ce.gov.br/inesp
inesp@al.ce.gov.br

Para meu(minha) querido(a) amigo(a), com carinhoso e fraterno abraço de seu amigo Célio.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Célio', is centered on a light blue background. The signature is written in a cursive style with a long horizontal line extending to the left and right.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a minha esposa Januária Maria Guimarães Batista, legítima filha do Crato, a quem amo profunda e eternamente. A meus filhos, Halley, Raquel, Felipe e Thiago, frutos desse amor incondicional e eterno.

Célio Augusto Alves Batista

Esta obra é dedicada a meus avós maternos, José Fausto Guimarães e Zilda Cabral Guimarães, a meus avós paternos Francisco Batista Lima e Raimunda Alves de Lima, e a meus pais Célio Augusto Alves Batista e Januária Maria Guimarães Batista.

Halley Guimarães Batista

AGRADECIMENTOS

Expressar agradecimentos pode parecer fácil, mas não é. Corre-se o risco de não lembrar os nomes de todos que deveríamos agradecer devidamente. Mesmo assim, inicio esse agradecimento a Deus. A fé que me move e alimenta é a base para tudo, inclusive para esse trabalho. Também quero expressar minha gratidão a minha esposa, Januária Maria Guimarães Batista, filha legítima do Crato, terra que tanto adoro. Sua força e incentivo regavam meu espírito, tanto nas horas de inspiração quanto nos momentos de completo branco e apatia literária.

Minha esposa não somente me serviu de esteio e fonte de inspiração, mas também de suporte e me auxiliou nos piores momentos, quando, em pleno processo produtivo desta obra, fui acometido de uma moléstia. Um acidente vascular cerebral tolnheu e transformou meu prazer de ler, pesquisar, interpretar, relatar e escrever sobre o Cariri num momento de angustia e calvário. Mas nem por isso ela desistiu de dar-me apoio e incentivo.

Também estendo meu agradecimento a meu filho Halley Guimarães Batista que tomou para si a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho por mim iniciado, ao mesmo tempo em que junto com meus outros filhos Raquel Guimarães Batista e Thiago Guimarães Batista me cobriam de carinho e afeto, incentivando-me e dando-me força para suportar todo o longo processo de tratamento e recuperação de minha saúde. A família é o suporte básico nessa luta. Esta obra não seria possível sem esse apoio incondicional.

Quero dedicar um agradecimento especial ao meu cunhado e amigo Fausto Arcelino Cabral Guimarães, professor e escritor, que me incentivou e também muito colaborou com informações preciosas, dicas e orientações e, dessa forma, muito ajudou este novato das letras. Também dedico um especial agradecimento ao amigo José Ronald Brito, coronel da reserva do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Ceará, professor aposentado da UECE e escritor. Esse caririense do Crato, muito me orientou, e prestou-me valiosas informações que serviram como fonte de referência importante em minhas pesquisas e na avaliação dos textos. Tenho que fazer um espe-

cial agradecimento às amigas Maria Edite Pinheiro Mendonça Vasconcelos, essa legítima cratense, e sua mãe, Almina Arraes de Alencar Pinheiro, de tradicional família ligada à agropecuária, à cultura, e a política, que muito contribuiu com seu acervo da biblioteca particular para minhas pesquisas.

Dedico grande parte do mérito desse livro a todos os autores que com suas obras contribuíram para a formação de uma rica fonte de informação para a produção desta obra. Nominar todos, aqui, seria uma tarefa difícil e correria o risco de deixar de mencionar nomes. A todos esses autores, meu especial e carinhoso agradecimento.

Célio Augusto Alves Batista

Tomei a liberdade de escrever as linhas das dedicatórias e dos agradecimentos acima como se fossem originárias de meu pai. Infelizmente, um AVC comprometeu sua capacidade de leitura, escrita e fala. Acredito que todos os anos de convivência e educação que ele me deu permitem que eu tenha essa liberdade para expressar, em seu nome, o sentimento de gratidão e reverência àqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente para realização e concretização deste livro.

Espero ter a compreensão dos leitores, mas não poderia me furtar de assim fazer esse agradecimento para também expressar meu amor e respeito a meu pai e a minha família. Família que me apoiou e incentivou a dar continuidade ao trabalho iniciado por meu pai e que se tornou fruto do amor familiar e do imenso carinho pela região do Cariri. Meu agradecimento especial destina-se a Deus e a meu pai que me deu a honra e oportunidade de dar continuidade a seu trabalho. Este é meu tributo a sua pessoa, a sua inteligência e a sua cultura.

Gostaria de deixar um especial agradecimento a meu tio Fausto Guimarães que, além de fornecer valiosas informações, foi fonte de orientação e saber, como é próprio de todo professor, todo mestre. Meu abraço e obrigado, tio! Agradeço a todos os autores que com seus textos possibilitaram a esta oportunidade e constituíram fonte de conhecimento e pesquisa para esta produção literária. Esta obra é um marco importante em minha vida e espero ter honrado o legado cultural e literário que as senhoras e senhores escritores deixaram em suas obras. Muito obrigado.

Halley Guimarães Batista

APRESENTAÇÃO

A realidade de mais de 30 municípios cearenses, para além dos seus aspectos geográficos, foi apresentada no livro "Breve História dos Municípios do Cariri Cearense: fatos e dados" de Célio Batista e Halley Batista. Os autores, que enfrentaram a escassez de informações e de arquivos históricos, resgataram a memória e a identidade local por meio da análise do discurso dos moradores mais antigos.

A obra é, então, uma fonte rica de informações inéditas e é indispensável para as escolas, as universidades e seus pesquisadores, bem como para o trabalho legislativo desenvolvido nesta Casa, pois possui grande valor de base para fundamentar e justificar a criação e ampliação de projetos de lei, voltados à preservação do patrimônio histórico e cultural, ao desenvolvimento econômico e à igualdade e justiça social.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Ceará (Inesp), disponibiliza, orgulhosamente, o livro sobre uma região de localização privilegiada e com grande potencial de desenvolvimento econômico e social, tornando-a merecedora de um olhar político atento.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

Informações que passaram de geração para geração por meio da oralidade, vencendo os tempos e mantendo viva a história da Região do Cariri cearense, foram resgatas e agora são transmitidas na presente pesquisa que abrange cultura, política, religiosidade e vários outros aspectos do Cariri.

A produção de conhecimentos relacionados ao Estado colabora para a construção de um planejamento político seguro, com programas, planos e metas factíveis, tanto para a região como um todo, quanto para cada município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Ceará (Inesp), edita e distribui a "Breve História dos Municípios do Cariri Cearense: fatos e dados" ao tempo em que agradece e parabeniza os autores pelo exímio trabalho científico realizado, beneficiando todo o Ceará.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda
Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

BREVE HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DO CARIRI CEARENSE: fatos e dados

Célio Batista e Halley Batista

Ler a obra de Célio Batista (in memoriam) e Halley Batista é ir muito além de contemplar acontecimentos e reunir características do Cariri cearense. Breve História dos Municípios do Cariri Cearense: fatos e dados traz-nos lembranças dos moradores caririenses mais antigos, e, com elas, a história é resgatada, podendo servir de base para as melhorias, bem como o são as destacadas produções acadêmicas.

Toda e qualquer produção de conhecimentos científicos que acrescente informações sobre o Estado favorece o embasamento e a elaboração de projetos de lei e/ou de indicação, que beneficiem o Ceará, colaborando inclusive para ampliar o apoio governamental e político, e assim, implementar os benefícios necessários para o desenvolvimento da região do Cariri cearense.

Aos autores, o nosso agradecimento e o reconhecimento de que um livro é uma das heranças mais valiosas que um homem pode legar à humanidade.

Deputado Estadual Fernando Santana
1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do
Ceará

SUMÁRIO

PRÓLOGO	19
INTRODUÇÃO	23
OS CARIRIS	27
A Genealogia do Cariri	29
A Geologia do Cariri	32
A Divisão Regional do Cariri Cearense.....	35
A Bacia Hidrográfica do Cariri	36
A SECA	38
A Fauna e Flora do Cariri.....	41
A caatinga	41
A flora.....	42
A fauna	43
A PROVÍNCIA DO CARIRI NOVO	45
O Homem Branco	46
A Aculturação do Homem Caririense	51
Medidas de Capacidade.....	53
Comportamentos, Costumes e Tradições.....	56
Crenças e Superstições	60
O Folclore.....	71
A Maçonaria no Cariri	74
O BISPADO DO CARIRI	76
A Religião Popular.....	81
HINOS RELIGIOSOS	87
O Hinário Religioso do Cariri	87
Hino ao Senhor Menino Deus.....	88
Hino ao Glorioso Santo Antônio.....	88
Hino a Nossa Senhora do Rosário	89
Hino do 1º Congresso Eucarístico De Barbalha	90
Hino a São Pedro.....	91
Hino a Nossa Senhora das Dores	92
Hino a Imaculada Conceição	93
Hino a Nossa Senhora da Conceição.....	94
Hino a Nossa Senhora da Penha.....	95
Hino a Nossa Senhora da Saúde.....	96
Hino a Senhora Santana.....	96
Hino a São José	97

OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CARIRI	98
ABAIARA	100
ALTANEIRA	105
ANTONINA DO NORTE	108
ARARIPE	112
ASSARÉ	117
AURORA	125
BAIXIO	135
BARBALHA	138
BARRO	148
BREJO SANTO	153
CAMPOS SALES	162
CARIRIAÇU	169
CRATO	175
FARIAS BRITO	183
GRANJEIRO	192
IPAUMIRIM	195
JARDIM	200
JATI	204
JUAZEIRO DO NORTE	207
LAVRAS DA MANGABEIRA	224
MAURITI	230
MILAGRES	237
MISSÃO VELHA	244
NOVA OLINDA	253
PENAFORTE	258
PORTEIRAS	262
POTENGI	266
SALITRE	269
SANTANA DO CARIRI	272
TARRAFAS	277
UMARI	280
VÁRZEA ALEGRE	287
LISTA DE FIGURAS.....	295
BIBLIOGRAFIA	298

PRÓLOGO

Compêndio de Informações

Eis um livro escrito a quatro mãos: Célio Augusto Alves Batista, fortalezense nascido no estrépito da Segunda Grande Guerra, estudou no templo das letras do Liceu do Ceará, em seguida ingressou na mais nordestina instituição de crédito, o Banco do Nordeste, para depois de aposentado tornar-se artesão, pintor, articulista e agora escritor.

Halley Guimarães Batista, seu filho, também fortalezense, graduou-se em Ciências Econômicas, Pós-Graduou-se em Administração Financeira e juntou-se ao pai para nos presentear com "Breve História dos Municípios do Cariri Cearense – Fatos e Dados".

A obra traz uma especial maneira de ver a realidade municipal da região: origem, genealogia, hidrografia, fauna e flora, aculturação, costumes, tradições, crenças e religiosidade.

Acredito que esse trabalho literário vai suprir o que a muito nos faltava de informações sobre os municípios caririenses. Ele é um verdadeiro compêndio para consultas nas escolas, não só das comunidades citadas, mas também um forte acervo de informações para pesquisadores.

Como caririense parabeno os autores por tão relevante trabalho.

José Ronald Brito

Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e
amigo dos autores

Fruto de uma paixão

O Cariri cearense, abrangendo trinta e dois municípios do Sul do Ceará, é uma região que, dentre outros aspectos, caracteriza-se por ser economicamente rica, apresentar grande potencial de desenvolvimento com o comércio e a indústria em

sólido crescimento, bem como, tem um importante protagonismo histórico na vida política do Ceará.

Possui uma localização privilegiada no Nordeste brasileiro. O clima ameno em boa parte do ano constitui-se quase como sendo um oásis no semiárido, por isso contém um extenso e fértil vale, que também abriga um importante conjunto de sítios arqueológicos e conta com uma grande expansão do ensino superior. O Cariri cearense é um seleiro de mestres com forte tradição cultural e destino significativo de romarias para penitência e adoração a seus maiores expoentes religiosos, padre Cícero Romão Batista e Nossa Senhora da Penha.

O Cariri cearense é ainda uma região pouco estudada e divulgada como deveria ser, embora seja muito explorada. É um imenso e misterioso tesouro a ser descoberto. Célio Augusto Alves Batista foi encantado por esse tesouro e tornou-se mais um, dos milhares, que são apaixonados pelas coisas do Cariri. Tanta paixão pela região demonstrou ao esposar uma nativa da cidade do Crato, Januária, e constituído uma família com quatro filhos: Halley, Raquel, Felipe (falecido) e Thiago.

Célio, seguindo sua paixão, decidiu empreender fustigante pesquisa sobre os municípios caririenses em seus mais variados aspectos. Foram diversas viagens, insistentes pesquisas em bibliotecas, meses e meses de internet, correspondências, recortes de jornais, leitura de revistas, entrevistas com pessoas mais idosas nos municípios, visitas a cartórios, conversas em secretarias de diversas paróquias, contatos com historiadores e intelectuais no municípios pesquisados e garimpagem de dados nas prefeituras.

No seu cansativo e prazeroso trabalho de pesquisa, não foram poucas as dificuldades encontradas. O autor constatou que em muitos municípios não existe a preocupação, por quem de obrigação, registrar e arquivar dados e fatos da história local. Geralmente a obtenção de informações é conseguida em conversas cautelosas com moradores mais antigos. Obras literárias para fonte de pesquisa sobre o Cariri, continuam, quase todas, reunidas sobre o belíssimo, consistente e abrangente trabalho de Irineu Pinheiro, "Efemérides do Cariri".

Embora tenha visitado várias cidades do Cariri e encontrado boa vontade por parte das pessoas que procurou, Célio constatou a falta de arquivos consistentes de informações que enriquecesse e ampliasse sua pesquisa. A pouca preocupação com a memória histórica é quase regra geral nos municípios caririenses. Bibliotecas? São raras. Museus? Nem sonhar.

As Prefeituras e Câmaras de Vereadores já tem muitas dificuldades com a catalogação e arquivamento de seus próprios acervos. A grande maioria das instituições públicas não possuem pessoal e estrutura necessária para catalogação, organização e guarda adequada de material institucional e socio-cultural sobre dados e fatos nos seus municípios. É necessário e imperativo que o poder público dedique um pouco mais atenção em registrar corretamente, arquivar de forma adequada e divulgar claramente os dados e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais que constituem a história de um município.

Célio não desanimou. Pesquisa aqui, pergunta ali, informa-se acolá, compara informações, sistematiza e, depois de mais de cinco anos de pesquisa, o apaixonado e incansável pesquisador, conseguiu reunir um acervo de dados e informações valiosas sobre o Cariri. Reconhecendo que no bojo de seu trabalho possam existir erros, imprecisões, omissões e carências, o autor resolveu de forma humilde, franca e corajosa, finalizar e publicar sua obra. Para isso, contou com a ajuda de seu filho, Halley, na tarefa de digitação e organização de textos.

Infelizmente, nos últimos meses de trabalho, por uma infelicidade do destino, Célio, esse pesquisador apaixonado pelo Cariri, foi acometido de um severo AVC que lhe comprometeu as funções da capacidade da leitura, da fala e da escrita. Entretanto, por obra e graça divina, sua capacidade de locomoção, compreensão e entendimento foram preservados. A emoção da obra concluída foi forte demais, e o fruto dessa paixão não pode ser saboreado plenamente pelo autor. Mas, valeu seu apaixonado esforço em tentar revelar para todos o seu amado Cariri cearense.

Fausto Arselino Cabral Guimarães (*1945 - †2018)

Professor de Biologia, cunhado e tio dos autores

INTRODUÇÃO

Não é fácil definir o conceito de história. Mas resumidamente podemos dizer que é uma sucessão de fatos acontecidos e ocasionados em decorrência de eventos naturais ou produzidos pelo homem como resultado de sua ação direta ou indireta, devidamente registrados. Sim, registrados. O registro é o que caracteriza um fato histórico. Sem o registro esse fato terá sido meramente um acontecimento esporádico dentro da dinâmica da vida de uma pessoa ou de um lugar e passaria despercebido do conhecimento. Esse registro, por mais efêmero que se faça, é o que dá sentido ao conceito de história. Não saberíamos nada a nosso respeito ou sobre alguma coisa, não fosse a narrativa do conteúdo do registro dos acontecimentos. Esse registro pode ser feito concretamente de forma escrita, pictórica e escultural ou abstratamente por meio da narrativa. Ele é passado de pessoa a pessoa, de geração em geração e de tempos em tempos com o objetivo de divulgar e perpetuar o conhecimento dos fatos acontecidos.

Pinturas rupestres, estátuas, pirâmides, hieróglifos, tábuas com escritas cuneiformes, pedaço de pele de animal, papiros ou papeis com símbolos desenhados, ideogramas e letras impressas manualmente ou com auxílio de alguma ferramenta ou máquina; essas são as formas concretas que possibilitaram à humanidade o registro de sua história. O hábito de fazer uma narrativa oral ou representação teatral com objetivo de divulgar o conhecimento sobre fatos e acontecimentos de uma comunidade constitui a forma abstrata de registrar a história. Não fosse o registro, não teríamos o conhecimento sobre nossas conquistas, nossos feitos e realizações. Assim sendo, é possível perceber que vivenciar, tomar parte dos fatos ou apenas testemunhá-los não representa a história. Somente quando se faz o registro e a conseqüente divulgação desse fato é que há de verdade a concretização do conhecimento histórico.

Fazer a pesquisa e compilação de dados históricos acerca de personagens e fatos da história requer grande esforço, técnica apurada e muito tempo dedicado à pesquisa, leitura,

observação, entrevista, anotação de relatos, comparações, análise e um senso crítico para avaliação e seleção dos dados que se apresentam durante o processo de pesquisa. Além disso, os custos são elevados e aumentam conforme o trabalho e o objeto da pesquisa. Fazer pesquisa histórica sobre uma pessoa ou um determinado fato ou local é dispendioso em todos os sentidos. Quanto mais quando essa pesquisa se estende a várias localidades, personagens e fatos distintos em seus respectivos lugares e épocas. Os desafios são variados e proporcionais ao tamanho, ou ao objeto da pesquisa.

Gostaria muito de dizer o contrário, mas nosso país está muito longe de ter uma política de construção e de preservação de dados históricos. Vimos muitos trabalhos esporádicos, espalhados de forma aleatória, ou às vezes, uma concentração exagerada e oportunista de ações, no sentido da preservação da história mais como propaganda de governo do que propriamente uma política efetiva de valorização e conservação. Poucas pessoas, ou instituições têm a preocupação de promover, incentivar e efetivamente fazer algo, de forma concreta, para contribuir com o processo de pesquisa, de conservação e de divulgação da história, seja de personalidades, ou localidades, e os fatos onde esses se inserem. Todos nós temos algum tipo de costume para mantermos registros de nossas vidas em diários, manter álbuns fotográficos, coleção de retratos de família, ou objetos que lembrem momentos e locais que foram marcantes em nossa vida, e dessa forma, registram nossa história. As instituições, sejam empresas, ou órgãos de governo representativo de estados constituídos, também, têm semelhante procedimento para a organização de seus registros históricos. Infelizmente, a demasiada atenção e prioridade ao imediatismo das ações e a falta de preocupação com a "memória mais remota" têm contribuído para tornar mais rarefeito os registros históricos acerca dos acontecimentos e personalidades que transitaram, em algum momento do passado, pelo conjunto de fatos que compõem a história de um local, ou de um evento significativo que tenha influenciado, de forma direta, os destinos dessa empresa ou estado.

Não bastasse a importância da região do Cariri cearense para o próprio estado do Ceará, ela também influenciou outros estados com quem divide fronteira, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. E justamente pela proximidade, sofreu forte influência da capital pernambucana, Recife, por essa ser um centro político e econômico na região do Nordeste do Brasil. Esse centro geográfico tornou-se um polo atrativo para várias correntes políticas, econômicas e religiosas na região do Cariri cearense. A região do Cariri é muito rica, em vários aspectos, inclusive, no histórico. Um livro apenas seria por demasiadamente insuficiente para retratar todo o esplendor histórico que essa região vivenciou, principalmente, no final do século XIX e início do século XX. A situação contraditória de fertilidade da região e as intempéries climáticas, aliados à concentração de riqueza e de poder nas mãos de poucos, e a baixa escolaridade da maioria da população contribuíram, de alguma forma, para influenciar a economia, a política e até mesmo a religião nesse período na história da região. Cada município é por si só uma fonte de riqueza histórica inesgotável. Quando se constata o entrelaçamento dos destinos desses municípios, envolvendo fatos em comum, percebemos que essa riqueza é maior, mas ao mesmo tempo, mais complexa. Por isso, há necessidade de todos mobilizarem-se no sentido de manter registros dos acontecimentos de forma organizada, para que as gerações futuras possam entender o passado, sem julgamento de valores, apenas compreendendo os acontecimentos, percebendo os fatos e podendo planejar um futuro diferente e melhor para todos.

O objetivo deste trabalho é, não somente, procurar fazer o resgate de parte da história de cada município que compõe a região do Cariri cearense, mas, sobretudo, acender e centelha da chama do reconhecimento e da necessidade de envidar esforços para coletar, organizar, divulgar e perpetuar, de forma mais efetiva e robusta, a história do povo, da cultura, da política, da religiosidade e da vida desses municípios e de nosso estado. E dessa forma manter uma política pública voltada à conservação e à preservação do patrimônio histórico e cultural de maneira mais concreta. Por uma infelicidade do destino o autor originário desta obra, meu pai, Célio Augusto Alves Batis-

ta, foi acometido de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que lhe comprometeu as funções de leitura, fala e escrita durante seu trabalho de pesquisa e produção do texto. Imediatamente, tomei as rédeas do trabalho e dei continuidade à pesquisa e à compilação dos dados por ele coletados para escrever este livro. Embora doente, com muito esforço para manifestar seu pensamento, que felizmente foi preservado e se mantém lúcido, foi dando-me orientação no início do texto para o rumo desejado e objetivo do trabalho. Viagens ao Cariri, pesquisa bibliográfica, pesquisa na rede mundial (internet), conversas e relatos, fotografias e desenhos (feitos por meu pai) constituem o conjunto de ações empregadas no processo de pesquisa para a elaboração deste livro. Espero que este breve relato dê ao leitor a dimensão da importância de se manter uma política de valorização dos registros dos dados históricos por parte das autoridades, famílias e empresas, no sentido de promover o conhecimento do passado, com objetivo de preparar as gerações futuras para os desafios impostos pelas adversidades dos fatos vindouros. A certeza de que essa obra poderá contribuir, de alguma forma, para a disseminação do conhecimento, aliada à esperança de que ela sirva de estímulo à mudança de atitude individual e pessoal, bem como de uma prática de política de estado para adoção de uma cultura à valorização e à preservação histórica e cultural do povo e da região é que conforta o pensamento de seus autores.

Célio Augusto Alves Batista e Halley Guimarães Batista
Fortaleza, CE, 10 de abril de 2015.

Povo indígena que habitava o Ceará. Também indica a língua que esse povo falava e que hoje está extinta, conforme se depreende de certa documentação dos séculos XVII e XVIII. Segundo Thomaz Pompeu Sobrinho, os índios cariris chegaram ao sul do Ceará entre os séculos IX e X, pois diversos povos dessa nação habitavam uma vasta área entre a margem esquerda do Rio São Francisco e as vertentes das serras do Araripe e da Ibiapaba, esses últimos, lugares de abundância de caça, de pesca e de frutos, além de incontáveis nascentes que proporcionavam água farta. Esses indígenas, como alguns outros povos que primitivamente habitavam a região sul do Ceará, embora se registre serem relativamente hostis, não puderam impor a sua supremacia diante do homem branco usando os óbvios meios de que esse dispunha para enfrentá-los. Apesar do sistema de colonização aplicado no sul do Ceará seguir o padrão utilizado no restante do País, algumas variantes aqui implementadas foram decisivas para que hoje não disponhamos de muita informação sobre esse povo. É que, diferentemente, do que se praticou noutros lugares, aqui, a missão catequética dos capuchinos não dispensava o mesmo rigor de registro que os jesuítas exerciam com perícia. De qualquer forma, a colonização da cruz e da espada adotada pelos portugueses não contemplava a convivência da cultura dos indígenas com a que trouxeram os colonizadores. De fato, todo o esforço despendido visava tão somente apossar-se da terra e ter à sua disposição mão de obra farta e barata. Daí a insatisfação dos índios que viram ser extirpados de si todos os seus valores culturais, suas crenças e a própria terra em que viviam desde tempos imemoriais.

Rebelaram-se, como seria de se esperar, por meio de um movimento de resistência surgido no Nordeste do Brasil e que passou à História como "Confederação dos Cariris", que resultou na chamada "Guerra dos Bárbaros", que teve início em 1683 e perdurou até 1713. Nela estiveram envolvidas as tribos indígenas que ocupavam o território que vai da Paraíba até o

Piauí, destacando-se, no Ceará, os Kanindés, os Quichelôs, os Tremembés, os Icós, os Crateús, os Anacés, os Jenipapos, os Kariris, os Janduí, os Baiacus e os Jaguaribaras. Ocuparam, inicialmente, o Rio Grande do Norte, expulsando os fazendeiros portugueses ali instalados. A marcha libertatória seguiu, então, para a Paraíba, dirigindo-se depois para o vale do Jaguaribe, no Ceará. Com a intervenção das tropas de bandeirantes vindas de São Paulo por ordem do governador-geral do Brasil, frei Manuel da Ressurreição, a reação dos indígenas foi de ampliação do movimento, com a entrada de novos grupos de diversas tribos, irradiando-se, no Ceará, em direção à vila de Aquiraz e ao sul do estado. Refregas violentíssimas resultaram em ser o Ceará onde se deram os mais sangrentos conflitos, morrendo mais de 200 brancos. Em 1713, o coronel João de Barros Braga mandou um regimento subir o vale do Jaguaribe exterminando tantos índios quantos encontrassem. Acresce, ainda, a desastrosa administração pública dos aldeamentos, como aconteceu na transferência dos índios para Arronches (Parangaba), cujo aldeamento, acabou sendo completamente desmantelado, passando para o domínio do governo central em virtude das constantes disputas entre a prefeitura e o estado. Vítimas, também, foram os indígenas ainda mais quando, padecendo dos efeitos das secas de sempre que assolavam a região, buscavam alimento nas fazendas e se tornavam alvo fácil dos proprietários rurais. Episódio triste foi o que se deu com a designação do coronel Simplício Pereira da Silva como encarregado dos aldeamentos, pois sendo pessoa que notoriamente votava ódio de vingança, não só aos indígenas, mas também aromeiros e aldeados religiosos, em geral, perseguia-os dizimando-os, implacavelmente, como retaliação pela chacina sofrida por sua família no aldeamento de Pedra Bonita em 1838. É que Simplício Pereira e um seu irmão, após conseguirem sobreviver à luta travada no local, juraram vingança em todas as circunstâncias que se lhes apresentassem.

A Genealogia do Cariri

A formação e divisão político-administrativa

A distribuição espacial dos municípios que integram a região do Cariri tal como hoje a conhecemos evoluiu, praticamente, a partir do termo da vila de Icó que, em 1735, sendo o terceiro a ser criado, formava com Aquiraz (1699) e Fortaleza (1725) o Siará Grande nessa altitude. Até 1764, existiam no Ceará apenas oito vilas (municípios), sendo o Crato a oitava vila. É que, embora criada juntamente com Baturité pela mesma carta régia, esse foi instalado dois meses antes, em 14 de abril de 1764. Então, até meados de 1764, toda a região do que hoje é o Cariri integrava o termo da vila de Icó, que, criada em 1735, era a terceira na ordem cronológica. Compreende-se, perfeitamente, a importância de Icó para a formação do Cariri, não apenas por ser a área original, mas pela sua importância econômica e estratégica para as migrações que aportaram no Cariri, vindas do litoral cearense. Nesse passo, foi a partir de Icó que nasceram, em gerações sucessivas, todos os municípios do Cariri, inclusive, os nascidos do útero de Saboeiro, que até 27 de novembro de 1851 integrava o território icoense via Jucás, de onde por sua vez se originou.

A divisão político-geográfica atual é resultado de gerações de simples aglomerados que com os anos se tornaram povoados, cresceram até serem distinguidos com a sua ereção a vilas que logo foram distritos, e alcançaram a maioria com a autonomia suficiente para lhes ser outorgado o "status" de municípios com a distribuição que hoje existe. Todo esse processo é a História sendo esculpida a cada instante pelos seres humanos que fazem a região, modificando-a a cada passo, na busca de melhor acomodar os seus interesses de melhor viverem. Geram, dessa, forma as cidades no útero da terra-mãe que os acolhe a todos e a todos oferece o que melhor tem dentro de si, como já abrigava e alimentava os seus filhos primitivos, quando ainda não havia sido loteada a terra caririense. Os Cariris, os Jucás e outros povos que pela região passaram ou aí se estabelece-

útero nasceram Araripe, Campos Sales, Farias Brito, Santana do Cariri e Tarrafas. A terceira geração ficou assim formada: Milagres gerou Abaiara, Brejo Santo e Mauriti. Araripe gerou Potengi; Campos Sales gerou Salitre, e Santana do Cariri gerou Nova Olinda.

A árvore genealógica da região geográfica do Cariri, então, segue esta cronologia¹:

1. Icó

1.a. Crato (16/12/1762):

1.a.1 Barbalha (17/08/1846); Missão Velha (08/11/1864)

1.a.2. Milagres (17/08/1846); Abaiara (25/11/1957); Brejo Santo (26/08/1890);

Mauriti (27/08/1890)

1.a.3 Caririáçu (18/08/1876); Granjeiro (10/12/1957)

1.a.4 Juazeiro do Norte (22/07/1911)

2.a. Jardim (30/08/1814):

2.a.1 Porteiras (17/08/1889)

2.a.2 Jati (22/11/1951); Penaforte (31/10/1958)

3.a. Lavras da Mangabeira (20/05/1816):

3.a.1 Aurora (10/11/1883)

3.a.2 Umari (12/11/1886)

3.a.3 Várzea Alegre (10/10/1870)

3.a.4 Baixio (30/08/1932)

3.a.5 Barro (22/11/1951)

3.a.6 Ipaumirim (12/12/1953)

4.a. Saboeiro (27/11/1851):

4.a.1 Aiuaba (15/09/1956); Antonina do Norte (08/05/1958)

4.a.2 Assaré (19/06/1865); Araripe(03/08/1875); Potengi (04/09/1957)

4.a.3 Santana do Cariri (25/11/1885); Nova Olinda(14/03/1957)

4.a.4 Farias Brito (13/10/1890); Altaneira (18/12/1958)

¹ As datas ao lado dos nomes das cidades referem-se à criação de cada município. Embora Saboeiro e Aiuaba não integrem a região caririense, estão compondo o quadro para efeito de estrutura genealógica.

4.a.5 Campos Sales (29/07/1899); Salitre (30/06/1988)

4.a.6 Tarrafas (21/10/1987)

Como se vê, inicialmente, três foram os municípios-mães dentro da área caririense, a saber, Crato, Lavras da Mangabeira e Jardim, que com a ajuda de mais dois municípios-mães, extra território, Saboeiro e Aiuaba, geraram municípios-filhos, de cujas entranhas também nasceram outros ainda, os municípios-netos, formando a grande família caririense. São as seguintes as gestações dos municípios-mães do Cariri: Crato gerou Barbalha, Caririaçu, Juazeiro do Norte e Milagres; Lavras da Mangabeira gerou Aurora, Baixio, Ipaumirim, Várzea Alegre e Umari; Jardim gerou Porteiras; Jati gerou Penaforte, enquanto Altaneira ficou maninha. Essa foi a primeira geração dos municípios caririenses. Em segunda geração, temos: Barbalha gerou Missão Velha; Caririaçu gerou Granjeiro; Milagres produziu quatro filhos: Abaiara, Barro, Brejo Santo e Mauriti. Já os municípios-mães, extra território, geraram para o Cariri a seguinte prole: Saboeiro gerou Assaré, de cujo útero nasceram Araripe, Campos Sales, Farias Brito, Santana do Cariri e Tarrafas; já Aiuaba teve como filha única Antonina do Norte. Essa foi a primeira geração dos municípios-mães extra território. A segunda geração dessa parte é: Araripe gerou Potengi; Campos Sales gerou Salitre; Santana do Cariri gerou Nova Olinda.

A Geologia do Cariri

O solo que se percorre no Ceará da praia até o sul do estado é, em linhas gerais, plano, apresentando, às vezes, ondulações que, antes de estorvar o avanço do viajante, quebram a monotonia dos terrenos planos. É ascendente; uma ascendência suave, mas contínua, quando se começa a perceber, depois de Iguatu, que as formações, tornando-se mais íngremes, já anunciam a aproximação do colosso do Cariri, a chapada do Araripe. A natureza, avara na construção dessa quase planície inicial, a essa prostra em admiração diante da prodigalidade e esmero com que construiu a majestade da formação montanhosa, doando as suas entranhas com alternância, e mesmo combina-

ção, do poroso arenito, às vezes, mais ou menos fossilífero, com camadas calcárias impermeáveis, tudo entremeado com rochas em formações circundantes tais que constroem bacias aquíferas subterrâneas em proporções de tamanhos e quantidade tais que permitem a absorção e a acumulação de imenso volume de águas pluviais quase sem enxurradas. Daí então, prenhe, a chapada oferece aos seus filhos e aos que a procuram os frutos do seu seio em forma de mananciais, às dezenas em alguns municípios, mas às centenas em toda a sua extensão montanhosa, não só dessedentando as gentes, mas mantendo exuberante a sua riquíssima flora, além de formar rios levam a vida para fora do seu ambiente. Exuberante mesmo já foi quando não era mata, mas floresta em tempos muito mais antigos do que o da penetração do homem, não o indígena, mas o alienígena que, em busca de espaço para crescer, metódica e progressivamente, começou a desmatá-la. O que hoje resta ainda impressiona, mas o ecossistema agoniza, seja pela debandada de vida animal em busca de ambientes mais propícios, seja pela sua extinção simples. A própria flora que antes tinha a capacidade de se nutrir pelo processo de retroalimentação cooperativo que a Natureza imprime às suas criações, hoje praticamente só é capaz de subsistir à custa da administração de nutrientes externos que o próprio homem que a destrói produz.

Duas são as regiões nordestinas que receberam a denominação de Cariri, ou Cariris, designação genérica de microrregiões onde outrora habitaram e/ou ainda habitam os povos indígenas do grupo cariri, sendo uma descoberta e povoada, anteriormente, chamada de Serras dos Cariris Velhos, entre a Paraíba e Pernambuco; Serras dos Cariris Novos, entre a Paraíba e o Ceará; Cariri paraibano, a sudoeste de Campina Grande; e Vale do Cariri, ocupando a bacia do alto Jaguaribe, no sul do Ceará. Segundo Capistrano de Abreu, a palavra "cariri" significa "tristonho, calado, silencioso". O Vale do Cariri, ou, Cariri cearense abrange os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Missão Velha, Jardim e Nova Olinda, todos na microrregião do Cariri, atualmente, região metropolitana do Cariri. Além dessa, existem mais outras cinco microrregiões, compondo a macrorregião do Cariri cearense,

totalizando 33 municípios que ocupam espacialmente 14.540 quilômetros quadrados do território cearense, enquadradas as latitudes 06° 38' 52" S e 07° 49' 44" S e as longitudes 38° 46' 28" W e 40° 22' 33" W.

Modo geral, o solo é raso, rico em minerais, pobre em matéria orgânica, prejudicada a sua decomposição pelo calor e luminosidade intensos. O primeiro registro de fósseis no Brasil deu-se com o livro *Viagem Pelo Brasil (Reise in Brasilien)*, publicado entre 1823 e 1831, relatando a descoberta de um peixe *Rhacolepis* em Jardim. A bacia sedimentar da chapada do Araripe conta com uma formação muito rica em fósseis e fauna do cretáceo, boa parte em excelente estado de preservação, sobretudo, na cidade de Santana do Cariri. Os fósseis da região têm sido importantes para comprovar a deriva dos continentes africano e sul-americano. O Geoparque Araripe é formado por um conjunto de nove sítios naturais e se estende pelos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, com imenso patrimônio biológico, geológico e paleontológico. O seu objetivo é preservar as riquezas naturais da chapada do Araripe. Sendo único nas Américas, é reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como patrimônio geológico e paleontológico, estando integrado à rede mundial de geoparques desde setembro de 2006, cuja administração visa à proteção e à preservação do acervo geológico, paleontológico e paisagens naturais, com o objetivo de estudar e compreender as informações naturais disponíveis sobre a origem, evolução e atual estrutura do planeta Terra. Essas formações geológicas são componentes abióticos de uma matriz ecossistêmica ecotópica denominada de GEOTOPE. No Geopark do Araripe encontramos nove geotopes. Em todos esses lugares são encontrados extratos geológicos, quatro dos quais apresentam formações fossilíferas, sendo, portanto, o escopo do grupo mantenedor: proteger e preservar o quanto possível esse acervo natural, utilizando-o de forma educativa sobre como evoluiu a vida na Terra.

São os seguintes esses sítios biogeológicos e suas localizações:

Geotope EXU, em Santana do Cariri;
Geotope ARAJARA, em Barbalha;
Geotope SANTANA, em Santana do Cariri;
Geotope IPUBI, em Santana do Cariri;
Geotope NOVA OLINDA, em Nova Olinda;
Geotope BATATEIRAS, no Crato;
Geotope MISSÃO VELHA, em Missão Velha;
Geotope DEVONIANO, em Missão Velha, e
Geotope GRANITO, em Juazeiro do Norte.

Também conhecida como Caverna do Boqueirão, a Gruta do Boqueirão é situada no município de Lavras da Mangabeira, cinco quilômetros ao norte da Sede. Com noventa metros de altura e quarenta de largura, conservando um poço permanente mesmo na seca, a abertura geológica foi feita pelo Rio Jaguaribe-Mirim na Serra do Boqueirão, ainda, durante as formações rochosas. Devido à exuberância natural e à excentricidade do local, a gruta é alvo de muitas estórias e lendas sobre visões extraordinárias, encantamentos e misticismo.

A Divisão Regional do Cariri Cearense

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividiu o estado do Ceará em sete mesorregiões: i) Centro Sul Cearense; ii) Jaguaribe; iii) região metropolitana de Fortaleza; iv) Noroeste Cearense; v) Norte Cearense; vi) Sertões Cearenses e vii) Sul Cearense. A mesorregião Sul Cearense, por sua vez, está dividida em cinco microrregiões, com os seus respectivos municípios, que integram a região do Cariri de que aqui se trata, a saber:

Microrregião de Barro: Aurora, Barro e Mauriti

Microrregião de Brejo Santo: Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte

Microrregião do Cariri²: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Missão Velha, Porteiras, Jardim e Nova Olinda

² Dentro da microrregião do Cariri está encravada a região metropolitana do Cariri, formada pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri e Missão Velha, que lhe são próprios, e mais os municípios de Caririaçu e Farias Brito, pertencentes à microrregião de Caririaçu.

Microrregião de Caririaçu: Altaneira, Caririaçu, Farias Brito e Granjeiro

Microrregião da chapada do Araripe: Campos Sales, Araripe, Assaré, Potengi e Salitre

Considerando, entretanto, a uniformidade e a identidade de padrão com o existente no grupo acima, a prática exige acrescentar-se mais duas microrregiões, perfazendo sete no total do conjunto que forma o Cariri cearense. Então, consideremos também aí integradas as:

Microrregião de Várzea Alegre: Antonina do Norte, Cariús, Jucás, Tarrafas e Várzea Alegre³

Microrregião de Lavras da Mangabeira: Baixio, Ipaumirim, Umari e Lavras da Mangabeira

A Bacia Hidrográfica do Cariri

A bacia do Rio Salgado é praticamente o que compõe a bacia hidrográfica do Cariri, porquanto a sua área de drenagem de 12.865 km² representa 85% da área total do Cariri. Geograficamente, ela integra a Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental, conforme foi definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e os seus principais rios são: Rio Jaguaribe, Rio Salgado, Rio Banabuiú e Rio Cariús. A bacia hidrográfica do Cariri é uma sub-bacia, integrante da bacia do Rio Jaguaribe. O rio Salgado, com seus 308 km de extensão, é a principal artéria hídrica do vale do Cariri e é o quinto maior rio do Ceará em extensão, tributando suas águas no Jaguaribe, formando os dois um curso d'água contínuo que atravessa o estado de sul a norte a partir da chapada do Araripe até o Camocim. A sub-bacia do Salgado está dividida em cinco micro bacias com potencial de acumulação de 447,4 milhões de metros cúbicos. Os principais e mais importantes afluentes do Rio Salgado são o Rio Bata-teiras, que nasce no Crato, e o Riacho dos Porcos, cujo leito é inteiramente dentro do Cariri, às margens dos quais nasceram importantes cidades onde se forjou a história caririense.

³ Os municípios de Cariús e Jucás não integram a Região do Cariri de que trata este trabalho

Ao aproximar-se de Lavras da Mangabeira, a cinco quilômetros, o Rio Salgado passa por uma garganta de rocha de 93 metros de altura por quarenta de largura, conhecida como Gruta do Boqueirão ou Caverna do Boqueirão. Devido à exuberância natural e à sua excentricidade, a gruta é alvo de muitas histórias e lendas sobre visões e encantamentos.

Além do Rio Salgado, temos ainda na bacia hidrográfica do Cariri: o Rio Cariús que nasce em Santana do Cariri e é afluente do Rio Jaguaribe. O Rio Conceição, ou Riacho Conceição que nasce em Salitre, atravessa Campos Sales e Antonina do Norte, antes de desaguar no Rio Jaguaribe próximo de Saboeiro. O Rio Carás que corta o município de Juazeiro do Norte e é perene e poluído; o Rio Granjeiro que nasce no Crato e corta a sua sede com enchentes violentas em virtude do desmatamento da mata ciliar e desvio do seu curso. O Riacho do Machado que nasce na localidade 'Riacho Verde', do município de Várzea Alegre e ainda corta os municípios de Cedro e Lavras da Mangabeira; está imortalizado no hino de Várzea Alegre; é um dos principais afluentes do Rio Salgado; constitui uma micro bacia, com os seus afluentes Riacho Mocotó, Riacho Mundubim, Riacho do Feijão, Riacho do Mameluco, Riacho da Fortuna e Riacho do Meio. Riacho São Miguel, conhecido como Rio São Miguel, nasce em Várzea Alegre e corta o município de Cedro; no seu leito foi construído o açude Ubaldino. Rio Missão Velha, com 88 quilômetros de extensão, nasce na chapada do Araripe e desemboca na cachoeira de Missão Velha; tem como afluentes o Riacho Seco, o Rio Missão Nova, o Rio Salamanca e o Rio Carás. Encontram-se, ainda, o Riacho Esperança, o Riacho do Saco, o Riacho São Francisco, o Riacho da Onça. Conta, ainda, a bacia hidrográfica do Cariri com açudes de grande porte como: Thomás Osterne, no Crato; o Cachoeira, em Aurora; o Atalho, em Brejo Santo; o Poço da Pedra, em Campos Sales; e o Carneiros, em Juazeiro do Norte.

Foge ao escopo deste trabalho aprofundar o estudo da seca. Não se pode, contudo, deixar de fazer-lhe alguma apreciação em razão do Cariri ser, também, por ela afetado. A seca é um fenômeno climático caracterizado pela absoluta ausência de chuvas, ou pela sua insuficiência de precipitações, muito frequente no Nordeste do Brasil. Quando ocorre a insuficiência de chuvas, na quadra invernososa, costuma-se chamá-la de "seca verde", o que tem uma ação talvez mais danosa, porque o agricultor gasta ainda mais os poucos recursos de que dispõe para amainar a terra e plantar, iludido com a pouca chuva que cai. O Cariri, apesar da situação privilegiada que ocupa numa região com centenas de nascentes, também, está sujeito ao fenômeno, ainda mais quando se registra a degradação do meio ambiente ao longo do tempo, desde que começou a ser habitado pelo elemento branco. De fato, houve época no passado mais distante, em que o Cariri era muito pouco afetado pelo fenômeno das secas, em virtude, principalmente, por integrar o ambiente da mata atlântica, ecossistema que aos poucos foi sendo devastado para dar lugar aos aglomerados populacionais.

A ocorrência irregular da seca tem, de certa forma, contribuído para tornar difícil o seu combate. Serviu durante muito tempo para alimentar a forma cruel de exploração do ser humano, com a chamada "indústria da seca", de que personalidades políticas e empresariais utilizavam para enriquecimento próprio. Por ser a sua ação de grande poder destrutivo de vidas humanas e animais, sempre produziu grandes desastres econômicos, financeiros e principalmente morais. As tentativas de suportá-las ou até mesmo de superá-las fizeram surgir o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Essas tentativas ensejaram o episódio célebre da promessa do Imperador Dom Pedro II de vender até a última joia da Coroa contanto que salvasse o sertanejo. O fenômeno climático possibilitou até mesmo a cultura ser enriquecida com peças famosas, como o romance de Raquel de Queiroz "O Quinze", abordando a grande seca

havida em 1915, que fizeram surgir a frase "o sertanejo é antes de tudo um forte" e ainda criaram o neologismo para maltrapilho, "flagelado".

Embora a Capitania do Siará já existisse desde 1535, permaneceu inexplorada até 1603, quando Pero Coelho de Souza obteve da Coroa autorização para explorá-la. A permanência do aventureiro em terras cearenses demorou até 1606, quando Coelho abandonou a empreitada, fugindo de uma terrível seca que perdurou de 1605 a 1607, registrando a historiografia local sendo essa a primeira seca. A história tem registrado a ocorrência de secas ao longo dos séculos, conforme se lê em "História da Província do Ceará", onde Tristão de Alencar Araripe registra que "várias secas flagelaram a Capitania no decurso do século XVIII; e a tradição conserva a memória das secas de 1724, 1728, 1736, 1772, 1790 a 1793, as quais causaram grande mortandade nos gados...", e mais adiante comenta: "Destas secas a mais extensa e fatal foi a de 1793, que durou até 1795, sendo por isso denominada seca grande". Ainda sobre o século XVIII, Barão de Studart (Guilherme Chambly Studart) assina-la a seca de 1777 "que foi precedida dos copiosos invernos de 1775 e 1776". Em Missão Velha, há uma referência oral a uma grande seca que teria ocorrido entre os anos de 1723 a 1727, a qual, segundo dizem, até os brejos e a cachoeiras secaram.

O mesmo Barão de Studart, ampliando as informações prestadas por Tristão Araripe, diz que a "seca grande" na verdade teria começado em 1791, tendo, assim, durado quatro anos. Não se pode deixar de considerar essa hipótese porque, embora chovesse escassa ou abundantemente em alguns municípios, a situação geral do estado era de seca. Tão devastadora foi a "seca grande" que de nada adiantou o pesado inverno ocorrido, em 1789, quando na vila do Aracati se registrou a enchente do Rio Jaguaribe que avolumou a até doze palmos de altura o seu nível de água. Em seguida, veio a seca de 1803 e, um pouco mais adiante, em 1825, houve outra estiagem terrível, seguindo-se ainda mais uma em 1845. Outra seca igualmente grande e talvez a mais devastadora ocorreu trinta e dois anos depois, de 1877 a 1879, passando à história como a seca dos três setes. À sua capacidade de devastação aliou-se o surto de peste. Em car-

ta, de 26 de novembro de 1878, ao bispado de Fortaleza, o padre Cícero informava que, além da seca, grassava no Crato a bexiga e mais o carbúnculo: adiantava ter sabido que, devido à fome, pessoas comiam animais que haviam morrido de carbúnculo.

A propagação de epidemias durante as secas prolongadas era, em parte, proporcionada pela falta de higiene básica que grassava nos grandes aglomerados de flagelados nas cidades. Para completar esse quadro, havia ainda a ignorância das pessoas que não se deixavam vacinar "para não meter a peste no corpo". Durante os seus três anos foram vitimadas aproximadamente 500 mil pessoas, e várias cidades desapareceram completamente no estado do Ceará. Ainda em 1877, o padre Cícero ensinou às pessoas como preparar a macambira e a mucunã (plantas tóxicas) para extrair-lhes o veneno e poderem ser comidas. Esse comportamento do padre Cícero, como se pode perceber, quando se estuda a história da região, é diametralmente oposto ao que muitos políticos e grandes proprietários rurais praticavam, ao se apropriarem dos recursos e dos mantimentos destinados a minorar o sofrimento do sertanejo. Tal procedimento irregular deu origem, nessa ocasião, ao surgimento da expressão tristemente conhecida como "indústria da seca". A seca dos três setes causou tão profunda impressão à Coroa e ao meio culto da capital do país que levou o Imperador a contratar o inglês J. J. Revy, para analisar a possibilidade de construção de açudes, no Ceará, quando foram apontados o boqueirão de Lavras da Mangabeira, Itacolomi, no rio do mesmo nome, e Cedro, nas proximidades de Quixadá. Dos três locais apontados, em virtude do elevado custo, apenas, vingou a ideia de construir-se o açude do Cedro, como ficou sendo conhecido, e, mesmo assim, a sua construção seria iniciada apenas em 1884 e prosseguiu com os atropelos causados com a queda do Imperador.

A Fauna e Flora do Cariri

A caatinga

O Cariri cearense está localizado na região sul do estado do Ceará, e é parte integrante de um bioma conhecido como caatinga. Bioma é uma palavra originária do tupi-guarani que significa mata branca, em alusão à cor esbranquiçada das matas secas em período de estiagem na região Nordeste do Brasil. Esse bioma ocupa uma área de aproximadamente 900 mil km² e estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do norte do estado de Minas Gerais. Apesar do aspecto de mortalidade da vegetação, a caatinga apresenta um estado de riqueza de flora e fauna que somente os olhos mais experientes conseguem enxergar. É quase um estado de letargia que esse bioma se impõe para conseguir sobreviver ao estado de aridez que sofre durante o íterim de estiagem, de seca, provocada pela falta de chuva. Essa baixa pluviometria é uma das características da caatinga que chega a passar quase dez meses sem precipitação chuvosa. Esse baixo índice pluviométrico influencia a capacidade de armazenamento de água e perenidade dos rios. Nesse contexto climático, o armazenamento de água é dificultado, tanto pela escassez de chuva, quanto pelo alto índice de evaporação dos reservatórios, sem que esse volume evaporado se converta em precipitação dentro do perímetro da região. Especificamente, na caatinga que abrange o Cariri cearense esse fenômeno é amenizado, em parte, nas partes mais elevadas da região.

Na chapada do Araripe, a altitude média é de 750 m e é composta basicamente por dois tipos de solo; o latossolo onde predomina o material mineral e o sedimentar, composto por sedimentos fossilizados de origem vegetal e animal, bem como sedimentos minerais trazidos pela água e pelo vento que, ao longo do tempo, foram se acomodando em camadas de sedimentos. É nesse último tipo de solo que surgem as nascentes de água que afloram em vários locais da chapada do Araripe e ajudam a perenizar alguns rios da região do Cariri cearense, o rio Granjeiro,

o rio Batateiras, o riacho dos Porcos e o rio Salgado. Esse último é afluente do rio Jaguaribe já em seu trecho final. A combinação de formação geológica e geográfica, relevo e solo, formando um vale na parte baixa e uma chapada na parte mais alta da região conferem ao vale e à chapada do Cariri uma condição atípica dentro do bioma da caatinga. Essa condição diferencia-se pela maior fertilidade do solo e, conseqüentemente, a maior riqueza de fauna e flora na região. Essa exposição não tem objetivo de fazer um estudo técnico, mas somente uma exposição ao leitor das plantas e animais nominados, não por seus nomes técnicos e científicos, mas por seus nomes comuns, usuais e populares.

A flora

A vegetação da caatinga é rica e diversificada. É caracterizada por ser resistente à falta ou pouca quantidade de água, e apresentando uma grande resistência à condição de aridez do solo. Essa vegetação tem denominação científica xerófila e caducifólia. Ela tem sua formação dividida em três classificações: arbórea, com árvores de oito a doze metros de altura; arbustiva, com vegetação de dois a cinco metros de altura e vegetação herbácea, com vegetação de tamanho inferior a dois metros. Nesse bioma a vegetação é preparada para resistir a longos períodos de estiagem, por isso algumas possuem a capacidade de acumular água nas raízes tuberosas e outras plantas conseguem reter água diminuindo o efeito da evapotranspiração por causa de sua casca grossa, corpo espinhento e folhagem de tamanho pequeno e ralo. Abaixo, temos uma relação de exemplares encontrados na região do Cariri cearense abrangido pelo bioma da caatinga.

Elencamos, aqui, alguns exemplos da rica flora da caatinga do Cariri cearense:

Arbórea: Acácia, Aroeira, Baraúna, Barriguda, Cajueiro,-Carnaubeira, Cedro, Facheiro, Faveira, Gonçalo-Alves, Jatobá, Louro, Maçaranduba, Macaúba, Mangabeira, Mangueira, Oiticica, Pau-ferro (Jucá), Pequiizeiro, Quixabeira, Tingui, Umburana;

Arbustiva: Alecrim, Alfavaca, Cardeiro ou Mandacaru, Coco-babão, Juazeiro, Maniçoba (Mandioca Brava), Mororó (Pata-de-vaca), Quebra-pedra, Umbuzeiro;

Herbácea: Bananeira, Cabacinha, Canapú, Jurema, Macambira, Malva, Manjerição, Marmeleiro, Mata-pasto, Unha-de-gato, Velame, Xique-xique.

A fauna

Estão catalogadas 148 espécies de mamíferos, dos quais, 10 são consideradas endêmicas. Há o registro de 348 espécies de aves, sendo que 15 endêmicas e 20 que estão em processo de extinção. Estão catalogadas 185 espécies de peixes, distribuídas em 100 gêneros, a maioria endêmica. As características únicas da caatinga propiciaram um ecossistema com fauna rica e variada composta por mais de 800 espécies animais. Aí encontramos 148 espécies de mamíferos, 510 de aves, 154 de répteis e anfíbios e 240 de peixes. Todas as espécies que vivem nesse bioma tiveram que se adaptar às condições climáticas severas para garantir a sobrevivência. Existem muitos animais em processo de extinção – pássaro soldadinho do Araripe - e outros tantos ainda não totalmente estudados, dada sua baixa ocorrência nas várias regiões da caatinga – onça-pintada e tatu-bola. Mas todos estão ligados numa cadeia alimentar que garante a sobrevivência deles e do homem que vive nesse ambiente. Essa relação entre as várias espécies influenciou não somente a adaptabilidade ao meio ambiente e suas restrições climáticas, mas também, a relação com o ser humano que, ao longo dos anos, a exemplo do que fez com algumas espécies da flora, soube tirar proveito racional do consumo de alguns animais para alimentação, produção de "remédio", produção de peças de utilidade e artesanato.

Anotamos a seguir alguns exemplares da fauna, predominante na caatinga do Cariri cearense:

- Anelídeos: minhocas;
- Anfíbios: sapo-cururu, jia;

- Aves: anum, ararinha azul, asa branca, canário, carcará, coruja, galo de campina, gola, patativa, periquito, sabiá, soldadinho do araripe, urubu. xexéu;
- Insetos: besouros, borrachudo, cigarra, formigas, gafanhoto, grilos, joaninha, lagartas, louva-deus, mariposa, potó;
- Mamíferos: cotia, gato-maracajá, preá, raposa, sagui, veado catingueiro, onça vermelha;
- Peixes: bagre, cará;
- Quelônios: cágado, jaboti, peba, tartaruga, tatu;
- Répteis: calango, jararaca, sucuri, teiu, tejo, tijubina.

A PROVÍNCIA DO CARIRI NOVO

A ideia já estava em gestação no seio do Partido Liberal por concepção do senador José Martiniano de Alencar, que afirmava assim haver condições de pacificar a região, quer pela supressão do banditismo político, quer pelo controle da prepotência dos muitos chefes e fazendeiros ricos. Propunha o senador separar-se da província do Ceará a região conhecida como Cariri Novo, formada pelos municípios de Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim e Crato. E, assim, foi lançada por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, quando da campanha da Revolução Pernambucana no Crato. Deveriam, também, ser incorporados os municípios de Rio do Peixe e Piancó, ambos da província da Paraíba, mais o município de Pajeú de Flores, na província de Pernambuco, e o município de Piranhas, na província do Piauí. A Câmara do Crato, por sua vez, já havia encaminhado, em 10 de julho de 1828, uma representação ao governo demonstrando a conveniência da criação de uma província no Cariri. Seguindo os passos da Câmara do Crato, a Câmara de São Mateus (Jucás) propôs ao governo central a criação da província do Cariri, sugerindo, ainda, juntar à pretendida província a comarca de Icó, no Ceará, e a de Cabrobó, em Pernambuco. Foi um projeto que tinha tudo para dar certo, pois que o senador Martiniano de Alencar gozava de grande prestígio, tinha o total apoio do Partido Liberal e não contava com opositores de nomeada que pudessem sentir-se prejudicados. Isso se deu no dia 14 de agosto de 1839, quando junto com o senador Martiniano de Alencar também assinaram a proposta: Antônio Pedro da Costa Ferreira, José Bento Ferreira Leite de Melo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Diogo Antônio Feijó, João Antônio Rodrigues de Carvalho, Francisco de Brito Guerra, Francisco de Lima e Silva e Manuel Inácio de Melo e Sousa.

O governo imperial, na pessoa do regente em nome do imperador, apoiou e, em 14 de outubro de 1839, ordenou que o governo da província de Pernambuco adotasse as providências

preliminares cabíveis, e esse assim o fez, em 23 de novembro seguinte. Mesmo escudada no prestígio do senador Alencar, infelizmente, a ideia não vingou, apesar da região, já àquela época, ser cosmopolita. É que mesmo cosmopolita, o Cariri era muito distante dos centros culturais e dos polos de decisões políticas e administrativas no Nordeste. A distância dos centros culturais e polos de decisão que, muitas vezes, impedia a ação eficaz do mando local sobre a ordem e a administração dos demais encargos públicos foi do que se valeu o presidente da província do Ceará, Inácio Correia de Vasconcelos, em 8 de abril de 1846, para arrazoar junto à Corte a criação da província do Cariri. Nesse mesmo ano de 1846, a Assembleia Provincial do Ceará, no dia 14 de agosto, em comissão composta por Joaquim José Barbosa, Hipólito Cassiano Pamplona e Justino Furtado de Mendonça, deu parecer favorável à propositura. A última tentativa partiu da iniciativa da Câmara de Barbalha que, em 18 de julho de 1854, solicitou a criação da província do Cariri e sugeria ser o Crato a capital.

O Homem Branco

Convém notar que a entrada do elemento branco na região do Cariri cearense ocorreu, em linhas gerais, pelos mesmos caminhos já percorridos por seus habitantes primitivos. Vieram, pois, principalmente da Bahia, de Sergipe, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, cumprindo os movimentos migratórios e exploradores do chamado "ciclo da civilização do couro", que se iniciou por volta do final dos anos 1600, ou mais tardar nas primeiras luzes do século XVIII. Com efeito, no período de 1703 até 1800, setenta pessoas obtiveram datas de sesmarias no Vale do Cariri, como ensina o padre Antônio Gomes, citado por Antônio Correia Lima. Obtiveram as glebas, mas, lá não compareceram, não se fixaram na terra nem procriaram, legando a prepostos a administração das terras. O fato é que, ou esses prepostos ou pessoas que compraram o loteamento que resultou dessa falta de interesse, juntamente, com os que, sem delegar, fixaram-se na terra no interesse primitivo, esses, sim, foram os primitivos e efetivos colonizadores. Amainaram a terra, fizeram

crescer os seus rebanhos, construíram casas, capelas, armazéns, aparelharam suas propriedades, enquanto formavam as primeiras famílias do Cariri, famílias que produziram gerações dos verdadeiros caririenses. Deles é que nasceram, também, os troncos das famílias caririenses legítimas.

Deles, dos coronéis e de outros portadores de títulos nobiliárquicos ou não, eis que esses se instalaram, fizeram progredir e, também, procriaram. É importante levar-se em conta que certamente o intercuro procriatório aconteceu via casamentos unindo níveis díspares. Nada impróprio, pelo contrário, dignificou a gênese caririense. Por essa época, muitas pessoas se aventuravam na região, vindas, a maioria por conta própria, e outras a mando de terceiros, ou de formações corporativas, como a Casa da Torre (Bahia). Enquanto se intensificava o intercâmbio comercial, estreitavam-se os laços pessoais, aparentavam-se as famílias, começando a estruturar-se a sociedade caririense. Cumpre observar que a miscigenação não ocorreu de modo muito amplo ou desordenado. De fato, apesar de predominar a cultura canavieira, absorvedora de grandes contingentes de mão de obra, quase não havia escravos negros, tão comuns nos engenhos de outras regiões. O elemento indígena foi o colaborador por excelência das fazendas do Cariri.

À região foram chegando desbravadores vindos, uns em busca de pastagens para o seu criatório, outros à procura de terras agricultáveis, e encontrando o que procuravam, aí se estabeleceram Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato, em fevereiro de 1702, quando foram agraciados com datas de terra na vertente norte da chapada do Araripe, numa extensão que ia da Várzea dos Crioulos até Emboscadas e Cachoeira. Seguiram-se, já em 1703, Manuel Rodrigues Ariosa e Manuel Carneiro da Cunha, pernambucano esse e norte-rio-grandense aquele, ambos nas cabeceiras do Rio Salgado. Vieram depois, Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima, que se estabeleceram no Riacho Quimami (Riacho dos Porcos), João Dantas Aranha, José Gomes de Moura, Baltazar da Silva Vieira e Germano da Silva Saraiva; Domingos da Cunha Serqueira e o capitão Gaspar dos Reis, no Riacho Podimirim; o tenente-coronel Antônio Mendes Lobato e Lira, no Brejo da Barbosa; João Mendes Lobato, o te-

nente Antônio Barreto de Jesus e José Lobato, no Rio Corrente; Antônio de Sousa Gularte, Manuel Ferreira da Fonseca, tenente-coronel José Bernardo Uchoa, José de Sousa Gularte, Amaro de Sousa e Domingo da Rocha Tavares, na lagoa Coacihé, em cima da Serra do Araripe. Aos poucos fixando-se ao longo da chapada do Araripe, tão fértil e propício foi o local que encontraram. O padre Antônio Gomes de Araújo (1973) cita a chegada à chapada do Araripe, por todo a primeira metade do século XVIII, de: capitão Alexandre Correia Arnaud, tenente Antônio da Cruz Neves, capitão Antônio Gonçalves Dantas, tenente-coronel Antônio José Batista e Melo, coronel Antônio Lopes de Andrade, Antônio Macedo Pimentel, capitão Antônio Manuel de Jesus, capitão Antônio Moreira dos Santos, Antônio Pereira Gonçalves Martins Parente, capitão Antônio Pereira de Brito, capitão Antônio Pinheiro Lobo, situando-se no vale em 1734; Alferes Simão Cabral de Melo, fixando-se no vale em 1743; capitão José Paes Landim, em 1731; Ajudante José dos Montes e Silva, 1739; capitão José de Sá Souto Maior, em 1744; Alferes Gonçalo Coelho de Sampaio, 1748; capitão Inácio de Figueiredo Arnor, em 1735; capitão Francisco de Magalhães Barreto e Sá, 1744; sargento-mor Francisco Roberto de Menezes.

A partir daí, surgiram as acomodações de estabelecimento de fazendas, de minas, de aldeamento de indígenas, começando o povoamento civilizado do novo país, no linguajar da época. Desses aldeamentos e dos povoados que se formaram em torno deles ou nas próprias fazendas é que cresceram as cidades. Porque as capitanias hereditárias obedeceram a uma divisão linear reta, paralela à linha do Equador, a Capitania do Ceará não contemplava todo o estado como hoje é conhecido, ficando sua atual parte sul subordinada à Capitania de Pernambuco, razão porque era de Olinda e Recife que partiam as ordens e se administrava esse trecho do território. Foi de lá, portanto, que chegaram ao Cariri mais levas de exploradores e colonizadores do que viriam do Aracati. Até porque, ao decidir-se, à época, buscar novos ambientes, a Serra Grande estava mais perto do que a chapada do Araripe. Como de fato, essa última, para ser vista, era preciso adentrar-se a hinterlândia cearense rumo ao sul até uma distância igual à que percorrida levaria

àquela. Dos desbravadores que foram chegando ao Cariri, vindos, ora de Pernambuco, ora da Bahia, do Rio Grande do Norte, Paraíba e até de Sergipe, além dos poucos que vieram da costa cearense, muitos se fixaram na região. Fundaram estabelecimentos agrícolas ou agropecuários nas sesmarias onde se instalaram, dando início aos aglomerados populacionais que, aos poucos, foram se urbanizando e se transformando em cidades que hoje povoam o Cariri. Multiplicaram-se em gerações sucessivas, mesclaram-se as famílias, formaram, umas a aristocracia, e outras, os clãs mais simples, mas todas contribuindo para o estabelecimento dos troncos das famílias que impulsionaram o crescimento e escreveram a sua história, com a nova etnia brasileira que se formava com a etnia caririense.

Por mais que se queira fazer de conta que não existiu, o sangue está correndo na veia de todos, é inegável. Falemos agora só em termos de população caririense. É triste ver-se cratenses e juazeirenses trocando insultos irracionais sobre quem é o quem. Todos são caririenses e todos têm o mesmo tronco comum: adventícios que chegaram à pátria caririense e nela procriaram, nela fizeram família. Quem é melhor do que o outro? Todos os que nela nasceram vieram de apenas cinco acasalamentos, a saber: o branco de qualquer origem que não o Cariri que cruzou com branco de qualquer origem que não o Cariri – aí podem ser múltiplas as origens; o branco de qualquer origem que não o Cariri que cruzou com índios; o preto de qualquer origem que não o Cariri que cruzou com o branco de qualquer origem que não o Cariri; o preto de qualquer origem que não o Cariri que cruzou com índios; o preto de qualquer origem que não o Cariri que cruzou com preto de qualquer origem que não o Cariri. Em qualquer dos cruzamentos, com o negro ou com o branco, o elemento comum que, verdadeiramente, deu origem ao brasileiro criado foi o índio. Criado, porque foi a nova raça que surgiu com esses cruzamentos, com o brasileiro nato de origem, o índio.

Como já dito, ao aqui aportarem, os portugueses já encontraram alguns brancos de diversas nacionalidades vivendo entre e com os índios. Foram eles, portanto, os índios, os verdadeiros troncos das famílias brasileiras criadas,

independentemente, de que a outra parte possa ter sido um degredado holandês, um náufrago francês, um escravo africano ou um senhor português coberto de títulos de nobreza, do Minho, do Alentejo ou alhures. Então, nobre e pobres contribuíram para a formação dessa nova raça, mas o elemento comum foi o índio. Passaram-se os tempos, aculturaram-se as pessoas e ninguém mais quer descender de índio. Pelo contrário, trata-se de registrar na história que o nosso silvícola era preguiçoso, sanguinário, desonesto e tinha outras qualidades do gênero. Até a sua descendência, de que todos ainda hoje temos sangue na veia, foi maldita com a classificação de "cabra". Note-se que sempre os cronistas de todos os tempos se referem aos "cabras" com desprezo, e assim também o fazem as gentes do povo. Não esqueçamos que há os brasileiros que nasceram, não do cruzamento com o índio, mas com os próprios brancos que aqui viviam, da mesma forma que brasileiros também são os que descendem de pais negros não brasileiros. Não se pode esconder: os próprios "cabras" reproduziram em brancos, pretos e mais raças. Por quê, então, tratar-se o "cabra" com o desprezo que se tem visto por todo tempo? Pelo fato de ser mestiço? Mas o produto de etnias brancas diferentes também não é mestiço? O "cabra" tem menos qualidades do que o branco que assim o apelidou? Todos têm defeitos. Todos, em algum ponto, apresentam uma insuficiência. A grande diferença está em negar-lhes oportunidade e estímulo para desenvolver-se. Capacidade de aprender, sabe-se que o "cabra" a tem, haja vista as habilidades artesanais que externaram ao desenvolverem as mais variadas atividades, que o padre Cícero tão bem soube explorar. E por falar em padre Cícero, ele anunciou a sua origem indígena. Pode-se discordar que ele tenha sido o produto de uma mestiçagem?

Não nos esqueçamos de que ao começarem os portugueses a adentrar o território brasileiro, encontraram brancos vivendo entre os índios; eram holandeses, franceses, ingleses, alemães e também portugueses. Eram pessoas de quem os países europeus queriam se livrar por algum motivo e as mandavam para degredo, ou eram simplesmente despejados na costa brasileira por corsários, piratas, navios mercantes e naus de esquadra. Nem todos morreram de início. Procriaram com as índias, pro-

duzindo novos brasileiros. Voltemos ao "cabra". Muito se tem escrito sobre a sua fidelidade, a sua capacidade de resistência à dor e à fadiga. Como se sabe, cada um dos municípios, como conhecemos hoje em dia, surgiu e cresceu a partir dessas fazendas, engenhos, lavras de mineração ou até de simples entroncamentos estratégicos de veredas que serviam de pouso, local de descanso ou simples pontos de referência. São essas pessoas os verdadeiros troncos das famílias de hoje, mesmo que as suas raízes estejam fincadas no distante Portugal. A partir de carta datada de 20 de novembro de 1530 é que Martim Afonso de Sousa teve o poder de começar a distribuir datas de terras em sesmarias no Brasil, como de fato o fez a uns, de início, delegando a seguir esse poder aos representantes da Corte nos rincões mais distantes. Mais adiante, em capítulo dedicado aos municípios, encontra-se o histórico de cada município, devidamente comentado, bem como, no capítulo dedicado à Cronologia do Cariri, são citadas as datas e os beneficiários das sesmarias.

A Aculturação do Homem Caririense

Os 32 municípios que integram o Cariri cearense foram formados, muitos deles, a partir de aldeamentos missionários, conforme o modelo colonialista português vigente na época, enquanto outros evoluíram, tendo como base a sede de fazendas que tinham capelas. Efetivamente, durante o movimento expansionista colonial, quando se instalaram grandes propriedades rurais, ora para a exploração pecuária, ora para se dedicar à agricultura canavieira, era comum a construção de capelas católicas no corpodo conjunto de suas edificações. E não poderia ser de outra maneira, porquanto os grupos de pessoas que aí se instalavam com suas famílias estavam, na maior parte das vezes, muito longe de qualquer tipo de centro urbano. Assim, precisava ter nesses ambientes, no mínimo: uma casa-grande que abrigasse o senhor de engenho ou fazendeiro e sua família, um engenho, uma senzala para abrigar os cativos, quase sempre mais de uma casa para abrigar agregados e outros familiares, um curral, uma estrebaria, uma oficina e uma capela, onde era guardada a imagem do santo de preferência do senhor ou

da senhora, e que estava sempre pronta para receber a visita de algum padre visitador, como era costume na época devido à escassez de prelados. Como se nota pelo estudo da evolução de quase todas as nossas cidades, era também a religiosidade do povo que movia multidões em torno de capelas ou simples oradas que daí, no futuro, tornar-se-iam cidades. Embora mal interpretados por alguns, assim também foi como surgiram aldeamentos destinados, precipuamente, à devoção que beatos como José Lourenço e Antônio Conselheiro, e que teriam certamente se tornado cidades, tivessem sido outras as condições, outro o entendimento, outro o interesse de ambas as partes, e não os tivesse destruído selvagem e irracionalmente.

As capelas que, no início eram singelas construções de taipa, foram se modificando, tornando-se cada vez mais capazes de abrigar com dignidade os fiéis, até alcançarem o primor arquitetônico de que hoje o Cariri se orgulha. A freguesia dos Cariris Novos foi a primeira a ser criada no Cariri, desmembrando território da freguesia de Icó em 26 de janeiro de 1748. Somente, em 1762, seria criada a segunda freguesia, dessa feita no Crato. São, portanto, as duas primeiras paróquias do Cariri. Assim foi se aperfeiçoando a área de abrangência da Igreja católica, praticamente, a única a difundir uma religião no Cariri, até a transição dos séculos XIX e XX, quando começaram também a evangelizar pregadores de outras denominações cristãs, ao aportarem no Cariri os primeiros pastores protestantes. Além desses, o colonizador aqui encontrou já devidamente instalado outro grupo étnico que também raciocinava e que igualmente cultuava uma divindade. A propósito, quando o colonizador português aqui se instalou, além dos aborígenes, também, encontrou não poucos homens brancos, europeus que eram despejados à própria sorte nas praias.

Era, à época, um costume já há algum tempo praticado pelas nações europeias, para desfazer-se de incômodos assassinos, rebeldes, inimigos públicos ou privados; além disso, outro contingente de degredados, também, despejavam os navios piratas ou corsários, como opção de não matar os seus inimigos ou simples desafetos. É uma população cujo cômputo não pode ser desprezado, porque, além de não serem poucos, muito da-

queles homens se adaptaram rapidamente ao novo ambiente e, ainda muitos conviveram com as tribos que os adotaram, e no seio daquelas comunidades procriaram e culturalmente interagiram. Foram, portanto, os mestiços, então, produzidos os verdadeiros primeiros brasileiros, com a feição brasileira não só étnica, mas, ainda, cultural, se considerar que as crianças, assim, geradas recebiam uma educação mista de valores culturais e de etnias totalmente opostas.

Medidas de Capacidade

Embora possam ser apresentadas, separadamente, segundo cada verbete, é interessante mostrá-las em conjunto, que melhor evidencia as suas correspondências. É importante também acentuar que, embora a capacidade de uma medida possa ser a mesma em todas ou na maioria das regiões, em outras apresenta características de uso que a regionaliza. Exemplo disso é a medida de capacidade 'litro', tecnicamente, correspondente a 1 decímetro cúbico, e que ainda hoje se vê pessoas usarem para medir secos, sendo comum em feiras negociarem-se um litro de feijão, três litros de farinha, um litro e meio de arroz, ...etc. Para facilitar o entendimento, tome-se por parâmetro a medida para líquidos, ainda hoje adotada comumente: a garrafa, que nos padrões modernos corresponde a 700 mililitros.

Alguns exemplos de medidas usados para líquidos:

- 1 tigela = 1 garrafa = $\frac{1}{2}$ quartilho
- 1 quarteirão = $\frac{1}{4}$ de garrafa
- 1 quartilho = 2 tigelas = 2 garrafas
- 1 terça = 6 tigelas = 6 garrafas
- 1 quarta = 8 terças
- 1 canada = 8 tigelas = 8 garrafas

Para secos, a medida-padrão é o alqueire, com aproximadamente 36,72 litros, sendo a quarta aproximadamente 9 litros, e a cuia, sendo igual a $\frac{1}{32}$ de um alqueire, era pouco mais de 1,14 litro, aproximadamente, 1 quilo. Na época do Brasil colô-

nia, alqueire era uma espécie de cesto feito de taquara e muito utilizado para transporte de produtos secos, principalmente, de feijão e milho. No momento da comercialização, para facilitar, o mesmo cesto era usado como unidade de medida. As referências de todas essas medidas se aplicam ao Nordeste do Brasil. É bom saber que a quarta inglesa, por exemplo, é de 1,36 litro.

Sobre o alqueire, registre-se que a mesma palavra indica, também, medida de área que, com as variações existentes entre as regiões que a usam, é de mais ou menos 2,5 hectares, ou 5.000 braças quadradas. Essa medida de área é pouco, ou quase nunca usada no Nordeste. Por isso é que, enquanto em outras regiões se avaliam propriedades rurais em alqueires, no Nordeste a avaliação da área é em hectares. Ainda no meio rural, a medida comum para estipular-se áreas de plantação é a tarefa, que mede 25 braças quadradas. Outro aspecto interessante é que, mesmo com diferenças entre o que no Nordeste se adota, o que é adotado em outras regiões do País, o padrão que as originou é inglês. Uma explicação para o fato seria a de que parte desses padrões nos chegou via portugueses colonizadores que já os adotassem na Europa, enquanto outra parte pode ter sido aqui implantada e adaptada diretamente por comerciantes ingleses ou seus representantes portugueses que aqui negociavam. Como medida linear, o mais comum durante toda a nossa colonização e até bem mais recentemente, no final do século XIX, era usar-se a braça, medindo 2,20 metros, ou a vara, correspondente à metade uma braça, 1,10 metro.

Ainda hoje é possível encontrar-se em bodegas, no interior, especialmente em pequenas cidades, pessoas comprando "quartas" de legumes, cereais e até de carne. Importa salientar que para a venda de grãos e farinhas, os comerciantes dispõem de pequenos cubos de madeira, sem tampa, nos tamanhos correspondentes às medidas de tigela até quarta, enquanto a canada geralmente é uma vasilha de zinco provida de alça. A vasilha de zinco para a medida canada, talvez, ainda assim se mantenha por ter-se tornado a medida para líquidos oriunda da tradição de nos engenhos de açúcar e aguardente fazer parte do pagamento dos negros e demais trabalhadores: o salário do período + uma canada de aguardente. Canada é uma antiga me-

dida de origem portuguesa, equivale a quatro quartilhos, cada quartilho corresponde a meio litro.

Outra medida-padrão ainda hoje usada para grãos é o "litro", que é facilmente encontrado em feiras livres no Nordeste, e que os comerciantes adotam uma lata de óleo de cozinha (que, como se sabe, tem capacidade de 900 mililitros). Feijão verde, em grão, nas feiras é quase sempre vendido em litro que, se se pesar numa balança, corresponde a pouco mais de meio quilo. Como se vê, o litro que hoje praticamente só se assimila como medida para líquidos, era e ainda continua sendo uma medida, poder-se-ia dizer, de peso. Outras medidas de peso que, também, merecem ser apreciadas são a "arroba" e a "cuia". Trata-se a primeira de uma medida de 15 quilos, podendo sofrer pequenas alterações para mais ou para menos entre as regiões. Já a cuia, tendo sido estabelecida como equivalente a 1/32 de alqueire, corresponde a mais ou menos 1,1 kg a 1,2 kg. Até hoje, ainda, mantém-se a tradição de avaliar-se o peso de gado por arrobas. A arroba, com a cifra hoje arredondada de 15 quilos, na verdade é uma medida antiga correspondente à quarta parte do "quintal", peso esse que correspondia a 32 arráteis, ou seja, 32 libras-peso.

Importa comentar sobre as medidas de peso e de capacidade para rapadura, produto que o Cariri já foi grande produtor. Evidentemente, que o peso de cada tijolo de rapadura varia conforme as necessidades dos consumidores: 250 gramas, meio quilo, um quilo. Variável também é a sua acomodação em lotes para venda. O transporte básico para a condução de rapadura, e de quaisquer outros produtos, para comercialização era o burro que os tropeiros usavam em lotes. Para transportar a rapadura, organizavam-se certas quantidades em caixotes de madeira que eram colocados um de cada lado do animal. Essas quantidades eram estabelecidas de modo a ser o mais confortável para o animal vencer grandes distâncias com o mínimo de cansaço. Enquanto na Bahia uma carga de rapadura era de 64 unidades (32 para cada caixote), no Ceará, talvez, por serem os tijolos de rapadura menores, costumava-se usar a carga de 100 unidades. Deve-se considerar também, a medida, de "quarteirão", que, aqui como lá, correspondia à quarta parte de uma carga. Como

informação adicional, à guisa de curiosidade: outrora a água das fontes no Cariri era distribuída através de um sistema de canalização, serra abaixo, formado por telhas, em razão do que vigorou durante um certo tempo a medida de extensão "telha" (que à época era de aproximadamente 50 centímetros).

Comportamentos, Costumes e Tradições

Diferentemente das cidades litorâneas, as cidades do Cariri, como se sabe, não têm praia de mar. As praias usadas pelo sertanejo no seu habitat são aquelas nas beiras dos rios, às margens de lagoas e de açudes. Além dos açudes e dos rios, esses últimos só podendo ser usados em pequena parcela do ano por serem temporários em sua maioria, havia os banhos tomados em poças ou cacimbas formadas pelo remanso das águas. Em qualquer dos casos, havia o costume de se tomar banho separando-se os homens das mulheres. Isso era feito usando-se lugares distintos e bem afastados, ou então em horários diferentes para cada sexo. Tal separação era respeitada com rigor. Houve casos em que o descumprimento dessa regra resultou em morte. Os açudes e os rios, também, eram preferidos pelos meninos, que ali costumavam pescar piaba com garrafas ou com puçás improvisados. Aliás, outra diversão da meninada era caçar passarinhos com baladeira, ou pegá-los com arapucas. Essas brincadeiras eram interditas às meninas, que se divertiam com as suas bonecas, ou brincando de comadre. Para ambos, meninos e meninas, as brincadeiras variavam conforme elas morassem no campo ou nas cidades, embora às meninas estivesse aberto um leque maior de proibições. Com relação ao sexo feminino, por exemplo, existiam tabus comportamentais como, por exemplo, "mulher foi feita para casar, procriar e cuidar de casa e filhos". Daí não se permitir que as moças aprendessem a ler, "para não escrever bilhete para namorado". Moças não podiam sair sozinhas à rua, nem para irem à igreja. Os deslocamentos de maior distância sempre exigiam a presença masculina, ou um grupo considerável de mulheres, para dar certa segurança à integridade moral e física. Eram feitos, na maioria das vezes, a pé, embora fosse comum o uso de carroça. Raro era ver mulheres

montando sozinhas, cavalo, burro ou jumento. Embora fosse um hábito herdado dos nossos antepassados portugueses, a montaria feminina era feita em sela própria, para a mulher sentar-se de lado, sendo inconcebível que uma mulher pudesse cavalgar montada à maneira dos homens. Essas eram usadas somente pelas mulheres mais abastadas, mas o hábito de montar sentado de lado era comum entre todas que utilizavam a montaria como meio de transporte em longas distâncias.

O quarto de dormir de uma moça não podia ter janela, para evitar olhares indiscretos para dentro. A propósito, além do quarto de dormir de moça, em muitas casas havia outros quartos, como a alcova do casal, que também era desprovida de janela. Isso não queria dizer que a esses cômodos fossem extremamente quentes. Não. A construção de casas em quase todo o Nordeste do Brasil dispunha o telhado em duas águas com uma cumeeira altíssima, ficando o telhado quase sempre aparente. As paredes internas tinham a altura máxima da parede frontal e traseira, o que permitia a livre circulação do ar, tornando as peças relativamente arejadas. Nas fazendas e lugares mais afastados da cidade, à chegada de qualquer visita masculina, as mulheres solteiras deveriam se recolher para não serem vistas. Havia, também, o costume de as mulheres não irem para a mesa com os homens. A refeição era servida, primeiro aos homens, e só depois é que as mulheres comiam. Era um costume antigo nas fazendas dos locais mais ermos e distantes, senhores e moradores comerem juntos à mesma mesa. Isso foi numa época em que nas refeições não eram usados o garfo e a faca de mesa. Comia-se com colher e usava-se a mão para dilacerar os nacos de carne. Um ou outro, eventualmente, usava a sua faca de ponta para cortar carne. Esse costume de comer com colher é visto ainda hoje, século XXI, entre as pessoas mais simples. Se bem que o uso de garfo e faca não torne civilizadas as pessoas; basta olhar em volta e ver como se servem pessoas que afetam ser educadas.

Na pescaria, registra-se o costume de usar-se a prática do tinguíjar em vários poços de leito de rios. Mesmo acontecendo em ocasiões seguidas de muita diversão, parece ter tido vida curta esse costume. As pessoas, de alguma forma, foram adver-

tidas para os efeitos danosos para a procriação e perpetuação das espécies. Como o tinguimento, que já fora herdado dos nossos indígenas, havia outros introduzidos também pelo negro escravo, além de práticas populares que os próprios portugueses trouxeram e que o tempo se encarregou de mesclar, tornando, às vezes, difícil definem-se as suas origens. Além disso, havia ainda a carência de pessoas especializadas para cada função, como os médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros. Era um luxo que a pobreza do lugar não permitia. Por isso é que se improvisavam barbeiros como sangradores e tira-dentes, parteiras que além de partos improvisavam pequenas cirurgias ou pensagem de ferimentos e contusões, rezadeiras que também eram hábeis na arte de fazer chás e infusões, cachimbeiras. Diziam elas, por exemplo, que a saliva do fumo mascado podia ser usada como cicatrizante de umbigo de nascituro. Não é que fossem totalmente ignorantes essas pessoas. Ignorância havia às mancheias, mas o principal era a total e absoluta falta de meios ditos civilizados, e, sobretudo a vontade imensa de ajudar ou de salvar. Usava-se algo que estivesse mais à mão para o socorro imediato. Por isso, se usava excremento de animais em ferimentos superficiais para estancar o sangue. Não se matava lagarta por medo de ela se multiplicar; em alguns lugares, nem se lhe pronunciava o nome. Não se pronunciava o nome, aliás, de muitas outras coisas. Algumas, o decoro não permitia: moça pronunciar o nome geográfico Alasca. Outras, a pureza impedia, por isso o diabo talvez seja a entidade que tem mais nomes: a coisa, a besta, o tihoso..., contanto que não se lhe pronunciasse o nome.

A festa do pau da bandeira é o principal evento folclórico-cultural de Barbalha, parte integrante das festividades comemorativas do padroeiro do município, Santo Antônio. Obedece a um ritual em que, previamente, à data comemorativa, dezenas de devotos do sexo masculino adentram à mata da chapada do Araripe onde escolhem e derrubam uma árvore de grande porte e tronco linheiro que possa servir de mastro, deixando-a no local, já limpa de galhos e folhas, para secar durante alguns dias. Findo esse prazo, tem início a segunda parte, que consta de uma procissão em que os devotos conduzem o tronco nos om-

bros até o centro da cidade, erguem-no e o fincam no chão em frente à igreja matriz de Santo Antônio. No alto desse mastro é colocada a bandeira com a efígie do santo. É notável que esse festejo, há tempos, vem sendo praticado em muitas cidades do nosso interior, desaparecendo com o passar do tempo em algumas delas. Muitas cidades do Cariri ainda o mantêm. Como sempre ocorre nas festas comemorativas de santos padroeiros, no Brasil, acontecem quermesses e danças. Nessa festa, entretanto, a procissão leva o tronco da mata à cidade acompanhado o cortejo por uma carroça carregada de cachaça que é servida aos participantes sendo conhecida como "cachaça do senhor vigário". Se alguma moça pretender conseguir casamento tem que tocar no pau da bandeira. A festividade toda se dá ao longo de vários dias, sendo o ápice no dia 13 de junho, consagrado a Santo Antônio. E por falar em pau de Santo Antônio, também, faz parte da cultura do povo caririense a ereção de cruzeiros. É verdade que o cantar-se cruzeiros nas cidades, mormente defronte às igrejas, é uma tradição religiosa herdada do colonizador português, que já adotava esse costume na Europa, ora simplesmente indicando ser aquele prédio um templo religioso, ora marcando a passagem periódica das missões. Mas há um outro cruzeiro de muito uso no Cariri. É o Cruzeiro do Século que, ao longo da sua História, o caririense tem tido o cuidado de erigir, assinalando a passagem de um século para outro. Aí não estão eles apenas defronte das igrejas. Vemo-los espalhados em morros, fazendas e outros lugares, atestando, ainda, a religiosidade do sertanejo caririense, pois o cruzeiro em si é, para o homem mais simples, uma advertência do fim dos tempos, que é temido a cada "fim de era". Cruzeiro do Século ou Cruzeiro das Missões, ambos padecem da mesma incúria. Ambos trazem marcas históricas e são um símbolo da cultura de um povo. E mais, principalmente, os que se encontram postados nos adros das igrejas, contêm registros históricos escritos, além de muitos deles serem obras de arte que infelizmente a miopia de muitos não permite ver.

Crenças e Superstições

A trindade – negro, índio e branco – fez-se una em torno de uma religiosidade própria, pode-se até dizer autóctone, embora os elementos que a constituem sejam em parte alienígenas. Nada que possa causar espanto. Afinal, no Brasil também se repetiu o que já havia acontecido séculos antes: o Império Romano, assim como o sistema da administração colonial dessa parte do Novo Mundo, também, era complacente com as religiões praticadas pelos povos subjugados. Ambos, separando-os mil e quinhentos anos, praticaram um ecumenismo natural. Há que se convir que o sistema de Padroado então vigente no conjunto luso-ibérico muito contribuiu para esse estado de coisas. Afinal, a ausência do pastor leva o rebanho a se suprir, tão naturalmente grande qual a necessidade que sente de se comunicar com a divindade. Tal sistema pode levar a erros de interpretação? Claro que pode, pois ainda hoje o vemos, apesar de vivermos numa sociedade supostamente mais informada. Imagine-se a que isso leva, quando se trata de uma sociedade ignorante, como disse Euclides da Cunha, a religião do sertanejo se amestixa como ele mesmo. Não que haja demérito em seguir-se uma religiosidade mestiça, pois somos todos mestiços. O que conta, em verdade, é a retidão de princípios, é a boa intenção. Isso, sim, é que leva ao fim colimado: a interação com a divindade. A inaptidão de alguns para compreenderem certas coisas deixa-os à mercê do mais apto, que lhes incute no parco entendimento o que deve ser crido, tido e havido como certo. São abstrações inacessíveis para a maioria que as absorve e as pratica na inconsciência da crença de fazê-lo bem, da melhor forma. Satisfaz-se com isso, e mais satisfeito, ainda, fica o senhor que o conduz por tão estreita senda de conhecimento que nulifica o infeliz, que, apesar de tudo, se lhe mantém fiel, por crença ou por medo.

Os pregadores que tiveram êxito, que durante todo esse intervalo de séculos colheram resultados, conseguiram inculcar nas mentes de índios e de sertanejos (ambos costumeiramente adjetivados de incultos e ignorantes) algum conhecimento ou certeza, tiveram o cuidado de mergulhar no universo do catecúmeno, assimilar os seus costumes e práticas religiosas e pro-

fanas, aprender a sua língua, enfim aprender a serem iguais aos que procuravam aculturar. Padre Anchieta, frei Caneca, padre Ibiapina são sempre os mais conhecidos do nosso passado recente. Tanto modernamente tivemos frei Damião e padre Cícero, quanto em tempos mais recuados, ainda, tivemos pregadores de outros credos e leigos que não pregavam religião nenhuma, mas com os nossos índios conviveram, criaram família, formaram ajuntamentos humanos à guisa de povoados que alguns exploradores já encontraram prontos ao adentrarem na mata dita virgem. O Santo é o seu guia, seu conselheiro e o seu protetor nesta vida, o "compadre" com quem conversa sobre as suas mágoas e as mazelas desta vida; e tanto é o santo um compadre que a ele foi consagrada a criança que deu trabalho para nascer, que correu o risco de morrer durante o parto. Crianças, assim, consagradas passavam a ser tidas como "filhos de santo". Esse enfoque faz sentido se se considerar primeiro que ao santo era atribuído o fato de a criança ter nascido com vida (um milagre, portanto), e segundo porque em assim fazendo, a família tinha certeza de que, ao se tornar padre, o menino era o elo de ligação natural da intimidade com o divino, uma vez que os padres eram tidos como santos em vida. A carência de proteção e amparo leva-o a valer-se de alguém já morto e que em vida foi admirado pela bondade, pelo carinho, pela solicitude, pela caridade. Foi, assim, que a certeza de estarem e se verem sendo atendidas pelo padre Cícero, já morto, como se vivo ainda fosse, que as pessoas passaram a tratá-lo como santo.

Uma consequência natural da intimidade que o sertanejo tem com o santo da sua predileção e a fé que nele deposita são os ensalmos, que, praticados obedecendo a certa ritualística, dão-lhes a certeza de serem atendidos e obterem as curas e o amparo espiritual que buscam. De fato, o ensalmo é uma oração acompanhada de benzedura pronunciada de maneira, mais ou menos, ritualística com o objetivo de curar, aliviar os efeitos de males ou evitá-los. Às vezes são essas orações pronunciadas, enquanto se asperge água sobre a pessoa, outras vezes são usados ramos de alguma planta ou erva com que se benze a pessoa que sofre. Quase sempre são, também, acompanhadas da orientação de que a pessoa deve rezar tantas ave-marias,

tantos pais-nossos, dar essa ou aquela esmola, praticar jejuns e outras obrigações espirituais que, aliás, foram ensinadas pelos padres. É de se notar que as orações variam segundo cada caso, por exemplo:

- Para curar erisipela (esipra, ou isipra, no linguajar do sertanejo):

“Isipra, Isipela, Isipelão,
De tutano vai pro osso
Do osso vai pra carne
Da carne pra pele
Da pelo pras ondas do mar sagrado”

Em seguida, o paciente deve rezar um Padre-Nosso e uma Salve-Rainha.

- Para curar íngua:

Deve o doente procurar no céu a estrela mais bonita que houver, aponta-la com o dedo e dizer: “Estrela bonita e bela morra a íngua e fique ela”; o local da inflamação deve ser apontado todas as vezes que o enfermo pronunciar a palavra íngua

- Para curar quebranto:

“Deus que te fez
Deus que te criou
Nossa Senhora é que tira
Esse mal que te entrou”

Em seguida, reza um Padre-Nosso e uma Ave-Maria a Nossa Senhora da Aparecida.

- Para afastar cobras do caminho por onde se quer ir:

“São Bento!
Com água benta!
Jesus Cristo no altar,
O que tiver por aí,
Arrede-se para eu passar.”

- Oração de Santo Antônio

“Santo Antônio pequenino,
Amansador de potro brabo
Amansai o coração de (a rezadeira diz o nome do marido)
(em seguida, a esposa traída responde)
(diz o nome do marido), debaixo do meu pé esquerdo,
Eu te amarro, seja com uma, com duas ou três,
Que eu te parto o coração
Se estiver dormindo, não dormirás,
Se estiver pensando em outra mulher, não pensarás,
Só terás descanso quando com quem viveres falar
Conta-me o que souberes, dai-me o que tiveres,
E paraí com todas as mulheres do mundo
Pois para ti pareço uma rosa, bela e fresca.”

- Reza para tirar argueiro dos olhos:

“Corre, corre cavaleiro
Pela porta de São Pedro
Vai dizer a Santa Luzia
Que me mande um lencinho branco
Prá tirar esse argueiro”

- Reza para curar mau olhado:

“Ofereço este Pai-Nosso, Ave-Maria, Salve-Rainha e Glória ao Pai, que agora acabo de rezar em intenção de Nossa Senhora do Desterro, São Francisco de Canindé e as cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, que tirem o mau olhado de cima de Fulano. Se botarem no bem querer, se botaram na feiura, se botaram na gordura, se botaram pela frente, tiro com o Senhor São Bento, se botaram atrás, tiro com o Senhor São Braz; se botaram de lado tiro com São Geraldo”. A seguir se repete três vezes: quebrante e mau olhado vai-te para as ondas do mar sagrado.

- Reza para curar hemorragia:

“Sangue que tem em si, como Nosso Senhor Jesus Cristo teve em Si. Sangue que tem no corpo, assim como Nosso Se-

nhor Jesus Cristo teve no horto. Sangue que tem na veia, assim como Nosso Senhor Jesus Cristo teve na ceia". Em seguida, reza-se três Ave Marias e três Pai-Nossos, oferecendo às cinco chagas de Cristo.

É importante salientar que os escravos e os demais negros forros, a qualquer título, formaram importantes congregações religiosas para o suporte logístico das igrejas e capelas, construindo-as com recursos próprios e alheios, mantendo-as e conservando-as, além de outros afazeres próprios dos rituais eclesiásticos.

Riquíssimos, também, são os estudos feitos sobre a forte influência que essas pessoas exerceram na formação da religiosidade no Cariri. Críticas e insatisfações à parte, não se pode desprezar o fato de que a religiosidade caririense é autêntica. O que importa realmente a esse povo é o contato que ele sempre busca ter com a divindade, por isso que está sempre aberto. Por isso também é que hoje proliferam em todos os seus municípios os templos cristãos, de diversas tendências, mas cristãos. Não é à toa que Juazeiro do Norte é também conhecida como a "Meca do Cariri". As crenças, as credences e as superstições integram um conjunto de tradições populares e todas têm a mesma origem: o medo do desconhecido e do ar de mistério que o envolve, a busca da felicidade, da solidariedade e o desejo de servir e aliviar, não só os próprios, mas também os sofrimentos dos outros. À medida que a mente vai se povoando de conhecimentos, os lugares povoam-se com pessoas e os novos olhares vão descortinando esse véu de mistério. O processo é lento, pois, ainda hoje, perduram crenças que aqui desembarcaram com os nossos colonizadores. São sentimentos muito fortes que ainda animam o sertanejo nordestino. Mas esse estado de espírito é mais amplo e mais antigo.

Da Europa, importamos diversos deles via colonizadores, da África. Vieram outros, por meio dos escravos, juntando-se tudo ao modo de vida dos nossos indígenas, que tinham crenças e superstições parecidas. O caldo resultante tem sido objeto não só de crônicas e contações de casos por escritores, mas, também, tem atraído a atenção de cientistas que os estudam. Entre esses,

citamos Luís da Câmara Cascudo, Lúcia Gaspar e Domingos Vieira Filho. Autores caririenses têm registrado, tanto em prosa, como em verso, inclusive de cordel, toda uma gama de crenças e superstições na região do Cariri. Modo geral, são quase todas as mesmas de que se tem notícia alhures. Fica, portanto, o registro, eis que o seu uso e a sua prática, no ambiente sul cearense, apontam a forma de cultura, também, já adquirida. Há nessas superstições e crenças outro aspecto muito interessante: elas são surpreendentemente democráticas; o mais instruído e o mais rude dos homens delas padecem igualmente. Por isso é que sempre encontramos alguém disposto a dar um conselho, a oferecer um chá, a fazer uma oração, a amparar alguém em dificuldade, pelo simples prazer de fazê-lo. Não costumam receber pagamento por isso. Há, é verdade, os aproveitadores de ocasião, mas isso foge ao que nos interessa, que é a colaboração mútua que proporcionam as rezadeiras, os benzedores, os chás medicinais, as garrafadas, os ensalmos.

Vejamos algumas crenças:

- Deixar uma tesoura aberta por muito tempo dá azar.
- Ao acompanhar enterro, não se deve entrar no cemitério antes do caixão.
- Se o João-de-Barro construir a sua casa com a porta voltada para o poente, é sinal de bom inverno.
- Coceira na palma da mão direita é dinheiro que vem, se for na palma da mão esquerda é visita que está para chegar.
- Espelho quebrado dá sete anos de má sorte; se ficar se olhando no espelho quebrado, vai quebrar a própria alma.
- Usar a mesma roupa que vestia quando obteve sucesso ajuda a repetir o sucesso.
- Olhar-se em caco de espelho quebra a própria alma.
- Jogar dente de leite no telhado dará à criança dentes permanentes fortes.
- Apontar para uma estrela cria verruga no dedo.
- Benzedura com ramo de alecrim cura gota.

- Aranha, grilo e lagartixa dão boa sorte no lar; se matar a aranha, dá infelicidade no amor.
- Pessoas que padecem de perturbações mentais ficam atacadas na lua cheia.
- Gato preto dá azar.
- Orelha quente: alguém está falando mal de você.
- Vassoura atrás da porta enxota visita incômoda.
- Criança que nasce com a mão fechada, quando adulta será sovina.
- Criança que brinca com fogo, à noite faz xixi na rede.
- Para ajudar a cicatrização do umbigo de recém-nascido, a parteira deve aplicar no local saliva impregnada de fumo mascado.
- Chinelo emborcado atrai desgraça.
- Passar debaixo de escada dá azar.
- Pisar em rabo de gato atrai malefícios.
- Criança sonhar que está caindo num poço é porque está crescendo.
- Não se corta cabelo em lua minguante, pois o cabelo não cresce mais.
- Roubar imagem de São José garante bom inverno.
- Enterrar imagem de Santo Antônio de cabeça para baixo dentro de uma cacimba, ajuda a conseguir casamento; quando a moça enterrar o Santo, entretanto, é preciso recitar este ensalmo: Meu Santo Antônio querido/Meu santo de carne e osso/Se tu não me dá marido/Não tiro você do poço.
- Se o galo cantar fora de hora é sinal de morte certa, ou coisa ruim acontece.
- Criança morta enterrada pagã, à meia-noite, vem pedir a água do batismo.

- Beber água (ou chá) de aliança serve para evitar aborto; o procedimento para fazer o chá é o mesmo que para qualquer outro chá, apenas tem que ser usadas as alianças do casal.
- A melhor hora para rezar a Salve-Rainha é de madrugada, ou então no pingo do meio-dia.
- Assobiar de noite chama cobra.
- Para evitar o quebranto em criança recém-nascida é só colocar no seu braço uma figa ou uma fita vermelha.
- Ao entrar em casa, usar sempre o pé direito para dar sorte.
- Sair de casa sempre pela porta por onde entrou.
- Andar de costas atrasa a vida.
- Dormir com os pés virados para a porta da rua atrai a morte.
- Dormir com os pés sobre a mesa de refeição atrasa a vida.
- Quem mata anum atrai a morte para dentro da própria casa, além de ir ficando cada vez mais pobre.
- Acauã cantando perto de casa, está avisando que vai morrer alguém.
- Tomar banho ou lavar-se na sexta-feira faz mal à alma.
- Se sepultar um cadáver com ouro ou prata, a sua alma vai penar no purgatório.

No conjunto dessas superstições há, ainda, as entidades fantásticas que sempre animaram as conversas noturnas nos terreiros das fazendas e nas senzalas: o vaqueiro misterioso, a mula sem cabeça, o negro d'água, a cabra cabriola, o quimbungo, o lobisomem, o saci-pererê, o caipora, o curupira, o bicho-papão, a alamova, o velho-babau, a alma-penada, o mau olho, o olho gordo, o cabeça de cuia, a mãe d'água. Nas feiras do Cariri, com especialidade na de Juazeiro do Norte, pode-se encontrar mezinhas para todos os males. O que são elas? Remédios caseiros, como popularmente se diz. Será apenas isto? Embora o dicionário registre o termo genericamente como remédio caseiro, a mezinha vai além disso; vai além de um simples chá

refrescante ou calmante; envolve, na verdade a acumulação da experiência e da sabedoria popular que as pessoas utilizam na tradição da tentativa de aliviar os males e as dores dos seus semelhantes. Os seus fundamentos estão nas tentativas de que os índios que nos precederam fizeram com as ervas que a natureza lhes oferecia, experiência também importada com os negros que aqui chegaram, escravos, e igualmente conhecedores das propriedades medicinais de uma grande variedade de plantas, com os judeus que aqui aportaram fugindo da Inquisição e que trouxeram consigo a tradição milenar do uso de chás e unguentos.

Os chás e as infusões simples, aos poucos, evoluíram para combinações de ervas, raízes e cascas de árvores de maneira que puderam alcançar um espectro maior de aplicações. Embora possa a medicina tradicional opor alguma resistência, lançando expressões como: crendice, superstição, falta de prova, e que mais, a meizinha, além de resistir, tem sido objeto de estudo, porque todos sabem que é justamente nas ervas, nas raízes, nas cascas de árvores que são encontrados os princípios ativos da maioria dos remédios fabricados industrialmente.

As boticas primevas, não só no Cariri como em todo o estado do Ceará, eram empreendimentos simples, é verdade, pois que as dificuldades de comunicação eram imensas, e os boticários que as faziam funcionar eram, muitas vezes, farmacêuticos práticos. À medida que a estrada de ferro ia avançando interior adentro, começaram a surgir médicos e dentistas, o que não impediu que os farmacêuticos práticos continuassem a prestar os seus serviços. É simples, os médicos que vinham no trem eram ocasionais, enquanto que os boticários residiam nos lugares, além de serem melhores conhecedores da flora local, e serem os que aviavam as receitas de pomadas, emplastros, xaropes e pílulas prescritas pelos médicos viajantes. Quantos boticários não usavam o chernoviz, do mesmo modo que o faziam os médicos de antanho? É bom ter sempre em mente que essas crenças populares nos chás, infusões, unguentos, etc., com todo o ar de singeleza inculta que lhe emprestamos quando delas falamos, são baseadas, são fruto da observação atenta e da pesquisa empreendida pelo negro, pelo índio, pelo

caboclo, exatamente, do mesmo modo que a empreendem os farmacêuticos e os químicos. Será apenas folclore ou literatura popular o que Juvenal Galeno apresenta no seu livro "Medicina Caseira"? As invenções de Benjamim Franklin foram apoiadas em observação empírica do mesmo modo que as descobertas do sertanejo sobre a previsão de chuvas. A gota do veneno que mata é a mesma que cura, e o índio sabe disso da mesma forma que o médico. Chamemo-la, portanto, 'medicina popular'. Senão vejamos alguns exemplos do receituário popular de tal "medicina".

Receituário popular:

- Para eliminar cálculo renal – coco-babão misturado com casca de jiló.
- Para quem sofre de diabetes – chá de pata-de-vaca.
- Diurético – chá de quebra-pedra (também serve para cálculo renal).
- Cicatrizante e anti-inflamatório – chá de casca de jucá; serve também para aliviar os efeitos de contusões.
- Doenças de pele são amenizadas ou curadas com banhos em água com casca de mulungu.
- Doenças do trato respiratório curam-se com lambedor.
- Para dor de barriga – chá de pepaconha (Ipecacuanha).
- Impingem e micose curam-se com o sumo da folha de mata-pasto.
- Bronquite, pneumonia e puxado de asma curam-se com chá de mangará debananeira. Para a bronquite, também, é muito bom o lambedor de entrecasca de juá misturado com cravo e canela. Além da cura da bronquite, o chá de malva também é um excelente expectorante.
- Para o alívio de brotoejas, lavar as partes afetadas com infusão de manjerição. Também a infusão das folhas secas de bananeira é muito boa para brotoeja. Usa-se o mesmo procedimento.

- Chá de cabacinha é muito bom como descongestionante nasal.
- Chá de cabelo de milho é indicado para os rins e sarampo.
- O chá de sementes de endro é calmante e alivia a pressão alta.
- Dor de garganta cura-se com banha de tiú ou com chá de casca de jurema.
- Vermífugo natural – semente de jerimum; também o óleo de rícino era administrado às crianças para acabar com as lombrigas.
- Para curar bicheira no gado – óleo de andiroba misturado com fumo de rolo picado.
- Para cicatrizar umbigueira de bezerro novo – passar sarro de cachimbo no local; serve também para debelar feridas renitentes em humanos, ou ainda logo após se extrair bicho-de-pé.
- Para curar artrites e dores na coluna vertebral – leite de janguba.
- Afrodisiaco natural – chá de catuaba.
- Calmante natural – chá de flor de laranjeira.
- Pancadas e hematomas são aliviados com infusão de casca de pau-ferro.
- Expectorante poderoso – mastruz com leite.
- Para nariz entupido ou estalecido banha-se a cabeça com infusão de quinquina. O quebra-faca também é muito bom nesses casos. A raspa do quebra-faca alivia a dor de dente
- Folha do olho da goiabeira – quando mastigada, elimina a azia; em forma de chá estanca diarreias.
- Chá de cabeça-de-negro, também, é um antidiarreico.
- Chá de folha de louro é bom para crise de fígado.
- Para o diabetes, chá de mororó ou de oiticica.

- Dois purgantes naturais – batata da jalapa (batata-de-purga) e a raiz da maravilha.
- Mel de jandaíra para acalmar a tosse.
- Cura-se o sarampo com chá das folhas de sabugueiro.
- Para cobrir ferimentos e evitar a contaminação, o sertanejo usava verniz para madeira.
- Para tratar de furúnculo – folha de pimenta azeitada com óleo de linha e aquecida na chapa do fogão. Coloca-se sobre o furúnculo e deixa lá ficar até o furúnculo amarelecer e amolecer; então é só espremer para sair o carnegão.
- Outro remédio para furúnculo – emplastro de farinha com óleo de pequi.
- Para passar a febre – um comprimido, chá bem quente (de alfazema, de capim santo), embrulhar-se com um cobertor e ficar suando até a febre ir embora.
- Para tratar a gripe – leite ferrado; consiste em aquecer o ferro no fogo até ficar em brasa e imediatamente colocá-lo dentro do leite; deve-se beber ainda quente.
- Para cólica menstrual e dor reumática – chá de arruda.
- Para baixar a pressão arterial – chá de folha de cana.
- Para inflamação do estômago – chá de courama.
- Para inflamação intestinal – chá de casca de romã.
- Para sinusite – chá de alfavaca.
- Óleo de copaíba – cicatrizante, antisséptico, vermífugo; bom para dermatoses, psoríase, eczema.

O Folclore

Esta é uma palavra muito interessante, porque quando se pesquisa a respeito, vê-se que o seu universo é muito maior do que se costuma ver apresentado como cultura popular (a sua tradução direta). As danças, canções, folguedos, lendas,

provérbios compõem o conjunto do folclore, juntamente, com os costumes, as tradições, as superstições, e até a religiosidade popular. Na medida do possível, aqui estão apresentadas as diversas maneiras como se expressa culturalmente o povo do Cariri, sendo as duas maiores: as romarias ao Juazeiro e a festa do pau da bandeira de Barbalha, ambas de significado religioso. Essa nascida sob a orientação da Igreja católica, aquela à sua revelia, com a conotação que assumiu logo no começo. A celebração do dia de Santo Antônio estando relacionada à liturgia da Igreja católica, foi por isso mesmo incentivada com as festividades que se costuma promover em honra de cada santo aniversariante: novenas, quermesses, procissões, ritual que é muito antigo. Mais recente, o costume de hastear-se a bandeira do santo em frente da matriz em Barbalha, que começou ainda no tempo do padre-mestre Ibiapina, aí por volta de 1868, em mastro simples, como se costumava fazer por ocasião das festas juninas com a bandeira de São João. O padre José Correia, 60 anos depois, introduziu uma novidade: incentivou os barbalhenses a erguer sempre mais alto a bandeira de Santo Antônio, para o que pediu aos homens do lugar que fossem procurar, na mata, uma árvore com a altura da grandiosidade da festa. Iniciou-se, assim, em 1928 a tradição de um ritual que ao longo dos anos foi se aprimorando e firmando raízes culturais. Hoje, muitos municípios caririenses praticam o mesmo ritual onde Santo Antônio é o padroeiro. O que antes se atinha à comemoração religiosa foi, aos poucos, ganhando elementos profanos, complementando-se aquela e esses para a alegria de todos. O que na década de 1920 era uma nostálgica novena de Santo Antônio, em pouco mais de vinte anos desaguou numa espécie de carnaval em que o santo é só um detalhe, e hoje, veja só, folclorizou-se, ganhou foros de festa folclórica, artística, cultural. Embora grande como hoje se apresenta, o festejo do pau da bandeira ocupa o segundo lugar na afluência de público e circulação de riqueza no Cariri. Mesmo se considerarmos a concomitância das outras celebrações de pau da bandeira nos demais municípios que adotam a prática.

Acima de quaisquer outros eventos no Cariri, por mais grandiosos que sejam, como é o caso da Expo Crato, estão as

romarias a Juazeiro do Norte: a das candeias, a da Virgem das Dores, a do aniversário do padre Cícero. Afora essas, há as romarias diárias de grupos isolados. Com todas elas, exercita-se a miscigenação das diversas culturas que trazem os romeiros. Exercita-se o acultramento dos benditos, das ladainhas, dos ex-votos, da tradição oral das suas experiências individuais e coletivas. É o cordel que se expande, são as cantigas que se entoam, é o burburinho de milhares de pessoas que se integram e fortalecem com a sua cultura popular e os seus saberes. Esses dois movimentos culturais, tiveram origens distintas. Enquanto a festa do pau da bandeira nasceu no seio dos rituais da Igreja católica, com suas procissões, novenas e quermesses como incentivo aos fiéis pelo culto do santo padroeiro, as romarias a Juazeiro surgiram espontaneamente no meio do povo, contra a vontade da Igreja católica e de algumas instituições civis, cuja cegueira não lhes permitia ver fé, apenas hordas de fanáticos maltrapilhos e malcheirosos. Evoluiu-se. Atualmente os romeiros contam com a Secretaria do Turismo e da Romaria e a Pastoral do Romeiro na promoção e administração dos eventos ligados à romaria. Notável é que as romarias e os romeiros fizeram sair, à luz do dia da cultura, manifestações que antes, se não reprimidas pelas autoridades, eram no mínimo ignoradas, como, por exemplo: a dança do congo, o maneiro-pau, o reisado do congo, o reisado de couro, a dança de São Gonçalo. Folias de escravos, de gente humilde e negra. O reisado do congo e o reisado de couro são versões populares da festa de reis.

Outros folguedos populares, há os que não descendem em linha direta das gentes mais humildes, e mais, nenhum deles descende dos nossos índios. Embora todas essas manifestações sejam importadas, algumas aqui medraram por serem cultivadas, de início, em salões elegantes, como a dança do pau-de-fita, que aqui se tornou o trancelim ao passar para os terreiros. O maneiro-pau é uma dança que representa a habilidade do nosso sertanejo de outrora no manejo do cajado como arma de ataque e de defesa. A semelhança dos folguedos folclóricos do negro com aqueles mais próprios do branco denuncia a adaptação que o escravo fez nessas brincadeiras, incluindo elementos da sua cultura, como é o caso do reisado de congo. Já o reisado

de couro, que representa o manejo do gado e a vida na fazenda de criação, é uma representação folclórica nascida no Nordeste do Brasil. É mais nossa. É o mesmo reisado dos caretas ou do bumba meu boi. Tanto na festa de reis, como no reisado de congo e no reisado de couro a música é um elo comum, assim como a exuberância de enfeites e a alegria da participação da população. Com relação à música, tem-se que os instrumentos eram feitos pelas pessoas do povo, utilizando materiais comuns disponíveis no lugar. As bandas cabaçais, por exemplo, que constam de apenas três tipos de instrumentos – o zabumba, a caixa e os pífaros (o mesmo que pífano), que outrora eram feitos de tronco de madeira e de bambu ou caniço. Atualmente, ainda, há quem mantenha a tradição de assim fazê-los. De igual forma, no meio desse povo encontram-se pessoas capazes de fabricar diversos instrumentos musicais, antes rústicos, hoje nem tanto. Bem que o padre Cícero estava certo quando mandou que cada lar fosse uma oficina. E é nessas oficinas que também se fazem as xilogravuras que ilustram os cordéis e livros, e, ainda, decoram as paredes de casa e escritórios, como obras de arte que são. Foi em oficina como essas que o funileiro fabricou as lamparinas que foram usadas na primeira procissão das candeias

A Maçonaria no Cariri

A primeira loja maçônica do sul do Ceará foi fundada em 1933, na cidade do Crato, graças aos esforços despendidos por José Fausto Guimarães, secretário do padre Cícero, Modesto Costa e Alfeu Alboim, comerciantes, e mais o representante das máquinas de costura Singer, José Barbosa da Costa Filho, que articularam encontro com o delegado do Grande Oriente do Brasil no Ceará, José Ramos Torres de Melo, resultando desse encontro a criação da Loja Maçônica Deus e Amor. José Fausto tinha, assim, acatado o pedido do padre Cícero de não implantar a maçonaria no Juazeiro porquanto, mesmo não sendo contra, fazia suas restrições. O padre Cícero faleceu em 20 de julho de 1934, a partir de quando não existiria mais o impedimento do respeito à opinião e ao desejo do grande líder espiritual. Feitos então os contatos necessários, inclusive dado o interesse de se

criar no Ceará um Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil, para o que era preciso que funcionassem vinte lojas no Ceará, foi instalada a Loja Cavalheiros Spartanos, em Juazeiro, no dia 7 de setembro de 1935. Nesse mesmo ano, ainda, foram instaladas mais três lojas no Cariri: a Loja Renascença do Cariri, no Crato, a Loja Evolução Nordestina, em Juazeiro, e a Loja Deus, Caridade e Família, em Missão Velha.

Figura 2 – José Fausto Guimarães



Fonte: Sitio <https://cavalheiros85.wordpress.com/2017/11/19/primeiro-post-do-blog/#jp-carousel-40>

O BISPADO DO CARIRI

No Crato está a sede da diocese que jurisdiciona todo o Cariri, a diocese de Crato, cuja catedral é a velha igreja matriz de Nossa Senhora da Penha. A diocese de Crato foi criada, em 20 de outubro de 1914, pelo Papa Bento XV, por meio da Bula *"Catholicae Ecclesiae"*. Sendo a segunda a ser implantada no Ceará, logo estabeleceu a sua sede na igreja de Nossa Senhora da Penha, que foi elevada à dignidade de Catedral, apesar dos esforços despendidos pelo padre Cícero para conseguir a criação do bispado em Juazeiro do Norte. Quando foi desmembrada da diocese de Fortaleza, a diocese de Crato iniciou as suas atividades com 21 paróquias. Hierarquicamente, a diocese de Crato está subordinada à arquidiocese de Fortaleza, que faz parte da província eclesiástica de Fortaleza, da regional Nordeste I.

Figura 3 - Brasão de Armas da Diocese do Crato



Fonte: Sítio da Diocese do Crato

Descrição heráldica do brasão de armas da diocese do Crato: Escudo Eclesiástico de jalde(ouro), fendido de blau(azul). Ao

coração a letra "M" encimada de uma cruz de argenta (prata), sobre o fendido. Em sua volta doze lírios brancos, postos em círculo. Brocante da ponta, de sinopla (verde), sob o fendido, em formação montanhosa. O conjunto pousa sobre o báculo e a cruz episcopais timbrado por uma mitra forrada de goles (vermelho), ambos de jalde. Sob o escudo um listel do mesmo, com a inscrição do nome da diocese que o brasão simboliza, escrita com letras de cendrée (cinza). Esse brasão de armas foi criado somente depois de passados 96 anos da criação da diocese, já sob o episcopado de Dom Fernando Panico, em 2010. O seu desenho foi confiado ao seminarista Wesley Barros, versado em heráldica, que o executou seguindo a solicitação e as sugestões de Dom Fernando. A ideia primária foi a de homenagear o Papa Bento XV, que criou a diocese. Um detalhe interessante no brasão é a parte inferior do escudo (brocante da ponta) cujo desenho estilizado na cor verde representa a chapada do Araripe. Anote-se, de passagem, que durante as nove décadas antes da sua criação, os documentos oficiais da diocese eram timbrados com o brasão de armas de cada bispo que antecedeu Dom Fernando.

Durante anos, travou-se uma disputa entre Crato e Juazeiro pela primazia de abrigar a sede de um bispado. Foi uma disputa em que os dois principais combatentes, como era de se esperar, foram, de um lado, o padre Cícero buscando implantá-la no Juazeiro, e, do outro, Dom Joaquim, o bispo de Fortaleza, que a queria no Crato. De fato, dirigindo-se ao então padre Quintino, em carta de 19 de abril de 1909, Dom Joaquim afirmava categoricamente: "ainda que o P. Cícero arranjasse um patrimônio de mil contos de reis eu jamais concorreria para a criação de diocese no Juazeiro que é habitado por exploradores e explorados". Era de se esperar que o padre Cícero não tivesse forças para alcançar o seu objetivo, em razão da viva animosidade reinante por conta do episódio das hóstias ensanguentadas. O bispo de Fortaleza tinha nas mãos o poder e o prestígio do cargo que ocupava. Por isso, de nada valeram os esforços que Cícero despendeu junto a pessoas como o Dr. Leandro Bezerra e a Baronesa da Ibiapaba, na tentativa de obter montante financeiro suficiente para a empreitada. De nada valeu também a sua

embaixada junto ao Papa Leão XIII, quando esteve em Roma em 1898.

Além do Crato, as demais dioceses no Ceará são as de Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá, Sobral e Tianguá. Em 28 de janeiro de 1961, foi desmembrada parte do seu território diocesano para a criação da diocese do Iguatu. Os seus limites geográficos confinam com os das dioceses de Iguatu, no Ceará; Cajazeiras, na Paraíba; Afogados da Ingazeira e Salgueiro, em Pernambuco; e Picos, no Piauí. Territorialmente, a diocese do Crato é formada por cinco regiões forâneas, abrindo um total de 55 paróquias, e é administrada por um bispo, auxiliado por um Vigário-Geral Diocesano, um Chanceler Diocesano, um Ecônomo Diocesano, um Colégio de Consultores, um Conselho Presbiteral e um Conselho Diocesano de Assessoria Econômica.

São as seguintes as paróquias sob sua jurisdição de cada Região Forânea:

Região Forânea I: paróquia de Nossa Senhora da Penha – Sé Catedral; essa região, por ser a sede da diocese, é formada apenas pelo município do Crato, e tem aqui as seguintes paróquias: São José Operário, no distrito Ponta da Serra, São Miguel, São Francisco, Santuário Eucarístico Diocesano, Nossa Senhora Aparecida, Sagrada Família, Nossa Senhora de Fátima e Sagrado Coração de Jesus;

Região Forânea II: compreendendo os municípios de Barbalha, Caririaçu e Juazeiro do Norte – paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, e as paróquias de Nossa Senhora das Dores (basílica menor), São Francisco, São João Bosco, Menino Jesus de Praga, Nossa Senhora Aparecida, São José, São Cristóvão, Nossa Senhora Auxiliadora e Sagrado Coração de Jesus, em Juazeiro, São Pedro, em Caririaçu, e Santo Antônio e São Vicente, em Barbalha;

Região Forânea III: compreendendo os municípios de Abaiara, Barro, Brejo Santo, Jardim, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte e Porteiras – paróquia de Santo Antônio, em Jardim, e as paróquias do Sagrado Coração de Jesus, em Brejo Santo, São José, em Missão Velha, Nossa Senhora das

Dores, no distrito de Jamacaru, de Missão Velha, Nossa Senhora da Saúde, de Penaforte, Nossa Senhora dos Milagres, em Milagres, Imaculado Coração de Maria, em Abaiara e Sagrado Coração de Jesus, no distrito de Palestina, em Mauriti;

Região Forânea IV: compreendendo os municípios de Aurora, Baixio, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, distritos de Mangabeira e Quitaiús, de Lavras da Mangabeira, Umari e Várzea Alegre – paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Ipaumirim, e as paróquias Senhor Menino Deus, em Aurora, Nossa Senhora da Conceição, em Granjeiro, Nossa Senhora da Conceição, em Farias Brito, São Gonçalo, em Umari, São Francisco das Chagas, em Baixio, São Raimundo Nonato, em Várzea Alegre, São Vicente Férrer, em Lavras da Mangabeira, São Sebastião, em Mangabeira e Nossa Senhora do Rosário, em Quitaiús;

Região Forânea V: compreendendo os municípios de Campos Sales, Assaré, Altaneira, Santana do Cariri, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Tarrafas, Salitre e Antonina do Norte – paróquia de São José, em Potengi, e as paróquias de Nossa Senhora da Penha, em Campos Sales, Nossa Senhora das Dores, em Assaré, Santa Teresa de Jesus, em Altaneira, Santa Ana, em Santana do Cariri, São Sebastião, em Nova Olinda, Santo Antônio, em Araripe, Nossa Senhora das Angústias, em Tarrafas, São Francisco das Chagas, em Salitre, e Santo Antônio, em Antonina do Norte.

O comando pastoral da diocese já esteve sob: Dom Quintino Rodrigo de Oliveira (10/03/1915 – 29/12/1929), Dom Francisco de Assis Pires (10/12/1932 – 11/07/1959), Dom Vicente de Paulo Araújo Matos (28/01/1961 – 01/07/1992), Dom Newton Holanda Gurgel (24/11/1993 – 02/05/2001) e Dom Fernando Pânico, desde 2 de maio de 2001. Fazem parte da sua estrutura administrativa as seguintes instituições: Fundação Padre Ibiapina, Colégio Diocesano, Centro de Expansão, Faculdade Católica, Colégio Pequeno Príncipe e Caritas Diocesana. Como sede de diocese, o Crato abriga, ainda, o Santuário Eucarístico Diocesano do Crato, que existe desde 23 de maio de 2010. Antes, porém, o templo abrigava a igreja de São Vicente Ferrer, orago

de culto secular. Já, em 1788, havia um oratório a ele votado exatamente naquele lugar.

A crônica histórica acusa que, em 29 de dezembro de 1801, dona Luiza Joana Bezerra fez uma doação de terras para a formação do patrimônio e se comprometia a edificar uma capela com a devoção de São Vicente Férrer para benefício espiritual próprio e do seu falecido marido, o capitão Sebastião de Carvalho Andrade. Dona Luiza, que era filha do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro e mãe do padre Pedro Ribeiro da Silva, não podia saber ainda, mas estava plantando uma semente do futuro Santuário Eucarístico, assim como o brigadeiro Leandro, também, talvez nem desconfiasse que a capelinha que mandara erguer a fim de que o padre Pedro Ribeiro, seu neto recém ordenado, pudesse celebrar missas, um dia seria a pujante Juazeiro do Norte. A pequenina imagem do santo espanhol ali deixada por dona Luiza um dia foi substituída por outra, maior, recentemente chegada nos ombros de homens às ordens do padre Félix Moura, que a entregou ao pároco padre Antônio Fernandes da Silva, cujo paróquiato durou de 1883 até 1892. Ao relatar esses acontecimentos, Irineu Pinheiro acrescenta que ainda criança ouvia relatos do que se supunha ser uma lenda criada em torno do transporte da imagem do Juazeiro para o Crato. Teria ele, posteriormente, então entrevistado a já anciã Tereza do padre Cícero, que lhe asseverou ter presenciado o fenômeno de uma luz de brilho intenso irromper de entre a igreja e a casa vizinha e chegar até onde estava a imagem do santo. O primeiro Reitor do Santuário foi o padre Raimundo Ribeiro Filho.

Desde as missões de 1862 que o povo do Crato procurava os lazaristas para que fosse criado um colégio para a educação da sua juventude. Juntaram-se as pessoas em uma lista de doações e assinaram um memorial para o bispo do Ceará em busca de uma solução. Realmente, conforme foi cientificado, aquele prelado em visita pastoral à região, a posição geográfica do Crato era estrategicamente perfeita por centralizar a confluência dos estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Assim é que, em agosto de 1874, Dom Antônio Luiz dos Santos determinou que o padre Enrile iniciasse a construção do Seminário São José do Crato, cujos trabalhos de edificação foram

acompanhados diretamente por Dom Antônio Luiz, a partir de 7 de março de 1875, ao lado de uma construção que estava sendo erguida com o nome de Seminarinho. Permaneceu fechado por dez anos, após o que, em 1909, nele passou a funcionar o Colégio São José. Foi o primeiro estabelecimento de ensino superior e religioso do interior do Nordeste. A partir dele, foi criada a Universidade Regional do Cariri – URCA. Além do Seminário São José, também, no Crato consta ter existido um outro, conhecido como “Seminário dos Alemães”, instalado pela congregação de padres alemães a que pertencia o padre Frederico Nierhoff.

A Religião Popular

A religião é uma crença instituída e administrada por uma instituição social com objetivo de cultuar uma determinada divindade, que personifica o conjunto de valores instituídos e professados em seus dogmas. Seu adepto procura praticar, exaltar e propagar os atos que estão de acordo com a filosofia religiosa e descritos em seus dogmas doutrinários, por acreditar que esse é o meio mais correto de viver os preceitos pregados pela doutrina de sua religião e de sua fé. Para que esses atos praticados pelos fiéis estejam de acordo com a doutrina religiosa, eles têm a orientação do grupo clerical que administra a organização religiosa à qual pertencem. Esse é de modo simples, um conceito de religião oficial, dada a adoção de uma estrutura formal, com evento social coletivo, objetivo específico e regras próprias. Mas o que é uma religião popular? É comum as religiões apresentarem duas formas de prática: uma, oficial, e outra popular. O que distingue fundamentalmente as duas práticas é a elitização intelectual, a pompa ritual e a riqueza, não querendo isso dizer, necessariamente, que as pessoas que praticam a religião oficial pertençam todas à elite intelectual e sejam ricas. Enquanto a religião oficial assume essa postura, a popular, sem tentar contrapor-se, procura, antes, prover-se de meios mais simples de evitá-la e de praticar os seus ritos. Os seguidores da religião popular não estão interessados em entender as prédicas dos grandes doutores em teologia que a religião oficial divulga à sociedade, e que a maioria dos seus seguidores igualmente

não entendem. Por outro lado, o fato de a religião popular ter um conteúdo mais simples e prático não quer dizer que os seus praticantes não alcancem os favores divinos da mesma maneira que a elite religiosa diz alcançar – afinal, sendo Deus sumamente justo, deve atendê-los igualmente. Enquanto a religião oficial, elitizada, possui um emaranhado de ritos sofisticados, ricos e rígidos, que, aliás, grande parte dos seus seguidores não entende bem, a religião popular adapta os seus ritos e ensinamentos ao entendimento dos fiéis, de modo que todos participem integralmente. Não se pode esquecer que durante todo o período em que a Igreja católica era a única confissão religiosa formal no Cariri, com ela já conviviam os movimentos religiosos africanos, que aqui desembarcaram juntamente com os escravos, e que floresceram, quase sempre marginalmente, em parte, devido à falta de pregadores e sacerdotes em número suficiente para cobrir tão grande espaço geográfico, em parte devido à proibição do seu culto e à imposição do culto católico que não lhes dizia respeito. Os negros que aqui chegaram na condição humilhante de escravos, apesar da opinião de muitos na época, eram também seres humanos capazes de pensar, e tinham a sua religião, ou seja, também cultuavam um deus.

Dos próprios missionários, as pessoas aprenderam que as rezas invocando a ajuda divina também podiam produzir efeitos. Daí para surgir a figura da rezadeira não há mais que tentar suprir a falta do rezador de ofício, o padre missionário. Os missionários foram também divulgadores, conscientes ou inconscientemente, das práticas bárbaras de autoflagelação para curar os males do espírito, quando sugeriam a uma massa de ignorantes castigar o corpo para purificar a alma. Nem todos, é claro, faziam essas apologias. Sabe-se que o padre-mestre Ibiapina ensinava, inclusive, hábitos de vida saudável. As ordens de penitentes foram um triste legado de missionários pouco zelosos. Tão triste foi esse legado que com ele veio a crença de quem olhasse para os penitentes pelo buraco da fechadura ficaria cego. Talvez até a intenção fosse a de evitar que as crianças vissem a cena macabra da autoflagelação. O sucesso dos pregadores sertão afora estava adstrito mais à carência de comunicação oficial, sagrada ou profana, entendida aí a assistência educacional, do que à ca-

pacidade oratória. As crenças adquiridas pelo índio, ao longo de gerações ditas incultas, foram-lhe arrancadas a ferro, escravidão e açoite, impondo-lhe no que ele não estava acostumado e faltava-lhe meios de compreender. Isso iria se repetir, com ligeiras variações, trezentos anos depois.

Muito do que se diz sobre as festas e as celebrações religiosas do Cariri está também presente em outros lugares, no Ceará, no Nordeste e no Brasil. Convém frisar, entretanto, que, no caso do Cariri, tende a serem essas festividades mais específicas, autônomas e, acima de tudo, autênticas. São, muitas vezes, completamente diferentes dos mesmos folguedos praticados alhures. As entronizações, as coroações, as festas dos padroeiros e até as procissões assumiram, desde o início, a particularidade de serem promovidas pelo povo, independente do concurso dos vigários que comandavam as paróquias. Até parece que as pessoas, naturalmente, se irmanavam mais do que os seus condutores religiosos conseguiram fazer por dever de ofício. Daí não se pode deixar de considerar a "religiosidade popular" como uma expressão pura, autêntica e sincera da fé que move esse povo. Ela, também, é responsável pela aproximação das pessoas, pela sua socialização, pelo sentido maior de irmanação. Daí os compadrios terem para o sertanejo caririense uma faceta de aproximação familiar. Daí as festas de padroeiro de outrora terem sido um momento de familiarização global – ou globalização da família, todas formando uma só. Isso era tanto mais forte quanto se via a ordem com que se encaminhavam: às coroações seguiam-se leilões em que as famílias reunidas em praça pública conversavam, congraçavam-se e renovavam, mutuamente, votos de amizade, para, a seguir, dançarem animadamente. Não esquecer que a música estava presente em todo o tempo da festividade, destacando-se, no Cariri, a participação efetiva de tocadores de pífanos.

A crônica literária relata fartamente os rituais religiosos que os negros praticavam, inclusive se reportando à anuência dos senhores de engenho. De outra parte, a população não escrava, também, necessitada do lenitivo espiritual que a Igreja católica não estava tendo condições de dar face ao sistema imperante, aos poucos ia praticando a sua fé com o parco aprendi-

zado que herdara. Nesse passo, o homem comum, assim como o escravo negro e o índio, à falta de pastores, foram desenvolvendo o seu modo próprio de comunicar-se com a divindade. Se havia algum sacerdote disponível, era-lhe indiferente porque já haviam descoberto que podiam se comunicar com o seu santo sem intermediários. Poucas pessoas seriam capazes de associar Nossa Senhora da Penha a outra entidade que não fosse aquela que propiciou a alguém alcançar uma graça. Assim é que o santo se tornava íntimo para o homem, a ponto de passar a ser chamado São Vicente Ferreira, em vez de Férrer. O homem tinha o atendimento dos seus pedidos e a solução dos seus problemas de imediato, bastando para tanto, tirar o chapéu, benzer-se, tocar na imagem e começar a fazer a sua prece e os seus pedidos com o já conhecido *Ó meu santinho, por favor me socorra nesta hora difícil*. Simples, com a intimidade que só a confiança absoluta permite. Por que não haveria de existir pureza de intenção num pedido assim formulado? Para ele, o homem comum, assim como escravo e o índio, todos já de muito habituados ao sofrimento que a vida lhes impunha, nada mais simples do que pedir a São Gonçalo ou a Nossa Senhora da Expectação que o curasse, ou a alguém da sua família, de certa doença, prometendo tão logo estivesse recuperado erigir uma capelinha em sua honra. O mesmo ele fazia com a maior sem-cerimônia e com a certeza de alcançar a graça, pedindo que não deixasse o seu gado morrer, ou que fizesse voltar para o seu terreiro a rês desaparecida. Sabe-se, não há negar, que os contingentes de índios missionados representavam uma reserva de mão de obra de múltipla utilidade. Índios eram usados em serviços domésticos, na segurança das propriedades, assim como nas guerras que com frequência empreendiam os colonizadores, em trabalhos de campo, como auxiliares carregando material de construção. A catequese era um detalhe.

Com os pretos e também com os pardos, em geral, além de pessoas brancas de nível social similar, havia um tratamento parecidíssimo. Com a diferença que, sendo esses de alguma forma mais instruídos, ou por outra, não sendo selvagens, foram incentivados a formar congregações religiosas com nomes às vezes pomposos que se destinavam, principalmente, a dar apoio

logístico às igrejas. Para o apoio logístico também havia o recurso de que costumavam se valer os padres de "consagrar" moças carentes ou órfãs ao Coração de Jesus ou a algum santo padroeiro. Aí tinham os sacerdotes, lavadeiras, cozinheiras, faxineiras e outras auxiliares. Esse tipo de congregação era diferente das que os próprios padres criavam, reunindo pessoas da sociedade, como a Pia União das Filhas de Maria, fundada por Monsenhor Alves de Lima, em Juazeiro. Esse mesmo Monsenhor Alves de Lima fundou também o Círculo Católico São José, enquanto o padre Cícero fundou a Associação do Sagrado Coração de Jesus, conhecida como "Apostolado da Oração". Há entre aquelas e essas a diferença abismal de objetivos e de fiéis congregados. No rastro das primeiras seguiram as irmandades de penitentes. Essas congregações que se formaram, de início, algumas, a partir de interpretação do que diziam os missionários em desobriga, que anunciavam dever o cristão expiar os seus pecados à custa da própria carne para alcançar o reino dos céus. Por outro lado, diversas dessas irmandades foram criadas por alguns padres, cujo ardor missionário, por algum motivo, levou-os a exagerar nas pregações. Tenhamos em mente que as assembleias que lhes ouviam as prédicas eram formadas basicamente por pessoas rudes e analfabetas, que facilmente se deixavam impressionar com o que ouviam. Parece que nessas ocasiões mostravam o exemplo dado por santos que se martirizavam.

Quando se diz que alguns pregadores exageravam, é o caso de lembrarmos o padre Manuel Félix de Moura, de rigor inaciano. Irineu Pinheiro conta que em uma das suas rígidas pregações, na matriz do Crato, aquele sacerdote teria ameaçado o Sagrado Coração de Jesus de expô-lo ao sol quente no Alto do Barro Vermelho, caso Ele não fizesse chover. Além de toda essa exibição de força e poder dos sacerdotes, aqueles catecúmenos ignorantes viam alguns missionários usando cilícios. As palavras convencem, os exemplos arrastam. Irmanavam-se, então, os penitentes através das suas congregações, gozando, destarte, a união fraterna que ouviam nas pregações. Uniam-se fraternalmente e também assim praticavam os seus cultos, onde era usada uma linguagem inteligível, diferente da linguagem rebuscada e do latim usados nas prédicas nas igrejas lotadas de pessoas de

nível social diferente do seu. Sentiam-se mais à vontade, ainda mais com a vantagem de poderem incluir nos seus rituais o que era interdito no ritual da igreja: o simbolismo das suas tradições. Começaram então a surgir as irmandades de penitentes. Muniram-se dos paramentos e símbolos que julgavam necessários à sua prática, estabeleceram regras de culto e de convivência e passaram também a dedicar tempo à assistência às pessoas. Daí terem nascido os serviços de encomendação de almas, de cura pela oração. Procuravam ajudar com o que tinham à disposição. A força dessas pessoas simples, ignorantes e extremamente crédulas terem sido orientadas de maneira não adequada, não é de se estranhar que um dia viesse a medrar o fanatismo, que é uma forma grosseira de crença, seja ela formal ou revestida do caráter da religiosidade popular, durante tanto tempo combatida pela própria Igreja católica. Não é, destarte, o fanatismo uma forma de religiosidade popular, como alguns querem. Em verdade, o fanatismo é até democrático, eis que está disponível para ricos e pobres, assim como para letrados e ignorantes.

Quando bem orientada a pregação, a orientação religiosa assume nas pessoas outra feição. Que o diga a prática das renovações. Em que consiste a renovação? É uma prática devocional que se caracteriza pela celebração anual em cada domicílio, quando as pessoas renovam o contrato de proteção estabelecido com o seu protetor ao mesmo tempo em que reafirmam os seus propósitos de mudança. Essa renovação de acordo é feita por ocasião da entronização, quer dizer, quando se coloca o santo em um lugar especial da casa simbolizando o trono – geralmente o primeiro cômodo, que passa a ser chamado de sala do santo. É uma espécie de altar que se leva festiva e ritualisticamente para dentro de casa. O padre Cícero parece ter sido, senão o primeiro, quem mais se empenhou em que assim se habituassem os seus fiéis, porque nesses momentos são renovadas as esperanças, reapertam-se os laços de amizade, de amor e de ajuda mútua. Tudo isso feito de maneira festiva. Ainda hoje, em praticamente a grande maioria das casas do povo simples do campo, ou das cidades interioranas, encontram-se esses “altares” que a muitos mais parece coisa de folclore, mas que, em verdade, são um atestado eloquente de fé.

HINOS RELIGIOSOS

O Hinário Religioso do Cariri

O hinário religioso, particularmente, o católico tem origem no início da formação da religião judaico-cristã e na propagação de seus cultos. Posteriormente, com a separação das cerimônias, cada religião, em especial a cristã, adota uma linha de teoria musical de louvor e adoração, assim nascendo a música religiosa cristã. A origem dos hinos religiosos retorna à época da idade média, quando a Igreja católica adotou o costume de distinguir teorias musicais próprias para cada ocasião. Para a celebração de missas e para a ocasião de cultos. A musicalidade das missas e cultos tinha como objetivo a devoção, assim sendo a prática de entoar músicas religiosas nas celebrações das missas destinava-se a louvar e exaltar a santidade da Divina Trindade. Essas músicas sacras eram conhecidas como cantos gregorianos. As músicas religiosas que destacavam os santos e seus feitos, os atos dos homens e sua devoção estavam relegadas aos cultos de devoção, eram hinos religiosos.

No Brasil, a música sacra vem com seus colonizadores e encontraram campo fértil pela origem religiosa dos povos que aqui se estabeleceram durante o processo de colonização e de desenvolvimento de uma nova sociedade. No Ceará, não foi diferente, pois a religiosidade do povo é uma marca indelével de sua característica pessoal, um traço de seu caráter e identidade cultural. O Cariri, sendo um centro religioso de devoção católica é uma rica fonte cultural e religiosa na produção de hinos e cânticos. Esses hinos e cânticos têm como gêneses de inspiração, além da religiosidade na devoção aos santos, a relação do povo com a terra, com as condições de vida, com as esperanças e a condição humana. A seguir expomos alguns exemplos desse vasto hinário.

Hino ao Senhor Menino Deus

Orago da paróquia do Menino Deus, em Aurora.
Letra e Música de José Dantas da Silva.

Refrão: Vem, ó Menino Deus, vem!
Nós te queremos bem! (bis)

1. Vem, ó Menino Deus,
Somos os filhos Teus,
Há nesta Igreja
Lugar para Te abrigar!

2. Vem, ó Menino rei,
Ficar com Tua grei,
Tu és da vida a luz
Que brilha e ao Céu conduz!

3. Vem, ó Menino santo,
Abrir do amor o manto,
Ensina outra vez
Mover a insensatez!

4. Vem, ó Menino amigo,
Faz-nos viver contigo,
Fomenta em cada irmão
O amor, a comunhão!

Hino ao Glorioso Santo Antônio

Orago da igreja matriz de Santo Antônio, paróquias de
Antonina do Norte, Araripe e Barbalha.

Orago das capelas de Santo Antônio em: Lagoa da Caiçara,
em Assaré; Angico, em Aurora; no lugar Santo Antônio dos
Felipes, distrito de Buritizinho, em Mauriti; no lugar Santo
Antônio dos Posseiros, no distrito de Olho d'Água, em Mauriti.

Glorioso Santo Antônio
Grande amigo do Senhor
Escutai nosso pedido
Sede nosso protetor.

Puro espelho foi voss'alma
De virtude em bela flor
Vosso coração sacrário
Do mais puro e santo amor

Mereceste – que ventura –
Contra o peito aconchegar
A Jesus Menino feito
A fazer-vos seu altar.

Hino a Nossa Senhora do Rosário

Orago da igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Barbalha.

Orago da capela de Nossa Senhora do Rosário, no Bairro Alto
do Rosário, em Barbalha.

Bendito rosário da virgem Maria.
Caminho seguro que à glória nos guia (bis)

É o Pai-nosso, oração divina,
Que Cristo Senhor com amor nos ensina(bis)

Ave Maria doce saudação,
Que ternura encerra, que consolação (bis)

Eu quero, Senhora, que na minha morte

Me seja o Rosário um escudo forte (bis)

Naquele momento de tanta aflição,
Do Rosário espero a consolação (bis)

Virgem do Rosário, rosa sois mimosa,
Entre as outras flores sois a mais formosa (bis)

Mãe do Rosário abençoa também
A nossa Barbalha para sempre. Amém (bis)

Hino do 1º Congresso Eucarístico De Barbalha

Letra de Maria Alacoque Sampaio

1. Num transporte de fé e alegria nossa terra se volta ao
Senhor e celebra com grande ufania os triunfos da Hóstia de
amor!

Viva a Hóstia, penhor sacrossanto! Lindo sol, fonte eterna
de luz,

A Barbalha dais vida e encanto, Nossa terra te ama, ó Je-
sus! (bis)

2. As nascentes murmuram na serra, diluindo seu puro
cristal,

És a fonte da graça imortal!

3. Este vale, tão belo e fecundo, contemplando teu céu cor
de anil, rei do mundo,

O senhor deste imenso Brasil!

4. A gigante e esbelta palmeira, no seu brando e gentil
farfalhar, bate palmas, feliz, altaneira,

Ao seu Deus, neste Magno altar!

5. Este povo, Jesus, todo em prece, num enlevo de paz e emoção,

Tuas bênçãos e dons agradece, reunidos num só coração!

6. Que Barbalha conserve a alegria, destes dias de fé e de luz,

Sob o olhar protetor de Maria, sob as bênçãos do céu, ó Jesus!

Hino a São Pedro

Orago da igreja matriz de Caririaçu.

Glória a ti da Santa Igreja
Fundamento e defensor
D'almas que o inferno inveja
Glorioso pescador
Afastar-nos quer da glória
D'inimigos o furor
Grande Pedro da vitória
Aos que imploram teu favor.

És pastor e luz divina
O Senhor te penetrou
Propagaste a sã doutrina
Que aos cegos iluminou
A tantos que hoje estão cegos
Mostras da verdade a luz
Tiras de perversos erros
Os remidos de Jesus

És Pastor e Pai supremo
Da grei Santa do Senhor

Tem teu coração paterno
Às ovelhas terno amor
Desvias os lobos raivosos
Que as querem despedaçar
Quanto mais são arditos
Mais as deves tu guardar

Hino a Nossa Senhora das Dores

Orago da Basílica de Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte.

Orago da paróquia de nossa Senhora das Dores, em Assaré, e no distrito de Jamararu, em Missão Velha; da capela do Sítio Ipueiras, em Araripe; no lugar Santa Cruz, em Aurora; no Sítio Extrema e no distrito de Nova Santa Cruz, ambas em Mauriti.

1. Virgem bendita, do Céu rainha
Mãe amorosa dos pecadores
Com vosso manto rico de graça!
Ò defendei-nos por vossas dores.

Refrão: Virgem das Dores, Santa Senhora
Da nossa terra sois defensora
Guardai do mal a nossa vida
Abençoai-nos, ò Mãe querida (bis)

2. Cruéis espadas vos traspassaram
O coração de Mãe carinhosa
Pelos pecados da humanidade
Aos pés da cruz ficastes chorosa

3. Pelos tormentos por que passastes
Senhora nossa, Virgem das Dores

Nós vos pedimos, vinde livrar-nos
Da cruel guerra e seus horrores.

Hino a Imaculada Conceição

Orago da paróquia de Mauriti.

Orago da capela do distrito de Ingazeiras, e das capelas das comunidades localizadas em Calumbi, Malhada Funda e Terra Vermelha, em Aurora; do Sítio Camará, em Abaiara; em Tamboril do Nicolau, em Assaré; do Sítio Saco, e do distrito de Arajara, em Barbalha.

Ó Rainha Padroeira,
Deste povo aqui vês
Hoje aqui mais uma vez
Aos teus pés vimos cantar
Nesta festa verdadeira,
Neste meigo alvorecer
Esperamos teu poder,
Ajudando a nos salvar (2x)

1. São teus vassalos e filhos
Que hoje aos teus pés vêm cantar,
Ouvi-os, ó Mãe piedosa,
Ajudando a nos salvar

2. Queremos ó Mãe querida
Com muito amor e afeição
Proclamar-te Imaculada,
Ó Virgem da Conceição.

Hino a Nossa Senhora da Conceição

Orago da igreja matriz de Farias Brito.

Letra: Padre Davi Moreira.

Eia povo devoto a caminho
Sob a vista bondosa de Deus
Vamos todos levar nosso preito
À bendita rainha do céu

Salve ó virgem mãe piedosa
Salve estrela formosa do mar
Santa mãe imaculada
Sobre nós lançai o olhar

Lindas flores lancemos contentes
Sobre a fronte da Mãe de Deus
Para que Ela nos mostre o Caminho
Que à paragem celeste conduz.

Nossas almas desfiram ferventes
Sobre a terra e a água do mar
Lindos hinos de amor procurando
A Rainha do céu exaltar

Nossa vida será mais tranquila
Toda cheia de flores e luz
Se formos buscar doce abrigo
Sob o manto da Mãe de Jesus

Hino a Nossa Senhora da Penha

Orago da Sé Catedral do Crato, Padroeira do Cariri.

1. "Salve, ó Virgem de céu pura rosa,
Caso lírio de níveo candor;
Dos mortais és a Mãe carinhosa,
Nosso encanto, doçura e amor!

Mãe da Penha, esses teus olhos,
A nós volve, teus devotos;
Somos filhos, os nossos votos,
Ouve, Mãe do Redentor

2. Com a alma confiante,
Senhora ao calor maternal de Seu manto;
Nós viemos pedir, nesta hora,
Teu carinho, e sentir teu encanto!

Mãe da Penha, esses teus olhos,
A nós volve, teus devotos;
Somos filhos, os nossos votos,
Ouve, Mãe do Redentor

3. Ó Rainha, Senhora da Penha,
Ao aflito, oh! volve um olhar;
O doente o conforto aqui tenha,
Tua bênção acompanhe-o ao lar!

Mãe da Penha, esses teus olhos,
A nós volve, teus devotos;
Somos filhos, os nossos votos,
Ouve, Mãe do Redentor (bis).

Hino a Nossa Senhora da Saúde

Orago da paróquia de Penaforte.

Oh! Virgem da Saúde
Nossa Mãe amada
Nossa protetora (bis)
Nossa advogada

Deus te salve, clara estrela
Luz que nos alumia
A Vós veneramos (bis)
Excelsa Maria

Aurora formosa
De grande valia
Na Glória rogai (bis)
Por nós, ò Maria

Para que por vós
Tenhamos o dia
De vos ir louvar (bis)
Na glória infinita

Hino a Senhora Santana

Orago da igreja matriz de Senhora Santana, em Santana do Cariri, da capela no Sítio Rua Nova, em Barbalha.

Ó Ana bendita com vosso poder,
A nós miseráveis vinde socorrer. (bis)

Senhora Sant'Ana padroeira forte,
Sede nosso amparo na vida e na morte. (bis)

Cantemos com glória e louvor completo,
A mãe pelo filho, a avó pelo neto. (bis)

Senhora Sant'Ana. Senhor São Joaquim,
A graça alcançai-nos da glória sem fim. (bis)

Hino a São José

Orago das capelas: no Sítio Farias; no Sítio Riacho do Meio,
da paróquia de Santo Antônio, em Barbalha.

Vinde, alegres cantemos
A Deus demos louvor
A um Pai exaltemos
Sempre com mais fervor

Refrão: São José a Vós nosso amor
Sede nosso bom protetor
Aumentai o nosso fervor

São José triunfante
Lá na glória gozais
Para sempre reinante
No Senhor repousais

Oh! Esposo preclaro
Amantíssimo Pai
Dos cristãos firme amparo
Este canto aceitai

Que por Ele possamos
Todos nós alcançar
Lá no Céu que esperamos
Vossa glória cantai

OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CARIRI

A região do Cariri cearense ocupa uma área total de aproximadamente 18.134 Km² e uma população com mais de 1.000.000 de habitantes, abrangendo os 32 municípios do extremo sul do estado do Ceará, segundo dados do IBGE relativos ao ano de 2013. O Cariri cearense compreende a mesorregião sul cearense e metade da mesorregião centro-sul cearense. A mesorregião sul cearense é dividida em cinco microrregiões: Barro (Aurora, Barro, Mauriti); Brejo Santo (Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres, Penaforte); Cariri (Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras, Santana do Cariri); Caririaçu (Altaneira, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro); chapada do Araripe (Araripe, Assaré, Campos Sales, Potengi, Salitre).

Embora façam parte da mesorregião centro-sul, a maioria dos municípios das microrregiões de Lavras da Mangabeira (Baixio, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari) e Várzea Alegre (Antonina do Norte, Cariús, Jucás, Tarrafas, Várzea Alegre) têm forte ligação histórica, econômica e política com a região do Cariri. A exceção é creditada aos dois municípios, Cariús e Jucás. Portanto, não foram considerados nas pesquisas para elaboração deste trabalho, embora mereçam todo nosso respeito e consideração.

A região do Cariri cearense é limitada ao Oeste com os municípios de Salitre e Campos Sales, pelo estado do Piauí. Ao Sul, com os municípios de Salitre, Araripe, Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Jardim, Pena Forte, Jati e Brejo Santo limitam a fronteira com o estado do Pernambuco. Ao Leste os municípios de Mauriti, Barro, Aurora, Umari, Baixio e Ipaumirim fazem limite com o estado da Paraíba. Ao Norte os municípios de Campos Sales, Assaré, Antonina do Norte, Farias Brito, Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre delimitam a região do Cariri com os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro e Icó que pertencem à mesorregião centro-sul do estado. A região é cortada no sentido norte-sul em sua parte central, pela

BR 122 – de Várzea Alegre ao Crato e pela BR 116 – de Umari a Penaforte, divisa com o estado de Pernambuco, e no sentido leste-oeste pela BR 230 – de Ipaumirim a Campos Sales, divisa com o estado do Piauí.

A seguir estão listados os trinta e dois municípios com um breve relato de sua história para dar subsídios ao leitor, ao mesmo tempo em que serve para localizar e facilitar a contextualização das histórias anteriormente aqui relatadas. Também são apresentados dados demográficos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o objetivo de fazer o leitor perceber o tamanho de cada um deles. Completa essa simples exposição a relação dos governantes municipais, ao longo da história do município como também a apresentação de símbolos municipais – bandeiras, brasões e hinos oficiais, assim como ilustrações das principais igrejas católicas de cada município.

Infelizmente, alguns dados não estão com a informação completa ou com a devida menção da fonte, pois a despeito de esforços para sua identificação, não foi possível ter absoluta certeza da veracidade da informação conseguida, assim sendo, optamos em não informar. Outro problema constante na busca por dados oficiais e fontes institucionais reside na completa e total falta de informação por parte de órgãos públicos (prefeituras e secretarias municipais de governo) envolvidos e pertinentes à pesquisa desta obra, salvo honrosas exceções. Esperamos que na próxima edição esse problema possa ser plenamente resolvido, a bem do conhecimento e da disseminação da informação, por isso, contamos com a voluntariosa colaboração dos leitores e autoridades que tenham interesse em complementar com dados as informações aqui contidas.

Figura 4 - Bandeira e brasão do município de Abaiara



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 25 de novembro de 1957
- Origem do topônimo: na língua tupi, Abaiara significa pessoa importante ou ilustre, possivelmente uma homenagem ao Imperador D. Pedro II.
- Gentílico: abaiarense
- Nomes antigos: São Pedro, Pedro II
- Distritos: sede e São José
- Padroeiro: Imaculado Coração de Maria

O território de Abaiara, localizado no sopé da chapada do Araripe, era outrora integrante da área de Milagres e foi habitado pelos índios cariris a quem pertencia até à chegada dos primeiros desbravadores, que os confinaram em aldeamento e os entregaram à tutela de um religioso, enquanto labutavam no criatório de gado e implantação de culturas de subsistência para a própria manutenção. Aos poucos, a fazenda de criação

de gado foi transformando-se em núcleo urbano, à medida que se instalavam novas pessoas, agora já também na busca de ouro que diziam haver na região. Um ato provincial, de 27 de março de 1837, transformou esse núcleo em distrito subordinado ao município de Milagres, com o nome de São Pedro, porquanto ali já existia uma capela sob essa invocação. O nome São Pedro foi mudado para Pedro Segundo, em 20 de dezembro de 1938, conforme determinou o Decreto Lei nº 448, e em 1943, um decreto estadual novamente mudou o nome do distrito, dessa vez definitivamente, para Abaiara. Foi com essa denominação que alcançou o ano de 1957, quando, no dia 25 de novembro, a Lei Estadual nº 3.921 o dignificou como município. Em 31 de maio de 1989, a Lei Municipal nº 117 criou o distrito de São José, que, juntamente com a sede, integrou o território municipal.

Figura 5 - Igreja do Imaculado Coração de Maria



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Nas suas andanças missionárias, estando o padre José Antônio Maria Ibiapina no local em 1869, construiu na parte alta outra capela, dessa feita consagrada ao Sagrado Coração de Maria, em torno da qual passaram a gravitar os interesses e a prosperidade do lugar. O templo original era aquela capela construída, em 1870, pelo padre Ibiapina em visita missionária.

ria, dedicando-a ao Imaculado Coração de Maria. Como capela, permaneceu até ganhar foros de Curato, sob o pastoreio do padre José Leite Sampaio, a partir de 20 de fevereiro de 1970. Vinte anos depois, no dia 6 de janeiro de 1990, a então igreja é elevada à dignidade de paróquia, por desmembramento de Milagres. A partir daí, então, assumiu, interinamente, o padre Expedito Félix da Fonseca, assim paroquiando de 4 de fevereiro até 21 de julho de 1990, quando passou o rebanho para o padre Paulo Francisco de Moura, seu primeiro Pároco.

Hino do Município de Abaiara

Letra: P. José Leite Sampaio

Música: Raimundo Gilvan Duarte

No abraço das serras nascentes
A natureza te ensina a viver
Sempre fértil, feliz, dadivosa
Ensinando teu filho a crescer

Tradição é raiz bem profunda
Que jamais força alguma erradica
Com a Fé nas verdades supremas
Serás sempre mais nobre e mais rica

Salve povo, glorioso, imortal
Sertanejo, herói, varonil
Construtor, eficaz, denodado
De Abaiara e do nosso Brasil (bis)

Abaiara ó grande senhora,
Como a língua tupi já dizia
Tens a bênção da grande senhora,
Mãe de Deus, Coração de Maria

Tua igreja tão simples tão bela,

Do teu povo a fé viva traduz
Tua história de paz e de luta
A vitória teus filhos conduz

(Estribilho)

Como é grande este povo tão pobre,
Quanta graça no humilde roceiro:
Que alegria na paz do trabalho,
No aboio do nosso vaqueiro

Nesta terra o poeta enriquece,
Vê motivos para se inspirar.
O penacho da cana viçosa,
O coqueiro o gentil farfalhar

(Estribilho)

A escola é grande esperança,
De marcar tua libertação,
Valoriza esta fonte de luz,
Para o brilho da nossa Nação.

Abaiara, ó terra bendita,
Oásis fértil do nosso sertão
Bem unidos queremos servir-te
De mãos dadas num só coração.

Dados Demográficos

Localização geográfica: 07° 21' 32" S e 39° 02' 45" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Brejo Santo (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte e a Leste: Milagres, ao Sul: Brejo Santo, e a Oeste: Missão Velha, distância até a capital: 498 km.

Características geográficas: área: 179,906 km², população: 10.489 hab. (IBGE/2010), densidade: 58,3 hab./km², alti-

tude: 409 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário:U-TC-3.

Indicadores: IDHM: 0,627 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 29.217.000,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 2.696,54 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Abaiara

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Francisco Joaquim Sampaio (1997 a 2000)

Francisco Joaquim Sampaio (2001 a 2004)

José Moreira Sampaio (2005 a 2008)

Francisco Joaquim Sampaio (2009 a 2012)

Francisco Joaquim Sampaio (2013 a 2016)

Figura 6 - Bandeira do município de Altaneira



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara>

- Emancipação: 18 de dezembro de 1958
- Gentílico: altaneirense
- Nomes antigos: Vila de Santa Tereza e Cidade Alta
- Distritos: sede e São Romão
- Padroeira: Santa Teresa d'Ávila

Começou com o povoado Santa Teresa, formado com as famílias que ali se foram instalando pelos idos de 1870. A cidade hoje reconhece que José de Almeida Braga, Joaquim de Almeida Braga, João Correia de Araújo, Manoel Bezerra, José Braz e Firmo Ferreira Lins, seus primeiros habitantes, são o tronco do qual se formou a sociedade altaneirense.

Em 1937, construiu-se uma capela dedicada a Santa Teresa d'Ávila, sendo nesse mesmo ano realizada a primeira festa da padroeira. Posteriormente reformada, alcançou o nível de igreja e, em 15 de outubro de 2003, foi elevada à dignidade de paróquia, recebendo, como primeiro vigário, o padre Vileci Basílio Vidal.

O que antes era um aglomerado de fazendas foi tornando-se aos poucos, em um ajuntamento urbano com seu povo trabalhando e produzindo pacata e ordeiramente até que, em 22 de novembro de 1951, a Lei Estadual nº 1.153 transformou-o

em distrito, subordinado ao município de Quixará (Farias Brito). Dois anos após, 15 de dezembro de 1953, nova Lei Estadual nº 2.194, transferiu Altaneira da jurisdição de Farias Brito para a de Assaré, para finalmente a Lei nº 4.396, de 18 de agosto de 1958 dar-lhe a tão sonhada autonomia, desmembrando-a de Assaré e de Farias Brito. Nessa oportunidade, mudou-se o antigo nome de Cidade Alta, como já era conhecida, para o novo nome, Altaneira, aproveitando-se o alvitre do padre David Augusto Moreira. A instalação do novel município ocorreu em março de 1959.

Figura 7 - Paróquia de Santa Teresa



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Dados Demográficos

Localização geográfica: 07° 00' 07" S 39° 44' 27" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Caririáçu (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte e aOeste: Assaré, a Leste: Farias Brito, e ao Sul: Nova Olinda, distância até a capital: 503 km

Características geográficas: área: 73,296 km², população: 6.851 hab. (IBGE/2010), densidade: 93,47 hab./km², altitude: 670 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,576 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 19.619.460,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 2.913,92 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Altaneira

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

João Ivan Alcântara (1997 a 2000)

João Ivan Alcântara (2001 a 2004)

Antônio Dorival de Oliveira (2005 a 2008)

Antônio Dorival de Oliveira (2009 a 2012)

Joaquim Soares Neto (2013 a 2016)

ANTONINA DO NORTE

Figura 8 - Bandeira e brasão do município de Antonina do Norte



Fonte: Sitio <http://francisco-mendes-silva.blogspot.com.br/2014/01/bandeira-e-selo-municipal-de-antonina.html> <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 8 de maio de 1958
- Gentílico: antoninense
- Nomes Antigos: Mocambo, Antonina do Norte a partir de 1958
- Distritos: Sede, Taboleiro e Vila Luziana (Várzea Nova)
- Padroeiro: Santo Antônio

Os riachos Conceição e São Pedro, antes local das andanças dos índios Jucás, acabaram tornando-se o local preferido para repouso de quantos andavam em busca de pastagem para o criatório, como estava acontecendo na novel região descoberta pelo movimento expansionista colonial desde o século XVII. Foram sendo implantadas fazendas de criação de gado e estabelecendo-se fazendeiros, com a conseqüente formação de núcleos urbanos como aconteceu com a Fazenda Mocambo,

que naquela época era parte integrante do município de Saboeiro, obrigando a sua proprietária Joana da Silva Mota a vender parte da sua terra a Antônio Delvino da Silva, em 1942. Conta a tradição, que o nome Mocambo provém do lugar, geralmente, um cerrado de mato mais fresco, próximo à sede da fazenda, onde o gado costumava repousar, depois de pastar, enquanto ruminava. É esse o lugar, onde exatamente está situada a cidade de Antonina do Norte, denominado mocambo. De tanto as pessoas procurarem gado e sempre o encontrar no mocambo, lá construíram um amansador de gado, logo a seguir surgindo a primeira casa, isso em 1882. Nasceu, assim, o povoado que teve como primeiro topônimo Mocambo.

A localidade, que, como a maior parte da região, tinha a sua economia baseada no criatório de gado e na agricultura de subsistência, foi muito beneficiada com a construção da rodovia Icó-Piauí, que cortava a propriedade. De fato, num lugar onde só existiam oito casas, com os trabalhos da rodovia logo se instalou uma residência do Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS e mais casas surgiram, inclusive escola. Delvino veio a tornar-se a primeira liderança política na região. Cresceu o aglomerado de casas, foi tornando-se povoado até que chegou o ano de 1954 e aí então começou o movimento em defesa da autonomia de Antonina do Norte, como município, quando o candidato a vereador João Batista Arrais deixou de ser eleito por falta de apoio das lideranças políticas de Saboeiro. Finalmente, em 15 de setembro de 1956, o distrito de Mocambo, então subordinado a Aiuaba, foi criado pela Lei Municipal nº 3.338. Dois anos depois, em 8 de maio de 1958, Mocambo foi elevado à categoria de município, com a alteração do nome para Antonina do Norte, e instalado em 25 de março de 1959, sendo empossado como primeiro prefeito João Batista Arrais. Quanto à alteração do nome do município, existe a informação de que, embora a população desejasse que fosse Santo Antônio, a Assembleia Legislativa do Ceará, verificando ser impossível, optou por homenagear a mãe do deputado estadual Plácido Aderaldo Castelo (por sugestão apresentada pelo próprio), de nome Antonina, e que o complemento "do Norte" ficou por conta de já existir no Paraná um município com o nome de An-

tonina. Por ocasião da elevação do distrito de Mocambo para município, aconteceu que a Assembleia, em 14 de janeiro de 1968, por lei estadual fixou em dois os distritos de Antonina do Norte: Sede e Taboleiro.

Figura 9 - Igreja de Santo Antônio



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A igreja de Santo Antônio, de Antonina do Norte, deve à religiosidade dos moradores e proprietários da localidade não só a devoção ao santo casamenteiro como também dedicação, esforço e aporte financeiro e de patrimônio para a construção do templo. Por isso é que são imorredouras as lembranças das trezenas promovidas por Francisca Pereira de Amorim, a Chica Velha, solteirona que morava com o seu irmão Ezequiel Pereira de Amorim. Um tripé composto por festejos, rezas e comidas atraía, cada vez mais, frequentadores, até que aconteceu a primeira missa celebrada em homenagem a Santo Antônio, em 6 de junho de 1936, no alpendre da casa-grande da Fazenda Mocambo. Daí para frente foi um movimento contínuo de doações de terreno, arrecadação de dízimos, oferecimento de bens vendáveis, podendo, destarte, o padre Agamenon de Matos Coelho

dar início a construção do templo. 13 de junho é o dia máximo da comemoração do padroeiro.

Dados Demográficos

Localização geográfica: 06° 46' 30" S 39° 59' 20" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Várzea Alegre (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Saboeiro, a Leste: Tarrafas, ao Sul: Assaré e Campos Sales, e a Oeste: Aiuaba, distância até a capital: 473 km.

Características geográficas: área: 260,101 km², população: 6.984 hab. (IBGE/2010), densidade: 26,85 hab./km², altitude: 365 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,613 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 23.981.670,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.419,60 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Antonina do Norte

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Gilson Linard da Silva(1997 a 2000)

Francisco Iteildo Roque de Araújo (2001 a 2004)

Francisco Iteildo Roque de Araújo (2005 a 2008)

Edison Afonso de Carvalho (2009 a 2012)

Antônio Roseno Filho (2013 a 2016)

Figura 10 - Bandeira do município de Araripe



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara>

- Emancipação: 3 de agosto de 1875
- Origem do Topônimo: da língua tupi, significando "lugar onde começa o dia"
- Gentílico: araripense
- Nomes Antigos: Brejo Grande, Brejo Seco, Araripe, a partir de 1889
- Distritos: sede, Alagoinha, Brejinho, Pajeú e Riacho Grande
- Padroeiro: Santo Antônio

Criada a freguesia e distrito de Santo Antônio do Brejo Seco, em 5 de novembro de 1870, por meio da Lei nº 1.359, por desmembramento da freguesia de Assaré, o templo só foi instituído canonicamente como igreja matriz, em 1º de dezembro de 1871, por provisão de Dom Luís Antônio dos Santos. Antes, porém, já existia um povoado, inclusive com casas comerciais, lá pelos idos de 1849. As anotações civis sobre o município datam do último quartel do século XIX. São poucas. Consta que a Lei Provincial nº 1.661, de 3 de agosto de 1875, elevou à categoria de município o antigo distrito de Brejo Seco, e que em 1889, no dia 23 de agosto, foi proclamado outro diploma, dessa vez mudando de Brejo Seco para Araripe a denominação do município. Dez anos depois, a Lei Estadual nº 523, de 19 de julho de 1899,

extingue a vila de Araripe e anexa o seu território ao do município de Campos Sales.

Em 1905, Araripe é reintegrado à sua posição anterior de município, para em 1911 aparecer em divisão administrativa como constituído por três distritos: Sede, Brejinho e Chique-Chique. Vinte e seis anos são passados quando o Decreto Estadual nº 193, de 20 de maio de 1931, extingue o município e anexa o seu território ao de Campos Sales. Finalmente, chega o ano de 1935, e no dia 3 de maio, com o Decreto nº 1.540, que restabelece definitivamente o município de Araripe, íntegro com os seus três distritos. Uma curiosidade: o Decreto nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, traz o nome do distrito de Chique-Chique grafado "Xique-Xique" para mandar denominá-lo doravante Potengi. Esse distrito de Potengi passou a chamar-se Ibitiara, a partir de 22 de novembro de 1951, por força da Lei nº 1.153, e sendo desmembrado de Araripe pela Lei nº 3.786, de 4 de setembro de 1957, e elevado à categoria de município. Atualmente, cinco são os distritos que compõem o território araripense: sede, Brejinho, Alagoinha, Pajeú e Riacho Grande, graças à Lei nº 7.140, que criou esses três últimos em 10 de janeiro de 1964.

Figura 11 - Igreja matriz da paróquia de Santo Antônio



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A igreja matriz paróquia de Santo Antônio foi construída um ano após a criação da freguesia de Santo Antônio do Brejo Seco, em 5 de novembro de 1870, pela Lei nº 1.359, por desmembramento da freguesia de Assaré. O templo só foi instituído canonicamente como igreja matriz em 1º de dezembro de 1871, por provisão de Dom Luís Antônio dos Santos. Há uma tradição oral dando conta de que a igreja matriz teria sido construída em apenas 75 dias, graças à ação enérgica do missionário padre Henrique José Cavalcante. Seu primeiro vigário foi o padre Antônio Pereira de Oliveira Alencar. Um momento marcante a ser lembrado é o da passagem de frei Damião, que permaneceu na paróquia em visita missionária de 29/12/1986 até 04/01/1987, e numa outra ocasião, de 28/12/1989 a 01/01/1990. Os festejos em louvor a Santo Antônio acontecem de 04 a 13 de junho. Ainda sob a paróquia de Araripe, existem as seguintes capelas: capela de São Francisco de Assis, no distrito de Riacho Grande; capela do Coração de Jesus, no Sítio Alagoinha; capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no distrito de Brejinho; capela de São Francisco de Assis, no Sítio Pajeú; capela de Nossa Senhora das Dores, no Sítio Ipueiras; capela de São Francisco de Assis, no Sítio Tanquinho; capela de São Sebastião, no Sítio Saco do Desapregado.

Hino do Município de Araripe

Letra: Raimundo Elesbão

Música: José Jatai

Araripe, gleba querida
Da terra de Alencar
Tens glorioso passado
Em teu seio a dormir!

Araripe, terra bendita
Vives na paz e no amor,
Prosternados devotamos
A ti o nosso louvor

Berço de filhos ilustres
Salve, salve, terra amada
Olhando para o teu porvir
Seguimos contigo a jornada

Cantando a glória sublime
Dos saudosos dias idos
Sonhando com teu destino
Eles serão revividos

Salve a gleba querida
Da bela terra da luz
Vai trabalhando e cantando
O povo que te conduz

Tens um clima tão ameno
Teus campos têm flores mil
Rebanhos, lindas lavouras

Dados Demográficos

Localização geográfica: 07° 12' 46" S 40° 02' 45" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: chapada do Araripe (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Potengi, a Oeste: Santana do Cariri, a Leste: Salitre, e ao Sul: Araripe (PE), distância até a capital: 527 km.

Características geográficas: área: 1.347,047 km², população: 20.689 hab. (IBGE/2010), densidade: 15,36 hab./km², altitude: 605 m, clima: tropical subúmido de altitude, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,584 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 82.296.730,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.718,28 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Araripe

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

José Loiola de Alencar (1947 a 1950)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Humberto Germano Correia (1997 a 2000)

José Humberto Germano Correia (2001 a 2004)

Francisco Humberto de Menezes Bezerra (2005 a 2008)

José Humberto Germano Correia (2009 a 2012)

José Humberto Germano Correia (2013 a 2016)

Figura 12 - Brasão do município de Assaré



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara>

- Emancipação: 19 de junho de 1865
- Origem do topônimo: do tupi, que significa estaca; ou do tapuia que significa atalho.
- Gentílico: assareense
- Nomes antigos: Assápio de Assaré
- Distritos: sede, Amaro, Aratama e Genezaré
- Padroeira: Nossa Senhora das Dores

Parece ter sido Alexandre da Silva Pereira quem primeiro se instalou no local onde, futuramente, seria a cidade de Assaré. Isso se deu em 1775, quando, adquirida uma porção de terra, ali se situaram as famílias, criações e escravos, passando a explorá-la. Se assim realmente aconteceu, então Alexandre, no mínimo, deve ter sido um dos troncos das famílias que deram vida a Assaré. Aliás, é bom registrar também que a denominação Assaré lhe acompanha desde o nascedouro. Pelo menos ninguém se refere a nenhum outro que não o de que se ocupa-

ram o Barão de Studart e Tomás Pompeu Sobrinho, que, com ligeiras variações de análise, conduzem ao mesmo entendimento de ponto de encontro, atalho, encruzilhada. O único documento que lhe dá um nome um pouco diferente é um Ato Estadual de 7 de junho de 1920 que criou o distrito de Tarrafas e o anexou ao "município de Assaípio de Assaré". O local era a encruzilhada de duas das principais estradas daquele pedaço de Cariri: a estrada Cariri-Inhamuns e a estrada Piauí-Sertões de Baixo razão por que a tendência era de desenvolvimento do lugar. Com essa visão foi que Alexandre andou fazendo algumas doações de terras, no que obteve êxito.

Corria o ano de 1823, e com ele os independentes do Ceará na famosa "Marcha de Caxias", procurando sufocar o movimento que surgiu no Maranhão contra a Independência proclamada há um ano. O povoado era passagem obrigatória das tropas, cujo acantonamento muito contribuiu para tornar melhores as condições de vida ali. Estavam as coisas até caminhando a contento, tanto que já se preparava o povoado para ser elevado a distrito de Paz, quando, no aguerrido Cariri, irrompe a revolução do Pinto Madeira, e ali também foi palco das escaramuças. A instalação do distrito de Paz foi postergada. Foi por meio de Lei Provincial de 26 de agosto de 1838 que finalmente se criou freguesia de Assaré, mas a sede ficou em Santana do Brejo Grande (Santana do Cariri). Lugar impróprio. Nesse mesmo ano também foi construída a capela de Nossa Senhora das Dores, para o que se contou com a ajuda de Alexandre Silva Pereira, que doou terras para a formação do patrimônio da padroeira. É importante salientar que antes da construção dessa capela, os atos litúrgicos eram oficiados nas poucas casas residenciais existentes no lugarejo. Naquele ano de 1838, foram construídas várias casas, inclusive a casa de Alexandre, em cuja rua também foi edificada a capela, que em 1842 foi demolida para no mesmo local ser erguida a matriz, que passou por sucessivas reformas até apresentar-se tal qual é hoje.

Figura 13 - Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora das Dores



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Assaré só passaria a ser sede de freguesia, em 1850, e apenas em 1865, já centenária, no dia 19 de julho, recebeu a cátedra de município. A instalação, contudo, só deverá ocorrer em 11 de janeiro de 1869, como aconteceu com diversos outros atos do governo imperial, por conta do esforço de guerra que o Brasil teve de empreender na campanha no Paraguai. Parte do contingente dessa expedição era formada por homens de Assaré. 15 de setembro é o dia em que os fiéis homenageiam a sua protetora. O primeiro vigário da matriz de Nossa Senhora das Dores foi o padre José Tavares, cujo longo paroquiato – de 1838 até 1869, só seria ultrapassado pelo do padre Agamenon de Matos Coelho, que alcançou a marca de quarenta e dois anos, de 1938 até 1980.

Capelas sob a jurisdição da paróquia de Assaré: capela da Fraternidade Secular de São Sebastião, na sede; cinco capelas sob a invocação de São Francisco, sendo: uma no distrito de Genezaré; a segunda em Pilar; a terceira na Serra do Carlos; a quarta na cachoeira dos Ricartes e a quinta no lugar Várzea; capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no distrito de Amaro; duas capelas de Nossa Senhora de Fátima, sendo: uma na vila Maria Pereira, e a outra no lugar Cajazeira do Jiló; capela de São José, na Lagoa da Caiçara; capela de Santo Antônio, na Lagoa da Caiçara; capela de Nossa Senhora Aparecida, em Varjota; capela de São Geraldo, no Riacho Grande; capela de São Sebastião, no Tabuleiro do Mendes; capela de São Raimundo Nonato, em Bonita; capela de Nossa Senhora da Conceição, em Tamboril do Nicolau; e capela de São João, na Andreza.

Hino do Município de Assaré

Criado pela Lei Municipal nº 12, de 5 de julho de 2002

Letra: João Junqueira de Guarani Sales

Música: Josino Roberto de Sousa

Salve oh dia ditoso e de glória
Em que um povo com amor tão profundo
Principia a escrever nossa história
Semeando este solo profundo

(Refrão)

A tua luz de raios mil
Enche nossa alma de alta fé
Pela grandeza do Brasil
Pelo progresso de Assaré

Retratando um enlace perfeito
Desta terra com sua gente altiva
Entre tantos filhos foi eleito
O poeta maior Patativa

Assaré venturoso e brilhante
Vibrará nos clarins da vitória
Ascendendo ligeiro e triunfante
Nos caminhos sublimes da glória

Exaltemos povo varonil
Esta terra que sempre será
Filho ilustre do nosso Brasil
E o orgulho do nosso Ceará.

Dados Demográficos

Localização geográfica: 06° 52' 26" S 39° 52' 30" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: chapada do Araripe (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Antonina do Norte e Tarrafas, a Oeste: Campos Sales, a Leste: Nova Olinda, Altaneira e Farias Brito, e ao Sul: Potengi e Santana do Cariri, distância até a capital: 520 km.

Características geográficas: área: 1.116,320 km², população: 22.448 hab. (IBGE/2010), densidade: 20,11 hab./km², altitude: 470 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,577 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 68.775.360,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.068,68 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Assaré

Período da Monarquia (até 1889)

Conselho de Intendência do Município:

P. Manoel Francisco de Araújo (1869)

O P. Manoel foi o presidente da Câmara Municipal de Assaré, e como tal era também o presidente do Conselho de Intendência, pois que àquela época era função da Câmara o governo econômico e municipal das cidades.

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Francisco Gomes de Oliveira Braga (03/02/1890 a 13/02/1892)

Com Francisco Gomes, compuseram o Conselho de Intendência por períodos diversos dentro desse mandato:

Pedro Onofre de Farias, Ignácio Soares Arraes, Antônio Mendes Bezerra, José Rodrigues Ferreira Dodô, Raimundo José Maria, Sebastião Ferreira de Sousa, José Luiz Pereira Freire, João Alexandrino de Alencar, Raimundo Ferreira de Sousa, Manoel da Silva Pereira, Raimundo Fernandes de Oliveira, Manoel Rodrigues Firmeza, João Crisóstomo da Silva Pereira, Antônio Claraival Catanho e Pedro Fernandes da Sousa.

Intendentes:

Antônio Alves Brandão (1902)

Antônio Mendes Bezerra (1903)

Pedro Pereira Tamiarama (1904 a 1911)

Raimundo de Matos Arraes (1912)

Hermenegildo de Brito Firmeza (1914) INTERINO

João Pereira Pinto (1914)

Prefeitos:

João Pereira Pinto (1915)
Antônio Mendes Bezerra (1916) INTERINO
João Gualberto (1916)
João Pereira Pinto (1917) INTERINO
João Onofre de Souza (1917)
Tertuliano Claraval Catanho (1920)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Tertuliano Claraval Catanho (1934 a 1942)
Manoel Fernandes de Oliveira (1942)
Raimundo Claraval Catanho (1942 a 1945)
José Romero (1945)
José Brilhante Paiva (1945)

Período da Segunda República (1945 a 1965)

Francisco Evandro Paiva Onofre (1946)
Francisco Bento (1947)
Clodoaldo Ribeiro (1947) Morreu assassinado no exercício do mandato.

Raul Onofre de Paiva (1948 a 1951) Eleito como candidato único da primeira eleição direta, ocorrida em 1947.

Dogivaldo Ribeiro Catanho (1951 a 1954)
Raul Onofre (1955 a 1958)
Dogivaldo Ribeiro (1959 a 1962)
Leovigídio Claraval Catanho (1963 a 1966)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Raul Onofre (1967 a 1971)
Vicente de Paula Rodrigues Paiva (1972 a 1975)

Raul Onofre (1975 a 1976), candidato único
Vicente de Paula Rodrigues Paiva (1977 a 1980)
Pedro Gonçalves de Oliveira (1981 a 1984)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Antônio Benjamin de Oliveira Filho (1989 a 1992)
Pedro Gonçalves de Oliveira (1993 a 1996)
Antônio Benjamin de Oliveira Filho (1997 a 2000)
Antônio Benjamin de Oliveira Filho (2001 a 2004)
Francisco Evanderto Almeida (2005 a 2008)
Francisco Evanderto Almeida (2009 a 2012)
Luis Samuel Freire (2013 a 2016)

Figura 14 - Bandeira e brasão do município de Aurora



Fonte: Sítio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 10 de novembro de 1883
- Gentílico: aurorense
- Nomes antigos: Sítio da Venda, Venda do Rio Salgado, São Benedito da Venda Grande, arraial da Venda, Paz, Paz da Venda e Vila d'Aurora
- Distritos: Sede, Ingazeira, Santa Vitória e Tipi
- Padroeiro: Menino Deus

Os primórdios de Aurora estão na antiga Fazenda Logradouro, no lugar chamado Venda, no município de Lavras da Mangabeira, às margens do Rio Salgado, que na primeira década do século XIX pertencia ao padre Antônio Leite de Oliveira, que a havia comprado do coronel Antônio Lopes de Andrade e sua mulher Arcângela Maria, não estando claro, se foram esses recebedores de sesmarias. Entre os herdeiros de Antônio Leite estaria o Alferes Davi Cardoso dos Santos, que legou a fazenda

em herança ao seu genro, coronel Francisco Xavier de Sousa, casado com Maria dos Santos Xavier, e teria atendido o desejo da esposa de construir uma capela dedicada ao Senhor Menino Deus em pagamento de promessa. Não foi ele, entretanto, o verdadeiro iniciador do povoado. Creditando-se a afirmação do padre Antônio Gomes de Araújo às provas documentais que encontrou, o coronel Xavier pode e deve ser levado na conta de cofundador, como também o foi o preto Benedito, alfaiate que construiu a capela de São Benedito, anteriormente, ao oratório do padre Leite.

A Revista Itaytera nº 11, de 1967, refere-se ao "coronel" Antônio como sendo, em verdade, o padre Antônio Leite de Oliveira, ao que apontam os livros de tombo das igrejas de Icó e do Crato, que teria paroquiado Missão Velha, de maio de 1805 até novembro de 1809. O padre Antônio Leite já era filho de outro padre, o jesuíta português Alexandre Leite de Oliveira "proprietário no Crato dos Engenhos Rosário e Cabreiro, onde se casou com Teresa de Jesus Maria José". Da prole desse jesuíta surgiu outro padre, João Marrocos Teles, que gerou José Joaquim Teles Marrocos, amigo de infância do padre Cícero e seu secretário e confidente no episódio das hóstias ensanguentadas. A propósito do Alferes Davi Cardoso, não se informa se ele era filho do padre Antônio Leite, mas se aponta serem cinco os filhos que o padre Antônio Leite de Oliveira deixou em Lavras. De qualquer forma, as evidências documentais que têm embasado o estudo da formação de Aurora apontam o padre Antônio como o patriarca da família Leite daquele município. E não só isso. Teria sido ele o verdadeiro iniciador da nucleação urbana que um dia viria a ser a cidade de Aurora, como cita o Professor Doutor João Tavares, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Nada a se estranhar, porque a nossa História tem citado muitos casos da espécie. Verdadeiramente, era comum encontrar padres proprietários rurais, e até latifundiários, donos de muitos escravos, muito gado e que constituíam família nas fazendas em que muitos deles residiam em vez de na casa paroquial próxima à igreja. Nesse passo, nada mais natural também que sendo um padre proprietário rural e na sua gleba tenha erguido uma capela, daí surgir algum povoado.

É necessário registrar que o nome Venda que resultou em Aurora já figurava em registros cartorários em 1817, portanto anterior à chegada do coronel Xavier ao local. Se foi, portanto, iniciada a construção de uma capela do Senhor Menino Deus na Fazenda Logradouro, em 1837, pelo coronel Francisco Xavier de Sousa, que não chegou a concluí-la, falecendo antes, isso ocorreu em substituição ao pequeno oratório do padre Lopes. Falecido, coronel Xavier foi substituído por amigos que, com a ajuda do povo, não só deram continuidade à obra como a aumentaram. Sucederam-se os anos e os sacerdotes cuidando da antiga capela que, aos poucos, foi assumindo ares de igreja, graças à ação do padre Agostinho Afonso Ferreira que, em 1864, promoveu reformas e mudanças no telhado, corredores, consistório e no cemitério que existia por trás. A carruagem da História trouxe a elevação do povoado de Venda à categoria de distrito de Paz, em 1868. Nela também vieram sucessivamente diversos padres, entre eles o padre Vicente Pinto Teixeira, filho da terra, a quem coube a honra de entregar a capela do Senhor Menino Deus da vila de Aurora a Dom Joaquim José Vieira para elevá-la à dignidade de matriz, como o fez o bispo por provisão de 27 de junho de 1893, desmembrando-a da paróquia de São Vicente Ferrer, de Lavras. Concorreram para a formação do território paroquial da novel matriz parcelas de territórios cedidas pelas freguesias de Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Milagres. Em 30 de junho desse mesmo ano o padre Vicente Pinto Teixeira assume a paróquia como o seu primeiro vigário. É interessante notar que a mesma carruagem da História que havia levado o padre Vicente para outra freguesia, o trouxe de volta, em 1888, para, em visita à família, instalar na vila a Conferência de São Vicente de Paulo. Enquanto esteve fora, o padre Vicente, cheio de amor por sua terra e sua gente, insistia junto aos seus superiores por prover a capela do Menino Deus de um vigário. Como se vê, seus esforços foram plenamente recompensados. Quando o padre Vicente retornou à pequena povoação de Venda já havia sido elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila d'Aurora, emancipada que foi de Lavras da Mangabeira graças à Lei nº 2.047, de 10 de novembro de 1883, mas a sua instalação só ocorreu em 18 de março de 1885, quando assumiu

o primeiro presidente da Câmara, Manoel Joaquim Carneiro, que permaneceu no cargo até 1886. Em dezembro de 1908, o major João Inácio de Sousa, da cidade de Barro, comandando uma tropa de pelo menos quatrocentos homens, invadiu Aurora, obedecendo ordens de Domingos Leite Furtado, chefe político de Milagres. Após a invasão, foi deposto o líder político Antônio Leite Teixeira Netto, cujas propriedades foram saqueadas e depois incendiadas. O motivo da investida foi o desentendimento sobre a demarcação de terras onde estavam localizadas as famosas minas de Coxá, de propriedade do padre Cícero. Aurora permaneceu ocupada por vários meses.

Igreja matriz paróquia do Senhor Menino Deus, de Aurora. Inicialmente foi erguida uma capela do Senhor Menino Deus na Fazenda Logradouro, em 1837, pelo coronel Francisco Xavier de Sousa, que não chegou a concluí-la, falecendo antes, no que foi substituído por amigos que, com a ajuda do povo, não só deram continuidade à obra como a aumentaram. Sucederam-se os anos e os sacerdotes cuidando da antiga capela que aos poucos foi assumindo ares de igreja, graças à ação do padre Agostinho Afonso Ferreira, que, em 1864, promoveu reformas e mudanças no telhado, corredores, consistório e no cemitério que existia por trás. Outras capelas subordinadas à paróquia do Senhor Menino Deus, em Aurora; capela de São Francisco, no Bairro Araçá; duas capelas de Nossa Senhora Aparecida, sendo uma no distrito de Ingazeiras e a outra no lugar Soledade; capela do Sagrado Coração de Jesus, no distrito de Santa Vitória; capela de Nossa Senhora das Dores, no lugar Santa Cruz; quatro capelas de Nossa Senhora de Fátima, sendo, a primeira em Franquilândia; a segunda em Pau Branco; a terceira em Boa Vista e a quarta na Várzea da Pedra; capela de São Pedro, no lugar Araújo: capela de Santa Rita, no lugar Cachoeira; capela de Santo Antônio, no lugar Angico; capela do Bom Jesus do Horto, no Horto; três capelas de Nossa Senhora da Conceição, sendo uma no Calumbi, outra na Malhada Funda, e uma terceira no lugar Terra Vermelha; capela de São José, no Calumbi; capela de Santa Teresinha, na localidade Espinheiro.

Figura 15 - Paróquia Menino Deus



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Hino do Município de Aurora

Letra e Música: Prof. José Dantas da Silva

(Refrão)

Oh Aurora!

Aqui nasci

Aqui que quero viver

Ó terra amada

Meu berço, meu prazer! (bis)

1. De há muito és história

Tens anais de verso e prosa

Teus valores. Oh! Aurora

És terra firme e forte

De todos és a glória.

Glória e tradição
(Refrão)
Oh! Aurora
Aqui nasci
Aqui que quero viver
Ó terra amada
Meu berço, meu prazer! (bis)

2. Tu tens morro e colina
Lindas aves na campina
Que entoam nas manhãs
Um hino à natureza
Neste canto do Brasil
Tem viola e tem canção
Canção que fala ao coração

(Refrão)
Oh! Aurora
Aqui nasci
Aqui que quero viver
Ó terra amada
Meu berço, meu prazer! (bis)

3. Tens um povo forte e cívico
Mocidade a cultivar
O trabalho a devoção
A ordem no lugar
O turista te adora
Dentro do meu Ceará
Tu és Aurora

(Refrão)

Oh! Aurora

Aqui nasci

Aqui que quero viver

Ó terra amada

Meu berço, meu prazer! (bis)

Hino do Centenário de Aurora

Letra; Prof. Luiz Domingos de Luna

Música: Maestro Esmerindo Cabrinha da Silva

Ó terra púrpura de lagos verdejantes

És o símbolo da simplicidade e da guarida

O teu solo identifica nossas vidas

O acolher dos teus filhos e viajantes

Situada num recanto cearense

Simbolizas a imagem da pureza

O teu semblante é sempre de beleza

Ó digna terra onde vivem os aurorenses

És simples como um sorriso de uma criança

Pura como a essência de uma flor

Em ti todos depositam amor

És o fruto meigo da esperança

És Aurora de um nascer perfeito

A flor que resplandece a alegria

A chama que queima a orgia

A essência pura que me deleita

Quando o sol nasce teu nome é lembrado
Berço simples de amor e esperança
Em ti os teus filhos depositam confiança
És uma flor da haste consagrada

Os teus cem anos é o néctar da bondade
Pois situaste a fervura do amor
Terra da crença no Jesus Cristo Salvador
Que é o grande padroeiro da cidade

Na análise dos tempos de outrora
Sempre foi vista a tua gratidão
Teu nome está em cada coração
Ó minha linda cidade Aurora.

Dados Demográficos

Localização: 06° 56' 34" S 38° 58' 04" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Barro (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Lavras da Mangabeira e Ipaumirim, ao Sul: Barro, Milagres e Missão Velha, a Leste: Cachoeira dos Índios (PB), e a Oeste: Caririaçu, distância até a capital: 476 km.

Características geográficas: área: 885,827 km², população 24.573 hab. (IBGE/2010), densidade: 27,74 hab./km², clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,613 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 81.587.687,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.245,08 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Aurora

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Manoel Joaquim Carneiro (1885 a 1886) Primeiro presidente da câmara

Manoel Raymundo da Cunha (1886 a 1890) Presidente da câmara.

Barnabé Leite Teixeira (1890) Presidente da câmara

Segundo o sistema vigente, esses três senhores foram os presidentes do Conselho de Intendência Municipal e nessa condição administraram o município até que fosse designado o intendente (prefeito)

Intendentes:

José Antônio de Carvalho (21/05/1890 a 08/07/1891)

João Francisco Leite (1891)

Antônio Leite Teixeira Netto (1891 a 1892)

Firmino Bezerra de Medeiros (1892)

Manoel Antônio Leite (1892 a 1894)

Manoel Gonçalves Ferreira (1895 a 1896)

Antônio Leite Teixeira Netto (1896 a 1900)

Manoel Gonçalves Teixeira (1901 a 1904)

Sebastião Alves Pereira (1904 a 1907)

Antônio Leite de Oliveira (1907)

Antônio Leite Teixeira Netto (1907 a 1908)

Cândido Ribeiro Campos (1908 a 1914)

Prefeitos:

A partir de 9 de outubro de 1914, por força da Lei Estadual nº 1.794, foi extinta a função de intendente municipal, e em seu lugar passou a existir a figura do prefeito municipal

Manoel Teixeira Leite (1914 a 1919)

Antônio Landim de Macedo (1919 a 1921)

Cândido Ribeiro Campos (1921 a 1926)
José Gonçalves Leite (1926 a 1928)
Período da Era Vargas (1930 a 1945)
Vicente Augusto Bezerra (1930 a 1935)
Paulo Gonçalves Ferreira (1935 a 1942)
Raimundo Correia Lima (1942 a 1944)
Antônio Temístocles da Silveira (1944 a 1945)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Paulo Leite Teixeira (1946 a 1947)
Antônio Jaime de Alencar Araripe (1948 a 1951)
Antônio Gonçalves Pinto (1952 a 1955)
José Gonçalves Leite (1956 a 1959)
Antônio Gonçalves Pinto (1960 a 1962)
Francisco Bezerra Santos (1963 a 1966)
Período do Regime Militar (1964 a 1985)
Anastácio Pinto Gonçalves (1967 a 1970)
Teotônio Gonçalves Neto (1971 a 1972)
Francisco Bezerra Santos (1973 a 1976)
João Antônio de Macedo (1977 a 1982)
Antônio Vicente de Macedo (1983 a 1988)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Antônio de Macedo (1989 a 1992)
Alcides Jorge Evangelista Ferreira (1993 a 1996)
Maria Leomar Macedo (1997 a 2000)
Francisco Carlos Macedo Tavares (2001 a 2004)
Francisco Carlos Macedo Tavares (2005 a 2008)
José Adailton Macedo (2009 a 2012)
José Adailton Macêdo (2013 a 2016)

Figura 16 - Bandeira e brasão do município de Baixio



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 30 de agosto de 1932
- Gentílico: baixiense
- Distritos: sede e Jurema
- Padroeiro: São Francisco

Como boa parte das cidades do nosso interior cearense, Baixio também tem a sua origem ligada a uma fazenda de criação de gado, no caso a fazenda do coronel Liberalino de Carvalho. A partir daí, começou a se formar um núcleo urbano que logo recebeu o benefício da passagem da estrada de ferro quando a Rede Viação Cearense abriu um ramal para ligação do tronco sul da ferrovia com o estado da Paraíba na década de 1950. Estava em plena exploração a cultura algodoeira no Nordeste, o que consolidou Baixio como importante entroncamento para escoamento de safras. Durou aproximadamente vinte anos a euforia, quando os algodoads começaram a ser dizimados pelo

bicudo, praga que praticamente extinguiu a cotonicultura cearense.

Hino do Município de Baixo

Letra e Música: autor(es) não identificado(s).

O ouro branco
O algodão
Plantando no solo a semente
De mãos dadas sobre o sol nascente
Da nossa querida nação

Quinze de Setembro é a fundação
E o Brasil jamais esquecerá
Quando estendermos nossas mãos
Para engrandecer o Ceará

Baixo, oh meu Baixo
Semeando o progresso, a semente
De mãos dadas sobre o sol nascente
Da nossa querida nação

Dados Demográficos

Localização: 06° 43' 48" S 38° 43' 01" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Lavras da Mangabeira (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Umari, ao Sul: Ipaumirim, a Leste: Santa Helena (PB), e a Oeste: Lavras da Mangabeira, distância até a capital: 415 km.

Características geográficas: área: 146,442 km², população: 6.026 hab. (IBGE/2010), densidade: 41,15 hab./km², clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,589 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 21.198.584,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.550,26 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Baixo

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Luiz Leite da Nóbrega (1947 a 1950)

Antônio Ferreira Lima (1957 a 1958)

Cícero Henrique Brasileiro (1959 a 1962)

José Ferreira Lima (1963 a 1966)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Hugo Brasileiro (1967 a 1970)

José Ferreira Lima (1971 a 1972)

José Vicente Honorato (1973 a 1976)

Erverson Trigueiro dos Santos (1977 a 1980)

Nilton Ricarte de Alencar (1983 a 1988)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Humberto Moura Ramalho (1989 a 1992)

Nilton Ricarte de Alencar (1993 a 1996)

Armando Quaresma Trigueiro (1997 a 2000)

Nilton Ricarte de Alencar (2001 a 2004)

Nilton Ricarte de Alencar (2005 a 2008)

Glória Isabel Pires Ferreira (2009 a 2012)

Laura Cristina Ferreira Alencar (2013 a 2016)

Figura 17 - Bandeira e brasão do município de Barbalha



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 17 de agosto de 1846
- Gentílico: barbalhense
- Nomes antigos: Brejo do Barbosa, Salamanca, Freguesia de Santo Antônio de Barbalha, e Barbalha desde 1838
- Distritos: sede, Arajara, Caldas e Estrela
- Padroeiro: Santo Antônio

Município do estado do Ceará integrante da região metropolitana do Cariri, no Vale do Cariri. Antes conhecida como Salamanca, nome recebido por causa do riacho às margens do qual foi inicialmente erigida, depois Freguesia do Santo Antônio de Barbalha passou a ser chamada apenas Barbalha desde a sua emancipação política em 1838. Consta ainda como registro histórico para o nome recebido referir-se a uma senhora que teria o sobrenome de Barbalho.

No século XVIII, foi erguida a sua primeira capela em terras doadas pelo capitão Francisco Magalhães Barreto de Sá e sua mulher, dona Maria Polucena de Lima, que construíram em honra de Santo Antônio, e para formação do cujo patrimônio doaram, além da terra, também o gado. Dois anos depois de autorizada a sua construção, a capela foi inaugurada com a bênção dada pelo vigário de Missão Velha, padre André da Silva Brandão, em 23 de dezembro de 1790. Mais de quarenta anos se passaram até que à capela foi conferida a dignidade de sede de paróquia com a fundação da freguesia de Barbalha, em 30 de agosto de 1838, paroquiando-a em primeiro lugar o padre Pedro José de Castro e Silva por colação conferida em 3 de fevereiro de 1841. Com a bênção de Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo do Crato, a igreja do Rosário teve a sua inauguração oficial no dia 2 de fevereiro de 1921. Cumpre registrar, entretanto, que a ideia da sua construção e devoção remonta aos idos de 1820 surgida que foi entre os escravos negros que trabalhavam em Barbalha, os quais formaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O século transcorrido entre a ideia inicial e a inauguração foi marcado por inúmeras paralisações, tendo em vista, ora a pobreza dos devotos pretos, ora os alagamentos e desabamentos consequentes das chuvas. Houve, ainda, a invasão e saque sofridos por Barbalha pelas tropas que lutavam na sedição do Juazeiro, o que resultou na debandada de boa parte da população. Apesar do esforço despendido pelo padre Manoel Cândido dos Santos, e posteriormente com o concurso dos leigos Antônio Correia Sampaio Filgueiras e José de Sá Barreto Sampaio (Zuca Sampaio), a história da construção da igreja era de desanimar, face às adversidades. Compensados foram todos com o resultado que hoje se vê na belíssima construção.

O município, que dista de Fortaleza 610 quilômetros, tem a sua localização à margem do Riacho Salamanca, com altitude de 414 m acima do nível do mar. O clima predominante é o semiárido, com média pluviométrica de 1.100 mm de chuvas concentradas de janeiro a abril. Além do distrito sede com o mesmo nome do município, existem ainda mais os de Arajara, onde existe um parque temático, Caldas e Estrela. Sua bacia

hidrográfica é formada basicamente pelos riachos: do Saco, São Francisco, da Onça, Salamanca e Santana, oriundos de 30 nascentes que jorram de aquíferos comuns nesse lado da chapada do Araripe. O padroeiro do município é Santo Antônio, cuja data comemorativa (13 de junho) é festejada com o evento conhecido como festa do pau da bandeira, com duzentos anos de tradição, com folguedos que contam com a participação de grupos de reisado, de penitentes e de zabumbas e recebe um afluxo turístico de milhares de pessoas. O patrimônio histórico do município registra a existência de 50 construções de valor histórico, entre as quais se destacam o Engenho Tupinambá, construído no ano de 1830 e que é o último exemplo de casa-grande e engenho conjugados; o Casarão Hotel, construído em 1850; e a Casa da Câmara e Cadeia Pública.

Figura 18 - Igreja matriz de Santo Antônio



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A matriz de Barbalha nasceu a partir da capela que o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá e o Sr. Polucena Abreu Lima construíram em honra de Santo Antônio, para formação de cujo patrimônio, doaram terra e gado. Dois anos depois de autorizada a sua construção, a capela foi inaugurada com a bênção dada pelo vigário de Missão Velha, padre André da Silva Brandão, em 23 de dezembro de 1790. Mais de 40 anos se

passaram até que à capela foi conferida a dignidade de sede de paróquia com a fundação da freguesia de Barbalha, em 30 de agosto de 1838, paroquiando-a em primeiro lugar o padre Pedro José de Castro e Silva por colação conferida em 3 de fevereiro de 1841. Anote-se, ainda, as seguintes capelas sob a tutoria da paróquia de Santo Antônio: capela de Nossa Senhora de Fátima, na sede, centro; capela de Santa Teresinha, na sede, Bairro Cirolândia; capela de Nossa Senhora do Rosário, no Bairro Alto do Rosário; capela da Mãe Rainha, no Bairro Alto do Rosário; capela de Santo André, no Bairro Bela Vista; duas capelas de Nossa Senhora da Conceição, sendo uma no distrito de Arajara, e a outra no Sítio Saco; duas capelas de São Sebastião, sendo uma no Sítio Santa Cruz e a outra no Sítio Macaúba; capela de Nossa Senhora da Saúde, no Sítio Barro Vermelho; capela de Nossa Senhora de Lourdes, no Sítio Cabaceiras; capela de Nossa Senhora Aparecida, no Sítio Espinhaço; capela de Nossa Senhora das Dores, no Sítio Correntinho; capela de Santa Marta, no Sítio Betânia; capela de Senhora Santana, no Sítio Rua Nova; capela de São João Batista, no Sítio Carrapicho; capela do Divino Espírito Santo, no Sítio Mata dos Limas; duas capelas de São José, sendo uma no Sítio Farias e outra no Sítio Riacho do Meio.

Figura 19 - Igreja do Rosário



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Igreja do Rosário, de Barbalha, com a bênção de dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo do Crato, teve a sua inauguração oficial no dia 2 de fevereiro de 1921. Cumpre registrar, entretanto, que a ideia da sua construção e devoção remontam os idos de 1820, surgida que foi entre os escravos negros que trabalhavam em Barbalha, os quais formaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O século transcorrido entre a ideia inicial e a inauguração foi marcado por inúmeras paralisações, em vista, ora da pobreza dos devotos pretos, ora dos alagamentos e desabamentos consequentes das chuvas. Houve ainda a invasão e saque sofridos por Barbalha pelas tropas que lutavam na sedição do Juazeiro, o que resultou na debandada de boa parte da população. Apesar do esforço despendido pelo padre Manoel Cândido dos Santos, e posteriormente com o concurso dos leigos Antônio Correia Sampaio Filgueiras e José de Sá Barreto Sampaio (Zuca Sampaio), a história da construção da igreja era de desanimar, face às adversidades. Compensados foram todos com o resultado que hoje se vê na belíssima construção.

Hino do Município de Barbalha

Letra e Música: Maria Alacoque Sampaio

Canta Barbalha a tua fé cheia de esplendor.
Canta Barbalha as esperanças do teu porvir.
Canta Barbalha as alegrias que hão de vir.
Canta Barbalha a caridade que diz amor!

Terra querida, és nossa vida tudo daremos em teu favor.
Terra de Santo Antônio, o nosso grande protetor!
Terra de Santo Antônio, o nosso grande protetor!

Canta Barbalha a beleza dos palmeirais.
Canta Barbalha de tuas fontes o marulhar.
Canta Barbalha este teu vale sem fim, sem par.
Canta Barbalha os teus verdes canaviais!

Canta Barbalha os devotados à instrução.
Canta Barbalha as tuas lutas cheias de ardor.
Canta Barbalha os que trabalham em teu favor.
Canta Barbalha aos céus um hino de gratidão!

Canta Barbalha os que passaram fazendo o bem.
Canta Barbalha os que lutaram como heróis.
Canta Barbalha os que brilharam quais lindos sóis.
Canta Barbalha essa saudade que a gente tem!

Hino do Bairro Alto da Alegria, em Barbalha

Letra: Antônio Machel Callou
Música: Maestro José Soares Neto

Um prefeito que amava o progresso
Nos doou o que a gente queria
Os terrenos pras nossas moradias
Aqui no alto viril da alegria.

Um projeto que logo formamos
De vivermos em plena união
Construindo as nossas vivendas
Com auxílio comum – mutirão.

Refrão

Ó Barbalha querida, nossa terra!
Nos deslumbram os teus cerros, tão bonitos
Tuas fontes risonhas, tua serra
E os teus panoramas infinitos.

E constantes, assim continuamos
Um projeto que é firme, não muda

Nós fizemos um bom quarteirão
Logo mais eis a rua da ajuda.

E também, que católicos somos
Com prazer, todo mundo contente,
Já fizemos para nosso padroeiro
A sua grande matriz, São Vicente.

Refrão
Tudo aqui o que se quer se realiza
Com uma imensa cultura geral
Construiu-se pras crianças uma creche,
Tem também futebol e canavial.

Também conta com ricas vivendas
Que rivalizam as de outras regiões
Já gozamos de sua alta estima
E as grandezas dos seus corações.

Dados Demográficos

Localização: 07° 18' 18" S 39° 18' 07" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes a Oeste: Crato, ao Norte: Juazeiro do Norte, ao Sul: Jardim, e a Leste: Missão Velha, distância até a capital: 575 km.

Características geográficas: área: 479,184 km², população: 55.323 hab. (IBGE/2010), densidade: 115,45 hab./km², altitude: 414 m, clima: tropical esemiárido brando por altitude, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,683 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 499.981.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 8.934,61 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Barbalha

Período da Monarquia (1848 – 1889)

Intendentes:

José Furtado de Lacerda

Napoleão Quesado Filgueiras

Manoel Ramalho de Alencar

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Intendentes:

José Bernardino de Carvalho

Manuel Ribeiro Costa (1906)

Conhecido como Neco Ribeiro foi deposto por João Raymundo de Macedo (o coronel Joca do Brejão) pretextando o aumento de impostos municipais. Na verdade, Neco Ribeiro não tinha cabras armados suficientes que pudessem garanti-lo no poder.

Antônio Duarte Grangeiro (1906 a 1907)

João Raymundo de Macedo (1908)

A partir de 1914, o então governador Marcos Franco Rabelo aboliu a figura do intendente municipal e criou o cargo de prefeito, com a promulgação da Lei Estadual nº 1.794, de 9 de outubro.

Prefeitos Nomeados:

Gregório Pereira Pinto Callou (1915)

Era pessoa séria e pacífica, mais conhecido por major Gregório. Sob o seu governo Barbalha foi invadida e saqueada pelos revoltosos da Sedição de Juazeiro. Não teve meios de evitar.

Antônio Pinto de Sá Barreto (1916 a 1917)

João Raymundo de Macedo (1918)

Henrique Fernandes Lopes Sobrinho (1919 a 1926)

Cláudio Álvares Couto (1926 a 1935)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Prefeitos Nomeados:

Cláudio Álvares Couto (1926 a 1935)**

Antônio Duarte Júnior (1930 a 1933)**

Antônio Duarte de Sá Barreto (1934)

Antônio Lyrio Callou (1935 a 1945)**: no seu mandato foi construída a primeira rodagem para o Caldas.

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Argemiro Sampaio (1945 a 1946)⁴: tendo Argemiro se afastado para concorrer nas eleições de 1947. Até aquela data o cargo foi ocupado por vários prefeitos interinos:

Odílio da Cruz Luna, Antônio Manoel de Queiroz, Raimundo Cruz Filho, tenente Brandão, Dona Laurita e Antônio Duarte de Sá Barreto (1946)

Manuel Antônio de Queiroz (1947 a 1948)

Argemiro Sampaio (1948 a 1951)

Alfredo Correa de Oliveira (1952 a 1955)

Joaquim Duarte Grangeiro (1956 a 1959)

João Filgueiras Teles (1960 a 1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Joaquim Duarte Grangeiro (1964 a 1967)

Essa quadra ficou marcada pela tragédia. O prefeito eleito Joaquim Duarte Grangeiro faleceu durante o mandato. Em seu lugar, assumiu o vice-prefeito, Joaquim Duarte Grangeiro Filho, que algum tempo depois veio a falecer de desastre automobilístico, dando-se então posse a Eloy de Sá Barreto Sampaio.

Antônio Costa Sampaio (1968 a 1971)

João Coelho Neto (1972 a 1973): esse foi um mandato tampão

Fabriano Livônio Sampaio (1974 a 1977)

⁴ Nesse período, o Ceará esteve sob o comando de interventores federais

Antônio Inaldo de Sá Barreto (1978 a 1983): Antônio Inaldo e João Hilário tiveram mandatos de seis anos
João Hilário Coelho Correia (1984 a 1989)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Francisco Rommel Feijó de Sá (1990 a 1994)
João Hilário Coelho Correia (1994 a 1997)
Antônio Inaldo de Sá Barreto (1997 a 2000)
Edmundo de Sá Filho (2001 a 2004)
Francisco Rommel Feijó de Sá (2005 a 2008)
José Leite Gonçalves Cruz (2009 a 2012)
José Leite Gonçalves Cruz (2013 a 2016)

Figura 20 - Bandeira e brasão do município de Barro



Fonte: <https://images.app.goo.gl/ucgZQpZQfNExYjw86>

- Emancipação: 22 de novembro de 1951
- Gentílico: barrense
- Nomes antigos: Boa Esperança, Iara, Barro
- Distritos: sede, Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Monte Alegre, Santo Antônio e Serrote
- Padroeiro: Santo Antônio

Tendo sido o capitão Nicolau da Silva de Jesus e o coronel Joaquim Jorge Papinha, verdadeiramente, os primeiros povoadores da localidade, como mantém a tradição, são eles, então, com os seus descendentes os troncos das famílias mais antigas de Barro. Evidentemente, que outras pessoas por lá aportaram, beneficiando-se do fracionamento em glebas da sesmaria concedida desde, 1786, na margem do Riacho Cumbe, que ali confluía com o Riacho Barro, local onde estava situada uma fazenda com o mesmo nome, Barro, entre várias outras fazendas e sítios por ali demarcados, como: Timbaúba, Gangorra, Mandaçaia, Catolé.

Esse ambiente, em formação, estava encravado no município de Milagres, que é, portanto, o seu município-mãe. Posteriormente, foi erguido um nicho em local doado por dona Ana de Sousa e seu marido, Januário José de Sousa, em 1880. O passo seguinte foi a reforma e ampliação do nicho, que se transformou em capela dedicada ao culto de Santo Antônio. Posteriormente, a antiga capela, agora galgou o patamar de igreja, em 1911. Continuaram as ampliações, reformas e transformações, enquanto o povoado era elevado à categoria de vila, em 20 de outubro de 1937, pelo Decreto Estadual nº 378 de 1951, a 22 de novembro, a Lei nº 1.153 lhe outorgava a condição de cidade.

No começo, quando Barro foi elevado à condição de município, eram apenas três os seus distritos: Sede, Cuncas e Iara, assim se mantendo até 1963, quando o distrito de Iara é elevado para município. A partir daí então começou uma sequência de criações de distritos em volume tal que hoje Barro tem nove distritos, aí incluído o de Iara, que, em 1965, deixou de ser município. Sobre esse distrito, que já pertenceu a Aurora, antigamente era chamado Boa Esperança. A elevação da igreja à dignidade de paróquia, entretanto, só veio a ocorrer em 1962. O seu primeiro vigário foi o padre Tibúrcio Granjeiro.

Figura 21 - Igreja matriz paróquia de Santo Antônio



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Santuário da Divina Misericórdia, antiga igreja matriz paróquia de Santo Antônio, em Barro – Inicialmente foi erguido um nicho em local doado por dona Ana de Sousa e seu marido, Januário José de Sousa, em 1880. O passo seguinte foi a reforma e ampliação do nicho, que se transformou em capela dedicada ao culto de Santo Antônio. Posteriormente, a antiga capela, galgou o patamar de igreja, em 1911. Continuaram as ampliações, reformas e transformações, enquanto o povoado era elevado à categoria de vila em 20 de outubro de 1937 pelo Decreto Estadual nº 378, e em 1951, a 22 de novembro, a Lei nº 1.153 outorgava-lhe a condição de cidade. A elevação da igreja à dignidade de paróquia, entretanto, só veio a ocorrer em 19 de março de 1962, sob o comando de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos. O seu primeiro vigário foi o padre Tibúrcio Grangeiro. Com festa litúrgica acontecida no dia 7 de abril de 2013, a matriz de Santo Antônio foi elevada a Santuário da Divina Misericórdia.

Hino do Município de Barro

Letra e Música: José Leite Cabral Filho

Salve ó terra
De lindos coqueiros
Que tem cajueiros
Que tem milharais
Salve ó terra
Teus filhos te amam
E quando te deixam
Não te esquecem jamais
Barro amigo
E hospitaleiro
Teu povo guerreiro
Tem orgulho de ti
Tens trabalho

Tens educação
Tens filhos ilustres
Lá fora e aqui
Tuas matas
Açudes e rios
Nos fazem bravios
Orgulhosos ficar
E os filhos
Do pé dessa serra
Te devem honrar
Sou barrense
Me ufano em falar
Em qualquer tempo e lugar
Com o Barro estarei
Afirmando
Que em sua defesa
Até se preciso for
O meu sangue darei

Dados Demográficos

Localização: 07° 10' 37" S 38° 46' 55" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Barro (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Aurora, ao Sul: Mauriti, a Leste: São José de Piranhas (PB), e a Oeste: Milagres, distância até a capital: 524 km.

Características geográficas: área: 709,655 km², população: 21.556 hab. (IBGE/2010), densidade: 30,38 hab./km², clima: Semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,658 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 73.380.915,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.424,37 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Barro

Período da Primeira República (1889 a 1930)*

Período da Era Vargas (1930 a 1945)*

Período da Segunda República (1945 a 1964)*

Período do Regime Militar (1964 a 1985)*

(*) Governantes dos períodos acima não identificados

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

José Adailson Barbosa Landim (1997 a 2000)

José Janildo Alves do Nascimento (2001 a 2004)

José Marquinélio Tavares (2005 a 2008)

José Marquinélio Tavares (2009 a 2012)

Francisco Luiz Tavares de Araújo (2013 a 2016)

Figura 22 - Bandeira e brasão do município de Brejo Santo



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 26 de agosto de 1890
- Gentílico: brejo-santense
- Nomes Antigos: Nascença, Brejo do Barbosa, Brejo dos Santos
- Distritos: sede, Poço e São Felipe
- Padroeiro: Sagrado Coração de Jesus

"Nascença", é como era conhecido o grande reservatório de água existente na localidade, onde foi construída uma casa para abrigo dos primeiros desbravadores, cuja fazenda levou precisamente o nome de Nascença. Foi então aberta uma estrada que passava no terreiro da casa. Como essa estrada era o caminho dos comerciantes de gado que passavam pelo lugar, vindos da Bahia e Pernambuco para o Piauí e vice-versa, a fazenda servia de ponto de apoio. A fazenda ou sítio Nascença,

com outra gleba de nome Brejal ou Brejo, anexas, foram dessa forma o núcleo inicial do que no futuro iria ser Brejo Santo. Ao que consta a História, esses primitivos habitantes, além de não povoarem também não fizeram o aglomerado informe evoluir para, no mínimo, um povoado. Talvez de Porteiras, veio depois uma viúva de nome Maria Barbosa que, adquirindo a gleba Brejo, nomeou-a logo na escritura de "Brejo da Barbosa", para distinguir com mais acerto da gleba anexa que teria sido apossada por membros da família Santos, que tinha fazenda com a denominação Brejo dos Santos. Essa família teria sido assassinada pela polícia em 1850. Mudança mesmo só começou a acontecer, a partir de 1858, quando aportou ao local José Francisco da Silva Basílio, vindo de Águas Belas (PE), que, junto com a mulher, Ana Maria Gomes, trouxe consigo o menino Basílio, então com doze anos de idade.

Figura 23 - Igreja matriz paróquia Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A freguesia da igreja do Sagrado Coração de Jesus foi criada, em 25 de julho de 1876 por desmembramento das freguesias de Jardim e de Milagres, conforme Lei nº 1.708. Como

igreja matriz, porém, ela só viria a ser instituída canonicamente, em 29 de maio de 1893, em obediência à Provisão expedida pelo bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, cabendo lembrar que a pedra fundamental da matriz foi lançada pelo padre Ibiapina. Seu primeiro vigário foi o padre Francisco Lopes Abath. Os brejo-santenses festejam o seu padroeiro de 14 a 24 de julho. Paróquia do Sagrado Coração De Jesus, em Brejo Santo. A freguesia da igreja do Sagrado Coração de Jesus foi criada, em 25 de julho de 1876 por desmembramento das freguesias de Jardim e de Milagres, conforme Lei nº 1.708. Como igreja matriz, porém, ela só viria a ser instituída canonicamente em 29 de maio de 1893, em obediência à Provisão expedida pelo bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, cabendo lembrar que a pedra fundamental da matriz foi lançada pelo padre Ibiapina. Seu primeiro vigário foi o padre Francisco Lopes Abath. Os brejo-santenses festejam o seu padroeiro de 14 a 24 de julho.

A paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em Brejo Santo, lidera as seguintes capelas: capela de Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Morro Dourado; cinco capelas de São Francisco, sendo, uma no Bairro São Francisco, na Sede, uma segunda na Estrada do Gado, a terceira no lugar Cabaceiras, a quarta no lugar Canabrabinha, e a quinta em Moquém; duas capelas de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma em Baraúnas e a outra no lugar Algodões; capela de São Felipe, no distrito do mesmo nome; capela de Nossa Senhora da Conceição, na vila Conceição; capela de Santa Luzia, em Moquém Grande; capela de Nossa Senhora Santana, em Cachoeirinha; capela do Bom Jesus, na vila Esperança; duas capelas de São José, sendo uma em Baixio e a outra em Baixio do Boi; capela de Santa Luzia, no Serrote; capela de Nossa Senhora de Fátima, na Lagoa do Mato de Cima; capela de São João Batista, no lugar Lagoa do Mato de Baixo; capela de São José Operário, no Oitizeiro; três capelas de São Sebastião, sendo uma no Baixio dos Sousa, outra no Barro Preto e a terceira no lugar Vieira; capela de Santo Antônio, no Boqueirão; capela de São Camilo, em São Camilo; capela de Nossa Senhora das Graças, no Barro Preto; capela de Santa Cruz, no lugar Torrão; capela do Menino Jesus de Praga, em Pau d'Arco; capela de Nossa Senhora do Carmo, em Água

Vermelha; capela de São Bento, em São Bento; capela do Coração de Jesus, na Passagem de Pedra.

Hino do Município de Brejo Santo

Letra: Lindolfo Ramalho

Música: Augusto Romão

I

Sobre a várzea de verde esmeralda
Te espreguiças, oh! Meu Brejo dos Santos,
Inspirando a quem te contempla
Um poema sublime de encantos.

II

Entre louros dos teus coqueirais
Que tatalam nas tardes fagueiras,
A graúna seu hino desprende
Ao sorriso das luzes primeiras.

III

CORO

És a terra sublime de encantos,
Graça infinita da mãe natureza,
Tu herdaste do teu Ceará
A pujança divina e a beleza.

IV

O arquiteto das obras divinas
Deu-te um céu pontilhado de estrelas,
Deu-te campos e bosques amenos
Onde brotam as flores mais belas.

V

Deu-te as fontes de puro cristal,
Onde as águas murmuram amor...
Fez teu sorriso um verde tapete
O mais belo e jocundo primor.

VI

CORO

Eu te adoro oh! Brejo dos Santos
Na expressão singular do teu porte,
Amo o gesto sublime que imprimes
Como sendo o mais belo do Norte.

VII

Eu te adoro oh! Terra fecunda,
Onde o sol resplandece divino!
Em teu seio de amor e sorriso,
Sonhei tanto quando era menino.

Dados Demográficos

Localização: 07° 29' 34" S 38° 59' 06" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Brejo Santo (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Missão Velha, Abaiara e Milagres, ao Sul: Jati e São José do Belmonte (PE), a Leste: Mauriti, e a Oeste: Porteiras, distância até a capital: 510 km.

Características geográficas: área: 661,959 km², população: 45.190 hab. (IBGE/2010), densidade: 68,27 hab./km², altitude: 381 m, clima: tropical semiárido brando e tropical, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,647 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 239.566.000,00 (IBGE/2010), PIB per capita: R\$ 5.301,31 (IBGE/2010).

Fonte: IBGE

Governantes De Brejo Santo

Período da Monarquia (1848 a 1889)

Lourenço Gomes da Silva (26/08/1890 a 1892): Foi indicado para o cargo pelo seu irmão e chefe político de Brejo Santo, coronel Basílio, que também o indicou para a presidência do primeiro Conselho de Intendentes do Município. Criou o primeiro Código de Posturas de Brejo Santo. Construiu o prédio da Câmara Municipal, sob sua administração direta, e mais: a cadeia pública, o quartel de polícia e o prédio da prefeitura. Implantou a guarda municipal.

Basílio Gomes da Silva (1893 a 1909): Tenente-coronel da Guarda Nacional. Fundador da cidade e chefe político de Brejo Santos durante cinquenta anos.

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Manuel Inácio de Lucena (1909 a 1912): Indicado para o cargo pelo coronel Basílio, seu amigo. Foi também prefeito do município de Milagres

João Inácio de Lucena (1912 a 1914): Inácio era genro do coronel Basílio e foi por ele indicado para o cargo.

Joaquim Gomes da Silva Basílio (1914 a 1916): Filho do coronel Basílio e por ele indicado para o cargo. Contemporizador, Joaquim empenhou-se pessoalmente na contemporização dos ânimos acirrados entre as populações de Brejo Santo e Porteiras. Contratou professores particulares para lecionar a pessoas pobres.

Manuel Inácio Bezerra (1916 a 1918): Primo do coronel Basílio, e por ele indicado para o cargo.

José Nicodemos da Silva (1918 a 1919): Filho do coronel Basílio, e por ele indicado para o cargo. Nicodemos era o pai do padre Antônio Gomes de Araújo.

João Inácio de Lucena (1919 a 1927): Novamente indicado para o cargo pelo seu sogro, coronel Basílio.

Joaquim Inácio de Lucena (1927 a 1929): Joaquim Inácio, também conhecido por Quinco Chicote, era amigo do coronel Basílio, que lhe indicou para o cargo. Durante esse mandato ocorreu a tristemente célebre tragédia das Guaribas, em que foi chacinado juntamente com a família o seu irmão conhecido por Chico Chicote. Ainda nessa administração, Joaquim Inácio fez construir o Matadouro Público de Brejo Santo.

Manoel Leite de Moura (1929 a 1930): Também amigo do coronel Basílio, foi o último indicado por esse para a governança do município.

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

João Anselmo e Silva (1930 a 1931)

Luiz Gonzaga Junior (1931 a 1934): Gonzaga, natural e residente em Barbalha, foi eleito graças a um consenso de lideranças para escolha de um candidato neutro que não pertencesse a nenhuma das famílias de Brejo Santo, entre as quais a disputa estava acirradíssima, a fim de evitar um mal maior.

Franklin Tavares Pinheiro (out/1934 a jun/1935): Da mesma forma que o prefeito anterior, "seu Franco", como era conhecido, foi designado para o cargo visando ao apaziguamento das famílias porteirenses e brejo-santenses.

José Matias Sampaio (1935 a 1945): Durante o seu longo mandato passaram pelo governo do Ceará nada menos que dez interventores. Exerceu uma administração profícua, da qual pode-se destacar: alinhamento de ruas e nivelamento de calçadas, arborização da cidade, demoliu a casa simples onde funcionava a prefeitura e construiu um novo e moderno Paço Municipal, construiu um matadouro público.

Manuel Inácio Torres (nov/1944 a mar/1945): A partir de 1948, exerceu o mandato de vereador por quatro legislaturas, vindo a falecer no exercício da presidência da Câmara em 1981.

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

José Jacinto de Araújo (1945 a 1946)

Joaquim Leite de Araújo (1946)

Vicente Alves Santana (fev/1946 a mar/1947)

Napoleão de Araújo Lima (1947 a 1948)

Dionísio Rocha de Lucena (1948 a 1951): Implantou na cidade energia elétrica produzida por gerador movido a diesel. Dotou o serviço de coleta de lixo de um trator. Adquiriu terreno para a construção do Quartel de Polícia Militar. Abriu novas ruas na cidade.

Antônio Denguinho de Santana (1951 a 1955): Instalou o primeiro sistema de abastecimento de água da cidade, a partir da nascente Cacimbinha. Trouxe a energia de Paulo Afonso para Brejo Santo.

Dionísio Rocha de Lucena (1955 a 1959)

Antônio Denguinho de Santana (1959 a 1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Juarez Leite Sampaio (1963 a 1967): Construiu o Grupo Escolar Joaquim Gomes Basílio e a Escola de Ensino Fundamental e Médio Balbina Viana Arraes. Construiu o açude público do povoado de São Sebastião.

Emílio Salviano Alves (1967 a 1971): Promulgou a Lei Municipal nº 02, de 20 de agosto de 1968, que oficializou a Bandeira Municipal de Brejo Santo, cuja concepção heráldica é de autoria do professor Manuel Bezerra Neto e a escolha deu-se por concurso público.

Juarez Leite Sampaio (1971 a 1973)

Mário Leite Tavares (1973 a 1976)

Francisco Leite de Lucena (1977 a 1982): Promulgou a Lei nº 50, de 9 de maio de 1978, que instituiu o brasão de armas do

município de Brejo Santo, concebido heraldicamente pelo professor Manoel Bezerra Neto.

Juarez Leite Sampaio (1983 a 1988)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

José Welington Landim (1989 a 1992): Depois desse mandato, Welington Landim foi seguidamente eleito deputado estadual pelo Cariri por três mandatos.

Francisco Furtado dos Santos (1993 a 1996)

Francisco Wider Lucena Landim (1997 a 2000)

Francisco Wider Lucena Landim (2001 a 2004)

Arônio Lucena Salviano (2005 a 2008)

Guilherme Sampaio Landim (2009 a 2012)

Guilherme Sampaio Landim (2013 a 2016)

Figura 24 - Bandeira e brasão do município de Campos Sales



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 29 de julho de 1899
- Gentílico: campos-salense
- Nomes antigos: Várzea da Vaca, Nova Roma
- Distritos: Sede, Barão de Aquiraz, Carmelópolis, Itaquá, Monte Castelo e Quixariú
- Padroeira: Nossa Senhora da Penha

Todas as teorias históricas sobre a criação do município têm em comum o avanço exploratório dos criadores de gado sertão a dentro. O lugar onde hoje é Campos Sales era conhecido como Várzea da Vaca, tamanha era a concentração de rebanhos, ali instaladas muitas fazendas de criação. Uma dessas fazendas, a 'Fazenda Touro', entrou para a História por pertencer à famosa Bárbara Pereira de Alencar, protagonista, juntamente

com os filhos, do movimento revolucionário de 1817, no Ceará, e da Confederação do Equador, em 1824.

A configuração da área do município sofreu várias modificações em virtude da disputa sobre a demarcação de limites entre os estados do Ceará e do Piauí. Até 23 de novembro de 1878, Campos Sales era distrito do município de Assaré, sendo sucessivamente desmembrado, instalado e desinstalado até 4 de dezembro de 1933, quando o Decreto Estadual nº 1.156 desmembra, definitivamente, Campos Sales de Assaré. A divisão territorial promovida, em 1991, estabeleceu os seis distritos que hoje o integram. Em 1908, o intendente municipal de Campos Sales, Cel. Cipriano Alves Feitosa, foi deposto pelo Cel. Raimundo Bento de Souza Balício. Em Campos Sales encontra-se o Parque Ecológico do Boqueirão.

Figura 25 - Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Penha



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Penha, em Campos Sales, foi ereta canonicamente no dia 28 de dezembro de 1943, por desmembramento da paróquia de Araripe. Cumpre notar que a missa inaugural foi oficiada no dia 1º de janeiro de 1944, pelo padre João Linhares de Lima, cooperador da paró-

quia de Araripe à época, residindo em Campos Sales. Para seu primeiro vigário, entretanto, foi designado o padre Baldomiro Rodrigues. A padroeira é reverenciada em novena que acontece anualmente de 22 de agosto a 1º de setembro. Outro templo que merece uma visão sobre ele é a capela de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Itaiguá, onde estão depositados os restos mortais da heroína Bárbara Pereira de Alencar.

Hino Municipal de Campos Sales

Letra e Música: Mariano de Oliveira Carvalho

Arranjo: Cícero Robério Nobre

Aprazível e encantadora te mostrastes
Aos primeiros que cruzaram o solo teu
Pois no teu seio as tuas raízes fincaram
E do labor a tua história então nasceu.
Tua origem edificada nos princípios
De famílias de honrosa tradição
Tu és uma árvore garbosa que deu frutos
Filhos devotos que te tem no coração
ESTRIBILHO

Salve, salve, Campos Sales
Soberana de um brilhante porvir!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do cariri!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do cariri!

Quem respira a poesia dos teus ventos
Acalenta a alma e o próprio coração

Tua majestade resplandece aos quatro cantos
És tua uma fonte perene de inspiração.
É teu povo destemido e imponente
Por tuas glórias não hesita em te adorar
Sublime e doce a que ter vê tu se apresentas
Sendo impossível conhece-la e não te amar
Foi gerido um espírito de fé
Das entranhas do teu solo benfazejo
És norteadada pela marcha do progresso
Teu povo feliz é o teu maior desejo.
São teus filhos plenamente agraciados
Pelo fato de em ti terem nascido
E pelo mundo através dos seus trabalhos
Fazem teu nome ficar mais engrandecido.
ESTRIBILHO

Teu extenso e acolhedor território
Com seu clima agradável e salutar
Fora escolhido como seguro refúgio
Da revolucionária Bárbara de Alencar
Tuas matas e teus calmos cursos d'água
Fazem de ti um hospitaleiro rincão
Foste tua terra inteiramente abençoada
Pela beleza natural do Boqueirão
ESTRIBILHO

Tens o nome de um líder decidido
Em teu seio jaz a grande heroína
Sois o portal de um belo e áureo futuro
Mãe generosa onde todo amor culmina.
Tu és um símbolo perene de candura

Guarnecida por um céu azul anil
Emoldurada por um verde esperança
És tu motivo de orgulho ao Brasil
Salve, salve, Campos Sales
Soberana de um brilhante porvir!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do cariri!
Exaltai tuas glórias e bondade,
Tu que és bela cidade
Portal do cariri!

Dados Demográficos

Localização: 07° 04' 26" S 40° 22' 33" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: chapada do Araripe (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Aiuaba, a Leste: Assaré, Antonina do Norte e Potengi, ao Sul: Salitre, e a Oeste: Fronteiras (PI) e Pio IX (PI), distância até a capital: 596 km.

Características geográficas: área: 1.082,771 km². população: 26.510 hab. (IBGE/2010), densidade: 24,48 hab./km², altitude: 567 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,655 médio (PNUD/2000) , PIB: R\$ 88.377.723,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.352,85 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Campos Sales

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Prefeitos:

Luiz Bento de Souza (1899 a 1906)

Cel. Raimundo Bento de Sousa Baleco (1907 a 1914)

Joaquim de Lima (1914 a 1928)

Maj. João Severo Cortez (1928 a 1930)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Durante o íntere de 1930 a 1933 o município de Campos Sales perdeu sua autonomia política, tendo sido extinto e o controle passando a pertencer ao município de Araripe.

Aurino Augusto de Araujo Lima (1933 a 1934)

Virgílio Albuquerque Arrais (foi nomeado mas não chegou a assumir o cargo)

Meton Barreto de Maraes (assumiu por um período de apenas seis meses no ano de 1935)

Enéas de Araujo Arrais (1935 a 1936)

Enéas de Araujo Arrais (1936 a 1937)

José Augusto Sobrinho (1937 a 1945)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Enéas de Araujo Arrais (1945 a 1946)

Pedro Alcântara de Andrade (Em 1946, foi indicado como substituto de Enéas de Araujo Arrais, mas em seguida foi deposto antes de completar um mês no cargo)

Sub.Ten. Sinésio Correia de Sá (Em 1946, foi nomeado autoritariamente até início de 1947, por um período de aproximadamente 30 dias)

Hélio Lima (1947 a 1950)

Francisco Veloso de Andrade (1950 a 1954)

Hélio Lima (1954 a 1958)

Francisco Vitorino Luna (1959 a 1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Francisco Veloso de Andrade (1963 a 1967)

Francisco Jaime de Andrade (1967 a 1971)
Helder Macário de Brito (1971 a 1973)
José Íris de Moraes (1973 a 1977)
Francisco de Paula Fortaleza (1977 a 1983)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Íris de Moraes (1983 a 1989)
José Lourenço Arrais (1989 a 1993)
Francisco de Paula Fortaleza (1993 a 1996)
Paulo Ney Martins (1997 a 2000)
Ana Maria Duarte de Figueiredo Arrais (2001 a 2004)
Antônio Iremar Arrais (05/06/2003 a 10/06/2003)
Paulo Ney Martins (2005 a 2008)
Paulo Ney Martins (2009 a 2012)
Moésio Loiola (2013 a 2016)

Figura 26 - Bandeira e brasão do município de Caririáçu



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 18 de agosto de 1876
- Gentílico: caririáçuense
- Nomes antigos: São José, Serra de São Pedro, Vila de São Pedro do Crato, São Pedro do Cariri; Caririáçu, desde 1943
- Nomes carinhosos: Cidade Jardim, Cidade Serrana
- Distritos: sede, Feitosa (Serrote), Miguel Xavier (Valença), Miragem, Primavera (S. Lourenço) e Cachoeirinha
- Padroeiro: São Pedro

Embora não precise a data, o certo é que Miguel Cavalcante Campos foi o primeiro a utilizar a Serra de São Pedro para explorar a agricultura, cultivando mandioca e algodão por volta de 1760. Consta a presença, no local, de Porciano Pereira, mais ou menos por essa época. Seguiram-lhe Luiz Bezerra de Macedo e Manoel José Vitoriano. O crédito do povoamento, entretanto, é de José Joaquim de Santana, que edificou uma

casa onde hoje está a cidade. Assim como Lavras da Mangabeira, que nasceu não a partir de uma capela, Cariri nasceu a partir de um distrito policial criado por Ato Provincial de 11 de maio de 1859. A partir daí oitenta anos passaram-se alternando a independência política e a sua supressão, segundo os interesses políticos ou econômicos dos mandantes de cada período, como de resto aconteceu com diversos outros municípios, não só do Cariri, mas de quase todo o estado do Ceará. Aí está o porquê da série de destituições e restabelecimentos de independência entre o Ato Provincial e o Decreto-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, que pôs cabo a essa instabilidade, restituindo a Cariri a sua autonomia política definitivamente. Um detalhe interessante a respeito da localização do município é que sendo a sua altitude superior à dos demais que com ele se limitam (Farias Brito, Várzea Alegre, Granjeiro, Lavras da Mangabeira, Aurora, Missão Velha, Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato), todos podem de lá ser vistos, o que levou o escritor Raimundo de Oliveira Borges a dizer que "Cariri é uma ilha rodeada de Cariri por todos os lados".

Figura 27 - Igreja matriz paróquia de São Pedro



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A matriz outrora foi uma igreja dedicada a São José, cuja criação da freguesia se deu em decorrência da Lei nº 1.362, de 9 de novembro de 1870, confirmada pela provisão canônica de 17 de abril de 1871, quando recebeu a denominação de paróquia da Serra de São José. Seu primeiro vigário foi o padre Manuel Carlos da Silva Peixoto. Padre Cícero Romão Batista foi nomeado vigário dessa igreja de São Pedro em 21 de setembro de 1888. Assumiu a paróquia, em 29 de janeiro de 1889, e dela foi pároco até 6 de agosto de 1892. É possível que a escolha de São José como orago tenha se originado do nome do sítio de José Joaquim de Santana. A primeira igreja lá construída foi derubada e em seu lugar foi construída uma nova igreja durante o ínterim de 1920 a 1925, já com a nova denominação e novo orago – igreja de São Pedro de Caririaçu. Cabe registrar que, em 1879, a igreja passou para o domínio da paróquia de Juazeiro do Norte, o que provocou grande clamor entre a população. Festa do padroeiro: 20 a 29 de junho.

Hino do Município de Caririaçu

Letra: Ana Soares Cardoso (Donana)
Música: João Alves de Sousa (João Ventura)

Este hino entoamos
Para homenagear
Um pedaço do Brasil
A nossa terra saudar

Caririaçu terra altaneira
Vamos cultuar a tua bandeira (bis)

Tuas montanhas e vales
Teu clima que bem nos faz
Solo fértil, céu de anil
Deslumbramento nos traz

Grande serra acolhedora
Bela e cheia de esperança
Do anoitecer a paisagem
Traz saudades e traz lembrança.

Dados Demográficos

Localização: 07° 02' 31" S 39° 17' 02" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Caririáçu (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Norte: Granjeiro e Várzea Alegre, a Oeste: Farias Brito e Crato, ao Sul: Juazeiro do Norte e Missão Velha, e a Leste: Lavras da Mangabeira e Aurora, distância até a capital: 503 km.

Características geográficas: área: 623,823 km², população: 26.393 hab. (IBGE/2010), densidade: 42,31 hab./km², altitude: 713 m, clima: tropical quente subúmido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,578 baixo (PNUD/2010), PIB: R\$ 107.559.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 4.069,12 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Caririáçu

Período da Monarquia (Até 1889)

Intendentes:

João Vulpino da Cunha (1877 a 1889)

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Interventores:

Francisco Leite de Araújo (1889 a 1900)

Clemente Ferreira da Silva (1900 a 1902)

José Nogueira de Melo (1902 a 1904)
P. Augusto Barbosa de Menezes (1904 a 1912)
Cirilo Alves Feitosa (1912 a 1913)
Raimundo Nonato de Sousa (1913 a 1914)
P. Augusto Barbosa de Menezes (1914 a 1915)
Pedro Nunes da Cunha (1916 a 1920)

Prefeitos:

Francisco Botelho Filho (1920 a 1928)
Afonso de Oliveira Borges (1929 a 1930)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Ildefonso Gonçalves Rolim (Interventor) (1930 a 1934)
Afonso de Oliveira Borges (Interventor) (1935)
Carlos José de Moraes (1936 a 1944)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Marcelo Cavalcante Moreira (1945 a 1946)
Luiz Bezerra de Moraes (1947 a 1950)
Carlos José de Moraes (1951 a 1954)
Tibúrcio Rodrigues de Melo (1955 a 1958)
Luiz Bezerra de Moraes (1959 a 1962)
Manoel Pereira de Moraes (1962 a 1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Belizário Clementino Ferreira (1964 a 1966)
Raimundo Bezerra Lima (1967 a 1970)
Belizário Clementino Ferreira (1971 a 1972)
Raimundo Bezerra Lima (1973 a 1976)
Raimundo Rodrigues Sobrinho (1977 a 1982)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Maria José Borges Machado (1983 a 1988)

Lúcia Vanda de Moraes Guimarães (1989 a 1992)

José Hildon Fernandes de Moraes (1993 a 1996)

Lúcia Vanda de Moraes Guimarães (1997 a 2000)

Lúcia Vanda de Moraes Guimarães (2001 a 2004)

José Edimilson Leite Barbosa (2005 a 2008)

José Edimilson Leite Barbosa (2009 a 2012)

João Marcos Pereira (2013 a 2016)

Figura 28 - Bandeira e brasão do município do Crato



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 16 de dezembro de 1762
- Gentílico: cratense
- Nomes antigos: Missão do Miranda, Missão dos Cariris Novos, Aldeia do Brejo Grande, Vila Real do Crato, e Crato, a partir de 1842
- Nomes carinhosos: "Cratinho de Açúcar", "Terra de Alencar", "Oásis do Sertão", "Princesa do Cariri"
- Distritos: sede, Baixio das Palmeiras, Campo Alegre, Belmonte, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa
- Padroeira: Nossa Senhora da Penha

Do latim (*Curatus*) para o português, a palavra assumiu a forma "curato", significando a dignidade ou o cargo de cura (vigário de aldeia ou povoado). "Curato" significa também o ambiente ou a área de atuação do cura. A cidade do Crato tem a sua similar toponímica em Portugal, na região do Alentejo. Embora a Crato portuguesa possa ser mais antiga do que a Crato caririense, é pouco provável que aquela tenha inspirado o nome dessa, porquanto diversas expressões latinas, aporuguesadas ou não, usadas no vocabulário eclesiástico vieram a ser assumidas pelo nosso povo para expressar coisas nossas não necessariamente ligadas à religião, como, por exemplo, 'freguesia' para designar certo tamanho de aglomerado urbano. Ademais, boa parte das nossas cidades interioranas nasceram há duzentos ou trezentos anos, a partir de aldeamentos criados por padres, cuja primeira providência, após se arrancharem convenientemente, era erigir uma orada ou capela sob a invocação patronal de um santo, daí termos hoje cidades com nomes como "Santana" do Cariri, "São José" do Mipibu, "São Lourenço da Mata", dentre outras. Esses padres, segundo a estrutura administrativa da Igreja católica, eram os "curas", e o seu âmbito jurisdicional era o "curato". Se o Crato, cuja invocação patronal original foi Nossa Senhora da Penha, e se a Vila Real do Crato recebeu o nome, não a partir da madona padroeira, o primitivo "Curato de Nossa Senhora da Penha", pode perfeitamente ter, por acomodação linguística, se transformado em "Crato de Nossa Senhora da Penha", ou o "Curato de Frei Carlos Maria de Ferrara" em "Crato de Frei Carlos Maria de Ferrara", como hoje se conhece Brasil a fora o "Juazeiro do padre Cícero". Por que não?

Coube ao Ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto Soares Barbosa, a incumbência de instalar as novas vilas da capitania do Ceará de Baturité e Crato, conforme aviso expedido em 17 de junho de 1763, pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos, ao governador de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva, em 21 de junho de 1764, aplicando-lhes nomes de localidades portuguesas. Tal decisão já houvera sido tomada em 16 de setembro de 1762, elevando a antiga Missão do Miranda à categoria de vila. Embora tenha sido registrada a defasagem de tempo de dois anos na implementação da medida político-administrativa, so-

bretudo não especificando nomes a serem dados, é interessante notar que a ideia de homenagear as cidades lusitanas só foi aplicada pelo Ouvidor Vitoriano, se é que português era ou se tinha alguma ligação com a cidade além-mar, apenas com relação a Crato, quando o documento régio se referia também a outras cidades. Observe-se, ademais, que no dia 20 de janeiro de 1747, quase vinte anos antes da intervenção de Vitoriano, Frei Luís de Santa Teresa, bispo de Pernambuco, ordenou que o padre visitador Manuel Machado Freire dividisse a freguesia de Icó em dois 'curatos', um deles o dos Cariris Novos, exatamente o que no futuro iria ser chamado de Crato, de onde posteriormente nasceria Missão Velha. A medida foi implementada um ano depois, invocando-se, então, a proteção de Nossa Senhora da Luz. A tribo Jucá (ou Yucá), que se incluía entre os cariris, por estar missionada nas margens do rio Jaguaribe por volta de 1727, abrigada na Aldeia do Brejo Grande, antiga Missão do Miranda, parece ter sido a que inicialmente se instalou no local. Esse aldeamento foi organizado e instalado à margem do Rio Itaitera (palavra indígena que significa "água que corre entre pedras") pelo frade capuchino Frei Carlos Maria de Ferrara, e o nome com que ele mesmo batizou o aldeamento é uma homenagem sua ao cacique Miarada, da nação Cariri ali residente.

Essa aldeia depois veio a ser chamada Missão dos Cariris Novos, alcançou o "status" de freguesia por provisão régia de 1762, sob a invocação patronal de Nossa Senhora da Penha. A nova freguesia só foi realmente inaugurada, em 4 de janeiro de 1768, tendo o padre Manoel Teixeira de Moraes como seu primeiro pároco. A antiga capela da freguesia foi substituída por uma igreja matriz, em 3 de maio de 1817, quando a freguesia já estava elevada à categoria de vila desde 1764, com a denominação de Vila Real do Crato. A Lei Provincial nº 628, de 17 de outubro de 1853, erigiu o Crato à categoria de cidade. Em 21 de Janeiro de 1863, a igreja matriz teve instalado em uma de suas torres um relógio adquirido na França por Dr. Marcos Antônio de Macedo, atendendo à solicitação do vigário colado da freguesia, padre Manoel Joaquim Aires do Nascimento, sendo responsável pela instalação o artesão Vicente Ferreira da Silva. A solenidade de entrega do relógio à população ocorreu no

dia 12 de outubro do mesmo ano, por ocasião de visita pastoral do primeiro bispo do Ceará, Dom Antônio Luís dos Santos. O município do Crato está encravado na egião metropolitana do Cariri a uma altitude média de 426 metros.

Figura 29 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Penha



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Em março de 1762 a capela de Nossa Senhora da Penha foi elevada à categoria de igreja matriz em virtude de ter sido criada a paróquia de Nossa Senhora da Penha, desmembrada da paróquia de São José dos Cariris Novos, de Missão Velha, pelo P. José Teixeira de Azevedo, visitador do bispo de Pernambuco, Dom Francisco. A instalação da paróquia, entretanto, só aconteceria em 4 de janeiro de 1768. Com a criação da diocese do Crato, em 1914, a igreja matriz foi elevada à condição de Catedral. Existe uma lenda que aponta o local aonde viria a ser erguida a pequena capela original, que diz que mais ou menos pelos idos de 1712, os índios cariris que habitavam a região insistiam em tirar a imagem de Nossa Senhora da Penha de onde ela estava, perto da tribo, e colocá-la em outro lugar, aí

ficando todo o dia até o anoitecer. Os índios verificavam que ao amanhecer, a imagem sempre voltava ao mesmo lugar de origem perto da tribo. Conheceram, então, que ali era o lugar dela e ali mesmo criaram um ambiente onde a colocaram, definitivamente, onde hoje é a Catedral. Nossa Senhora da Penha é a padroeira da cidade do Crato, que comemora a sua festa em 1º de setembro.

No município do Crato, fazem parte da Região Forânea I da diocese as paróquias: Sé Catedral de Nossa Senhora da Penha, paróquia de Nossa Senhora de Aparecida, paróquia de Nossa Senhora de Fátima, paróquia Sagrada Família, paróquia Sagrado Coração de Jesus, paróquia São Francisco de Assis, paróquia São José Operário (no distrito de Ponta da Serra), paróquia de São Miguel, Santuário Eucarístico Diocesano. Pertence, também, à mesma diocese a capela de Santa Teresa de Jesus, sob a responsabilidade da Congregação das Filhas de Santa Teresa, capela do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade e a igreja de Santo Inácio de Loyola (localizada no Sítio Caldeirão no distrito de Santa Fé).

Hino do Município de Crato

Letra: Martins d'Alvarez

Música: Joaquim Cruz Neves

Flor da terra do sol
Ó berço esplêndido
Dos guerreiros da "Tribo Cariri"
Sou teu filho e ao teu calor
Cresci, amei, sonhei, vivi
Ao sopé da serra, entre canaviais
Quem já te viu, ó não te esquece mais!
Para te exaltar, ó flor do Brasil
Ó coração do Ceará
Comigo a nação te cantará!
No teu céu linda brilha estrela fulgida

Que há cem anos norteia o teu porvir
Crato amado, idolatrado
Teu destino hás de seguir
Grande e forte como nosso verde mar
Bendita sejas, ó terra de Alencar.

Dados Demográficos

Localização: 07° 14' 02" S 39° 24' 32" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Norte: Farias Brito, a Leste: Caririáçu, Juazeiro do Norte e Barbalha, a Oeste: Nova Olinda e Santana do Cariri, e ao Sul: Exu (PE) e Moreilândia (PE), distância até a capital: 567 km.

Características geográficas: área Total: 1.009,202 km², área urbana: 4,906 km², população: 123.963 hab. (IBGE/2012), densidade: 122,83 hab./km², altitude: 426 m, clima: tropical, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,713 alto (PNUD/2010), PIB: R\$ 1.022.157.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 8.329,39 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes do Crato

Período da Monarquia (até 1889)

Capitães-Mores:

Arnaud de Holanda Correia

José Pereira Filgueiras

Joaquim Pinto Madeira

Joaquim Antônio Bezerra de Menezes

Intendentes:

Antônio Vicente de Paula Barbosa

Antônio Luís Alves Pequeno

Marcos Antônio de Macedo – 1847: Foi o primeiro a apresentar a ideia de transposição das águas do São Francisco

Período da Primeira Republica (1889 a 1930)

Conselho de Intendencia:

Intendentes:

Francisco José de Brito (1912)

Antônio Luís Alves Pequeno

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Prefeitos:

Alexandre Arraes de Alencar (1938 a 1943): Faleceu no exercício do mandato de prefeito. Construiu uma hidrelétrica para o Crato, aproveitando as nascentes e o grande desnível da encosta da serra; implantou um horto florestal na cidade para a produção de mudas; implantou um polo hortifrutigranjeiro, para ensinar horticultura à população; arborizou a cidade com algaroba; construiu a Praça Francisco Sá; construiu a coluna da hora; construiu a estátua do Cristo Redentor; instalou o sistema de água encanada com a construção de caixas d'água que recebiam água direto das nascentes

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Filemon Fernandes Teles (1947 a 1950)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)*

(*) Governates dos periodos acima não identificados

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Raimundo Coelho Bezerra de Farias (1997 a 2000)

Francisco Walter Peixoto (2001 2004)

Samuel Vilar de Alencar Araripe (2005 a 2008)

Samuel Vilar de Alencar Araripe (2009 a 2012)

Ronaldo Sampaio Gomes de Matos (2013 a 2016)

Figura 30 - Bandeira e brasão do município de Farias Brito.



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Farias_Brito&oldid=41957992

- Emancipação: 13 de outubro de 1890
- Gentílico: farias-britense
- Nomes antigos: Quixará
- Distritos: sede, Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá
- Padroeira: Imaculada Conceição

Outrora foi Quixará, topônimo herdado ainda dos primitivos habitantes do lugar, da tribo dos cariús, cujo significado geral tem sido alvo de discussões entre estudiosos, mas que remete para alguma coisa relacionada com queixadas – porcos do mato. Ainda durante o alvorecer do século XVIII, a partir da concessão de diversas sesmarias, começaram a aparecer os primeiros colonizadores, como registra concessão feita pelo capitão-mor Manoel da Fonseca Jaime, em 23 de janeiro de 1717, aos irmãos Simão Rodrigues Ferreira e Cosme Ferreira, Francisco Ferreira Pedrosa, Agostinho Duarte Pinheiro, Gaspar Pinto e Antônio Pinto. Pouco se sabe a respeito de terem todos esses senhores se estabelecido e realmente iniciado a colonização

que se queria. É possível que algum ou outro tenha realmente explorado, e muitos não o fizeram, como era costume na época; cediam ou arrendavam a terceiros, o que futuramente sempre resultaria em disputas pela posse efetiva das terras.

O que ficou na memória da crônica histórica foi a atuação destacada do coronel Francisco Gomes de Oliveira Braga, sob quem o incipiente povoado crescia a olhos vistos. De início, não foi muito fácil a vida desses pioneiros, ante a presença agressiva dos cariús. Esses, contudo, foram debelados ou incorporados ao batalhão de vencedores que saíram da guerra promovida pelos Feitosa, dos Inhamuns, que teriam se aliado aos nativos para enfrentar os Montes; duas grandes famílias de indiscutível poder econômico e financeiro, além de valentes. Ao coronel Braga, que era vereador em Assaré, mas tinha propriedade no Sítio Lagoa de Dentro, coube o mérito de influenciar enormemente o crescimento do antigo povoado de Quixará para transformar-se em vila. Em 13 de outubro de 1890, o novel governo republicano emitiu o Decreto nº 82 que elevou a vila de Quixará a município com desanexação de Assaré. Até 1914, quando foi extinto o título pela Lei Estadual nº 1.794, em 9 de outubro, passaram por Quixará oito intendentes, começando com José Alexandre Nunes (1890 - 1894), até alcançar o último, Vítor Ribeiro da Silva, o patriarca da família Ribeiro, que governou no período 1912 - 1914. Assume, então, como o primeiro prefeito dentro da nova ordem política, José Alves Pimentel para o período 1914 - 1918, que havia participado do Pacto dos Coronéis, em Juazeiro, no dia 4 de outubro de 1911, representando, na ocasião, o coronel Joaquim Fernandes de Oliveira. Parecia até que as coisas caminhavam a contento, pois logo em 1893, a Lei nº 58, de 1º de agosto, criou o termo judiciário de Quixará.

Decorridos trinta anos de autonomia política, em 9 de outubro de 1920, Quixará foi extinto como município e passou a incorporar o território de Santana do Cariri, e foi remanejado para incorporar o município do Crato e depois o de Jucás. Com ela também se foi a quase autonomia judiciária de Quixará parar nas mãos do Crato, seguindo a mesma romaria que fazia o extinto município. Esse fato ocorreu durante a parte final da gestão do segundo prefeito, José Liberalino Duarte, após o que

o ex-município passou a ser gerido por um triunvirato formado por Pedro Rodrigues de Freitas, Enoch Rodrigues e o coronel José Rodrigues da Silva. Coube ao governador Francisco de Menezes Pimentel restituir a autonomia política de Quixará ao assinar a Lei nº 268, de 20 de dezembro de 1936. Mesmo assim, a antiga e agonizante comarca de Quixará só teve alento com a promulgação da Lei nº 213 que, no dia 9 de junho de 1948, que estabeleceu a ordem judiciária do estado do Ceará, e aí Quixará finalmente teve instalada a sua comarca e viu ser empossado o seu primeiro juiz. Com a restauração outorgada por Menezes Pimentel, surgem como principais candidatos os dois primeiros triúnviros citados, embora que um consenso das diversas tendências políticas conseguiu impor o nome de Manoel Pinheiro de Almeida –“Né de Almeida”, que foi eleito o primeiro prefeito pós-restauração. O cratense Né de Almeida governou então durante o período 1937 - 1940. O município tem mantido, ao longo do tempo, praticamente, inalterado o seu zoneamento político, formado pela sede e mais os distritos de Cariutaba (que significa taba dos cariús), Nova Betânia e Quincuncá. Cumpre notar, entretanto, que Cariutaba foi criado inicialmente como distrito de São Mateus (Jucás), passando a integrar o território de Quixará em dezembro de 1936, renomeado como Ingá. Também já foi conhecido como Santo Antônio por causa da capela com essa invocação lá existente. Cedeu parcela do seu território, ajudando na criação do distrito de Nova Betânia. Por um curto período de dois anos, Cariutaba foi elevado à dignidade de município, encerrando-se, sem haver sido instalado, em 1965.

Já o distrito de Quincuncá está localizado no alto da serra do mesmo nome, no mesmo lugar onde outrora foi uma fazenda chamada Araticum. Esse fato levou a que, em 20 de dezembro de 1936, a Lei nº 448 o criasse com esse nome. Destaca-se a capela de São José, cuja edificação tem porte de igreja. Foi ao cratense Enoch Rodrigues, que vivia em Quixará desde a infância e ali fez a sua carreira política, que coube obter a unanimidade de aprovação de proposta para mudar-se o nome de Quixará para Farias Brito, homenageando o filósofo cearense nascido em São Benedito. Isso se deu em 1953. Na verdade, a população já se ressentia com o mal-entendido existente por conta da

cidade de Quixadá, um nome muito parecido que fazia com que a Agência dos Correios de Quixará, frequentemente, recebesse malotes e encomendas destinadas a Quixadá. Aliás, a mudança de nome já vinha sendo cogitada há muito, na tentativa da população de se ver livre da praga rogada pelo padre Henrique José Cavalcante. Esse padre foi o primeiro capelão em Quixará e trabalhou com afinco nas obras de construção e reforma da igreja. Apesar do prestígio que tinha e do apoio que recebia da população de Quixará, o padre indispsôs-se com um influente cidadão do lugar, que vivia ilicitamente com uma mulher, morando defronte à capela que ele, padre, havia construído. Foi o bastante para os dois desentenderem-se e o padre, vendo impróprio o clima para a sua permanência, abandonou a cidade rumo a Araripe, a pé, como sempre fazia. Ao sair da cidade, chegando debaixo de um juazeiro, o padre tirou as alpargatas bateu o pé e lançou a frase que se tornou lapidar: "Fica-te Quixará, que de Quixará não haverás de passar". Em 24/03/1971, no apagar das luzes do governo prefatorial de Aurélio Liberalino de Menezes (25/03/1967 a 15/03/1971) foi criada uma bandeira para o município. Já em 1978, no sexto dia de fevereiro o prefeito João Matias (31/01/1977 a 15/03/1983) despacha a criação de uma nova bandeira para Farias Brito, substituindo, assim, a anterior.

Figura 31 - Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Farias Brito foi criada em 16 de abril de 1938. A oportunidade para a reforma, ou, quem sabe, a construção de uma nova matriz, surgiu em 25 de outubro de 1944, quando Alfredo Antônio de Sousa doou um terreno à paróquia para a construção de um santuário em honra de Nossa Senhora de Fátima. Como se tratava de pagamento de uma promessa, foi preciso obter a necessária autorização do bispo do Crato para que no terreno fosse construída a nova matriz e no seu braço esquerdo fosse instalado um altar em honra de Nossa Senhora de Fátima. Em 21 de abril de 1946, foi lançada a pedra fundamental, mas, apesar do esforço conjunto do padre mais as irmandades religiosas e o povo, a cidade só veio a colher esse fruto em 1980. Não estava completa ainda a edificação, onde se começou a officiar missas, ainda naquele ano, enquanto os trabalhos de acabamento continuariam pelos anos que se seguiram. Festa da padroeira: 28 de novembro a 8 de dezembro. Sob a jurisdição da paróquia estão as capelas: capela de Nossa Senhora das Graças, nodistrito de Nova Betânia; capela de São José, Centro; capela de Santo Antônio, no distrito de Cariutaba; capela de Nossa Senhora do Carmo, em Barreiro do Jorge; capela de São Sebastião, no Monte Alegre e capela de São João, em Carás. Há ainda que se registrar as irmandades religiosas de Farias Brito, algumas tão antigas que foram fundadas, ainda, antes da criação da paróquia, em 1938. Ei-las: Apostolado da Oração (Irmandade do Sagrado Coração de Jesus); Pia União das Filhas de Maria, fundada em 8 de dezembro de 1938; Congregação Mariana, fundada em 31 de janeiro de 1940; Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 21 de março de 1933; Obra das Vocações Sacerdotais, fundada em julho de 1948; Mães Cristãs, fundada em 13 de maio de 1960; Irmandade do Santíssimo Sacramento, que data de 1942, e a Cruzada Eucarística, fundada em 7 de setembro de 1941.

Hino do Município de Farias Brito

Letra: Rômulo Cavalcante

Música: José Jataí

Entre os socalcos que te ornaram ó berço amado
Corre veloz o Cariús teu próprio rio
Teus verdes campos fitam-nos extasiados
Ao ver cortar teu lindo vale em desafio
Foi nesse solo fecundante que viveu
Um bravo filho de uma história um eminente
Um prematuro cuja vida pertenceu
A desbravar no seu passado este presente

Salve! Salve! Francisco de Braga
Absconso entre nós a lutar
O teu nome enobrece esta plaga
Mãe de tanta beleza sem par
O teu gesto de herói refletiu
Como um raio de luz no presente
Foste um proto valente e ardil
Em defesa de toda essa gente

Nossa bandeira tremulante e desfraldada
Nos representa a juventude promissora
Farias Brito confiante e jubilada
Espera o fim dessa batalha redentora
De peito erguido impoluto e passo forte
Vamos transpondo obstáculos sem temer
Nosso dever é trabalhar até a morte
Pelo Brasil, pelo torrão que viu nascer.

Dados Demográficos

Localização: 06° 55' 51" S 39° 33' 57" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Caririaçu (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Sul: Crato, a Leste: Caririaçu e Várzea Alegre, ao Norte: Cariús e Tarrafas, e a Oeste: Assaré, Altaneira e Nova Olinda, distância até a capital: 475 km.

Características geográficas: área: 503,574 km², população: 19.007 hab. (IBGE/2010), densidade: 37,74 hab./km², altitude: 320 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,633 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 83.741.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 4.423,24 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Farias Brito

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Intendentes:

José Alexandre Nunes (1890 a 1894)

Manuel Duarte Pinheiro (1894 a 1898)

Joaquim Fernandes de Oliveira (1898 a 1902)

Sabino Ferreira Mota (1902 a 1904)

José Alexandre da Costa (1904 a 1906)

Marcolino Alves de Oliveira (1906 a 1908): Foi deposto por um levante armado articulado e comandado pelo Cel. Antônio Rodrigues da Silva

Antônio Rodrigues da Silva (1908 a 1912)

Vitor Ribeiro da Silva (1912 a 1914): Patriarca da família Ribeiro. Renunciou ao cargo por pressão dos antirabelistas, que invadiram a cidade.

Prefeitos:

José Alves Pimentel (1914 a 1918): Participou do "Pacto dos Coronéis", em 4 de outubro de 1911, representando o Cel. Joaquim Fernandes de Oliveira

José Liberalino Duarte (1918 a 1920): Aqui houve um intervalo em que Farias Brito (na época, Quixará) deixou de ser município, por força da Lei Estadual nº 1.794, de 9 de outubro de 1920. Essa condição permaneceu até 20 de dezembro de 1936, quando o Interventor Federal Francisco de Menezes Pimentel promulgou a Lei nº 268, restabelecendo a autonomia de Quixará. Consta que nesse período o comando do agora distrito teria sido objeto dos cuidados de Pedro Rodrigues de Freitas, com o Cel. José Rodrigues da Silva e o seu filho Enoch Rodrigues.

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Manoel Pinheiro de Almeida (1937 a 1940)

Elpídio Ricardo de Carvalho (1940 a 1941)

Enoch Rodrigues (1941 a 1945)

Hermes Parayba – nomeado (25/11 a 03/12/1945)

Enoch Rodrigues – nomeado (05 a 20/12/1945)

José Rodrigues da Silva – nomeado (20/12/1945 a 06/01/1948)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Enoch Rodrigues (1948 a 1950): Eleito, após quase dez anos sem haver eleições, durante a "Era Vargas". Coube a esse prefeito sugerir a alteração do nome de Quixará para Farias Brito.

José Ferreira Sobrinho (1950 a 1951)

João Antero da Silva (1951 a 1955)

Manoel Pinheiro de Almeida (1955 a 1958)

Aurélio Liberalino de Menezes (1958 a 1959): A partir de 1959 surge a figura do vice-prefeito

Diocles Almeida Brandão (1959 a 1962)

Higino Pereira da Silva (13/01 a 28/03/1962): Higino era presidente da Câmara Municipal e assumiu interinamente a prefeitura com as renúncias do prefeito e do seu vice

José Ferreira Sobrinho (1962 a 1963)

Isaac de Alcântara Costa (1963 a 1967)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Aurélio Liberalino de Menezes (1967 a 1971)

Gabriel Bezerra de Moraes (1973 a 1977)

João Matias (1977 a 1983)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Arão Pereira e Silva (1983 a 1989)

João Matias (1989 a 1990)

Raimundo Pereira da Silva (1990 a 1993)

Antônio Moreira da Silva Filho (1993 a 1997)

José Vandevelder Freitas Francelino (1997 a 2000)

José Vandevelder Freitas Francelino (2001 a 2004)

José Maria Gomes Pereira (2005 a 2008)

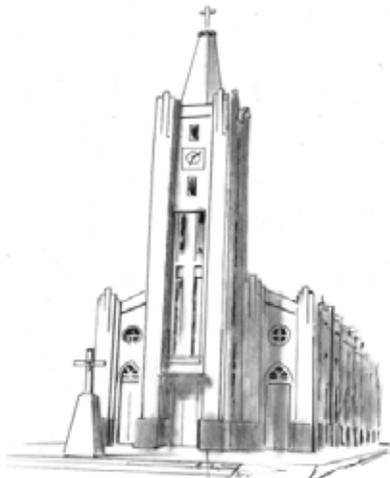
José Vandevelder Freitas Francelino (2009 a 2012)

José Vandevelder Freitas Francelino (2013 a 2016)

- Emancipação: 10 de dezembro de 1957
- Gentílico: granjeirense
- Nomes Antigos: Junco
- Padroeira: Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Parece ter surgido como povoado em torno da construção do Açude Junco, por volta de 1930. Rapidamente, galgou o patamar de distrito subordinado a Caririaçu, conforme facultou o Decreto-Lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Embora não disponha de informações a respeito dos nomes, sabe-se que em 20 de dezembro de 1938, o então distrito de Junco foi renomeado, passando a ser chamado Granjeiro. A vida pacata do lugar manteve-se mais ou menos inalterada até o dia 1 de dezembro de 1957, quando foi promulgada a Lei nº 3.963 concedendo-lhe a sonhada emancipação. A instalação como município deu-se no dia 9 de dezembro de 1958. Seu primeiro prefeito foi Raimundo Moreira.

Figura 32 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Granjeiro. A atual igreja matriz evoluiu a partir de uma capela, quando já foi consagrada à Virgem da Conceição. Sofreu reformas e ampliações até atingir o formato arquitetônico atual. Em 1 de setembro de 1961, Dom Vicente de Paulo Araújo Matos fê-la ereta em paróquia, para cujo apascentamento de fiéis mandou que se desmembrasse partes dos territórios das paróquias: de São Raimundo Nonato, de Várzea Alegre e de São Pedro, em Caririaçu. Sob a sua jurisdição paroquial consta a capela de Santa Vitória, em Boqueirão do Riacho do Meio, onde se reúne a comunidade de penitentes religiosos de São Vicente. Consta a existência, na localidade Boqueirão do Riacho do Meio, da capela de Santa Vitória, onde se reúne a Comunidade dos Penitentes de São Vicente, que pratica a autoflagelação.

Dados Demográficos

Localização: 06° 53' 16" S 39° 13' 04" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Caririaçu (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Sul e a Oeste: Caririaçu, a Leste: Lavras da Mangabeira, e ao Norte: Várzea Alegre, distância até a capital: 460 km.

Características geográficas: área: 100,135 km², população: 4.626hab. (IBGE/2010), densidade: 46,2 hab./km², altitude: 350 m, clima: tropical quente semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,576 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 18.502.386,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.677,68 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Granjeiro

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

José Soares de Macedo (1997 a 2000)

José Soares de Macedo (2001 a 2004)
Vicente Felix de Souza (2005 a 2008)
Emanuel Clementino Grangeiro (2009 a 2012)
Raimundo Duclieux de Freitas (2013 a 2016)

Figura 33 - Bandeira e brasão do município de Ipaumirim



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 12 de Dezembro de 1953
- Gentílico: ipaumirinese
- Nomes antigos: Unha de Gato, Alagoinha e Ipaumirim, desde 1943
- Origem do topônimo: do tupi, significando Lagoa Pequena
- Distritos: sede, Felizardo e Canaúna
- Padroeira: Nossa Senhora da Conceição

No começo, era conhecido como Alagoinha, um lugarejo onde em 1919 se instalou o coronel João Augusto Lima, vindo de Lavras da Mangabeira foi morar junto com sua família. Além de se instalar, comercialmente, João Augusto diligenciou no sentido de prover o lugarejo de condições cada vez melhores para se morar, ora construindo casas, ora abrindo estradas, ora fazendo arruamentos, o que o tornou verdadeiramente um pioneiro a quem se credita a honra de ser o seu fundador. Foi Alagoinha, distrito do município de Baixio, até que em 1943 o Decreto Lei nº 1.114, de 30 de janeiro, ao fixar o quadro administrativo do

estado, mudou o nome para Ipaumirim. Na verdade, a mudança deveu-se ao fato de já existir um município com o nome de Alagoinha, no estado da Bahia. Para evitar ter que usar do expediente comum de acrescentar a expressão “do Norte”, ou coisa parecida, optou-se por se manter a denominação original, porém grafada em tupi, valorizando a língua verdadeiramente brasílica. De fato, Ipaumirim significando lagoa pequena, não quer dizer outra coisa senão Alagoinha. Enquanto prosseguia na sua caminhada em busca de autonomia administrativa, Alagoinha acolheu Francisco Vasconcelos de Arruda, em 1940, recém-chegado que vinha gerenciar uma filial de indústria algodoeira. Acostumado que já era ao movimento educacional, quando ainda residia em Fortaleza, Francisco conseguiu inaugurar um colégio, em Alagoinha em 11 de agosto de 1941, isso após já haver fundado a Associação Rural de Alagoinha, ainda em 19 de dezembro de 1940. Como se diz, nem bem chegara.

Figura 34 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Ipaumirim adquiriu a sua maioria política por mercê da Lei nº 2.161, que em 1953 foi elevada a município, formado

por três distritos: Sede, Felizardo e Sítio Velho. Importa lembrar que o distrito de Felizardo nasceu como Olho d'Água, um povoado que teve o seu nome mudado graças ao Decreto Estadual nº 448, que, ao ser promulgado em 20 de dezembro de 1938, homenageava Vicente Felizardo Vieira, falecido três anos antes, responsável pelo crescimento físico e econômico do lugar. Mesmo independente já em 1953, Ipaumirim continuava atrelada a dois corpos estranhos, dando-lhes guarida até 1956, quando a Lei nº 3.338 de 15 de setembro restaurou a autonomia de Baixio e Umari. Coube ao primeiro prefeito de Ipaumirim não só instalar esses dois novos municípios como também providenciar, agora já em 1958, preparar as eleições que indicariam o seu sucessor a partir de 1959. A igreja de Nossa Senhora da Conceição ganhou foros de paróquia no dia 19 de março de 1961, sob Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, havido o seu território paroquial do parcelamento da paróquia de São Gonçalo do Amarante de Umari. Assumiu, como seu primeiro vigário, o padre José Ismar Petrola de Melo Jorge.

Hino do Município de Ipaumirim

Letra: Alberto Alexandre Viana de Moura
Música: Rivaldo Santana

Salve, alegre cidade querida
Que pompeias em nosso rincão
Tens a fé, tens amor, tens a vida
No fervor do teu povo Cristão.

Sob os raios do sol fecundante
Germinando em terreno feraz,
Que o teu belo pendão se levante
Como insígnia de amor de paz.

(Estrilho)

Junto a antiga e pequena lagoa

Ipaumirim tu nasceste a sorrir,
E nesse lago de linfa tão boa
Deu-te o nome e ditou teu porvir.

Os invernos na sua clemência
Dão-te parte do seu cabedal.
Pelos rios, Serrote e Pendência
És banhada na quadra hibernal.

Município que orgulha tua gente
Pelo teu conhecido valor,
No passado e também no presente
És estrênuo e batalhador.

O progresso da terra perdura
E engrandece o nosso país,
No comércio e na agricultura,
O teu povo trabalha feliz.

És luzeiro de um sol sempre novo
Que te faz florescente e loução
Onde quer que esteja o teu povo,
Tem teu nome no seu coração.

Dados Demográficos

Localização: 06° 47' 24" S 38° 43' 08" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Lavras da Mangabeira (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Baixio, ao Sul: Aurora, a Oeste: Lavras da Mangabeira, e a Leste: Cachoeira dos Índios (PB) e Bom Jesus (PB), distância até a capital: 420 km.

Características geográficas: área: 273,696 km², população: 12.014 hab. (IBGE/2010), densidade: 43,9 hab./km², clima: tropical, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,646 médio(PNUD/2000), PIB: R\$ 40.389.767,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.375,38 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Ipaumirim

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Oswaldo Ademar Barbosa (1956 a 1958)

Alexandre Gonçalves da Silva (1959 a 1962)

Exedito Dantas Moreira (1963 a 1966)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Oswaldo Ademar Barbosa (1967 a 1970)

José Fernandes de Sousa (1971 a 1973)

Miguel Cairo Arruda (1974 a 1977)

José Fernandes de Sousa (1977 a 1983)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Luiz Alves de Freitas (1983 a 1988)

José Miraneudo Linhares Garcia (1989 a 1992)

Luiz Alves de Freitas (1993 a 1996)

José Miraneudo Linhares Garcia (1997 a 2000)

Luiz Alves de Freitas (2001 a 2004)

Luiz Alves de Freitas (2005 a 2008)

José Geraldo dos Santos (2009 a 2012)

Wilson Alves de Freitas (2013 a 2016)

Figura 35 - Brasão do município de Jardim



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 30 de agosto de 1814
- Gentílico: jardinense
- Nomes antigos: Barra do Jardim
- Distritos: sede, Corrente e Jardimirim
- Padroeiro: Santo Antônio

A origem data do século XVIII, quando o local era conhecido por Barra do Jardim, confluência dos rios Cravatá e Boca da Mata, formando o Rio Jardim, antiga região indígena, onde se instalou o casal Bento Moreira e Sebastiana de Oliveira, em um sítio, ao qual denominaram de Ramalho. Devido ao isolado do lugar, somente na última década do século XVIII, durante a seca de 1791 a 1793, chegou o primeiro padre, João Bandeira de Melo, trazendo consigo negros e índios catequizados e logo deu início ao plantio de algumas culturas e à construção de casa e da capela do Bom Jesus. Por volta de 1800, o padre João Bandeira abandona o local, dirige-se para Piancó, na Paraíba, e viaja como era, rumou para o Piauí, passando por Porteiras,

onde celebrou uma missa no dia 6 de janeiro de 1821. Parece até que o local era passagem de padres, porque em 29 de junho de 1799, transitando por Jardim, em visita, padre João Bandeira ergue um cruzeiro em frente à capela, e que hoje está plantado em frente a matriz de Santo Antônio.

Em 30 de agosto de 1814, foi desmembrado do município do Crato e passou a ser chamado vila de Santo Antônio do Jardim, como resultado de disputa política entre João Pereira Filgueiras, futuro capitão-mor do Crato, e o sargento-mor José Alexandre Correa Arnaud, que havia conseguido a criação do município e a sua nomeação para o cargo de capitão-mor. Em 3 de janeiro de 1816, foi finalmente conseguida a sua emancipação política, tendo à frente o capitão-mor Pedro Tavares Muniz. Em 1933, o município foi dividido em dois distritos: Jardim e Macapá, esse último posteriormente alcançando a sua emancipação com o nome de Jati. Em 16 de fevereiro de 1937, Jardim recebeu iluminação elétrica.

Figura 36 - Cruzeiro e igreja matriz paróquia de Santo Antônio



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Igreja matriz paróquia de Santo Antônio, em Jardim. No início, quando ainda era um povoado conhecido como Barra do Jardim, o padre andarilho João Bandeira, que ali se instalou com seu escravo, em 1792, construiu a capela de que se originou a atual matriz. A igreja atual, inicialmente, sem torres, teve a sua construção iniciada pelo padre Joaquim de Sá Barreto, e concluída, em 1876, pelo padre Antônio Tomás de Aquino. A primeira torre da igreja foi erigida, em 1905, pelo padre Miguel Coelho, enquanto a segunda quem edificou foi o padre Manoel de Alcântara em 1938. Merece destaque o cruzeiro existente no adro da matriz. Em 1949 o escultor jardinese José Rangel construiu um monumento com a estátua de Nossa Senhora das Graças na praça da matriz. A festa do padroeiro ocorre no dia 13 de junho.

Dados Demográficos

Localização: 07° 34' 55" S 39° 17' 52" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Norte: Barbalha e Missão Velha, ao Sul: Cedro (PE), a Leste: Porteiras, Penaforte e Jati, e a Oeste: Barbalha, distância até a capital: 540 km.

Características geográficas: área: 457,034 km², população: 26.697 hab. (IBGE/2010), densidade: 58,41 hab./km², Altitude: 648 m, clima: tropical semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,614 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 107.518.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 4.025,39 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Jardim

Período da Segunda República (1945 a1964)

Prefeitos:

Joaquim Pereira Neves (1947 a 1950)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)*

(*) Governantes desse período não foram identificados

Período da Nova República (a partir de 1985)

Fernando Neves Pereira da Luz (1997 a 2000)

Fernando Neves Pereira da Luz (2001 a 2004)

Teodomiro Soares Sampaio (2005 a 2008)

Fernando Neves Pereira da Luz (2009 a 2012)

Analeda Neves Sampaio (2013 a 2016)

Figura 37 - Bandeira do município de Jati



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/>

- Emancipação: 22 de novembro de 1951
- Gentílico: jatiense
- Distritos: sede, Balanças e Caraúba
- Padroeira: Sant'Ana

Em 1835, foi construída a primeira capela em torno da qual ia crescendo o povoado que um dia viria a ser a cidade de Jati, que alcançou esse status em 1951, por força da Lei nº 1.153. Construíram a pequena capela consagrando-a a Nossa Senhora Santana. A pequena edificação funcionou inicialmente como curato, criado em 20 de fevereiro de 1970. A sua elevação à paróquia, entretanto, só ocorreu em 30 de maio de 1991, quando recebeu parcela do território de Jardim e acolheu o padre Nicodemus Benício Pinheiro como seu primeiro vigário. A festa da padroeira costuma acontecer em 26 de julho, em meio a folguedos, comidas típicas, banda cabaçal, fogos e apresentações folclóricas. Na verdade, a abertura dos festejos dá-se com a cerimônia de hasteamento do pau da bandeira.

Hino do Município De Jati

Letra e Música: José de Anchieta Dantas de Araújo

Vai Jati sempre alegre e altaneira
O teu povo se orgulha de ti
Cearense, depois brasileiro
Mas primeiro, filho de Jati.

O jatiense é sempre hospitaleiro
Acolhe bem quem aqui vem morar
Mas não esquece de ser um guerreiro
Quando a vida lhe chama a lutar.

Tuas serras, planícies e montes
Quem ao longe avista se induz
A querer ser também jatiense
Antes de ser da Terra da Luz!

Oh! Jati que és sempre adorada
Por teus nunca és esquecida
Noutras terras és sempre lembrada
Como a terra mais mãe, mais querida.

Se existe um teu filho distante
Com certeza ele vive a lutar
E sonhando ser vitorioso
Prá poder ao teu seio voltar.

Tuas terras, planícies e montes
Quem ao longe avista se induz
A querer também ser jatiense
Antes de ser da Terra da Luz.

Dados Demográficos

Localização: 07° 41' 09" S 39° 00' 57" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Brejo Santo (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Brejo Santo e Porteiras, ao Sul: Penaforte e São José do Belmonte (PE), a Leste: Brejo Santo, e a Oeste: Jardim, distância até a capital: 525 km.

Características geográficas: área: 312,584 km², população: 7.649 hab. (IBGE/2010), densidade: 24,47 hab./km², altitude: 435 m, clima: tropical semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,653 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 25.913.182,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.454,63 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Jati

Período da Nova República (a partir de 1985)

Semiramis Salviano Lucena Macedo (1997 a 2000)

Semiramis Salviano Lucena Macedo (2001 a 2004)

Arlindo Rocha Neto (2005 a 2008)

Arlindo Rocha Neto (2009 a 2012)

Maria de Jesus Diniz (2013 a 2016)

JUAZEIRO DO NORTE

Figura 38 - Bandeira e brasão do município de Juazeiro do Norte



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 22 de julho de 1911
- Gentílico: juazeirense
- Nomes antigos: Tabuleiro Grande
- Nomes carinhosos: Meca do Cariri, Metr pole do Cariri, Juazeiro do Meu Padim Ciço
- Distritos: sede, Padre Cícero e Marrocos
- Padroeira: Nossa Senhora das Dores

Centro de romarias, um dos maiores centros de religiosidade da América Latina, Juazeiro do Norte, teve a sua projeção inicialmente creditada à atuação e aos eventos que povoaram a vida do seu personagem maior, o padre Cícero Romão Batista. O top nimo   uma alusão direta   árvore t pica do Nordeste do Brasil "Zizyphus Joazeiro", tendo sido adotado o nome atual de Juazeiro do Norte em 30 de dezembro de 1945, conforme o Decreto Estadual n  1.114. Os registros históricos apontam o capiti o-mor Manuel Rodrigues Ariosa como o primeiro a frequentar

as terras do que viria a ser Juazeiro. Originário do Rio Grande do Norte, o capitão teria, em 1703, obtido uma sesmaria que se estendia da Cachoeira dos Cariris até a Lagoa dos Cariris e, ato contínuo, instalou a sede do latifúndio no local chamado Sítio São José, entre o Crato e o Juazeiro. Por direitos de compra e de herança, passaram essas terras sucessivamente para o capitão Antônio Mendes Lobato e Lira e sua filha Maria Ferreira da Silva, que veio a casar-se com o capitão-mor Domingos Álvares de Matos, diretor dos índios cariris novos. Embora esses primitivos donos possam não ter residido no local, pelo menos, de maneira estável, os compradores das glebas restantes da doação que o capitão-mor Domingos Álvares fez aos índios cariús, que passaram realmente a colonizá-las, sendo, destarte, os verdadeiros colonos e iniciadores de tudo, que, sem o saber, preparavam o ambiente para futuramente ali se instalar Leandro Bezerra Monteiro, isso mais ou menos na metade do século XVIII.

Seguiram-nos: o Alferes paraibano Manuel de Sousa Pereira, casado com a caririense Caetana Perpétua Bezerra de Menezes, que exploraram o Sítio Porteiras do Carité; o capitão Domingos Gonçalves Sobreira, casado com Rita dos Prazeres Cabral, colonizando os sítios Carité e Pedrinhas; capitão Firmino Dias de Sousa, o Sítio Logradouro, e mais Manoel Alves de Oliveira, Gonçalo José de Alencar, Íria Francisca de Alencar, capitão José Bezerra de Barros, Lourenço Ferreira Pinheiro. Esses colonizaram as margens do Rio Carité, que depois recebeu o nome de Salgadinho e hoje é conhecido como Batateiras e que banha o Crato. Desse tronco é que foi se firmando a aristocracia rural do Cariri, cujas famílias Sobreira, Cabral, Pereira Lobo, Ferreira Pinheiro, Ferreira Lobo, Bezerra de Menezes, Landim, Macedo e Gonçalves fincaram as raízes da genealogia caririense. Com a morte do Alferes Manuel de Sousa Pereira, adquiriu o Sítio Porteiras o sargento-mor Leandro Bezerra Monteiro, que ali mandou construir um solar patriarcal, o verdadeiro iniciador do que se transformou na Juazeiro do Norte atual, ao dar início à urbanização da localidade, na época, conhecida como Tabuleiro Grande, fazendo edificar capela e casas para agregados e escravos em torno da casa-grande, como era costume e

necessidade para se instalar uma fazenda de criação de gado ou canavieira.

A sua independência política e o respectivo desmembramento territorial do município do Crato, ao qual pertencia, ocorreu em 22 de julho de 1911, em obediência ao Decreto Legislativo nº 1.028. Desde há algum tempo, já vinha sendo disseminada a ideia de separação de Juazeiro do Crato, quando começou a circular a notícia da possível criação de uma diocese no Cariri. Isso, seria uma boa oportunidade para juntar-se à autonomia política pretendida a elevação a novel cidade à categoria de sede de bispado, porquanto já se percebia o crescimento avultado do Juazeiro, que à época já contava com 15 mil habitantes, além de já ser centro de peregrinação. Por isso, no dia 18 de agosto de 1907, reuniram-se diversas lideranças locais na residência do major Joaquim Bezerra de Menezes para tratarem, especificamente, da independência do Juazeiro. Começava aí oficialmente o movimento que já vinha ganhando corpo com os discursos inflamados do padre Joaquim de Alencar Peixoto, recentemente, chegado do Crato, que de lá saíra por divergências com o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o terceiro. O padre Peixoto rapidamente agrupou em torno de si comerciantes ricos, adesão importante pelo prestígio que tinham pessoas como José André, Joaquim Bezerra de Menezes, Francisco Neri da Costa Morato, Cincinato Silva, Manoel Vitorino e João Bezerra, eis que a população já possuía o ânimo necessário, resultante da ampla divulgação que vinha sendo feita nas ruas.

Com a chegada do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, acompanhado do Conde Adolfo van den Brule, esse, engenheiro, iniciou-se a demarcação das terras da Mina de Coxá, no município de Aurora, que o padre Cícero pretendia incluir entre o patrimônio básico e o de formação de renda para a possível diocese. Esses senhores, de posse da autorização judicial competente, dirigiram-se à localidade, sendo, entretanto, interceptados no meio do caminho por um grupo armado a mando do coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o terceiro, tendo reação imediata dos homens que acompanhavam o Dr. Floro. Em busca de apoio, segue o padre Cícero para o Rio de Janeiro em 23 de abril de 1909, na intenção de convencer a Nunciatura Apostólica da

criação da diocese no Juazeiro. Toda essa disputa entre o Crato e o Juazeiro gerou animosidades e ressentimentos mútuos que ainda hoje perduram. Como era de se esperar, a vizinhança logo assumiu posições contra ou a favor de cada uma das partes. Assim é que chefes políticos de Barbalha, Milagres, Missão Velha e Aurora colocaram-se ao lado do padre Cícero e, indo ao Dr. Floro, prepararam um ataque ao Crato, o que só não ocorreu devido à interferência do padre Cícero, que retornou do Rio de Janeiro para serenar os ânimos.

A essa altura o clero já estava também envolvido na que-rela. Foi quando o bispo auxiliar do Ceará, Dom Manoel Lopes, empreendeu visita pastoral ao Crato, acompanhado de vários sacerdotes. Nessa visita ocorreu o incidente em que, durante uma missa, um dos padres visitantes ter iniciado um discurso com a tristemente lembrada alocução: "Povo nobre e altivo do Crato, peço permissão para falar sobre o povo imundo do Juazeiro que vive guiado por Satanás". Isso provocou reação imediata e enérgica com artigos assinados pelo Dr. Floro Bartolomeu no jornal "O Rebate". No final de 1909 para início de 1910, os comerciantes de Juazeiro decidiram não mais pagar impostos ao Crato. Acusações de lado a lado, o jornal cratense "Correio do Cariri" chamava Juazeiro de "reduto de fanáticos". Cresceu a animosidade, a ponto de precisar o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o terceiro, requisitar força policial de Fortaleza, que foi usada como meio de coação para a cobrança dos impostos devidos. Foi então que o padre Cícero telegrafou ao governador Antônio Pinto Nogueira Acioli pedindo que fizesse aprovar lei criando a vila de Juazeiro e o respectivo município autônomo para pôr um fim à questão. Considerando que era preciso que o prefeito do Crato fizesse o pedido de desmembramento para que a Assembleia do Estado votasse, foram costurados acordos diversos, inclusive, com a reparação financeira de impostos não recebidos pelo Crato, enquanto se aguardava a decisão do Legislativo. Diversas reuniões, assembleias e panfletos distribuídos à população só incitavam, cada vez mais, a intransigência do governante cratense que logo mandou, no dia 13 de setembro de 1910, o batalhão de polícia para intimidação ao povo do Juazeiro.

Perturbado com o andamento das coisas, o padre Cícero, indignado, teria pronunciado a célebre frase: "Sou filho do Crato, é certo, mas acontece que Juazeiro é meu filho", após o que endereçou telegrama ao governador Nogueira Acioli eximindo-se da responsabilidade pelo que viesse a acontecer transferindo-a ao governo do estado. No dia 7 de setembro de 1910, reunidos na casa do padre Cícero, os líderes do movimento resolveram cortar de vez os laços com o Crato. A História registra como líderes da independência do Juazeiro as seguintes pessoas: José André (comerciante), Joaquim Bezerra de Menezes, Francisco Neri da Costa Morato, Cincinato Silva, Manoel Vitorino, padre Alencar Peixoto. Em 22 de julho de 1911 é aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará o decreto que criou o município de Juazeiro do Norte, que tem o seguinte texto:

"A Assembleia Legislativa do Ceará DECRETA:

Art. 1º A povoação de Juazeiro da Comarca de Crato é elevada à categoria de Vila e Sede do Município com a mesma denominação.

Art. 2º Os limites do município são: ao Norte, o município de São Pedro (Caririaçu). Ao Sul, município de Barbalha. A Leste, município de Missão Velha. A Oeste, município de Crato. As linhas divisórias são: Com São Pedro é o riacho dos Carneiros; com Barbalha é a Lagoa Seca; Com Missão Velha é o Rio Carás; Com o Crato é o Riacho São José.

Art. 3º Fica criado no mesmo município o Termo Judiciário, anexo ao Crato.

Art. 4º Nestes Termos haverá um Tabelião Público Judicial e de Notas que acumulará as Funções de Escrivão da Geral.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Ceará, 22 de Julho de 1911

(ass.) Belizário Cícero Alexandrino – Presidente

Lourenço Alves Feitosa de Castro – 1º Secretário

Osmar Feital – 2º Secretário"

A instalação do município de Juazeiro, entretanto, só veio a ocorrer no dia 4 de outubro seguinte, ocasião em que o padre Cícero tomou posse como o seu primeiro prefeito, iniciando, assim, a sua vida política. Nesse mesmo dia, o padre Cícero, buscando unificar e pacificar a região, reuniu dezessete chefes políticos e com eles estabeleceu e firmou acordo de amizade e apoio mútuo representando a totalidade das lideranças do sul do estado. O pacto objetivava a eliminação de proteção a criminosos, além de, através do diálogo, solucionarem pendências que pudessem conduzir a movimentos perturbadores da vida na municipalidade.

Menos de um ano depois de assumir o poder, o padre Cícero começa a ser avisado de que o presidente do estado, o coronel Marcos Franco Rabelo se preparava para atacar Juazeiro, a fim de desarmar o município. À cobrança de definição, via telegrama, enviado pelo padre Cícero, em 28 de novembro de 1912, Franco Rabelo tratou de tranquilizar o sacerdote prefeito, mas a desconfiança já fora levantada e a sorte do presidente do Ceará já estava lançada. Foi o que descobriu o padre Cícero ao ler a carta que lhe enviara o senador Francisco Sá, no dia 29 de outubro de 1913, sendo portador o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que lhe comunicou, pessoalmente, quais medidas deveriam ser tomadas visando à deposição de Franco Rabelo. A Guerra (ou Revolução) de 1914, como inicialmente ficou conhecida, e depois Sedição do Juazeiro, começou a ser arquitetada tão logo o padre Cícero assumiu o cargo como o primeiro prefeito de Juazeiro, em 4 de outubro de 1911, por fatores aparentemente alheios à sua vontade. Efetivamente, desde o início do seu mandato, começaram a circular informações de que o governo

Franco Rabelo pretendia atacar o Juazeiro, o que levou o padre Cícero a entender-se por telegrama com o governo do estado, ao que Franco Rabelo asseverou respeito mútuo. Isso tudo já era consequência da posição tomada pelo então presidente, Marechal Hermes da Fonseca, que adotou uma política intervencionista nos estados – conhecida como 'política das salvacões' - buscando evitar a eleição de opositores para os governos estaduais, cujas oligarquias cearenses estavam sob o controle do senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, seu antagonista político.

Em outubro de 1913, a bancada cearense já havia decidido derribar o governo Franco Rabelo, como conta o senador Francisco Sá em carta dirigida ao padre Cícero, por meio da qual orienta quais procedimentos devem ser adotados pelo padre, quando do retorno do Dr. Floro Bartolomeu. Da sua parte, o coronel Marcos Franco Rabelo já estava acantonando tropas no interior do estado, especialmente, no Cariri, onde sabia ser maior o contingente de insatisfeitos com o seu governo, enquanto trocava correspondência com o padre Cícero garantindo serem as forças apenas para coibir a ação de bandidos que, supostamente, infestavam a região. Padre Cícero, então prefeito de Juazeiro do Norte, envolveu-se na disputa em favor da família Acioly, cujo governador havia sido deposto pelo governo federal, sendo nomeado Interventor o coronel Marcos Franco Rabelo. Com a eleição para vice-governador, o padre Cícero foi eleito, acumulando dois cargos, prefeito de Juazeiro do Norte e vice-governador do estado. No ano de 1914, o coronel Franco Rabelo, que havia rompido com o Partido Republicano Conservador, passou a perseguir o sacerdote, destituindo-o dos cargos que ocupava e mandando prendê-lo. O Dr. Floro Bartolomeu, então deputado federal e amigo pessoal do padre Cícero, rapidamente, organizou um batalhão de jagunços e romeiros que, armados, deveriam defender o sacerdote. Em apenas uma semana, centenas de romeiros cavaram nove quilômetros de vala em torno da cidade, que ficou conhecida como "Círculo da Mãe

de Deus". Mesmo com a ajuda de reforços recebidos e de um canhão, os invasores foram rechaçados, vindo toda a disputa a culminar com a deposição de Franco Rabelo. Foi um passo errado do governo Franco Rabelo, pois a essa altura, padre Cícero já era conhecido por todo o sertão nordestino como um homem santo, fazedor de milagres e já o chamavam de "padim Cícero".

Essa situação evoluiu rapidamente até o final daquele ano de 1913, para a troca de mútuas ameaças e a ultimação de preparativos para eventual confronto. Com o apoio da bancada federal do Ceará e a disposição da população juazeirense de defender o "Padim Cícero", a todo custo, o Dr. Floro Bartolomeu pôde partir para o confronto direto contra Franco Rabelo, que já havia ordenado a prisão do padre. Foi então que as tropas governistas começaram a enfrentar dificuldades, a começar pela trincheira gigante cavada pelos romeiros, que ainda ergueram uma muralha de pedra em torno do Horto, fortificação que passou à história como "Muro de Pedra". Considerando ser inexpugnável a defesa oferecida, as tropas governistas recuaram e buscaram ajuda, que chegou, inclusive, em forma de um canhão, que falhou e foi depois tomado pelos romeiros. Com o apoio do senador Pinheiro Machado, Floro Bartolomeu conseguiu neutralizar as forças que vieram da capital federal. Cercado, Franco Rabelo não teve outra alternativa; foi deposto. Hermes da Fonseca nomeou interinamente Setembrino de Carvalho, que convocou novas eleições, empossando Benjamim Liberato Barroso como governador e, novamente, o padre Cícero como vice-governador.

O "batalhão patriótico" foi um grupo armado formado e organizado, em 1925, pelo Cel. Floro Bartolomeu com objetivo de combate à "coluna Prestes" e fazer a defesa de Juazeiro do Norte contra os revolucionários que para lá marchavam. Dr. Floro chegou a convidar Lampião e o seu grupo de cangaceiros para integrar o batalhão patriótico no intuito de fortalecer a defesa de Juazeiro. Padre Cícero soube do acordo somente alguns dias antes da chegada de Lampião e seu bando ao Juazeiro.

Alguns autores, entretanto, defendem a tese de que o convite teria sido feito pelo próprio padre Cícero. Essa tese é reforçada com o fato de o padre ter conseguido a patente de capitão para o cangaceiro como um agrado e uma prova de confiança de que ele não iria ser emboscado, ou não sofreria nenhuma agressão por parte da polícia local. Como Cel. Floro Bartolomeu estava no Rio de Janeiro para tratar da saúde, coube ao fiscal Pedro de Albuquerque Uchoa, maior autoridade federal na cidade, assinar o documento redigido de próprio punho e ditado por padre Cícero. Após esse encontro, o padre pediu a Lampião que ele e seu bando deixassem o cangaço e a partir de então respeitassem as leis. Com esperteza e astúcia, Lampião enganou o padre, pois, após ter recebido a patente, armas e munições, juntou o seu bando e deixou Juazeiro sem enfrentar a Coluna Prestes.

Enquanto se desenrolaram esses acontecimentos políticos, o povo em Juazeiro do Norte seguiu a sua vida religiosa, aliás também cheia de percalços por conta da perseguição movida contra o padre Cícero. Apesar disso, construiu-se a capela do Socorro, construção cujo desenvolver foi um calvário de percalços. A sua construção foi concluída, em 1908, sem que haja registro exato do dia ou mês. A bênção que a sagraria efetivamente como um templo religioso só se deu em 10 de junho de 1932. Durante esse interstício de vinte e quatro anos não foi permitido nela officiar-se qualquer ato religioso. O padre Cícero, sob cuja administração foi construída, nunca chegou a celebrar missa na capela, porquanto estava suspenso das ordens desde 1892. A decisão do bispo de não benzer a capela e de mandar fechá-la até segunda ordem, deveu-se a uma série de acontecimentos que marcaram a própria história de Juazeiro do Norte. É que a necessidade de construí-la atendia ao pagamento de uma promessa pela graça alcançada com acura de uma erisipela que acometeu o padre Cícero, promessa, aliás, que havia sido feita por dona Hermínia Gouveia. Começou-se a construir a capela mas tiveram de interromper os trabalhos por ordem do Vigário do Crato, o padre Antônio de Oliveira e Silva, já que Cícero

estava suspenso de ordens por conta do episódio das hóstias ensanguentadas. Graças à intermediação de José Xavier de Oliveira, o vigário do Crato permitiu a continuação dos trabalhos, obstando, porém, a participação do padre Cícero, o que não se deu haja vista que dele eram os recursos financeiros da obra.

Figura 39 - Cruzeiro e capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Não havia ainda sido terminada a construção, quando surgiram novos acontecimentos: o falecimento de dona Hermínia e a decisão do padre Cícero de mandar sepultá-la na capela. Novo embargo do bispo. Entra em cena o Dr. Floro Bartolomeu, que assume a administração da obra, conclui a construção mas o bispo se nega a benzê-la e ordena o seu fechamento. Seguem-se então, as mortes da beata Maria de Araújo, a 17 de janeiro de 1914, e as de dona Quinô e de Angélica, respectivamente, mãe e irmã de Cícero, que lá mandou sepultá-las como o fez também com Tereza Maria de Jesus (Tereza do padre). Lá também estão sepultados Maria Madalena do Espírito Santo (Beata Maria de Araújo) e o padre Cícero Romão Batista. Como se vê, a beata Maria de Araújo foi a primeira a ser sepultada na capela, acontecimento que rendeu não só a suspensão da construção por ordem do Vigário do Crato, em retaliação à falta de obedi-

ência de Cícero, e ainda, posteriormente, em 22 de outubro de 1930, o Vigário do Juazeiro, Monsenhor José Alves de Lima, mandou que fosse exumado o corpo de beata Maria de Araújo, cujo túmulo, segundo o monsenhor, impedia o livre trânsito dos fiéis. Marco na História de Juazeiro do Norte, a capela do Socorro, lá foi criada a Confraria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no dia 25 de junho de 1950. A construção da torre monumental com relógio e a aplicação dos vitrais da capela marcaram o septuagésimo aniversário de morte do padre Cícero. Conta-se que a cantora Dalva de Oliveira pagou promessa feita ao padre Cícero para recuperação da voz, entoando cânticos sacros na própria capela.

Figura 40 - Igreja Basílica Menor Santuário de Nossa Senhora das Dores



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Hino do Município de Juazeiro do Norte

Letra: Geraldo Menezes Barbosa
Música: Maestro Antônio Gondim

Ressurgida da fé e da bonança
Cidade varonil, querida e forte
Grande povo, tradição e esperança

Salve! Excelsa Juazeiro do Norte
Tempos idos dominava o "tabuleiro"
Onde um grande "Juazeiro" se ensombrou
Ao lado da Capelinha onde o Romeiro
De joelhos, bem contrito ali orava
Salve! Hoje ó Cidade do Progresso
Aquele que mais cresce no Ceará
Juazeiro! Tu és parte do Universo
Teu sucesso na História ficará

Um apóstolo do bem e da verdade
Veio dar sua vida em oblação!
No Nordeste construiu uma cidade
O imortal Padre Cícero Romão!
Pela paz, pelo Cristo e pela fé,
Juazeiro cresceu e se fez forte
De bravura e independência pois de pé
De trabalho e tradição encheu o Norte.

Hino do Centenário de Juazeiro do Norte

Letra e Música de Paulo de Souza

Sob o manto de Maria tu nascete
E o amor do Padre Cícero Romão
Haverá lugar bendito como este?
Quanta honra, luz e glória neste chão!

Refrão:

Teu passado, Juazeiro, é glorioso.
Teu presente um pujante florescer
Teu futuro é grandioso

Construído com trabalho e fé.

Dos pequenos e dos grandes és guarida
Acolher é tua nobre vocação.
És refúgio para os náufragos da vida,
Que da Virgem buscam amparo e proteção.

Nesta terra, cada lar é uma oficina,
Oratório de labor e devoção
A semente que se lança aqui germina,
Multiplica, gera fruto em profusão

Maravilha! Celebrar teu Centenário
Grande festa de beleza singular.
Te saudamos, ó cidade-relicário,
Hoje e sempre haveremos de te amar.

Dados Demográficos

Localização: 07° 12' 46" S 39° 18' 54" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Sul: Barbalha, ao Norte: Caririaçu, a Oeste: Crato, e a Leste: Missão Velha, distância até a capital: 533 km.

Características geográficas: área: 248 km², população: 261.289 hab.(IBGE/2013), densidade: 1.003,2 hab./km², altitude: 377,3 m, clima: tropical, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,694 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 2.249.645.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 8.897,47 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Juazeiro do Norte

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Intendentes:

Pe. Cícero Romão Batista (04/10/1911 a 11/02/1912): Nomeado pelo presidente do estado Antônio Pinto Nogueira Acioli.

João Bezerra de Menezes (12/02/1912 a 09/12/1913): Dito intendente rabelista, foi designado para Juazeiro do Norte pelo Cel. Marcos Franco Rabelo, presidente do estado, que havia destituído o padre Cícero, prefeito constitucional. Antes de João Bezerra, foi designado para o cargo o comerciante José André de Figueiredo, que não assumiu.

Prefeitos:

Pe. Cícero Romão Batista (23/03/1914 a 23/03/1926): Nomeado pelo presidente do estado, Fernando Setembrino de Carvalho. Sua gestão estendeu-se por doze anos, enquanto o estado esteve sob a governança de João Tomé de Sabóia, Justiniano de Serpa, Ildefonso Albano e José Moreira da Rocha.

José Eleutério de Figueiredo (1927 a 1929): Como presidente da Câmara, Eleutério assume a prefeitura com o afastamento do Pe. Cícero, que se candidatava para deputado federal, cargo, aliás, que nem chegou a assumir, cedendo a vaga.

Cel. Alfeu Ribeiro de Aboim (1929 a 1930)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

A partir de 1930 até 1945, o país atravessou a Era Vargas, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, culminando com uma ditadura que ficou conhecida como Estado Novo. Nessa época, o Congresso foi dissolvido e os governadores demitidos e os estados passaram a ser administrados por interventores federais; por isso, a instabilidade e curta permanência dos prefeitos, não só em Juazeiro do Norte, mas em todos os municípios, como se pôde ver em cada um.

José Geraldo da Cruz (10/10/1930 a 28/07/1933): José Geraldo foi designado para a interventoria de Juazeiro pelo interventor federal Manuel Fernandes Távora, em 10 de outubro de 1930; em 28 de julho de 1933, o novo interventor federal, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça o demitiu, como demitiu e nomeou os três seguintes interventores municipais de Juazeiro. Durante esse mandato, com a ocorrência da seca de 1932, José Geraldo empregou a mão de obra desempregada do campo e mandou construir as estradas: de Juazeiro a Palmeirinha, Juazeiro a Missão Velha e a de Juazeiro a Crato. No exercício desse mandato, José Geraldo manda retirar da parede o retrato do padre Cícero que, insatisfeito com o ato, enviou-lhe carta de desaprovação e protesto.

Cap. João de Pinho (20/07 a 02/09/1933)

Zacarias Albuquerque (02 a 20/09/1933)

Cel. Porfírio de Lima Filho (1933 a 07/10/1934): O Cel. Porfírio dedicou a sua administração, principalmente, à recuperação do calçamento e, importante, à grande ampliação da área calçada da cidade.

José Geraldo da Cruz (08/10/1934 a 1935): Com a saída de Carneiro de Mendonça, José Geraldo assume novamente a interventoria de Juazeiro por um curto espaço de tempo, que aproveitou para construir e pôr em funcionamento o Grupo Escolar Padre Cícero.

Cel. Francisco Nery da Costa Morato (01/06/1935 a 21/03/1936): Francisco Nery assumiu a interventoria de Juazeiro já sob Francisco de Menezes Pimentel. Durante o curto tempo que se manteve à frente da prefeitura de Juazeiro fez erigir a Coluna da Hora na Praça Almirante Alexandrino.

José Geraldo da Cruz (29/03/1936 a 10/11/1937): Prefeito nomeado. Nessa gestão, José Geraldo iniciou a construção de um posto de saúde, tendo conseguido concluí-la apenas no mandato seguinte, em 1946.

Cel. Antônio Pita (11/11/1937 a 30/06/1943): A partir de Antônio Pita até José Monteiro de Macedo (1947 - 1948), todos

os prefeitos foram nomeados pelos interventores federais que estiveram à frente do estado no período.

Possidônio da Silva Bem (01/07/1943 a 11/06/1945)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Antônio Conserva Feitosa (18/06 a 22/11/1945)

José de Sousa Menezes (23/11 a 11/12/1945)

Vicente Bezerra (12/12/1945 a 30/04/1946)

José Geraldo da Cruz (01/05 a 15/12/1946)

Cap. Porfírio de Lima Filho (16/12/1946 a 22/03/1947)

José Monteiro de Macedo (23/03/1947 a 01/01/1948)

Antônio Conserva Feitosa (06/01/1948 a 14/01/1951)

José Monteiro Macedo (31/01/1951 a 24/03/1955)

José Geraldo da Cruz (24/03/1955 a 24/03/1959): Durante essa gestão, Raimundo Viana assumiu como substituto, no período de 10/01 a 26/06/1957.

Antônio Conserva Feitosa (23/03/1959 a 24/03/1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Cel. Francisco Humberto Bezerra de Menezes (25/03/1963 a 12/08/1966): Ampliou a rede elétrica da sede e expandiu para alcançar a zona rural do município. Construiu cinco grupos escolares municipais. Construiu praças: Praça do Cinquentenário, Praça do Socorro, Praça Monsenhor Macedo, Praça dos Ourives, Praça Monsenhor Esmeraldo e Praça Desembargador Juvêncio Santana. Ampliou a malha de estradas municipais em várias direções (Lagoa Seca, Fazenda Nova, Brejo Seco, Sítio Alegre, Aeroporto, etc.). No decurso do mandato de Humberto Bezerra, assumiram, interinamente, José Teófilo Machado por um ano, em 1964, e depois Antônio Fernandes Coimbra, como presidente da Câmara.

Edwar Feitosa Férrer (1966 a 1967): Edwar era Promotor de Justiça e assumiu a Prefeitura interinamente como vice-prefeito.

Mauro Castelo Branco Sampaio (1967 a 1970)

José Teófilo de Sampaio (1970 a 1971)

Orlando Bezerra de Menezes (1971 a 1973): Construiu o Hotel Municipal, a Estação Rodoviária do Juazeiro, o Grupo Escolar Padre Murilo e o Hospital Infantil Municipal Estefânia Rocha Lima, esse último em colaboração com a LBA.

Mozart Cardoso de Alencar (1973 a 1975)

Cap. Francisco Erivânio Cruz (1975 a 1977)

Ailton Gomes de Alencar (1977 a 1983)

Gumercindo Ferreira Lima (1982)

Manoel Salviano Sobrinho (1983 a 1989)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Carlos Alberto da Cruz (1989 a 1992)

Manoel Salviano Sobrinho (1993 a 1996)

Mauro Castelo Branco Sampaio (1997 a 2000)

Carlos Alberto da Cruz (2001 a 2004)

Raimundo Antônio de Macêdo (2005 a 2008)

Manoel Raimundo de Santana Neto (2009 a 2012)

Raimundo Antônio de Macêdo (2013 a 2016)

LAVRAS DA MANGABEIRA

Figura 41 - Bandeira e brasão do município de Lavras da Mangabeira



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 20 de maio de 1816
- Gentílico: lavrense
- Nomes antigos: Vila Nova de São Vicente de Lavras; Vila de São Vicente de Lavras; São Vicente das Barras; Vila de São Vicente Ferreira das Lavras; Lavras e Lavras da Mangabeira, desde 1884
- Nomes carinhosos: Princesa do Salgado
- Distritos: Quitaiús
- Padroeiro: São Vicente Ferrer

A notícia da descoberta de ouro na região de São José dos Cariris (atualmente Missão Velha) provocou uma corrida que alcançou o Rio das Lavras de onde se obteve fragmentos desse metal precioso em 1712. Aos poucos, foram se estabele-

cendo mais e mais pessoas, ora na busca do precioso metal, ora na prestação de serviços e fornecimentos vários, e assim vai se formando o povoado, numa situação que durou até 1751, quando o governo de Pernambuco, a quem esse trecho da Capitania estava subordinado, resolveu nomear um superintendente de minas na pessoa do sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz. Estabelecida a supervisão e controle das minas da Capitania, acendeu o estopim do conflito de interesses que perduraria até 1758, quando o poder central perdeu o interesse na extração de minérios devido à baixa produtividade. O ambiente de arranhamento inicial não foi desfeito quando da saída do capitão-mor do Ceará Luiz Quaresma Dourado, que lá se instalou quando das prospecções.

Em 1768 já existia, em Lavras, a capela de São Vicente Ferrer, que naquele tempo se dizia São Vicente Ferreira, subordinada à paróquia de Icó, conforme se verifica nos assentamentos de casamentos feitos nos livros da paróquia. Essa pequena capela foi demolida no começo do século XIX para nesse mesmo local ser edificada a igreja matriz como é hoje. A freguesia de São Vicente Ferrer foi criada, em 30 de agosto de 1813, a partir do desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Expectação, de Icó. Seu primeiro vigário foi o padre José Joaquim Xavier Sobreira. Antes disso, porém, a atual igreja matriz era a capela de Lavras da Mangabeira. A festa do padroeiro ocorre no dia 5 de abril. Na matriz estão sepultados: Antônio José Correia, um dos doadores do patrimônio de São Vicente Ferrer; o capitão-mor da vila de Lavras, Jerônimo de Sousa Nogueira (1820); o capitão-mor e comandante geral da vila de São Vicente das Lavras, Francisco Xavier Ângelo (1827). Na matriz de São Vicente Ferrer, foi batizada a dama de ferro de Lavras da Mangabeira, Fideralina Augusto Lima.

Em 1915, a região lavrense volta a ser palco de pesquisas de mineração, dessa feita na sua filha mais nova, Aurora, a antiga Venda, quando por lá apareceram o Dr. Floro Bartolomeu da Costa e o Conde Adolpho van den Brule investigando sobre as famosas minas de Coxá, situadas em terras pertencentes ao padre Cícero. O arranhamento já era, então, um povoado e já herdara como referência a denominação de Lavras até culmi-

nar com o despacho régio, de 1816, criando o município de vila de São Vicente das Lavras da Mangabeira, no dia 20 de maio, acontecendo a sua instalação no dia 8 de janeiro de 1818. Sesenta e seis anos depois Lavras da Mangabeira foi elevada à categoria de cidade, pela Lei nº 2.075, de 20 de agosto de 1884. Em 1917, a cidade de Lavras da Mangabeira recebe a estação da estrada de ferro, permanecendo como terminal do tronco sul (a chamada Estrada de Ferro de Baturité) até 1920, quando a linha férrea alcançou Aurora. Finalmente, em 30 de dezembro de 1943, por meio de um decreto estadual, os nomes de mais de cem cidades do estado do Ceará foram alterados e outros confirmados o seu uso, dessa forma pondo fim a uma sequência de alterações e confirmando a "denominação histórica e legítima" de Lavras da Mangabeira.

Hino do Município de Lavras da Mangabeira

Letra: Linhares Filho
Música: Dalva Stela

Lavras do amor dos teus filhos
Vives de bênçãos coberta,
E este teu sol de áureo brilho
Para a glória nos alerta
Teu passado de lutas e penas
É penhor de incontestes grandezas
Afangamos-te no íntimo, acenas
Para o eterno, em mil sonhos acesa
De ti sempre queremos ser dignos
Para em festa cantar-te louvores
Não te abalem jamais os malignos
Turbilhões de maus tempos e horrores
Se teu Rio Salgado nos banha
És a fonte que sempre sacia
Teu encanto tem a força tamanha

Que nos dá, para alçar-te energia
Impedir o teu nobre destino
Força vil e cruel nunca possa
Do Ceará sê clarão matutino
E que nunca esqueçamos que és nossa
Cornucópia dourada de seres
Os teus dons nos formaram o ser
Com ardor, com o peito nos ferer
Prometemos florir teu viver

Molítico grito propagas
Pela boca do teu boqueirão
É o amor o que pregam as fragas
O que pregam a toda a nação.

Dados Demográficos

Localização: 06° 45' 10" S 38° 58' 19" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Lavras da Mangabeira (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Cedro, Icó e Umari; a Leste: Baixio e Ipaumirim, ao Sul: Aurora e Caririaçu; e a Oeste: Granjeiro e Várzea Alegre, distância até a capital: 434 km.

Características geográficas: área: 947,957 km², população: 31.096 hab. (IBGE/2010), densidade: 32,8 hab./km², altitude: 239 m, clima: semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,636 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 95.925.503,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.133,59 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Lavras da Mangabeira

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Gustavo Augusto Lima (1916 a 1920)

Raimundo Augusto Lima (1920 a 1922): Assumiu o cargo por conta da demissão do seu tio, Francisco Correia Lima, que governou Lavras apenas 64 dias.

Melchiades Pinto Nogueira (09/01/1922 a 12/1923): Assumiu após Raimundo Augusto Lima ter sido afastado do cargo.

João Augusto Lima (14/12/1923 a 21/09/1926): João Augusto foi o fundador do distrito de Alagoinha (hoje, município de Ipaumirim); implantou energia elétrica na cidade de Lavras; fez instalar um cinema; construiu a igreja de Nossa Senhora do Rosário; ampliou a área calçada da cidade; deu vida a uma banda de música municipal.

João Augusto Lima (1927 a 1928)

Raimundo Augusto Lima (1928 a 1930)

Interventores:

Pe. Raimundo Augusto Bezerra (Pe. Mundoca) (16/10/1930 a 20/05/1931) - Exonerado a pedido.

Ten. José Pinheiro Barreira (15/06/1931 a 13/08/1933): Exonerado a pedido. Construiu a barragem do Rio Salgado, inaugurada em 14 de agosto de 1932.

José Gonçalves Linhares (13/08/1933 a 09/10/1934): Exonerado a pedido.

Manoel Pinheiro de Sousa (09/10/1934 a 04/06/1935)

João Augusto Lima (05/06/1935 a 22/11/1937)

Vicente Férrer Augusto Lima (26/11/1937 a 11/1945): Com a queda da Ditadura Vargas, os interventores municipais ainda continuaram governando até 1947, quando ocorreu eleição em 7 de dezembro.

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Gustavo Augusto Lima (1947 a 1950)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)*

(*) Governates desse periodo não foram identificados

Período da Nova República (a partir de 1985)

Francisco Aristides Ferreira (1997 a 2000)

Francisco Aristides Ferreira (2001 a 2004)

Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (2005 a 2008)

Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (2009 a 2012)

Gustavo Augusto Lima Bisneto (2013 a 2016)

Figura 42 - Bandeira e brasão do município de Mauriti



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 27 de agosto de 1890
- Gentílico: mauritiense
- Distritos: Anauá, Buritizinho, Coité, Nova Santa Cruz, Olho D'água, São Félix, São Miguel, Palestina e Umburanas
- Padroeira: Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Conta a tradição que, durante o século XVII, alguns portugueses teriam se instalado à margem da Lagoa do Quichese. Em 23 de outubro de 1706, a lagoa foi concedida em sesmaria pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago ao coronel João de Barros Braga e ao capitão Antônio Pereira da Cunha. Decorrido algum tempo, por volta de 1720, o coronel João de Barros Braga adquire os seus direitos e os dos demais e vende a terra aos Mendes, Lobatos e Liras. Consta que José Lobato do Espírito Santo teria também comprado de João de Barros Braga terras às margens do Riacho dos Porcos, indo lá morar. Em 20 de outubro de 1734, o conjunto de terras foi desmembrado e depois foram

vendidas as partes a diversas pessoas que já habitavam no lugar. As vendas e sucessões hereditárias das diversas posses de terra, no local, levaram o capitão Miguel Gonçalves Dantas a tornar-se herdeiro do Sítio Buriti Grande. Era o capitão Miguel Gonçalves, então muito conhecido como capitão Miguelzinho, casado com dona Ana Cordulina Cartaxo Dantas. Acometido de cólera, o capitão Miguelzinho fez uma promessa à Imaculada Conceição e, obtendo a graça da cura, doou um terreno para a construção de uma capela em honra da Santa no dia 6 de setembro de 1870, sendo, portanto, essa data a de origem de Mauriti, e o capitão Miguelzinho o seu fundador.

Figura 43 - Igreja da paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

A capela ali construída foi inaugurada, em 27 de maio de 1875, quando o lugar ainda era conhecido como Buriti Grande, acontecendo ali a celebração da primeira missa no dia 8 de dezembro do mesmo ano. Parece ter sido essa capela a ori-

gem da paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Como igreja, a sua construção foi iniciada em 1944 e concluída em 1949. A paróquia já havia sido criada em 6 de dezembro de 1943 e instalada logo no dia 8 seguinte, obedecendo ao Decreto Episcopal de Dom Francisco de Assis Pires. A criação do seu território paroquial deu-se por desmembramento da freguesia da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em Milagres, na mesma data. O primeiro vigário da paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi o padre José Alves de Macedo. Festa da padroeira: 28 de novembro a 8 de dezembro.

Por essa época, até o início do século XX, diversas vilas que haviam sido erigidas em cidades foram reduzidas às suas situações anteriores por diversas vezes, o que aconteceu igualmente com Mauriti. Enfim, a Lei Estadual nº 2.634, de 10 de fevereiro de 1934, deu definitivamente a Mauriti a condição de município. Um dos distritos de Mauriti, o distrito de Palestina, está em campanha para emancipação e já se intitula Palestina do Cariri. Desejo louvável ao se constatar o grau de desenvolvimento em que se encontra. Sobre esse distrito, merece destacar-se a paróquia do Sagrado Coração de Jesus. No início, era a capela do Sagrado Coração de Jesus, localizada no distrito de Palestina. Coube ao agricultor e artesão João Barbosa de Lima a iniciativa de construir uma capela em honra do Sagrado Coração de Jesus. É que, alcançada a graça pedida ao seu padroeiro, João cumpriu a promessa doando um terreno para a construção da capela. Ao começar a adotar as providências necessárias, entretanto, descobriu ser insuficiente a área doada. Eis que outro João veio em seu socorro, o senhor João Felipe Fernandes completou a doação com outro terreno anexo. Foram quase seis anos, de 1932 até 1937, mas o resultado da construção foi a tão sonhada capela. Algum tempo depois, a capela recebeu algumas reformas em anos sucessivos, que resultaram na sua forma atual. Em 2007, entretanto, Dom Fernando Panico fê-la erigir em paróquia mandando que, para servir a nova paróquia, fosse dividido o território da paróquia da Imaculada Conceição. A ordem foi dada, no dia 23 de outubro e a instalação deu-se no dia 30 de dezembro do mesmo ano de 2007.

Figura 44 - Igreja da paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Palestina do Cariri



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Hino do Município de Mauriti

Letra e Música: Olegário Custódio

Mauriti! Oh Mauriti!
Este nome é varonil
Gratidão e homenagem
Ao Almirante Cordovil
Refrão

Salve! Salve! Mauriti!
De esperançoso porvir

Salve! Salve! Seu torrão
E a grandeza da nação...
Mil oitocentos e noventa
De Distrito Policial
Transformou-se legalmente
No município atual...
Vinte e sete de agosto
Foi a sua criação
Aumentando essa comuna
Dentro da federação...
Refrão

Retratando sua bandeira
Nosso sol nascente e rubro,
Simboliza a instalação
Em vinte e um de outubro
Mil novecentos e trinta e oito
Um Decreto Estadual
Elevou Buriti Grande
A Sede municipal...
Refrão

Foi a vinte de dezembro
Elevação a cidade
Pra alegria de seu povo
Nesta festa da liberdade
Foi fundador Miguel Dantas
Com promessa de ereção
De original capela
A Virgem da Conceição...
Refrão

Nosso grande sustentáculo
Na riqueza da nação
É o verde vegetal
Que ostenta o seu pendão...
Refrão

Dados Demográficos

Localização: 07° 23' 20" S 38° 46' 26" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Barro (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Barro e Monte Horeb (PB), a Leste: Bonito de Santa Fé (PB) e Conceição (PB), a Oeste: Milagres, e ao Sul: Brejo Santo, distância até a capital: 491 km.

Características geográficas: área: 1.111,856 km², população: 44.217 hab. (IBGE/2010), densidade: 39,77 hab./km², altitude: 374 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,646 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 156.054.540,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.557,12 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Mauriti

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Teodorico Fernandes Teles Cartaxo (1947 a 1950)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)*

(*) Governantes desse período não foram identificados

Período da Mova República (a partir de 1985)

Márcio Martins Sampaio de Moraes (1997 a 2000)

Márcio Martins Sampaio de Moraes (2001 a 2004)

Isaac Gomes da Silva Junior (2005 a 2008)

Isaac Gomes da Silva Junior (2009 a 2012)

Francisco Evanildo Simão da Silva (2013 a 2016)

Figura 45 - Bandeira do município de Milagres



Fonte: Sítio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/>

- Emancipação: 17 de agosto de 1846
- Gentílico: milagrense
- Distritos: sede e Rosário
- Padroeira: Nossa Senhora dos Milagres

Conta uma lenda que no lugar denominado Pilar, à margem do Riacho dos Porcos, afluente do Rio Salgado, teria existido uma comunidade branca de colonizadores portugueses que fora dizimada pelos Tapuias, à exceção de um certo Sousa Presa. Segundo a lenda, Sousa foi preservado da morte e da antropofagia para uma outra oportunidade por causa da sua magreza. Deixaram-no preso sob os cuidados de uma índia que, apaixonando-se pelo prisioneiro, libertou-o e com ele fugiu, aproveitando-se da imprevidência dos demais índios. Durante o seu cativeiro, e ante a perspectiva de ser trucidado pelos selvagens, Sousa Presa valeu-se de Nossa Senhora dos Milagres que o acudisse no transe por que passava, prometendo um dia construir uma capela em sua honra como agradecimento. Cumprida a promessa de Sousa Presa, a lenda explica a existência da antiga capela. A Versão lendária da origem de Milagres apresenta-

da pelo historiador Antônio Bezerra foi, posteriormente, por ele mesmo contestada, à luz de documentos cartorários que apontam outros fatos. Isso não invalida a lenda, recurso didático oral de que os homens têm se valido para valorizar e cultivar as suas origens e os seus ancestrais.

O ano de 1735 ficou marcado na memória dos filhos de Milagres por ser a data em que Bento Correia Lima mandou que os escravos erguessem uma igreja em honra da Virgem dos Milagres, em terras de sua propriedade, banhadas pelo Rio Quimami, depois Rio dos Porcos. Era de barro a construção, mas atestava a fé que um dia receberia foros de matriz da antiga freguesia do Cariri, em 1748, que de início foi consagrada a Nossa Senhora da Luz, por provisão de 28 de janeiro daquele ano. A igreja da Virgem dos Milagres serviu-lhe de matriz. Isso até que outra fosse erguida, pois que com a presença do visitador Manuel Machado Freire foi expedida provisão de 8 de fevereiro de 1748, em que se recomenda que os habitantes do Riacho dos Porcos "reedifiquem, de pedra, a capela de Nossa Senhora dos Milagres, no Sítio Pilar, que por ser muito antiga e feita de barro estava arruinada".

A criação da paróquia ocorreu em 10 de dezembro de 1809, por força de documento régio, não sendo, entretanto, reconhecida de início pela autoridade eclesiástica. Essa informação é interessante porque, segundo consta, o lugar só foi elevado à categoria de distrito em abril de 1813, por meio de resolução régia, e somente em 1846 foi expedida uma lei provincial, no dia 17 de agosto, concedendo-lhe as primícias de vila. Em 8 de julho de 1850, a Assembleia Provincial do Ceará decreta a criação da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres. Parece haver alguma informação conflitante afinal, pois que Milagres só atingiu a condição de cidade pelo Decreto Estadual nº 31, de 25 de julho de 1890. Pergunta-se, pois, se é possível ter sido sagrada paróquia antes até de ser distrito, como se vê pelas datas acima.

Milagres, assim como a grande maioria dos municípios do Cariri, durante pelo menos quarenta anos, em fins do século XIX e os primeiros trinta anos do século seguinte, teve a sua identidade política alterada várias vezes, como se pode verificar da leitura que se fizer da enxurrada de diplomas

legais, ora criando, ora extinguindo, às vezes anexando e outras desanexando vilas, distritos e municípios. Mesmo assim, esse verdadeiro caos produziu seus frutos. Fato é que em 20 de setembro de 1895, a Lei nº 257 mandou anexar Milagres como simples distrito a extinta vila de Mauriti, com o que a divisão administrativa municipal de 1911 aponta a existência de quatro distritos na sua área: Sede, Cuncas, São Pedro e Mauriti. Observe-se que Mauriti havia sido agraciada como vila, com a denominação de Buriti Grande, em data próxima à da criação de Milagres como município. Novamente, agora em setembro de 1895, Buriti Grande deixa de ser município e volta a ser anexado a Milagres como simples distrito.

Logo depois disso, Milagres tem o seu primeiro prefeito designado pelo governo da República, o coronel Raimundo Alves Pereira, que permaneceu no cargo de 1916 até 1925. Foi na sua gestão que se deu o recenseamento geral de setembro de 1920, em que consta Milagres com cinco distritos: Sede, Cuncas, Mauriti, Santa Cruz e São Pedro. Buriti Grande logo foi desmembrada e novamente elevada a município, sob o império da Lei nº 2.211, de 28 de outubro de 1924, agora renomeada como Mauriti. Em 1926, é empossado o primeiro prefeito eleito, Cícero Leite Dantas, que permaneceu no cargo até 1930. É durante o seu mandato que, em outubro de 1928, Mauriti é mais uma vez recambiada à condição de distrito de Milagres. A partir de Cícero Leite, Milagres experimenta, então, uma certa estabilidade política, com a sucessão periódica dos seus prefeitos em eleições livres. Mas a saga de Mauriti ainda não estava acabada, tanto que, ao assumir João Fachine de Melo como o segundo prefeito eleito de Milagres para o mandato de 1931 a 1934, Mauriti é novamente elevada ao seu antigo status de município, em 1933, data memorável porque dali para frente assim permanecera. Sob a rédea do mesmo diploma legislativo, Milagres perde o distrito de Santa Cruz, que será incorporado ao território de Mauriti, e ganhará um novo distrito, o de Rosário.

Chegou o ano de 1936, e com ele volta o coronel Raimundo Alves Pereira, dessa feita eleito pelo PSD em eleição direta, para governar o município no período 1936/1940. É no seu governo que, em 1937, é criado o distrito de Barro e anexado ao

território de Milagres. Em 22 de novembro de 1951, a Lei Estadual nº 1.153 cria o município de Barro, formando o seu território, a partir da desanexação dos distritos de Barro e Cuncas do município de Milagres. Governava Milagres à época, Antenor Ferreira Lins, eleito pela UDN para o quadriênio 1951 - 1954. No final da década de 1930, sob o paróquiato do padre Joaquim Alves de Oliveira, o escultor italiano Agostinho Balmes Odízio reformou a fachada principal da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres. Assinala-se que, no ano de 1886, o padre Manoel Rodrigues de Lima mandou vir da França as imagens de dois anjos guardiães e a imagem do Sagrado Coração de Jesus, enquanto o relógio da igreja era instalado por Mestre Pelúcio, de Juazeiro.

Hino Do Município De Milagres

Letra: Maria Leite Sampaio
Música: José Alves Ferreira

No Nordeste do nosso Brasil
Abraçada pelos coqueirais
Nossa linda Milagres surgiu
De um milagre do amor e da paz
Os teus filhos não te esquecem
Sempre voltam para te rever
Visitantes te enaltecem
Bem felizes por te conhecer
Da nobreza e do amor altaneiro
A cidade ativa nasceu
Pelo voto do jovem guerreiro
Que o céu com prazer acolheu
Souza Preza uma vez algemado
A Tapuia se compadeceu
Com olhar muito apaixonado
Libertou-o e com ele correu

Tu Milagres, terra tão querida
Tens valor para o meu Cariri
Pela virgem tu és protegida
Quem te viu, tem saudade de ti
Berço de povo inteligente
O estudo e a pesquisa abraçou
Num impulso de orgulho ingente
Da cultura e a semente lançou
És cidade central do Nordeste
És a porta do meu Cariri
Tua terra por berço me deste
Meu desejo é ficar aqui.

Dados Demográficos

Localização: 07° 18' 46" S 38° 56' 45" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Brejo Santo (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Aurora, a Leste: Barro e Mauriti, ao Sul: Brejo Santo, e a Oeste: Abaiara e Missão Velha, distância até a capital: 475 km.

Características geográficas: área: 546,637 km², população: 28.317 hab. (IBGE/2010), densidade: 51,8 hab./km², altitude: 3345 m, clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,641 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 87.198.973,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.129,79 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Milagres

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Prefeitos:

Cel. Raimundo Alves Pereira (nomeado pelo governo federal) (1916 a 1925)

Cícero Leite Dantas (1º prefeito eleito) (1926 a 1930)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Prefeitos:

João Fachine de Melo (1931 a 1934)

Celson Gomes Alves (1935)

Clávio Menezes (1935)

Cel. Raimundo Alves Pereira (1936 a 1940)

Aloísio Francklin do Nascimento (1941 a 1944)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Isaias Bezerra Leite (1945)

Celson Gomes Alves (1946)

Isaias Bezerra Leite (1947)

Clicério Martins Pereira (1948 a 1950)

Antenor Ferreira Lins (1951 a 1954)

Edmilson Coelho Pereira (1959 a 1962)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Antenor Ferreira Lins (1963 a 1966)

Elísio Leite de Araújo (1967 a 1970)

Edmilson Coelho Pereira (1971 a 1972)

Francisco Gilvan Moraes (1973 a 1976)

Elísio Leite de Araújo (1977 a 1982)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Francisco Gilvan Moraes (1983 a 1988)

Hellosman Sampaio de Lacerda (1989 a 1992)

Fernando Alves Tavares (1993 a 1996)

Hellosman Sampaio de Lacerda (1997 a 2000)

Hellosman Sampaio de Lacerda (2001 a 2004)

Meire Francisca Lacerda de Medeiros (2005 a 2008)

Hellosman Sampaio de Lacerda (2009 a 2012)

Hellosman Sampaio de Lacerda (2013 a 2016)

Figura 46 - Bandeira e brasão do município de Missão Velha



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 8 de novembro de 1864
- Gentílico: missanvelhense
- Nomes antigos: Cachoeira, Freguesia das Minas dos Cariris Novos, Arraial de São José da Missão Velha dos Cariris, Povoação de São José dos Cariris Novos
- Distritos: sede, Jamacaru, Missão Nova, Quimami
- Padroeiro: São José

A exemplo de Lavras da Mangabeira, a origem de Missão Velha está atrelada à mineração, eis que já por volta de 1690, o governo de Pernambuco recebia a incumbência de averiguar a existência de minas nos Cariris Novos. O lugar, que já era conhecido como Cachoeira, passou então a ser o Arraial de São José da Missão Velha dos Cariris, por volta de 1752, e depois, Freguesia das Minas dos Cariris Novos. Acendeu-se, assim, o pavio que levou dezenas de exploradores para a região, culmi-

nando, em 1711, com a divulgação da notícia da possível descoberta de jazidas nas imediações. Daí para a infestação de aventureiros de toda estirpe pelo meado do século foi um salto que as autoridades conseguiram, a custo, controlar, como constatou o sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, que lá chegara, em 1752, ano havido como o ponto de partida da história de Missão Velha. Isso tudo levou o governo pernambucano a assumir o controle da situação, em 1753, inclusive, de pronto estabelecendo alíquota para pagamento de imposto à fazenda real.

Dedicada a São José, a paróquia de Missão Velha foi a primeira freguesia a ser criada no Cariri, recebendo parte da freguesia de Icó como rebanho do inicialmente Curato de Nossa Senhora das Minas dos Cariris Novos, sob a égide de Nossa Senhora da Luz, conforme havia ordenado Frei Luiz de Santa Teresa, bispo de Pernambuco, em 20 de janeiro de 1747. Um ano depois, a 28 de janeiro de 1748, foi cumprida a ordem episcopal com a criação da Freguesia das Minas dos Cariris Novos. Entretanto, quando o visitador Manoel Machado Freire chegou para dar cumprimento à ordem episcopal, já encontrou, no local, uma capela em honra de Nossa Senhora da Piedade. O uso continuado da capela, com nova dignidade, fê-la degradar-se a ponto de o vigário padre Manoel dos Prazeres Souza Magalhães adotar providências, em 1759, para a construção da nova matriz, inclusive, requerendo ao bispo de Pernambuco indulgências para os fiéis que colaborassem. Tendo sido dada a licença do bispo Dom Francisco Xavier Aranha, em 3 de maio de 1760, iniciou-se a construção da nova matriz, agora invocando a proteção de São José. Seu primeiro vigário foi o padre Gonçalo Coelho de Lemos.

Durou pouco a febre por minérios na região, mas foi tempo bastante para que os frades conhecidos como Capuchinos da Pena, que integravam a missão mineradora, transferidos para o Sítio Santo Antônio, fundassem um segundo núcleo, dessa feita, a Missão Nova, onde construíram o primeiro templo católico do Cariri, que começou a funcionar em 29 de janeiro de 1747, sede da Freguesia das Minas dos Cariris Novos, servindo como igreja matriz, até 3 de maio de 1760, prazo interrompido apenas por um pequeno interregno em que foi nomeada como

igreja matriz, a capela de Nossa Senhora dos Milagres. Em virtude dos resultados insatisfatórios obtidos na extração de ouro, Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, em 24 de novembro de 1758, mandou que o sargento-mor e intendente das minas dos Cariris voltasse com toda a sua guarnição para Recife, encerrando, assim, a aventura estatal numa mineração incerta.

Toda a azáfama existente nas redondezas não impediu que os frades missionários vindos de Recife, então conhecidos como Capuchinos da Penha, dessem prosseguimento à sua obra evangelizadora e educacional na Missão dos Cariris Novos, onde construíram o primeiro templo católico de todo o Cariri cearense, a capela de Santo Antônio de Missão Nova, no Sítio Santo Antônio. Deve ter havido outras pessoas e famílias ali estabelecidas, senão antes, pelo menos contemporaneamente ao coronel João Corrêa Arnaud, porquanto, desde os primórdios do século XVIII o local já vinha sendo habitado, entre outros, por pessoas à cata das minas que se apregoava ali existirem. Ao coronel credita-se ser o verdadeiro fundador do povoado, como assevera o padre Antônio Gomes. Embora numerosa a prole do coronel Arnaud, coube apenas a um dos seus filhos, o capitão Alexandre Corrêa Arnaud, o prosseguimento da obra iniciada pelo pai. Em 18 de junho de 1769, o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa assina portaria encarregando o coronel de milícias Alexandre Corrêa Arnaud de cuidar e tomar conta dos alojamentos das antigas minas dos Cariris Novos. Continuou, assim, Missão Velha até que a Lei nº 1.120, de 8 de novembro de 1864 elevou o povoado a distrito, para tornar-se município em 28 de junho de 1931.

Originalmente, a bandeira do município de Missão Velha havia sido criada através da Lei nº 34, sancionada em 6 de novembro de 1967 pelo prefeito Manoel Dantas de Araújo. Mais adiante, já sob o governo de Idilvan Sobreira Lima, promoveu-se uma modificação no desenho original, que passou a ter a configuração com que hoje se apresenta. Tal modificação deu-se em obediência à Lei nº 6, de 11 de julho de 1985, segundo cânon ideado por Raimundo Gilvan Duarte, o maestro Gilvan,

autor do hino do município. Segundo a nova legislação que alterou a bandeira municipal, a sua concepção é assim descrita:

"conterá duas faixas verticais de cor verde em suas extremidades, intercaladas por uma faixa de cor branca, com dimensões iguais, onde situar-se-á o brasão do município, de cores: amarelo ouro, verde, azul e branco, contendo os seguintes signos: uma cachoeira, uma facie de índio, uma estrela na parte superior, a data de 08 de 11 de 1.864, um galho de algodão e um de cana-de-açúcar." [...] "Parágrafo único – Os símbolos constantes do artigo 1º desta Lei traduzem o seguinte: I – O verde simboliza nossa agricultura; II – O branco simboliza a paz; III – O amarelo simboliza as nossas riquezas minerais; IV – A estrela representa a sede municipal; V – A data 08.11.1864, traduz a emancipação política do município. VI – A facie do índio representa os primeiros habitantes do município; VII – A cachoeira representa nossos recursos hídricos; VIII – O algodão e a cana-de-açúcar representam as duas importantes culturas do município."

Já o hino do município de Missão Velha, cujo nascimento se deu pela promulgação da Lei nº 25, de 3 de julho de 1976, sob o mandato do prefeito Manuel Dantas de Araújo, e de autoria literomusical do maestro Raimundo Gilvan Duarte, foi oficialmente entoado, no dia 11 de julho de 1977, no recinto da Câmara Municipal de Missão Velha pelo Coral Missanvelhense.

Hino do Município de Missão Velha

Letra e Música: Raimundo Gilvan Duarte
Lei nº 25, de 3 de julho de 1976.

Entre tantas, formosa se ergue
Nossa terra, colosso de luz
Antevendo um futuro brilhante

Cenário imenso, vibrante de lutas
Do talento febril do teu povo,
Que se esparge de todos os limites
Mãozinha e Araripe, grandeza e amor.
Missão Velha, Missão Velha!
Cariri ganhou
A riqueza abundante que encerras
Verdejantes os teus campos atestam
Na brancura do gesso e do algodão
Participamos da grandeza da nação.
A cachoeira murmurante e mimosa
Potencial de riquezas também
Até parece que são graças plenas
Do padroeiro que a terra tem.
Missão Velha, Missão Velha!
Envergas teu valor
Tu és bela, és Missão Velha
Presente que o Cariri ganhou
Missão antiga dos índios Cariris
Teu nobre povo se orgulha em te servir
N o teu solo cearense coleando
Rio Salgado, gentil fertilizando
Portão imenso do grande Cariri
Berço de glória e antigas tradições
Tu serás uma terra bendita
Torrão querido do meu Brasil.

Dados Demográficos

Localização: 07° 15' 00" S 39° 08' 34" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Norte: Aurora e Caririçu, ao Sul: Brejo Santo,

Porteiras e Jardim, a Leste: Milagres e Abaiara, e a Oeste: Juazeiro do Norte e Barbalha, distância até a capital: 535 km.

Características geográficas: área: 651,108 km², população: 34.258 hab. (IBGE/2010), densidade: 52,61 hab./km², altitude: 360 m, clima: tropical semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,631 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 171.811.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 4.993,93 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Missão Velha

Bernardino Gomes de Araújo: Esse foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Missão Velha, que foi instalada em 13 de julho de 1865. Bernardino era professor e, assumindo a presidência da Câmara, cabia-lhe a função de gerir a cidade, como sóaconteceria à época.

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Intendentes:

José Joaquim da Rosa (1896)

Francisco Monteiro Saraiva (1897 a 1899)

Antônio Róseo Jamararu (1899 a 1902): O coronel Jamararu pertenceu à família que deu o nome Jamararu ao antigo distrito de Goianinha, para cujo povoamento ele também colaborou.

Antônio Joaquim de Santana (1904 a 1913): Antônio Joaquim de Santana usurpou o poder político do coronel Róseo Jamararu.

Coronel Manoel Dantas de Araújo (1913 a 1914)

Prefeitos:

A partir de 1914 o cargo de intendente municipal foi substituído pelo de prefeito municipal.

Coronel Antônio Joaquim de Santana (1914 a 1917)

Manoel Dantas de Araújo (1917 a 1926)

José Dantas de Araújo (1926): Popularmente conhecido por Zeca Dantas, era filho do coronel Manoel Dantas e teve um mandato curto e atribulado, sendo deposto, a bala, por Isaías Arruda e no seu lugar foi nomeado e empossado o major Thomaz Maciel Pinheiro, governando Missão Velha num curtíssimo mandato de junho a novembro de 1926. De fato, em 15 de novembro de 1926, procedeu-se uma eleição, ao que parece para oficializar Isaías Arruda no poder. Sobre Isaías Arruda, que era de Aurora, consta ter sido uma pessoa violentíssima e coiteiro de cangaceiros, e tendo o apoio do governo do estado.

Isaías Arruda de Figueiredo (1926 a 1928): Isaías Arruda morreu no exercício do mandato, em 4 de agosto de 1928, assassinado que foi por membros da família Paulino, de quem era desafeto.

Coronel José Bezerra de Menezes (1928): O coronel José Bezerra foi nomeado para o mandato tampão, permanecendo no cargo até a eleição de 15 de novembro daquele ano, embora o presidente da câmara, na época, fosse José Sobreira da Cruz, a quem realmente caberia ter sido designado. Candidatando-se, José Bezerra foi eleito e governou até 1930.

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Francisco Arrais Maia (1930 a 1932): Interventor, nomeado pelo Dr. Fernandes Távora, presidente do Estado do Ceará.

Walfredo Alves de Oliveira (1932): Interino. Governou pouco tempo, sendo substituído por Álvaro Esmeraldo, nomeado interventor, que igualmente teve mandato exíguo.

Hermínio Silva Thé (1933 a 1935)

Orlando de Figueiredo Rocha (1935 a 1940): No seu governo, construiu a Escola de Primeiro Grau Pedro Rocha (pioneira do município) e o mercado municipal.

Raimundo Gonçalves de Lucena (1940 a 1945) - Interventor

Vicente Fechine de Párcio (1945 a 1946): Foi esse um período conturbado, com a instalação da Segunda República. Fechine, como presidente da Câmara de Vereadores, assumiu a prefeitura de dezembro de 1945 a maio de 1946, entregando o governo a José Dantas de Araújo, que igualmente cumpriu um curtíssimo mandato de menos de dois meses (07/06 a 20/07/1946). Houve um interregno a partir dessa última data até 1948, período em que Raimundo Bezerra de Menezes funcionou como interventor.

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Francisco Arrais Maia (1948 a 1951): "seu Maia", como era conhecido, nesse mandato, foi construída a ponte sobre o Rio Salgado no lugar Cachoeira; construiu o prédio dos Correios e Telégrafos, bem como a Associação MissãoVelhense de Assistência Social e Proteção à Infância, e o Tiro de Guerra

Vicente Fechine de Párcio (1951 a 1955)

Casemiro Vicente de Farias (1955 a 1959)

Francisco Cruz Macedo (1959 a 1963)

Edson Olegário de Santana (1963 a 1966): Como principais realizações, construiu o parque infantil na Praça Dr. João Pessoa, a Praça Dr. Virgílio Távora, empenhou-se na instalação da ANCAR (Emater) em Missão Velha. Deve-se também ao seu esforço a implantação do primeiro sistema de telefonia de Missão Velha. Edson Olegário não voltaria mais a exercer outro mandato de prefeito. Suicidou-se em 15 de julho de 1973.

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Manoel Dantas de Araújo (1967 a 1971)

Geraldo Soares Correia (1971 a 1973) - Mandato Tampão

Manoel Dantas de Araújo (1973 a 1977)

Ana Ester Jucá Maia Soares (1977 a 1983)

Idilvan Sobreira Lima (1983 a 1989): A eleição que deu origem a seu mandato, ocorrida ao final de 1982, foi muito conturbada, tendo sido impedido de assumir o candidato eleito, Dr. José Gonçalves Santana. Procedeu a outra eleição, da qual resultou eleito Idilvan Sobreira.

Período da Nova República (a partir de 1985)

Ana Ester Jucá Maia Soares (1989 a 1992)

Francisco Gidalberto Rodrigues Pinheiro (1993 a 1996)

José Leite Landim (1997 a 2000)

José Leite Landim (2001 a 2004)

Francisco Gidalberto Rodrigues Pinheiro (2005 a 2008)

Washington Luís Macedo Fachine (2009 a 2012)

Tardiny Pinheiro Roberto (2013 a 2016)

Figura 47 - Brasão do município de Nova Olinda



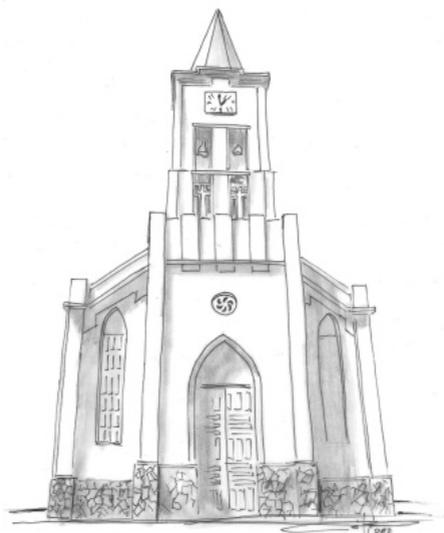
Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 14 de março de 1957
- Gentílico: novo-olindense
- Nomes antigos: Tapera
- Distritos: sede e Triunfo
- Padroeiro: São Sebastião

Ao chegarem à região, os primitivos exploradores do "Ciclo do Couro" encontraram, à margem do Rio Cariús, a Aldeia da Água Saída do Mato, como os Kariris a chamavam. Na verdade, uma tapera, sem paredes laterais, servindo apenas para rancho provisório de tropeiros e comboieiros. O local era magnífico, o que fez com que ali se estabelecessem alguns desses, logo transformando-se em fazenda, com casa-grande, capela e cemitério. Surgiu, dessa forma, o povoado conhecido como Tapera. Consta que algum tempo depois missionários pernambucanos, que lá passaram, procuraram rancho e, sendo-lhes negado o pedido, arrancharam-se sob uma árvore afastada, entre a

capela e o cemitério. Apesar do incidente, atenderam ao pedido dos moradores, que queriam que fosse rezada uma missa. Durante o ofício divino, o celebrante, insatisfeito com o mal acolhimento e com o nome deprimente do lugar, teria dito: "De hoje em diante o nome deste povoado será Nova Olinda, para que fique marcada a minha passagem". Ato contínuo teria retirado as próprias sandálias, sacudiu-lhes o pó e sentenciou: "Mas tapera foi e tapera há de ser até que se acabe a sua quinta geração". A crônica não registra a data do acontecido, mas o nome foi mudado para Nova Olinda, denominação com que alcançou a sua designação para distrito de Nova Olinda, da jurisdição política de Santana do Cariri, em 4 de dezembro de 1933 sob o império do Decreto nº 1.256. A partir daí passam-se vinte e dois anos até a promulgação da Lei nº 3.555, de 14 de abril de 1957, em virtude da qual Nova Olinda adquiriu a sua emancipação política, sagrando-se município. A sua instalação como tal, entretanto, só ocorreu em 26 de abril de 1958, quando assumiu o seu primeiro prefeito, o senhor Laurêncio Alves Feitosa, um dos fundadores da cidade.

Figura 48 - Igreja da paróquia de São Sebastião



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Depois da Casa Grande, a igreja matriz paróquia de São Sebastião é a construção mais antiga de Nova Olinda. Antes, era apenas uma capela, já dedicada a São Sebastião, que, com o passar do tempo foi sendo reformada e, reconstruída, acabou tornando-se a igreja. Aí então foi que, ao chegar o dia 20 de janeiro de 1980, um decreto canônico de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos erigiu a paróquia. Mandou, por isso, que se criasse o seu território paroquial ajuntando-se o parcelamento dos territórios das paróquias de Nossa Senhora das Dores, de Assaré, de Senhora Sant'Ana, de Santana do Cariri e de Nossa Senhora da Conceição, de Farias Brito. Os fiéis festejam o seu padroeiro de 11 a 20 de janeiro de cada ano. O seu endereço é: Rua Jeremias Pereira, s/n – Centro – CEP 63.165.970 – Nova Olinda-Ce. As seguintes capelas estão filiadas à paróquia de São Sebastião: capela de São José, no Sítio Serrinha; capela de Nossa Senhora Aparecida, no Sítio Gostoso; capela de Nossa Senhora da Conceição, no Sítio Triunfo; capela de Santo Antônio, no Sítio Barreiros; capela de Santo Expedito, no Sítio Lagoa dos Patos; capela de São Pedro, no Bairro Vila Alta; capela de São Raimundo Nonato, no Sítio Várzea; capela de São João, no Sítio São João. Como se vê, a cronologia histórica de Nova Olinda, por ser escassa, oferece poucos subsídios para se afirmar, mas é muito provável que a primitiva Casa Grande da Fazenda Tapera seja sesquicentenária, no mínimo. De qualquer forma, hoje restaurada ela abriga certo acervo museológico para o estudo da História de Nova Olinda, de que a Fundação Casa Grande está empenhada.

Hino do Município de Nova Olinda

Letra e Música: Raimundo Gilvan Duarte

Com teu povo de eterna nobreza
Na luta imensa feliz p'ro porvir
Minha terra se ergue altaneira
És Nova Olinda o esplendor do Cariri
Coroadada com céu brasileiro

Tapete verde que emana riqueza
São as pastagens que adornam os teus campos
São frutos do sangue dos filhos teus

Nova Olinda meu amor é grande o seu valor
Bravo povo fiel, varonil
Tua pujança, tua glória exprime o meu Cantar!
Teu nome forte, solto aos ventos
Resplandece em todo meu Brasil!

Tua história tão cheia de encanto
Sublime fonte do amor para ti
Em teu solo tuas minas se expandem
Com abundância num convite a construir
Nova Olinda meu chão cearense
Devota e bela, formosa gentil
O Cariús com suas águas benditas
Que brotam, que geram riquezas mil
O progresso que ostentas serena
A prova ativa da luta febril
Juventude no afã do futuro
Na confiança da cultura a transmitir
Eterna gleba de heróis destemidos iluminados pelo padreiro
Jorrando graças e paz nos teus filhos Oh!
Terra querida que Deus me deu!

Dados Demográficos

Localização: 07° 05' 31" S 39° 40' 51" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes ao Norte: Altaneira e Farias Brito, a Leste: Crato,

ao Sul e a Oeste: Santana do Cariri, distância até a capital: 560 Km.

Características geográficas: área: 284,404 km², população: 14.586 hab. (IBGE/2012), densidade: 51,29 hab./km², altitude: 445 m, clima: tropical quente semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,625 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 74.981.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 5.198,33 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Nova Olinda

Período da Nova República (a partir de 1985)

Fábia Brito Alencar Alves (1997 a 2000)

Fábia Brito Alencar Alves (2001 a 2004)

Afonso Domingos Sampaio (2005 a 2008)

Afonso Domingos Sampaio (2009 a 2012)

Francisco Ronaldo Sampaio (2013 a 2016)

Figura 49 - Brasão do município de Penaforte



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 31 de outubro de 1958
- Gentílico: penafortense
- Distritos: sede, Juá e Santo André
- Padroeira: Nossa Senhora da Saúde

Antigamente era conhecido como Baixio do Couro, até que em 22 de novembro de 1951, a Lei Estadual nº 1.153 o elevou à categoria de distrito, nomeando-o Penaforte, subordinado a Jati, descendente, portanto, em linha direta de Jardim, o município-mãe de ambos. Cumpre observar que a denominação é uma homenagem ao Cônego Raimundo Ulisses Penaforte. Como diversos outros municípios caririenses, Penaforte, também, padece da pouca notação histórica. Sabe-se, contudo, que em 31 de outubro de 1958 a Lei Estadual nº 4.224 desmembrou Penaforte de Jati, concedendo-lhe autonomia como município. A sua instalação foi efetivada em 3 de março de 1959.

Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Saúde. A paróquia foi criada, em 22 de janeiro de 1999, e teve como primeiro vigário monsenhor Alcântara. A festa da padroeira, Nossa

Senhora da Saúde, é comemorada entre 30 de agosto e 8 de setembro.

Figura 50 - Igreja da paróquia de São Sebastião



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Hino do Município de Penaforte

Letra: Prof. Gilberto Vieira da Silva e Enoque José Sebastião

Música: José Nilton da Silva e Pedro Arlindo de Sousa

Vamos todos cantar de coração
A liberdade de um povo forte
Cidade mãe és tu ó Penaforte
Onde os braços dados fazem a união!

Os teus campos e este céu azul
Retratam a tua infinda beleza
As tuas terras são pura natureza
Resplandece a imagem do norte ao sul

(Refrão)
Penaforte, Penaforte
Vive na paz e na união
No trabalho e na educação
Por ti os teus filhos lutam até a morte!

Tu és inabalável coração
Com a bandeira da fé hasteada
Juntos lutamos sem desanimar
Teu povo demonstra esta gratidão.

De um povo forte e varonil
De todas as cidades és a tão linda
É um exemplo que não vai findar
Teu progresso enaltece o meu Brasil.

Dados Demográficos

Localização: 07° 49' 44" S 39° 04' 37" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Brejo Santo (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Jardim e Jati, ao Sul: Salgueiro (PE) e Verdejante (PE), a Leste: Jati e São José do Belmonte (PE), e a Oeste: Salgueiro (PE) e Cedro (PE), distância até a capital: 545 km.

Características geográficas: área: 141,927 km², população: 8.483 hab. (IBGE/2012), densidade: 59,77 hab./km², Altitude: 507 m, clima: tropical de altitude, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,687 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 32.706.263,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 4.054,33 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Penaforte

Período da Nova República (a partir de 1985)

Cornélio Pereira Muniz de Barros (1997 a 2000)

Ronaldo Dias de Medeiros (2001 a 2004)

Nicolau Vieira Angelo (2005 a 2008)

Luís Fernandes Bezerra Filho (2009 a 2012)

Luiz Fernandes Bezerra Filho (2013 a 2016)

Figura 51 - Bandeira e brasão do município de Porteiras



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 17 de agosto de 1889
- Gentílico: porteirense
- Nomes antigos: Conceição do Cariri e Porteiras de Fora
- Origem do topônimo: A antiga existência de duas porteiras no local para o controle de passagem de gado.
- Distritos: sede, Simão e Barreiros
- Padroeira: Nossa Senhora da Conceição

Embora desde as suas origens tenha sido conhecido como Porteiras, o distrito criado pelo Ato Provincial nº 846, em 9 de agosto de 1858, no período de 1933 até 1938 foi crismado com o nome de Conceição do Cariri, quando se corrigiu o desvio na última data por meio do Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro. Os registros históricos são escassos sobre acontecimentos de vulto que possam ter marcado o seu surgimento. Em verdade, como todo o restante da região, o local era habitado pelos

Cariris que, com o avanço dos colonizadores brancos, foram aos poucos sendo afastados para mais longe ou simplesmente dizimados, como costumava acontecer. Fato inquestionável é que os aventureiros que chegavam ao lugar vinham atraídos pela exuberância que a terra inculta e pejada exibia, além de oferecer olhos d'água às centenas; um convite à exploração agrícola, como aconteceu com o capitão José Antônio de Souza, pernambucano de Baixa-Verde (hoje, Triunfo), um dos pioneiros, talvez o mais ilustre que, a par do cultivo agrícola, também desenvolveu a pecuária vacum e, seguramente, foi o primeiro a instalar uma indústria em Porteiras, o primeiro curtume do Cariri. Além de desbravador e semeador de riquezas, o capitão José Antônio também deu início a um clã familiar que logo iria povoar maciçamente o lugar, a partir dos trinta e dois filhos que botou no mundo.

Nesse tempo, Porteiras ainda integrava o território de Jardim, ao qual pertencia, mas logo, no dia 17 de agosto de 1884, veio o diploma provincial de número 2.169 que erigiu o lugarejo em vila, cuja instalação ocorreu nesse mesmo ano, no dia 15 de novembro. Estava desmembrado de Jardim o município de Porteiras, constando como distrito integrante do seu território o povoado de Brejo Santo. Foi também desse início de década a criação da freguesia de Brejo Santo. A freguesia de Brejo dos Santos foi criada sob Dom Luiz Antônio dos Santos, em 25 de julho de 1876, pela Lei Provincial nº 1708, que atendia ao pedido feito pelo coronel Basílio Gomes da Silva. Tal decisão provocou a insatisfação dos habitantes de Porteiras que, alegando ser o tamanho da população e da economia maior do que aquele de Brejo Santo, requereram da autoridade eclesiástica a transferência da freguesia para Porteiras. Não tendo sido aceita a solicitação, começou a rivalidade entre as duas comunas que levou até o movimento armado. Coligados contra Raimundo Cardoso dos Santos, chefe político de Porteiras, Mousinho Cardoso, os Chicote e José Inácio, chefes influentes de Brejo Santo e Milagres, não contentes de haverem assaltado a propriedade do seu desafeto Raimundo Cardoso, arregimentaram 300 homens e atacaram Porteiras no dia 13 de junho de 1915.

Quando parecia tudo caminhando dentro da normalidade, começa, em 1933, um período em que a divisão política no Ceará vivia de sobressaltos com extinções e reintegrações de distritos e municípios. Assim é que logo na divisão administrativa daquele ano, Porteiras figurou como simples distrito, embora com o pomposo nome de Brejo dos Santos da Conceição do Cariri. Esse período foi realmente fértil na promulgação de leis e decretos, atribuindo nomes, ora esdrúxulos, ora errados, ora trocados, quer a municípios, quer a distritos. Por isso é que Conceição do Cariri voltou a ser Porteiras, em 1938, com o Decreto Estadual nº 448, o mesmo que resolveu renomear Brejo dos Santos para Brejo Santos. Finalmente, a Lei Estadual nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, restabelece Porteiras como município, independente de Brejo Santo agora grafado corretamente.

Dados Demográficos

Localização: 07° 32' 06" S 39° 07' 04" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Cariri (IBGE/2008), municípios limítrofes: a Leste: Brejo Santo, a Oeste: Jardim, ao Norte: Missão Velha, e ao Sul: Jati, distância até a capital: 530 km.

Características geográficas: área: 217,570 km², população: 15.065 hab. (IBGE/2010), densidade: 69,24 hab./km², altitude: 538 m, clima: tropical quente semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,644 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 48.560.311,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.210,17 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Porteiras

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos

José Aristarco Cardoso (1954 a 1958)

Alboino Miranda Tavares (1958 a 1962)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

José Aristarco Sampaio Cardoso (1962 a 1966)

Edvar Soares de Lavor (1966 a 1970)

Geraldo Filgueiras Sampaio (1970 a 1972)

Elmar Leite Nicodemos (1972 a 1976)

Alboino Miranda Tavares (1976 a 1982)

Fábio Pinheiro Cardoso (1982 a 1989)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Manuel Tavares Miranda (1989 a 1993)

Fábio Pinheiro Cardoso (1993 a 1997)

José Lusdênio Miranda Teixeira (1997 a 2000)

Fábio Pinheiro Cardoso (2001 a 2004)

Fábio Pinheiro Cardoso (2005 a 2008)

Manoel Novais Miranda (2009 a 2012)

Manoel Novais Miranda (2013 a 2016)

Figura 52 - Bandeira e brasão do município de Potengi



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 4 de setembro de 1957
- Gentílico: potengiense
- Distritos: sede e Barreiros
- Padroeiro: São José

Este é um dos municípios, relativamente, novos do Cariri. Somente a partir de 1955, com a divisão territorial de 1 de julho, é que Potengi começou a aparecer como município. Embora sua origem esteja registrada nos idos do século XIX, com o estabelecimento de agricultores na localidade conhecida como Xique-Xique, somente, em 22 de novembro de 1913 assumiria foros de vila. De fato, a sua certidão de nascimento como município data de 4 de setembro de 1957, com o advento da Lei Estadual nº 3.786. Oficialmente, entretanto, só passou a ter vida própria quando de sua instalação, o que ocorreu no dia 25 de

março de 1959. Anote-se que até o ano de 1938 o lugar, então distrito de Araripe, tinha o seu nome grafado "Chique-Chique", sendo corrigido para a grafia "Xique Xique" no final daquele ano. Outra anotação interessante é que, entre 1951 e 1957, Potengi foi denominado, oficialmente, por decreto-lei estadual como Ibitiara, corrigido pela da Lei Estadual nº 3.786, de 4 de setembro de 1957. Não se pode precisar com exatidão a data em que, no século XIX, a população, com o apoio do pioneiro Manuel Monteiro, movimentou-se para a construção de um templo religioso, como realmente construiu a capela à época. Aos poucos o povo do lugar foi dando prosseguimento à sua vocação agrícola e introduzindo a exploração pecuária. Aí a Lei Estadual nº 3.786, de 4 de setembro de 1957, elevou a vila à dignidade de município, crismando-a de Potengi.

Além de agricultores e pecuaristas, os seus habitantes descobriram o pendor para a arte da metalurgia, passando então a fabricar facas, foices, enxadas, facões, sendo a produção vendida, inicialmente, apenas no local, mas depois, expandiu-se pela vizinhança até alcançar os estados vizinhos, tornando-se forte. Uma coisa interessante que acontece, em Potengi, em decorrência dessa indústria metalúrgica que, obviamente, trabalha com fogo, é que, devido ao excessivo calor do clima local, os ferreiros preferem trabalhar à noite. O barulho assim produzido granjeou-lhe a fama de "a cidade que não dorme".

Dados Demográficos

Localização: 07° 05' 27" S 40° 01' 37" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: chapada do Araripe (IBGE/2008), municípios limítrofes a Leste: Santana do Cariri, a Oeste: Campos Sales e Salitre, ao Norte: Assaré, e ao Sul: Araripe, distância até a capital: 485 km.

Características geográficas: área: 338,723 km², população: 10.651 hab. (IBGE/2010), densidade: 0,03 hab./km², Altitude: 557 m, clima: tropical quente semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,596 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 31.657.654.00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.147,51 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Potengi

Período da Segunda República (1945 a 1964)

Prefeitos:

Luiz Gonzaga de Figueiredo (1958 a 1962)

José Alves Batista (1962 a 1966)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Luiz Gonzaga de Figueiredo (1966 a 1970)

José Edvaldo de Sousa (1970 a 1972)

Celésio Brilhante de Alencar (1972 a 1976)

Antônio Alves Rodrigues (1976 a 1982)

Antônio Rivaldo Rodrigues (1982 a 1988)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Edmilson Rocha (1988 a 1990)

Francisco Rodrigues da Fonseca (1990 a 1992)

José da Rocha Fonte (1993 a 1996)

Antônio Rivaldo Rodrigues (1996 a 2000)

Francisco Rodrigues Mendes de Sousa (2001 a 2004)

Francisco Rodrigues Mendes de Sousa (2005 a 2008)

Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar (2009 a 2012)

Gilvanda Tenório de Alencar Rodrigues (2013 a 2016)

Figura 53 - Bandeira e brasão do município de Salitre



Fonte: Sítio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 30 de junho de 1988
- Gentílico: salitrense
- Origem do topônimo: Referência a uma mina de salitre localizada nas imediações
- Distritos: sede, Caldeirão e Lagoa dos Crioulos
- Padroeiro: São José

Desde a sua criação, ainda, como distrito subordinado ao município de Campos Sales, conforme determinou o Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, Salitre tem sido o seu topônimo. Diferentemente de muitos outros municípios caririenses, Salitre não passou pelo vexame da enxurrada de extinções e restaurações que aconteceram alguns lustros antes. Foram necessários cinquenta anos, entretanto, para que fosse promulgada a Lei Estadual nº 11.467, de 30 de junho de 1988, que lhe deu autonomia política e deu-lhe como distritos: a Sede, o Caldeirão e o Lagoa dos Crioulos. A instalação do novo município ocorreu no primeiro dia de 1989.

Hino do Município de Salitre

Letra e Música: autor(es) não identificado(s)

Desperta uma linda cidade
Ao pé da Serra do Araripe
Exemplo de amor e unidade
É a nossa querida Salitre
Seu povo é hospitaleiro
Honesto e trabalhador
Na luta se doa por inteiro
Mostrando seu verdadeiro valor
REFRÃO

Salitre ó terra abençoada
Por Deus amada querida fulgurante
Com ardor cantam todos fervorosos
Os teus filhos orgulhosos nesse instante

Nas lutas vitórias sem temores
De um povo guerreiro e destemido
Seus bravos ousados trabalhadores
Jamais irão ser esquecidos
No peito o salitre traz forte
O amor a terra a seu chão
Na luta não teme nem a morte
É sangue suor e coração

REFRÃO

Ó linda terra mãe querida
Tua bandeira é símbolo de glória

Com seus filhos aguerridos
Salitre faz sua história

A fé e a ordem do seu povo
Espelho da paz que irradia
A trinta de junho a terra amada
Celebra o salitre com alegria

Dados Demográficos

Localização: 07° 17' 02" S 40° 27' 28" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2008), microrregião: chapada do Araripe (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Campos Sales, ao Sul: Ipubi (PE) e Araripina(PE), a Leste: Potengi e Araripe, e a Oeste: Fronteiras (PI) e Caldeirão Grande do Piauí(PI), distância até a capital: 542 km.

Características geográficas: área: 899,824 km², população: 15.453 hab. (IBGE/2012), densidade: 17,17 hab./km², altitude: 680 m, clima: tropical quente subúmido de latitude BSh, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,558 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 81.290.976,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 4.901,18 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Salitre

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Francisco Pereira Filho (1997 a 2000)

Francisco Pereira Filho (2001 a 2004)

Agenor Manoel Ribeiro (2005 a 2008)

Agenor Manoel Ribeiro (2009 a 2012)

Rondilson de Alencar Ribeiro (2013 a 2016)

SANTANA DO CARIRI

Figura 54 - Brasão do município de Santana do Cariri



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 25 de novembro de 1885
- Gentílico: santanense-do-cariri
- Nomes antigos: Santana do Brejo Grande; Santana do Cariri; Santanópolis
- Distritos: sede, Anjinhos, Bons Ares, Araponga, Brejo Grande, Dom Lemo, Inhumas e Pontal da Santa Cruz
- Padroeira: Senhora Sant'Ana

O local habitado pela tribo dos Buxixés, pertencente à nação tapuia integrava um território que abrangia, além de boa parte da chapada do Araripe, outras terras em Pernambuco. Era o conhecido Riacho Brejo Grande, onde os irmãos João Alves Feitosa e José Alves Cavalcante, procedendo da Casa da Torre, na Bahia, requereram e obtiveram terras nas suas margens pelo final do século XVII. Condições excepcionais ao criatório de gado e à exploração da agricultura atraíram quantidades de famílias em número tal que, rapidamente, foi dando ao reduto

foros de arraial. Por isso ficou mais fácil construir-se uma capela invocando a proteção da Senhora de Sant'Ana e transformar o lugarejo em distrito subordinado a Assaré com a denominação de Santana do Brejo Grande, como determinou a Lei Provincial nº 124, de 26 de agosto de 1838, quando foi criada a paróquia, que passou a chamar-se paróquia de Santana do Brejo Grande, sendo designado seu primeiro vigário o padre José Galdino Teixeira. Essa capela cedeu o seu lugar para se construir a atual matriz, ficando assim a um passo de ser transformado o arraial em vila, o que efetivamente se deu graças à Lei Provincial 2.096, de 26 de novembro de 1885. E mais, além da sede, a vila ganhava também mais um distrito, o de Nova Olinda.

Figura 55 - Igreja da paróquia Senhora Sant'Ana



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

As coisas pareciam caminhar bem, quando, em 30 de maio de 1844, o padre Galdino foi assassinado. Aparentemente não foi coisa fortuita, já que o religioso, natural de Icó, era conhecido como valentão, além de pesar-lhe nos ombros a acusação de participação de assassinato, quando ainda vivia em Icó. Mas, em represália ao ato supremo de ter o seu pároco assassinado, a Igreja católica destronou Santana da majestade de paróquia,

transferindo-a para Assaré. De nada valeram os pedidos e abaixo-assinados dos moradores e fiéis de Santana, Dom Joaquim José Vieira não retornava à condição de paróquia. O mais que conseguiram os devotos foi a nomeação do padre João Carlos Augusto como sacerdote com residência fixa em Santana, mas sem a paróquia. Transcorreu, portanto, 73 anos até que Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, o primeiro bispo da novel diocese do Crato, criou a nova paróquia de Santana do Cariri no dia 30 de janeiro de 1917.

Veio então o ano de 1896 trazendo a Lei Estadual nº 287 que determinou a mudança do nome de Vila de Santana do Brejo Grande para Santana do Cariri. Foi um período muito conturbado, esse final de Monarquia e começo de República. Quando se pensava que estava tudo bem encaminhado, eis que a Lei Estadual nº 1.794, de 9 de outubro de 1920, extinguiu o município de Quixará reduzindo à condição de distrito e o agregando à Santana do Cariri, para a Lei 2.359, de 26 de julho de 1926, mandar anexá-lo ao município do Crato. Corria o ano de 1926, quando Santana do Cariri foi palco da disputa pelo poder reinante no Cariri desde o século passado. No dia 12 de novembro, a cidade foi atacada pelo pernambucano Manuel Alexandre de Sá à frente de mais de cem homens. Objetivo: depor o prefeito Felinto da Cruz Neves, que sustentou fogo, repelindo o invasor após 11 horas de combate. Inconformado com a falta de êxito, Alexandre volta à carga no dia 18 seguinte. Dessa feita a refrega estendeu-se por 36 horas e, mesmo com mortos e feridos, no final, Felinto Neves, mais uma vez, expulsou o invasor. Alexandre dá um pouco mais de tempo enquanto se refaz em homens, armas e munição e, no dia 1º de dezembro, consegue depor Felinto da Cruz Neves da prefeitura.

O Decreto Estadual nº 448, já em 20 de dezembro de 1938, chega trazendo nova alteração na toponímia municipal, determinando que Santana do Cariri doravante deveria denominar-se Santanópole e cria-lhe mais um distrito por divisão territorial desse e do distrito de Nova Olinda. Com a chegada do ano de 1951, o governo estadual promulga a Lei Nº 1.153, em 22 de novembro, mandando que o município de Santanópole volte a ser denominado Santana do Cariri. Em 1957, Santana do Cariri

perde o território do distrito de Nova Olinda, que a Lei nº3.555, de 14 de março, mandou erigir em município.

Benigna Cardoso das Silva, é o nome da garota nascida no Sítio Oiti, no distrito de Inhumas, em Santana do Cariri, a 15 de outubro de 1928. Benigna tornou-se órfã de pai e mãe ainda cedo, ficando aos cuidados de parentes. Depois de, desde os doze anos de idade, vir sendo assediada durante quase um ano por um rapaz da localidade, e sempre recusando envolvimento, Benigna foi brutalmente assassinada aos escassos treze anos. A partir do seu sepultamento, começaram as visitas de pessoas ao cemitério onde ela repousava, e ao local da tragédia, pois as pessoas anunciavam terem sido atendidas em suas preces à menina. Começando, assim, a circular o anúncio de promessas alcançadas, passou Benigna a ser tida como santa. Tendo sido iniciado o processo de beatificação em março de 2013, os restos mortais de Benigna foram sepultados na matriz da paróquia de Senhora Sant'Ana, onde atualmente se encontram.

Figura 56 - Capela do Martírio e Memorial de Benigna



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Dados Demográficos

Localização: 07° 11' 16" S 39° 44' 13" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: sul cearense (IBGE/2000), microrregião: Cariri (IBGE/2008), região metropolitana: Cariri, municípios limítrofes a Oeste: Araripe e Potengi, ao Norte: Altaneira, Assaré e Nova Olinda, a Leste: Crato, e ao Sul: Bodocó (PE) e Exu (PE), distância até a capital: 558 km.

Características geográficas: área: 768,768 km², população: 17.181 hab. (IBGE/2010), densidade: 22,35 hab./km², altitude: 475 m, clima: tropical quente subúmido, uso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,612 médio (PNUD/2010), PIB: R\$ 87.217.000,00 (IBGE/2011), PIB per capita: R\$ 5.072,22 (IBGE/2011).

Fonte: IBGE

Governantes de Santana do Cariri

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Felinto da Cruz Neves: Deposto em 1º de outubro de 1926. O coronel Felinto voltou a ser prefeito de Santana, foi assassinado em 29 de março de 1936, por ocasião de eleição que o reelegeu. Procede-se a uma eleição suplementar em que foi eleita, como candidata única, Generosa Amélia da Cruz, sobrinha e viúva do coronel Felinto. É importante salientar que dona Generosa foi a primeira prefeita eleita no Ceará.

Plácido Gomes de Sá (1951): O capitão Plácido Gomes de Sá foi eleito prefeito, tendo assumido o cargo em 31 de janeiro de 1951, mas foi assassinado no dia 18 de setembro do mesmo ano, na cidade do Crato, em pleno exercício do mandato.

Jesus Werthon Garcia (1977 a 2000)

Jesus Werthon Garcia (2001 a 2004)

Pedro Linard Rocha (2005 a 2008)

Jesus Werthon Garcia (2009 a 2012)

Danieli de Abreu Machado (2013 a 2016)

Figura 57 - Brasão do município de Tarrafas



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 21 de outubro de 1987
- Gentílico: tarrafense
- Padroeira: Nossa Senhora das Angústias

A origem da vila Tarrafas remonta a meados do século XIX, por volta do ano de 1866. Chegou à região uma senhora vinda da Paraíba que trazia consigo, família e parte de seu grande patrimônio. Dona Tereza Moreira, como era conhecida, entrou pelo município de Assaré, cruzando a ribeira do Rio Bastiões e instalando-se no local e fixando sua morada. Lá construiu casa grande de morada e uma pequena capela, ambas de taipa, e após isso foi se apossando das terras próximas ao Rio Bastiões. Batizou a localidade de Sítio Aroeira, devido à existência de grande quantidade dessa árvore nas proximidades. Contam os antigos que um desconhecido teria ido pescar em um poço do Rio Bastiões, quando, ao atirara tarrafa na água, ela ficou presa no fundo do poço, o que foi bastante para a vizinhança passar a denominar o lugar de 'poço da tarrafa', dando assim origem ao

nome Tarrafas. Como era natural naquela época, o antigo Sítio Aroeira foi, aos poucos, abrigando mais moradores até ganhar o porte de um povoado, mas teve que aguardar até 7 de junho de 1920 quando passou a ser o distrito de Tarrafas, subordinado ao município de Assaré. É um município pequeno, ocupando uma área territorial de 582 km², cuja principal atividade econômica é a agricultura de subsistência.

Em verdade, o município já é uma subdivisão territorial do município de Saboeiro, de onde se originou o município de Assaré, que lhe cedeu território por força da Lei Estadual nº 6.810, de 3 de dezembro de 1963. Dois anos depois, no dia 14 de dezembro de 1965, a Lei Estadual nº 8.339 extinguiu o município de Tarrafas e reincorpora o seu território a Assaré. Finalmente, a Lei Estadual nº 11.484, de 20 de julho de 1988, restaura em definitivo a autonomia de Tarrafas como município, com um só distrito, que lhe sedia, ocorrendo a sua instalação no dia 1 de janeiro de 1989.

Dados Demográficos

Localização: 06° 41' 02" S 39° 45' 39" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Várzea Alegre (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Saboeiro, Jucás e Cariús, a Leste: Cariús e Farias Brito, ao Sul: Assaré, e a Oeste: Antonina do Norte, distância até a capital: 458,1 km.

Características geográficas: área: 454,390 km², população: 8.910 hab. (IBGE/2010), densidade: 19,61 hab./km², clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,57 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 25.021.138,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 2.799,72 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Tarrafas

Período da Nova República (a partir de 1985)

Prefeitos:

Tertuliano Cândido de Araújo (1997 a 2000)

Tertuliano Cândido de Araújo (2001 a 2004)

Antônia Simião Lopes Leite (2005 a 2008)

Antônia Simião Lopes Leite (2009 a 2012)

Lucineide Batista de Oliveira (2013 a 2016)

Figura 58 - Brasão do município de Umari



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/>

- Emancipação: 12 de novembro de 1883
- Gentílico: umariense
- Nomes antigos: Gado Bravo, Baixio
- Distritos: sede e Pio X
- Padroeiro: São Gonçalo do Amarante

Embora paraibanos e pernambucanos tenham começado a, colonialmente, estabelecerem suas fazendas na região do antigo Gado Bravo, logo no começo do século XVIII até começar a surgir um arraial, os costumes só começaram a mudar após a chegada de Joseph Aleth Douillétte, um francês, que por lá se refugiou da perseguição empreendida pelo Marquês de Pombal. O fato é que, casando-se com uma jovem moradora do local, Douillétte, de alguma forma, conseguiu ir fazendo as pessoas conhecerem novos hábitos. Uma coisa simples, mas que ainda não havia ocorrido aos que lá já residiam, foi a ideia do francês de construir um cemitério no lugar, em vez de sepultar os mortos em Icó, distante cinquenta quilômetros. Ao cemité-

rio, agregou-se uma capela e daí surgiram novos empreendimentos muito naturalmente. Ao arraial, que jurisdicionalmente estava subordinado a Lavras da Mangabeira, dela constando como distrito já em 1835, foi dada a condição de freguesia em 2 de setembro de 1875, segundo a Lei nº 1.686. De outra feita, em 12 de novembro de 1883, foi elevado à categoria de vila, de acordo com a Lei nº 2.046. A sua inauguração como município, entretanto, só ocorreu em 20 de outubro de 1884, realizando a Câmara Municipal a sua sessão inaugural no dia seguinte, instalando o termo do município.

Chegou o ano de 1889, e com ele vem a Proclamação da República do Brasil, cujos novos governantes dissolveram as câmaras municipais e criaram conselhos de intendência municipal. Foi o que se deu em Umari, que em 13 de setembro de 1890 tomou posse o primeiro Conselho de Intendência Municipal de Umari, cujos oito membros eram presididos por João Antônio de Oliveira. O ano de 1900 traz uma modificação nesse sistema, já que a Lei nº 588, de 19 de julho, determinou que os intendentess municipais passassem a ser eleitos pelas suas respectivas câmaras, até que em 12 de agosto de 1904, a Lei nº 764 reverte a situação e os intendentess municipais tornaram a ser nomeados pelo governo estadual. Antônio Pinto Nogueira Accioly havia acabado de assumir um novo período de governo. Francisco Moreira de Oliveira foi o último intendente municipal que esteve à frente de Umari, isto em de 27 de setembro de 1914 até 8 de julho de 1916, sim, porque Vicente Ferreira Claudino, que veio logo depois, já assumiu como prefeito, e dessa forma foi como passaram a ser chamados os intendentess municipais. Corria o ano de 1920, quando Joaquim Daniel de Sousa recebeu o cargo de novo prefeito em julho para a História como o segundo e último prefeito da antiga Umari, eis que o município foi suprimido em 9 de outubro seguinte, sob o império da Lei nº 1.794, sendo anexado ao município de Lavras da Mangabeira como simples distrito.

Após uma série de supressões e restaurações, o antigo arraial, que era vila de Baixio, passou definitivamente a município, com o nome de Umari em consonância com a Lei nº 3.338, de 15 de setembro de 1956, sendo instalado em 22 de outubro

do ano seguinte. Apesar disso, o novel município permaneceu sem governante oficial até a posse do prefeito eleito em 4 de agosto de 1957, João Luís de Freitas Filho. Não foi encontrado registro a esse respeito, mesmo que, por lei, o município devesse ter providenciado a eleição até no máximo 120 dias após sua instalação. Menos mal, porque João Luís ainda teve tempo de começar a estruturar a prefeitura, adequadamente, para entregar ao seu sucessor, Wilfrido Gondim Leite, vencedor do pleito de 3 de outubro de 1958.

A antiga capela de São Gonçalo do Amarante era também dedicada à Nossa Senhora da Conceição desde a sua construção no século XVIII. A sua construção é creditada, segundo o Barão de Studart, ao francês Joseph Aleth Douillétte, que, fugindo à perseguição empreendida pelo Marquês de Pombal, acabou se refugiando na localidade onde fixou residência e constituiu família.

Figura 59 - Igreja da paróquia de São Gonçalo do Amarante



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Registra ainda a tradição que, inconformado com o costume local de ser os mortos mandados sepultar em Icó, Douillétte teria conseguido influenciar a população a unidos, construírem uma capela, que poderia se prestar à dupla finalidade de nela officiar-se missas e, como também era costume da época, também sepultarem-se os seus mortos. E assim a capela foi construída em 1765. Passaram-se cento e quinze anos até ser reconstruída, em 1870, já se preparando, conforme ordenou a Lei Provincial nº 1.686, para receber foros de paróquia, em 2 de setembro de 1875. Somente em 18 de agosto de 1882 é que foi canonicamente instituída como tal. Nessa ocasião, aconteceu um equívoco nas informações prestadas à Assembleia Legislativa Provincial, que nomeou Nossa Senhora da Conceição como padroeira da recém-criada freguesia, cujos fregueses eram conhecidamente devotos de São Gonçalo do Amarante. Foi o padre Antônio Joaquim dos Santos o seu primeiro vigário. Tanto o padre Antônio Joaquim quanto o seu sucessor, o padre Horácio Teixeira, e o rebanho de fiéis que apascentavam parece não terem se dado conta da troca.

Assim permaneceu até que o padre Manuel Carlos de Moraes, o terceiro a assumir o seu paróquiato (3 de agosto de 1919 a 28 de janeiro de 1958), percebeu o engano e, encaminhando bem fundamentado arrazoado ao bispado do Crato, obteve de Dom Quintino a competente anuência para reentronização de São Gonçalo. Foi ainda o padre Manuel Carlos quem construiu a torre e a sacristia, adquiriu o relógio e os sinos. Antes de tudo isso acontecer, porém, o local era uma fazenda que tinha o nome de Umari, pertencente ao tenente-coronel Manuel Ribeiro Campos, que doou meia légua dessa terra para formação do patrimônio e ereção da capela Senhor São Gonçalo e Nossa Senhora da Conceição, que o próprio coronel pretendia construir.

Hino do Município de Umari

Letra e Música: Jônatas Granjeiro de Medeiros

Umari tu és mesmo valorosa,
Pequena estrela do grande universo.

Porém sempre tu marchas vantajosa,
Buscando luzes para o teu progresso. (Bis)

(Refrão)
Ó francês tua memória está gravada
Como relíquia em nosso coração.
A sombra desta árvore sagrada,
Cobre de bênção a tua geração.

O teu povo é forte e hospitaleiro,
No sangue corre o amor pela cultura.
Honra o brasão do Nordeste brasileiro,
Grandes guerreiros defensores da bravura. (Bis)

Umari de história secular,
Com fatos que orgulham o teu povo.
O francês que aqui veio habitar,
Desta terra tornou-se filho novo. (Bis)

Na bandeira traz a origem de energia,
Símbolo augusto de uma árvore venturosa.
O teu porvir é de paz e alegria,
Ostentosa terra gloriosa. (Bis)

Exaltemos a nossa Umari,
Com igual júbilo que exaltamos o Brasil.
Exaltemos também o Ceará,
De quem tu és bendita vezes mil. (Bis)

Bendita vezes mil nossa Cidade,
Na grande luta de sua emancipação.

Cantemos a sua liberdade,
Vibremos de todo coração. (Bis)

Dados Demográficos

Localização: 06° 38' 52" S 38° 42' 00" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Lavras da Mangabeira (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Icó, a Leste: Triunfo (PB), ao Sul: Baixio, e a Oeste: Lavras da Mangabeira, distância até a capital: 405,5 km.

Características geográficas: área: 263,917 km², população: 7.545 hab. (IBGE/2010), densidade: 28,59 hab./km², clima: tropical quente semiárido, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,584 baixo (PNUD/2000), PIB: R\$ 24.039.480,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.060,40 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Umari

Período da Primeira República (1889 a 1930)

Conselho de Intendência Municipal

Designados oito membros com a presidência de João Antônio de Oliveira

Intendentes:

Francisco Moreira de Oliveira (1914 a 1916)

Vicente Ferreira Claudino (1917 a 1919)

Com as recentes alterações legais, esse já foi empossado como prefeito nomeado

Prefeitos:

Joaquim Daniel de Sousa (1920)

Joaquim Daniel foi o último prefeito da antiga Umari, que foi suprimida como município, no dia 9 de outubro seguinte à sua posse.

Período da Segunda República (1945 a 1964)

João Luiz de Freitas Filho (1957 a 1958)

Wilfrido Gondim Leite (1959 a 1962)

João Luiz de Freitas Filho (1963 a 1966)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Edmilson Carlos de Sousa (1967 a 1970)

Clodomiro Regino de Sousa (1971 a 1972)

José Rodrigues Viana (1973 a 1976)

Antônio Moreira Andrade (1977 a 1982)

Isidoro Ferreira de Alencar (1983 a 1988)

Período da Nova República (a partir de 1985)

Antocildo Barbosa Ribeiro (1989 a 1992)

Maria da Conceição Jorge Lustosa (1993 a 1996)

Antocildo Barbosa Ribeiro (1997 a 2000)

Antocildo Barbosa Ribeiro (2001 a 2004)

Francisco Alexandre Barros Filho (2005 a 2008)

Francisco Alexandre Barros Filho (2009 a 2012)

Mirneide Pinheiro Moura (2013 a 2016)

VÁRZEA ALEGRE

Figura 60 - Bandeira do município de Várzea Alegre



Fonte: Sitio <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara> e <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara>

- Emancipação: 10 de outubro de 1870
- Gentílico: várzea-alegrense
- Distritos: sede, Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde
- Padroeiro: São Raimundo Nonato
- Copadroeira: Nossa Senhora das Mercês

Várzea Alegre, como várias outras cidades caririenses, tem a sua origem atrelada à expansão exploradora dos criadores de gado em busca de pastagens e de espaço para criar. Logo desde os primeiros anos do século XVIII intensificou-se a corrida que resultaria no povoamento da região, naturalmente, instalando-se os desbravadores nos locais que lhes pareciam mais propícios às suas atividades. Foi o que aconteceu com Bernardo Duarte Pinheiro que, acompanhado de sua esposa Ana

Maria Bezerra, instalou-se em uma várzea próxima a uma lagoa nos idos de 1718, surgindo daí o Sítio Lagoas, onde, em 1767, nasceria seu neto batizado com o nome de Raimundo Duarte Bezerra. Aos 21 anos de idade, casando-se com Tereza Maria de Jesus, Raimundo escolheu um local próximo à lagoa e aí edificou sua casa, em torno da qual começaram a surgir outras habitações, conjunto esse que foi o embrião da futura cidade. De certa forma, a cidade cresceu em torno do patriarca cuja bondade lhe assegurou apelidarem-no afetivamente de "papai Raimundo". Embora haja a coincidência dos nomes do patriarca e do orago, não foi em homenagem a papai Raimundo a escolha de São Raimundo Nonato como padroeiro da cidade, mas à devoção crescente dos seus habitantes advinda, talvez, do acontecimento infausto por ocasião do nascimento do seu primeiro neto. Dona Tereza Maria de Jesus tombou sem vida após tomar o neto nos braços e bradou com satisfação: "Viva São Raimundo Nonato". A capela que tanto dona Tereza desejava só viria a ser construída, em 1855, graças aos esforços do padre José Pontes Pereira.

A freguesia de São Raimundo Nonato foi criada pela Lei nº 1.076, de 30 de novembro de 1863, por desmembramento da freguesia de São Vicente Ferrer, de Lavras da Mangabeira. É de assinalar-se que no dia 19 de outubro de 1853, diversos filhos de Raimundo Duarte Bezerra (o conhecido Papai Raimundo), todos residentes no Sítio Várzea Alegre, fizeram uma doação de quatrocentas braças de terra em quadro para a formação do patrimônio da capela de São Raimundo Nonato. Foi seu primeiro vigário o padre Benedito de Sousa Rego. Em 10 de outubro de 1870, a Lei Provincial nº 1.329 mandou desmembrar parcela do território do município de Lavras da Mangabeira para formar um novo município, com o nome de Várzea Alegre, ao mesmo tempo em que elevou o antigo arraial à categoria de vila. Passou-se, entretanto, mais de um ano para que fosse cumprida a lei, instalando-se o município em 2 de março de 1872, empossando-se o seu primeiro prefeito, à época, intendente, na pessoa de Tomaz Duarte de Aquino.

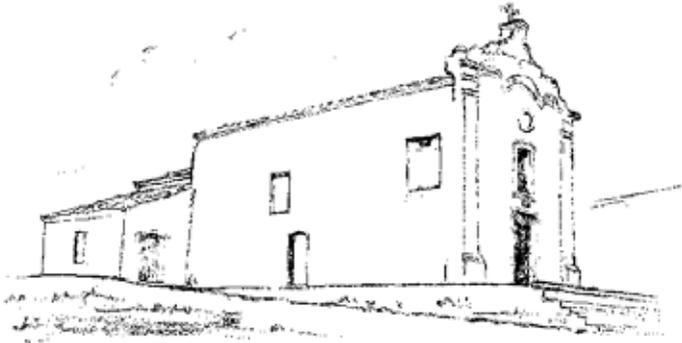
Duarte de Aquino comandou o município até 1880, quando instalou-se um clima de instabilidade e anarquia no país,

e a Monarquia já arquejante ainda tentava evitar a iminente chegada da República, o que realmente aconteceu em 15 de novembro de 1889, que por sua vez não conseguiu logo de início pacificar os ânimos. As coisas só voltariam à normalidade, a partir de 1892, quando assumiu o segundo intendente, José Raimundo Nonato de Moraes, que governou até 1912. Nesse período, estiveram à frente do governo do Ceará nada menos do que 26 governadores, dos quais os oito últimos já no período republicano. O título de intendente ainda estaria em vigor até 1930, quando foi substituído pelo de prefeito. Possivelmente, foram ainda intendentes, além de José Raimundo Nonato de Moraes, o segundo, o coronel Antônio Correia Lima, o coronel José Correia Lima e o coronel Antônio Primo Correia, esse último tendo exercido um mandato de 1930 a 1931.

Foi então que surgiu o Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931, que mandou suprimir Várzea Alegre como município, transformá-lo em distrito e anexá-lo ao município de Cedro, sendo, portanto, governado por Antônio Leopoldo Serra. Essa medida foi revertida por meio do Decreto nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, e ao mesmo tempo criado o distrito de Riacho Verde e anexado o de Naraiú, que pertencia a Lavras da Mangabeira, quando o Ceará estava sob o comando do Interventor Federal Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça. Considerando-se uma contagem a partir do primeiro intendente, Tomaz Duarte de Aquino, até o momento vinte pessoas já governaram Várzea Alegre, sendo o Dr. Pedro Sátiro o que mais vezes ocupou a cadeira dignitária, com três mandatos. Sucederam-se, a partir daí, vinte e cinco gestões com mandatos de tamanhos variados até à atualidade, sem mais o fantasma da extinção como município, enquanto as sucessivas divisões territoriais foram loteando o município, criando, nomeando e renomeando distritos, até atingir o atual número de seis distritos, incluindo a sede. Foi na gestão do prefeito Cel. Antônio Correia Lima que se deu a promulgação do Decreto Estadual nº 448, criando os distritos de Ibicatu e de Calabaça (lugar onde nasceu o padre Antônio Batista Vieira). Corria o ano de 1938. Dos distritos que compunham o território de Várzea Alegre, Canindezinho é o mais

novo, criado em 1951 em atendimento ao disposto no Decreto Estadual nº1.153.

Figura 61 - Capela de São Caetano no distrito de Naraniú



Fonte: Desenho de Célio Augusto Alves Batista

Um templo que guarda muita história em Várzea Alegre, por ser ainda mais antigo do que a igreja matriz, é a capela de São Caetano, localizada no distrito de Naraniú. A capela de São Caetano foi construída dentro das terras do Engenho São Caetano, localizado onde hoje é o distrito de Naraniú. A capela tem a sua fachada principal voltada para a casa-grande. É que, em 30 de abril de 1755, João da Cunha Gadelha e sua mulher, Maria Manuela de Pereira das Neves, fizeram doação de um trato de terra para formação do patrimônio de uma capela em honra de São Caetano que pretendiam construir. O distrito de Naraniú, juntamente, com o município de Várzea Alegre eram integrantes do município de Lavras da Mangabeira que, por sua vez, fazia parte da freguesia de Icó. Por essa razão é que um dos registros históricos mais antigos sobre a capela de São Caetano está justamente nos registros do Livro I de Assentamentos Eclesiásticos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó, com data de 3 de março de 1767, o casamento de Inácio Correia. Comparando-se essa data com aquela em que foi doada para São Caetano parte de um sítio de plantar de João da Cunha Gadelha, em 30 de abril de 1755, supõe-se ter sido cons-

truída a capela nesse interstício. Num assentamento feito nas folhas 60v e seguintes do Livro de Notas 1859-1863, do Cartório de Lavras da Mangabeira, no dia 1º de junho de 1861, é feita a delimitação do patrimônio da capela de São Caetano pelo vigário Luís Antônio Marques da Silva Guimarães, que se declara proprietário da terra por compra direta e reserva um quinto da área, destinado ao patrimônio do Santo. A capela passou a integrar o território da paróquia de Várzea Alegre em 1863. Por haver hoje uma rodovia entre as duas edificações, o conjunto perde um pouco a ideia de unidade. A capela tem nave, capela-mor, coro, sacristia, entradas laterais além da porta principal e cemitério nos fundos. Foi tombada pela Lei nº 9.109, de 30 de julho de 1968. A elevação da igreja de São Raimundo Nonato à dignidade de paróquia ocorreu em 30 de novembro de 2000. A paróquia tem sob sua jurisdição as capelas de Nossa Senhora de Fátima, em Riachinho, São Francisco de Assis, em Canindezinho, São João Batista, em Riacho Verde, São Caetano, em Naraniú, e Cristo Rei, em Calabaça. A festa do padroeiro ocorre de 12 a 21 de agosto.

Hino do Município de Várzea Alegre

Criado pela Lei nº 5, de 22 de setembro de 1968

Letra: José Clementino do Nascimento Sobrinho

Música: Mestre Antônio José do Nascimento

Como é grande a nossa Várzea Alegre
Tão cheia de encantos mil
Que enche de surpresa os visitantes
E de fé o nosso peito varonil
Nossas várzeas lindos campos e a lagoa
Nossas águas tão azul da cor do anil
Deslizam mansas no Riacho do Machado
Fecundando este recanto do Brasil
Exaltemos, exaltemos
Com fé e amor profundo

O nosso torrão amado
Patrimônio de Papai Raimundo
Vendo o teu progresso avançando
Num insulto aos contrastes banais
As lindas flores vindas do teu solo
Perfumam tuas belezas naturais
O teu vale esperançoso e tão fecundo
Onde brotam os teus ricos arrozais
É o orgulho dos teus filhos que se ausentam
Que te deixam, mas não te esquecem jamais

Dados Demográficos

Localização: 06° 47' 20" S 39° 17' 45" O, unidade federativa: Ceará, mesorregião: centro-sul cearense (IBGE/2008), microrregião: Várzea Alegre (IBGE/2008), municípios limítrofes ao Norte: Cariús e Cedro, ao Sul: Crato e Caririaçu, a Leste: Lavras da Mangabeira e Granjeiro, e a Oeste: Farias Brito, distância até a capital: 436 km.

Características geográficas: área: 835,706 km², população: 38.442 hab. (IBGE/2010), densidade: 46 hab./km², altitude: 302 m, clima: tropical quente semiárido brando, fuso horário: UTC-3.

Indicadores: IDHM: 0,633 médio (PNUD/2000), PIB: R\$ 124.647.361,00 (IBGE/2008), PIB per capita: R\$ 3.165,33 (IBGE/2008).

Fonte: IBGE

Governantes de Várzea Alegre

Período da Monarquia (até 1889)

Intendente:

Tomaz Duarte de Aquino (1872 a 1880)

Período da Primeira República (1889 a 1930)

José Raimundo Nonato de Moraes (1892 a 1912)

Cel. Antônio Correia Lima (1912 a 1926): Com a promulgação da Lei Estadual nº 1.794, de 9 de outubro de 1914, deixa de existir a figura do intendente municipal e em seu lugar é criada a função de prefeito municipal. Como se vê, o coronel Antônio Correia desempenhou o seu mandato primeiro como intendente e a seguir como prefeito.

Prefeitos:

Cel. José Correia Lima (1926 a 1930)

Período da Era Vargas (1930 a 1945)

Antônio Primo Filho (1930 a 1931)

Antônio Leopoldo Serra (1932 a 1933): Durante esse período, Várzea Alegre esteve extinta por força do Decreto nº 193, e o seu território foi anexado ao do município de Cedro que então era governado por Antônio Leopoldo Serra. Além desse problema, Várzea Alegre, juntamente, com os demais municípios, esteve submetida ao regime de exceção que foi o governo de Getúlio Vargas, cujo apogeu, a ditadura, passou à História como Estado Novo. Como se pode ver pelos curtos mandatos exercidos de 1930 até 1947, foi um tempo turbulento em que os prefeitos eram designados pelo interventor federal no estado.

Américo Barreira (1934 a 1936)

Cel. Josué Alves Diniz (1936 a 1937)

Cel. Antônio Correia Lima (1937 a 1939)

Vicente Honório (1939 a 1945)
Joaquim Afonso Diniz (1945 a 1946)

Período da Segunda República (1945 a 1964)

José Vitorino Bezerra (1946 a 1947)
José Alves da Costa (1947 a 1948)
Francisco Correia Lima (Hamilton) (1948 a 1951)
Adelgides de Figueiredo Correia (1951 a 1955)
Francisco Correia Lima (Hamilton) (1955 a 1959)
Dário Batista Moreno (1959 a 1963)

Período do Regime Militar (1964 a 1985)

Cel. Josué Alves Diniz (1963 a 1967)
Pedro Sátiro (1967 a 1970)
Antônio Afonso Diniz (1971 a 1973)
Lourival Frutuoso de Oliveira (1973 a 1977)
Pedro Sátiro (1977 a 1983)

Período da Nova República (a partir de 1985)

José Iran Costa (1983 a 1988)
João Alves de Lima (1989 a 1992)
Pedro Sátiro (1993 a 1996)
João Eufrásio Nogueira (1997 a 2000)
João Eufrásio Nogueira (2001 a 2004)
José Helder Máximo de Carvalho (2005 a 2008)
José Helder Máximo de Carvalho (2009 a 2012)
Francisco Vanderlei de Sousa Freire (2013 a 2016)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão territorial da região do Cariri nos séculos XVIII e XIX	18
Figura 2 – José Fausto Guimarães	63
Figura 3 - Brasão de Armas da Diocese do Crato.....	64
Figura 4 - Bandeira e brasão do município de Abaiara	86
Figura 5 - Igreja do Imaculado Coração de Maria.....	87
Figura 6 - Bandeira do município de Altaneira	91
Figura 7 - Paróquia de Santa Teresa	91
Figura 8 - Bandeira e brasão do município de Antonina do Norte	94
Figura 9 - Igreja de Santo Antônio.....	95
Figura 10 - Bandeira do município de Araripe.....	98
Figura 11 - Igreja matriz da paróquia de Santo Antônio	99
Figura 12 - Brasão do município de Assaré	103
Figura 13 - Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora das Dores.....	104
Figura 14 - Bandeira e brasão do município de Aurora	110
Figura 15 - Paróquia Menino Deus.....	113
Figura 16 - Bandeira e brasão do município de Baixio.....	119
Figura 17 - Bandeira e brasão do município de Barbalha	122
Figura 18 - Igreja matriz de Santo Antônio	124
Figura 19 - Igreja do Rosário	125
Figura 20 - Brasão do município de Barro	131
Figura 21 - Igreja matriz paróquia de Santo Antônio	132
Figura 22 - Bandeira e brasão do município de Brejo Santo.....	135
Figura 23 - Igreja matriz paróquia Sagrado Coração de Jesus	136

Figura 24 - Bandeira e brasão do município de Campos Sales.....	143
Figura 25 - Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Penha	144
Figura 26 - Bandeira e brasão do município de Caririaçu....	149
Figura 27 - Igreja matriz paróquia de São Pedro	150
Figura 28 - Bandeira e brasão do município do Crato	154
Figura 29 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Penha	156
Figura 30 - Bandeira do município de Farias Brito	161
Figura 31 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Conceição	164
Figura 32 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Conceição	169
Figura 33 - Bandeira e brasão do município de Ipaumirim..	172
Figura 34 - Igreja matriz paróquia Nossa Senhora da Conceição	173
Figura 35 - Brasão do município de Jardim	177
Figura 36 - Cruzeiro e igreja matriz paróquia de Santo Antônio	178
Figura 37 - Bandeira do município de Jati	180
Figura 38 - Bandeira e brasão do município de Juazeiro do Norte	183
Figura 39 - Cruzeiro e capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	190
Figura 40 - Igreja Basílica Menor Santuário de Nossa Senhora das Dores	191
Figura 41 - Bandeira e brasão do município de Lavras da Mangabeira	198
Figura 42 - Bandeira e brasão do município de Mauriti.....	203
Figura 43 - Igreja da paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.....	204

Figura 44 - Igreja da paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Palestina do Cariri.....	205
Figura 45 - Bandeira do município de Milagres	209
Figura 46 - Bandeira e brasão do município de Missão Velha	215
Figura 47 - Brasão do município de Nova Olinda.....	223
Figura 48 - Igreja da paróquia de São Sebastião	224
Figura 49 - Brasão do município de Penaforte	227
Figura 50 - Igreja da paróquia de São Sebastião	228
Figura 51 - Bandeira e brasão do município de Porteiras	230
Figura 52 - Bandeira do município de Potengi.....	234
Figura 53 - Bandeira e brasão do município de Salitre	237
Figura 54 - Brasão do município de Santana do Cariri.....	240
Figura 55 - Igreja da paróquia Senhora Sant'Ana	241
Figura 56 - Capela do Martírio e Memorial de Benigna	243
Figura 57 - Brasão do município de Tarrafas.....	245
Figura 58 - Brasão do município de Umari.....	247
Figura 59 - Igreja da paróquia de São Gonçalo do Amarante	249
Figura 60 - Bandeira do município de Várzea Alegre.....	253
Figura 61 - Capela de São Caetano no distrito de Naraniú.....	255

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ARAUJO, Padre Antônio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. Fortaleza: Faculdade de Filosofia, 1973.v.2.

BARBOSA, Walter. **Padre Cícero: Pessoas, Fotos e Fatos**. 2.ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti(Org.).**Padre Cícero Romão Batista e os Fatos do Joaseiro: Autonomia Político-Administrativa**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará, 2012. v.2.

BRIGIDO, João. **Apontamentos para a História do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007. ed. fac-similar. Fortaleza: Typografia Gazeta do Norte, 1888.

CASIMIRO, Antônio Renato Soares de(Org.). **Padre Cícero Romão Batista e os Fatos do Joaseiro: A Questão Religiosa**. Fortaleza: Editora SENAC Ceará, 2012. v.1.

FILHO, José de Figueiredo. **História do Cariri**. Fortaleza: UFC, Secult. / URCA. 2010. v. 1.

_____. **História do Cariri**. Fortaleza: UFC, Secult. / URCA. 2010. v. 2.

_____. **História do Cariri**. Fortaleza: UFC, Secult. / URCA. 2010. v. 3.

_____. **História do Cariri**. Fortaleza: UFC, Secult. / URCA. 2010. v. 4.

GOMES, Rosa Firmo Bezerra. **O Rosário de Quitaiús**. Fortaleza: RDS, 2010.

GONÇALVES, Rejane Monteiro Augusto. **Umari – Baixio – Ipaumirim**: Subsídios Para a História Política. Fortaleza: 1997.

MACEDO, Dimas. **Lavrenses Ilustres**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará. 1986.

MACEDO, Joaryvar. **São Vicente das Lavras**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

_____. **Povoamento e Povoadores do Cariri Cearense**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto. 1985.

MAGALHÃES, Célia de Jesus da Silva. **Fatos e Curiosidades**: Missão Velha. Fortaleza: UFC / Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 2001. Coleção Alagadiço Novo, Vol. 284.

_____. **Nosso Povo Nossa História**: Missão Velha. Crato: Universitária, 1994.

MENEZES, Cícero Duarte de. **Memórias de Quixará**. Farias Brito: [s.ed.], 2002.

MENEZES, Fátima. **Padre Cícero**: do milagre a farsa do julgamento. Recife: Bagaço.1998.

NASCIMENTO, F. S. **História Política de Juazeiro**: Do Padre Cícero ao Ano 2000. Fortaleza: ABC, 1998.

NEVES, Napoleão Tavares. **Barbalha Cultural**. Barbalha: [s.ed.], 2000.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: UFC, Se-cult, URCA, 2010

_____. **O Cariri: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes.** Fortaleza: UFC, 2010.

_____. **O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914.** 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2011.

_____. ; FILHO, José de Figueiredo. **Cidade do Crato.** Fortaleza: UFC, Secult, URCA, 2010.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais.** Fortaleza: IPECE, 2010.

STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense: Joaquim Pinto Madeira.** Fortaleza: Typo-lithographia A Vapor, 1910. v.2.

TAVARES, Amarílio Gonçalves. **Aurora: História e Folclore.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará - IOCE, 1993.

THEBERGE, Pedro Franklin. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, ed. fac-sim., 2001.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. **Primeiras Eleições e Acervo Documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.** Fortaleza: TRE-CE, 2007.

MÍDIA – CD ROM

CARVALHO, Anna Christina Farias de. **As irmandades de penitentes do Cariri cearense e as práticas mágico-religiosas na (re)construção de bens simbólicos de salvação.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

INTERNET

ABAIARA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Abaiara&oldid=41135011>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ABAIARA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Abaiara. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230010&search=ceara|abaiara|infograficos:-historico>>. Acesso em: 12 de fev. 2013.

ACADEMIA LAVRENSE DE LETRAS. **Arquitetura de Lavras da Mangabeira.** In Academia Lavrense de Letras. Disponível em: <<http://www.academialavrensedeletas.blogspot.com/2008/09/arquitetura-de-lavras-da-mangabeira>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ALTANEIRA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Altaneira&oldid=41134990>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

ALTANEIRA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Altaneira. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230060&search=|altaneira>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

ANTONINA DO NORTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Antonina_do_Norte&oldid=39284040>. Acesso em: 22 fev. 2013.

ANTONINA DO NORTE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Antonina do Norte. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&cod->

mun=230080&search=|antonina-do-norte>. Acesso em: 22 fev. 2013.

ARARIPE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Araripe&oldid=39615980>>. Acesso em: 03mar. 2013.

ARARIPE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Araripe. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230130&search=|araripe>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

ASSARÉ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Assar%C3%A9&oldid=40938430>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

ASSARÉ. In IBGE. Cidades@. Ceará. Assaré. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230160&search=|assare>>. Acesso em: 17 mar. 2012

AURORA (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aurora_\(Cear%C3%A1\)&oldid=41350160](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Aurora_(Cear%C3%A1)&oldid=41350160)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

AURORA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Aurora. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230160&search=|assare>>. Acesso em: 20 abr. 2013

BAIXIO (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Baixio_\(Cear%C3%A1\)&oldid=41146597](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Baixio_(Cear%C3%A1)&oldid=41146597)>. Acesso em: 22abr. 2013.

BAIXIO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Baixio. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230180&search=|baixio>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BARBALHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barbalha&oldid=41259389>>. Acesso em: 07 mai. 2013.

BARBALHA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Barbalha. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230190&search=|barbalha>>. Acesso em: 07 mai. 2013.

BARRO (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barro_\(Cear%C3%A1\)&oldid=40460822](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barro_(Cear%C3%A1)&oldid=40460822)>. Acesso em: 08 mai. 2013.

BARRO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Barro. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230200&search=|barro>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

BREJO SANTO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Brejo_Santo&oldid=41100819>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BREJO SANTO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Brejo Santo. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230250&search=|brejo-santo>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

CAMPOS SALES (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Campos_Sales_\(Cear%C3%A1\)&oldid=41034129](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Campos_Sales_(Cear%C3%A1)&oldid=41034129)>. Acesso em: 12 mai. 2013.

CAMPOS SALES. In IBGE. Cidades@. Ceará. Campos Sales. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230270&search=|campos-sales>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

CARIRIAÇU. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cariria%C3%A7u&oldid=40389558>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

CARIRIAÇU. In IBGE. Cidades@. Ceará. Caririaçu. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230320&search=|caririacu>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

CRATO (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crato_\(Cear%C3%A1\)&oldid=41199325](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crato_(Cear%C3%A1)&oldid=41199325)>. Acesso em: 17 mai. 2013.

CRATO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Crato. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230200&search=|barro>>. Acesso em: 17 mai. 2013.

DIOCESE DO CRATO. História. In Diocese do Crato, A Diocese, Institucional. Disponível em: <<http://diocesedecrato.org/diocese/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FARIAS BRITO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Farias_Brito&oldid=41317225>. Acesso em: 18 mai. 2013.

FARIAS BRITO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Farias Brito. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230430&search=|farias-brito>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

GRANJEIRO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Granjeiro&oldid=40414153>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

GRANJEIRO. In IBGE. Cidades@. Ceará. Granjeiro. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230480&search=|granjeiro>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

HINDUÍSMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hindu%C3%ADsmo&oldid=40984294>>. Acesso em: 17 out. 2014.

IPAUMIRIM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ipaumirim&oldid=40155989>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

IPAUMIRIM. In IBGE. Cidades@. Ceará. Ipaumirim. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230570&search=|ipaumirim>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

JARDIM (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jardim_\(Cear%C3%A1\)&oldid=40727421](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jardim_(Cear%C3%A1)&oldid=40727421)>. Acesso em: 28 mai. 2013.

JARDIM. In IBGE. Cidades@. Ceará. Jardim. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/pai>

nel/historico.php?lang=&codmun=230710&search=|jardim>. Acesso em: 28 mai. 2013.

JATI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jati&oldid=39284139>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

JATI. In IBGE. Cidades@. Ceará. Jati. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230720&search=|jati>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

JUAZEIRO DO NORTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Juazeiro_do_Norte&oldid=41176601>. Acesso em: 08 jun. 2013.

JUAZEIRO DO NORTE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Juazeiro do Norte. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230730&search=|juazeiro-do-norte>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

LAVRAS DA MANGABEIRA. In Férias.Tur.Br. Roteiros do Brasil. Região Vale do Salgado. Disponível em : <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/1468/lavras-da-mangabeira-ce.html> >. Acesso em 02 fev. 2013.

LAVRAS DA MANGABEIRA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lavras_da_Mangabeira&oldid=40432152>. Acesso em: 08 fev. 2013.

LAVRAS DA MANGABEIRA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Lavras da Mangabeira. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&>

codmun=230750&search=|lavras-da-mangabeira>. Acesso em: 08 fev. 2013.

LIMA, Antônio Correia. **Os Povoadores Efetivos do Cariri na visão do Padre Antônio Gomes**. Disponível em: < <http://cari-rihistoria.blogspot.com.br/2012/01/os-povoadores-efetivos-do-cariri-na.html> >, Acesso em: 22 jan 2014.

MAURITI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wiki-media Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mauriti&oldid=41304827>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MAURITI. In IBGE. Cidades@. Ceará. Mauriti. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230810&search=|mauriti>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MBI. **Brasões dos Municípios do Estado do Ceará**. In MBI. Biblioteca. Símbolos. Disponível em: < <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-ceara/> >. Acesso em: 12 jan. 2013

MBI. **Bandeiras dos Municípios do Estado do Ceará**. In MBI. Biblioteca. Símbolos. Disponível em: < <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/bandeira-municipios-ceara/> >. Acesso em: 13 jan. 2013

MILAGRES (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Milagres_\(Cear%C3%A1\)&oldid=40779931](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Milagres_(Cear%C3%A1)&oldid=40779931)>. Acesso em: 01 jul. 2013.

MILAGRES. In IBGE. Cidades@. Ceará. Milagres. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230830&search=|milagres>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

MISSÃO VELHA. In Férias.Tur.Br. Roteiros do Brasil. Região do Cariri. Disponível em: <www.ferias.tur.br/informacoes/1513/missao-velha-ce>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MISSÃO VELHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Miss%C3%A3o_Velha&oldid=41134912>. Acesso em: 12mar. 2013.

MISSÃO VELHA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Missão Velha. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230830&search=|milagres>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

Movimentos Políticos do Século XIX. In O Crato Virtual, História. Disponível em: <<http://www.oocities.org/thetropics/cabana/7626/movpol.htm>>. Acesso: em 01 maio 2014.

NOVA OLINDA (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nova_Olinda_\(Cear%C3%A1\)&oldid=39275732](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nova_Olinda_(Cear%C3%A1)&oldid=39275732)>. Acesso em: 08 jul. 2013.

NOVA OLINDA. In IBGE. Cidades@. Ceará. Nova Olinda. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230920&search=|nova-olinda>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

PENAFORTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Penaforte&oldid=39127485>>. Acesso em: 10jul. 2013.

PENAFORTE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Pena Forte. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231060&search=|penaforte>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PORTEIRAS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porteiras&oldid=34446642>>. Acesso em: 10jul. 2013.

PORTEIRAS. In IBGE. Cidades@. Ceará. Porteiras. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231110&search=|porteiras>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

POTENGI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Potengi&oldid=39921388>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

POTENGI. In IBGE. Cidades@. Ceará. Potengi. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231120&search=|potengi>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO. **História de Brejo Santo.** In Prefeitura Municipal de Brejo Santo. História. Disponível em: <<http://www.brejosanto.ce.gov.br/brejosanto/index.php/2013-01-30-20-56-39/historia>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

RELIGIÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Religi%C3%A3o&oldid=41093820>>. Acesso em: 17 out. 2014.

SALES, José. **A Rede Geopark Araripe.** In Blog Geopark Araripe. Disponível em: <<http://geoparkararipe.blogspot.com.br/2014/06/geopark-araripe.html>>, Acesso em: 26 jun 2014.

SALITRE (CEARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Salitre_\(Cear%C3%A1\)&oldid=40373797](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Salitre_(Cear%C3%A1)&oldid=40373797)>. Acesso em: 03 set. 2013.

SALITRE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Salitre. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231195&search=|salitre>>. Acesso em: 03 set. 2013.

SANTANA DO CARIRI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Santana_do_Cariri&oldid=41077404>. Acesso em: 08 set. 2013.

SANTANA DO CARIRI. In IBGE. Cidades@. Ceará. Santana do Cariri. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231210&search=|santana-do-cariri>>. Acesso em: 08 set. 2013.

SOBRINHO, Thomas Pompeu. **O Povoamento do Cariri Cearense.** Revista da Academia Cearense de Letras. Nº 27, Imprensa Oficial. Fortaleza - CE, 1956. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1956/ACL_1956_32_O_Povoamento_do_Cariri_Cearense_Th_Pompeu_Sobrinho.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

TARRAFAS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tarrafas&oldid=40162985>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

TARRAFAS. In IBGE. Cidades@. Ceará. Tarrafas. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231325&search=|tarrafas>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

UMARI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Umari&oldid=39284188> >. Acesso em: 17 set. 2013.

UMARI. In IBGE. Cidades@. Ceará. Umari. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231370&search=|umari>>. Acesso em: 17 set. 2013.

VÁRZEA ALEGRE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=V%C3%A1rzea_Alegre&oldid=40343786 >. Acesso em: 18 set. 2013.

VÁRZEA ALEGRE. In IBGE. Cidades@. Ceará. Várzea Alegre. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=231400&search=|varzea-alegre>>. Acesso em: 18 set. 2013.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta fâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

**Mesa Diretora
2019-2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniell Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

EDIÇÕES INESP

Ernandes do Carmo

Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

**Cleomarcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo**
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo

Redação

Valquiria Moreira

Secretaria Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante

Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim

Assessoria de Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

Site: [http://al.ce.gov.br/index.php/institucional/
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**Mesa Diretora
2019-2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniell Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações